

Minuta

CONTRATO que entre si fazem a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA-CODEVASF e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na forma abaixo.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- CODEVASF, empresa pública federal, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 8.258, de 29 de maio de 2014, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601, Conjunto I, doravante denominada **CODEVASF**, , neste ato representada pelo Superintendente da 6ª Superintendência Regional da **CODEVASF**, **Elmo Aluizio Vieira Nascimento**, brasileiro, casado, bacharel em Ciências Contábeis, portador da cédula de identidade nº 07.128.991-70, SSP/BA, e CPF nº 885.435.015-04, residente e domiciliado Av. Miguel Silva Souza, nº 590 – Condomínio Country Club, 907, Qd. C, Bairro Palmares, Juazeiro-BA, designado pela Decisão nº 185, de 31 de janeiro de 2018, e devidamente autorizado conforme delegação de competência contida na Decisão nº 232, de 07 de fevereiro de 2018, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, com endereço na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **XXXXXXX**, (qualificação), portador da Cédula de Identidade nº **XXXXXXX**, inscrito no CPF/MF sob o nº **XXXXXXX**, resolvem assinar o presente Contrato, de acordo com a autorização da Diretoria Executiva da **Codevasf**, expressa na Resolução nº **XXX**, de **XXX** de **XXX**, constante à fl **XXX** do Processo nº **59560.000152/2019-28**, que, na forma do art. 84 do Regulamento de Licitações da Codevasf, será regulado pelas cláusulas e condições abaixo, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado:

1. Cláusula Primeira - OBJETO

O presente contrato tem por finalidade a contratação de fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, veículos e equipamentos destinados a utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de desenvolvimento social, econômico e outras demandas nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizados no Estado da Bahia, distribuídos em 43 (quarenta e três) itens conforme descrições nos termos de referência e planilhas orçamentárias juntados ao processo administrativo acima referenciado, bem assim no Edital de Pregão Eletrônico nº XXX/2019-6ª/SR.

- 1.1. Os fornecimentos objeto deste Contrato, **suas Especificações Técnicas, Planilhas Orçamentária dos quantitativos**, encontram-se descritos e caracterizados no **Termo de Referência (Anexo I)**, que é parte integrante do Edital.
- 1.2. O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações da Codevasf, e o objeto foi licitado na modalidade “Pregão Eletrônico”, tipo Menor Preço Global, segundo as disposições da Lei 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005, Decreto nº 7.892, de 23/01/2013, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e suas alterações.

2. Cláusula Segunda - DOS DOCUMENTOS

- 2.1. Os fornecimentos objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento

e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2019. e seus Anexos;
- b) Termos de Referência e Anexos;
- c) Proposta da CONTRATADA, e sua documentação, datada de XX/XX/XXXX;
- d) Demais documentos contidos no Processo nº 59560.000152/2019-28.

- 2.2. Em caso de divergência entre os documentos mencionados nas subcláusulas anteriores e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

3. Cláusula Terceira - PRAZO

- 3.1. O prazo para execução dos fornecimentos e vigência do contrato é de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, a qual somente será expedida após a publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial da União – DOU, procedimento que dará eficácia à contratação.

4. Cláusula Quarta - VALOR

- 4.1. O valor global deste contrato é de **R\$ (.....)**, obedecidos os preços **por item** constantes da Proposta Financeira da CONTRATADA.
- 4.2. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela CODEVASF não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.
- 4.3. A infringência do disposto no item anterior impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações ou assinar contratos com a CODEVASF, pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.
- 4.4. Nos preços unitários propostos deverão estar incluídos todos os custos, transporte, carga e descarga **do material, seguro, testes de fábrica e do campo, mão-de-obra, leis sociais, tributos (ICMS, PIS, CO-FINS, IRRF, E IPI)** e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste Edital No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

5. Cláusula Quinta - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 5.1. As despesas correrão à conta **Programa de Trabalho nº _____ – _____ (especificar numero e nome do programa de trabalho), Categoria Econômica _____**, sob gestão da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico da Codevasf.

6. Cláusula Sexta - DOS FORNECIMENTOS EXTRA CONTRATUAIS

- 6.1. **Respeitados os limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016, os fornecimentos eventualmente necessários e não previstos na Planilha de Preços deverão ter execução previamente autorizada por Termo de Alteração Contratual.**

- 6.2. Devem ser registradas por meio de termo aditivo eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, especialmente, as referentes aos fornecimentos extras motivados pela CODEVASF. Os fornecimentos extras contratuais não contemplados na planilha de preços da CONTRATADA deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela CODEVASF ou por preposto por ela designado.

7. Cláusula Sétima - REVISÃO DOS PREÇOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos fornecimentos ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 - conforme – Art. 17 do Decreto nº 7.892 de 23.01.13.

8. Cláusula Oitava - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos dos fornecimentos objeto deste contrato serão efetuados em reais, de acordo com os critérios e condições estabelecidas no item 21 do Edital nº ____/2019.

9. Cláusula Nona - DA GARANTIA/CAUÇÃO

- 9.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada previamente à assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.
- 9.1.1. A garantia a que se refere o subitem 9.1 acima deverá ser entregue na Unidade Regional de Finanças da 6ª Superintendência Regional da Codevasf até a data de recebimento da Ordem de Fornecimento pela Contratada.
- 9.2. A caução na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverá estar em vigor e cobertura até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato.
- 9.3. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a “Garantia/Caução de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 9.4. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.
- 9.5. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 9.6. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 9.7. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.

- 9.8. A Contratada deverá manter atualizada a garantia contratual até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.
- 9.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
 - b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

10. Cláusula Décima - MULTA

- 10.1. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas décima segunda deste contrato ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes penalidades:
- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - b) Multa moratória de 0,2% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 6%, no período de até 30 (trinta) dias;
 - c) Multa moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, no período superior a 30 (trinta) dias;
 - d) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, sendo que em caso de inexecução parcial, o mesmo percentual será aplicado de forma proporcional à obrigação inadimplida;

Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, observando-se o seguinte:

- 10.2. A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 05 (cinco) dias;
- 10.3. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela licitante vencedora, esta será convocada a recolher ao Serviço de Finanças da Codevasf o valor total da multa, no prazo de 05 (cinco) dias contado a partir da data da comunicação.
- 10.4. A licitante vencedora terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, e após uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de ciência da aplicação da multa, para apresentação de recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Codevasf, que procederá ao seu exame.
- 10.5. Após o procedimento estabelecido no subitem anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva que poderá rejeitar ou não a multa.
- 10.6. Em caso de relevância da multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos

porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

- 10.7. Caso a Diretoria Executiva da Codevasf mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

11. Cláusula Décima Primeira – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 11.1. O acompanhamento e fiscalização dar-se-ão conforme [item 14 dos Termos de Referência, Anexo I do Edital XX/2019](#).

12. Cláusula Décima Segunda – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das cominações legais, o licitante que:
- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
 - b) Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documento falso;
 - c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega de seu objeto da licitação sem motivo justificado;
 - d) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
 - e) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
 - f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
 - g) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato; ou
 - h) Não cumprir quaisquer das obrigações da contratada.
- 12.2. Reputar-se-ão inidôneos atos como:
- 12.3. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- 12.4. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade;
- 12.5. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- 12.6. Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;
- 12.7. Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- 12.8. Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo.
- 12.9. Aplicar-se-á à presente licitação as sanções administrativas, criminais e demais regras previstas na legislação vigente.
- 12.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data de intimação ou da lavratura da ata da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de

participação em licitação, impedimento de contratar com a administração pública e declaração de inidoneidade.

- 12.12. Será aplicável sobre o valor total da contratação, cumulativamente ou não com outras sanções, multa na forma do item 24 desse edital, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 12.13. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar podem ser cumuladas com a de multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) DIAS ÚTEIS.

13. Cláusula Décima Terceira - RECEBIMENTO DOS FORNECIMENTOS

- 13.1. O recebimento do objeto deste contrato será realizado por comissão especificamente designada para esse fim e/ou empregado da Codevasf, que será responsável pela conferência e inspeção dos equipamentos e materiais contratados.

14. Cláusula Décima Quarta - ADITAMENTO CONTRATUAL

14.1. A celebração de termo aditivo contratual está condicionada a verificação da regularidade em relação aos encargos sociais, trabalhistas e com a Fazenda Pública, a ser comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

15. Cláusula Décima Quinta - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 15.1. A observância ao Critério de Sustentabilidade Ambiental será de acordo o previsto no [item dos Termos de Referência, Anexo I do Edital XX/20__](#)

16. Cláusula Décima Sexta - OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

- 16.1. A observância às Obrigações da Empresa Contratada será de acordo com o previsto no [item 17 dos Termos de Referência, Anexo II do Edital XX/20__](#)

17. Cláusula Décima Sétima - OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.

- 17.1. A observância às Obrigações da Empresa Contratante será de acordo com o previsto no [item 19 dos Termos de Referência, Anexo II do Edital XX/20__](#)

18. Cláusula Décima Oitava - DANO MATERIAL OU PESSOAL

- 18.1. A CONTRATADA será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos fornecimentos contratados causados à CODEVASF ou a terceiros.
- 18.2. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CODEVASF, para reparação desses danos ou prejuízos.
- 18.3. Não serão indenizados os prejuízos que possam advir de erro ou qualquer equívoco de sua proposta ou administração.

19. Cláusula Décima Nona - DA GARANTIA DOS BENS

- 19.1. A garantia consta do Termo de Referência – [Anexo I](#), parte integrante do Edital em questão.

20. Cláusula Vigésima – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE

- 20.1. A observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf será de acordo com o previsto no item 26 do [Edital XX/20__](#)

21. Cláusula Vigésima Primeira - RESCISÃO

- 21.1. Constituem motivos, dentre outros, para rescisão do contrato:

- i. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- ii. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- iii. A lentidão no seu cumprimento, levando a Codevasf a presumir a não conclusão dos fornecimentos nos prazos estipulados;
- iv. O atraso injustificado no início do serviço;
- v. A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Codevasf;
- vi. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital e no contrato e autorizada pela Codevasf, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- vii. O não atendimento das determinações regulares do preposto da Codevasf designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- viii. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- ix. A decretação da falência ou a instauração de insolvência civil;
- x. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- xi. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que faça a Codevasf presumir prejuízo à execução da obra ou serviço;
- xii. O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracterizem insolvência da contratada;
- xiii. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Codevasf por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra; e
- xiv. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato

22. Cláusula Vigésima Segunda - PUBLICAÇÃO

- 22.1. A CODEVASF providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

23. Cláusula Vigésima Terceira - FORO



Ministério da Integração Nacional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

- 23.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, Subseção de Juazeiro, para dirimir questões oriundas do presente instrumento.
- 23.2. E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Juazeiro – BA,

,

Elmo Aluízio Vieira Nascimento
Superintendente Regional da Codevasf – 6ª/SR

P/CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

a)
CPF/MF nº

b)
CPF/MF nº

Fls.: _____

Proc.: 59560.000152/2019-28

SL)

(6ª



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Secretaria de Licitações – 6ª SL

Avenida Comissão do Vale, S/N – Piranga. Cep. 48.901-900. Juazeiro/BA

E-mail: 6a.sl@codevasf.gov.br – Telefone: 74 3614 6231 e 3614 6232

EDITAL PADRÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP
LEI Nº 10.520, DE 17/07/2002
DECRETOS Nº 5.450, DE 31/05/2005 , Nº 7.892, DE 23/01/2013 e LEI 13.303/2016

PREGÃO ELETRÔNICO
(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP)

EDITAL N.º 012/2019

FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO DIVERSA NAS ÁREAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E OUTRAS DEMANDAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF NO ESTADO DA BAHIA.

Outubro/2019

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP**

**N.º 012/2019
PROCESSO N.º 59560.000152/2019-28**

A V I S O

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – Codevasf, torna público aos interessados que na data, horário e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, para efetuar **REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com as condições deste Edital, por meio da internet no sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br.

OBJETO: Fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, veículos e equipamentos destinados a utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de desenvolvimento social, econômico e outras demandas nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizados no Estado da Bahia, distribuídos em 43 (quarenta e três) itens, descritos no Anexo II do Termo de Referência e no item 1.1. do Edital, sendo:

- **Os itens 10, 14, 19, 25, 32, 38, 40,** correspondem à quota reservada às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas em atendimento ao artigo 8º do Decreto nº 8.538, de 06/10/2015.
- **Os itens 1 a 9; 11 a 13; 15 a 18; 20 a 24 a 31, 33 a 37, 39 e 41 a 43,** são de ampla disputa, mantendo-se a preferência para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, conforme preceitua o Inciso I, artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar desta licitação empresas do ramo, pertinentes ao objeto desta licitação, nacionais, individuais, que satisfaçam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

OBS: Na fase de habilitação, o licitante de melhor oferta deverá comprovar que possui capital social mínimo (ou patrimônio líquido) no valor de 10% (dez por cento) do valor de sua proposta.

DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

O Edital e seus elementos constitutivos (Termo de Referência, Planilhas Orçamentárias, Especificações Técnicas, etc.) estarão disponíveis para consulta e retirada nos sítios: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.codevasf.gov.br. Na impossibilidade de download pelos sítios, o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Sala da Secretaria de Licitações da 6ª SL da Codevasf, localizada na Avenida Comissão do Vale do São Francisco, s/nº, Bairro Piranga – Cep: 48.900-900, telefone (74) 3614 6231 e 3614 6232, e poderão ser adquiridos gratuitamente mediante apresentação pela licitante de um CD-ROM ou pen drive, no horário de 08h00 (oito) às 12h00 (doze) e de 13h30 (treze horas e trinta minutos) às 17:00 (dezesete) horas, de segunda a sexta-feira

Fls.: _____

Proc.: 59560.000152/2019-28

(6ªSL)

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

DATA/HORA PARA ENVIO DE PROPOSTAS: Após a liberação do Edital no sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br, até o horário limite do início da Sessão Pública. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

DATA E HORA PARA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO: a partir das 09:00 (nove horas) do dia 29 (vinte e nove) de outubro de 2019 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

LOCAL DA SESSÃO: www.comprasgovernamentais.gov.br.

OBSERVAÇÃO: Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.codevasf.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

Juazeiro - BA, 16 de outubro de 2019.

ELMO ALUÍZIO VIEIRA NASCIMENTO
Superintendente Regional – 6ª/SR

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

ÍNDICE

1. OBJETO
2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
3. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO
4. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS
5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
6. INCLUSÃO/ENVIO DAS PROPOSTAS
7. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS
8. FASE COMPETITIVA DE LANCES
9. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS
10. HABILITAÇÃO
11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
13. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
14. CONTRATAÇÃO
15. CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS
16. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
17. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
18. VALOR ORÇADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
19. PARTICIPAÇÃO E ADESÃO
20. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA
21. FORMA DE PAGAMENTO
22. MULTAS
23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
24. GARANTIA
25. CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
26. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXOS

| | |
|------------------|---|
| ANEXO I | TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS |
| ANEXO II | CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA |
| ANEXO III | MINUTA DA ATA E/OU DE CONTRATO |
| ANEXO IV | TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF |
| ANEXO V | CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF |

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- C O D E V A S F -

EDITAL Nº 012/2019
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

PROCESSO Nº: 59560.000152/2019-28

DATA/HORA PARA INCLUSÃO DAS PROPOSTAS: A partir da disponibilização do Edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br até às **08h59 (oito horas e cinquenta e nove minutos) do dia 29 (vinte e nove) de outubro de 2019**, respeitado o interregno mínimo de 08 (oito) dias úteis entre a última publicação do Aviso do Edital e a efetiva realização da sessão pública do pregão..

DATA/HORA DE DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS (INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA): a partir das **09h00 (nove horas) do dia 29 (vinte e nove) de outubro de 2019 (HORARIO DE BRASILIA)**

LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG: 195011)

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – Codevasf - por intermédio de sua Secretaria de Licitações – 6ª/SL, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário, e local acima indicado, realizará a presente licitação, na modalidade de "**PREGÃO ELETRÔNICO**", do tipo "**MENOR PREÇO**", **destinado a constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP**, com fundamento legal nos preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, do Decreto n.º 3.722, de 09/01/2001 alterado pelo Decreto 4.485/02, Decreto n.º 5.450 de 31/05/2005, , do Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013 no Decreto n.º 8.538/2015, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei n.º 13.303/2016 e suas alterações posteriores e Regulamento Interno de Licitações e Contratos, de acordo com as exigências e demais elementos técnicos constitutivos, expressas neste edital e em seus anexos.

O Edital e seus elementos constitutivos encontram-se disponíveis para consulta e retirada nos sítios: www.codevasf.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br, e na Sala da Secretaria de Licitações da 6ª SL da Codevasf, localizada na Avenida Comissão do Vale do São Francisco, s/nº, Bairro Piranga – CEP: 48.900-900, telefone (74) 3614 6231 e 3614 6232, e poderão ser adquiridos gratuitamente mediante apresentação pela licitante de um CD-ROM ou pen drive, no horário de 08h00 (oito) às 12h00 (doze) e de 13h30 (treze horas e trinta minutos) às 17:00 (dezessete) horas, de segunda a sexta-feira, neste último local poderão ser adquiridos gratuitamente, mediante apresentação de um CD-ROM, DVD ou pen drive para gravação, a partir do dia 22 de janeiro de 2019.

1.1. **OBJETO**

Fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, veículos e equipamentos destinados a utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

desenvolvimento social, econômico e outras demandas nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizados no Estado da Bahia, distribuídos em 43 itens, constantes do Anexo - II do Termo de Referências, que faz parte integrante do Edital e discriminados a seguir:

| ITEM | CÓDIGO CATMAT | DESCRIÇÃO | UN | QT |
|----------|---------------|--|-------|------|
| 1 | BR 455701 | Trator de esteiras (A) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Cabine fechada com ar condicionado, motor diesel min. 6 cilindros, potência mín. de 135 HP ou unidade equivalente, P.Operacional mínimo 15 toneladas, injeção eletrônica, 4 válvulas, diesel, sistema elétrico de 24 volts, transm. Hidrostática, freios hidrostáticos, RIPPER tipo paralelogramo, profundidade máxima de penetração de 480 mm, com as seguintes dimensões mínimas: largura da escavação de 1600 mm, RIPPER com no mínimo 3 dentes de 420 mm de altura e largura de 1700mm com Cabine Fechada com Ar condicionado. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 2 | BR 318471 | Trator de Esteira (B) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Cabine fechada com ar condicionado, motor diesel min.6 cilindros,potência mín. de 120 HP, transmissão hidrostática, P.Operacional 13.000 kgs, lâmina com capacidade de 3m3, riper traseiro com 03 dentes, tanque de combustível com capacidade mínima de 290 litros, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 3 | BR 455773 | Escavadeira de Esteira Hidráulico , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Motor diesel 150HP, Cabine fechada com ar condicionado, sistema de refrigeração de ar Mín. 04 cilindros, refrigerado à água, com injeção eletrônica, Motor diesel com potência mínima 150 Hp at 2000 rpm (116 kW at 2000 rpm) a 2000±50 rpm, Peso operacional mínimo de 21000kg, sistema elétrico mínimo de 24 volts, montada sobre esteiras.com disponibilidade para kit 3a no comando, Hidráulico via para instalação de implementos, caçamba de no mínimo 1m³. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 4 | BR 225466 | Pá carregadeira sobre rodas (A) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potencia liquida minima de 180 hp, 06 cilindros, 4 veloc., capacidade da cacamba de 2,3 m3, peso operacional minimo de 15000 a 18000 kg, ou superior com Cabine Fechada com Ar condicionado. . Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 5 | BR 455579 | Pá carregadeira sobre rodas (B) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência liquida minima de 120 hp, capacidade de caçamba de 1,9 m³, peso operacional minimo de 10000 kg com Cabine Fechada e provido de Ar condicionado. . Observar Especificações detalhadas e | Unid. | 1,00 |

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

| | | | | |
|-----------|-----------|--|-------|-------|
| | | complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | | |
| 6 | BR 455580 | Pá carregadeira sobre Rodas (C) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência líquida mínima de 130 hp, caçamba de carregamento de no mínimo 2,5m³, transmissão hidrostática, peso operacional mín. 15.000 kgs, altura de alcance da caçamba mini de 3,60 metros, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 7 | BR 225488 | Motoniveladora (A) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, motor diesel 6 cilindros, potência mínima 170 HP, tração 6x4, transmissão mínima 8 velocidades a frente e 4 a ré, força de corte da lâmina mínima 7.500 kg, peso operacional mínimo 15.000 kg a 18.535 kg, lâmina largura mínimo de 3.500 mm com Cabine Fechada com Ar condicionado e Alarme de ré e rádio Multimídia. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 2,00 |
| 8 | BR 455683 | Motoniveladora (B) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, motor diesel com potência mínima de 140 HP, peso operacional Mín. 13000 kgs, cambio com 08 marchas à frente e 04 marchas à ré, comprimento da lamina mínima de 3,60 m, ripper traseiro de 05 pontas, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado e Alarme de ré e rádio Multimídia. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 2,00 |
| 9 | BR 225464 | Retroescavadeira , Zero km, Ano 2019 ou Superior, com tração 4x4, cabine com ar condicionado, motor diesel turbo com potência líquida mínima de 85 HP, peso operacional mín. 6000kg, transmissão com no mínimo 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré, sistema hidráulico com fluxo de no mínimo 130 l/min e pressão mínima de 22.000 kpa, caçamba de carregamento de no mínimo 0,90 m³ (ou superior) e concha de escavação de no mínimo 0,20m³ (ou superior), sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado.. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 40,00 |
| 10 | BR 225464 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Retroescavadeira , Zero km, Ano 2019 ou Superior, com tração 4x4, cabine com ar condicionado, motor diesel turbo com potência líquida mínima de 85 HP, peso operacional mín. 6000kg, transmissão com no mínimo 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré, sistema hidráulico com fluxo de no mínimo 130 l/min e pressão mínima de 22.000 kpa, caçamba de carregamento de no mínimo 0,90 m³ (ou superior) e concha de escavação de no mínimo 0,20m³ (ou superior), sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado.. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 3,00 |
| 11 | BR 15989 | TRATOR 130HP - USO AQUÁTICO , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Barco marca e modelo Hidrotrator HT021/2019 ou Similar, específico para remoção de lixo e plantas aquáticas de ambientes hídricos. Observar Especificações detalhadas e complementares no | Unid. | 1,00 |

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

| | | | | |
|----|-----------|---|-------|------|
| | | caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | | |
| 12 | BR52582 | Rolo-compactador , Novo, Ano/modelo 2019 ou superior, vibratório pé-de-carneiro para solos, Cabine fechada, com ar condicionado, motor diesel, com potência mínima de 110 HP, transmissão hidrostática, peso operacional mínimo de 10.000 kgs sem lastro, carga mínima por roda 3.000 kgs., sistema de rastreamento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem) | Unid. | 3,00 |
| 13 | BR 304332 | Micro trator Cultivador de Solos com implementos , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência mínima 14 hp, motor diesel 4 tempos monocilíndrico refrigerado a água, partida elétrica, 01 farol para trabalhos noturnos, bateria inclusa, 6 marchas para frente e 2 para ré equipado com enxada rotativa de 0,90 m, 18 facas mínimo, Garantia mínima 12 meses, com os devidos acessórios/Implementos: Acessório 1: Carreta tracionada, capacidade de carga 1.500 kg, 01 eixo rodado simples aro 13", pneus novos, dimensões mínimas 2,00 x 1,35 x 0,45 m, carroceria basculante, sistema de engate compatível com o micro trator; Acessório 2: Enxada rotativa de 0,90 m para ser acoplado ao microtrator, com no mínimo 24 lâminas Acessórios 3 : Arador Subsolador leve equipamento robusto, eficiente e de fácil operação, utilizado para subsolagem agrícola. Sua principal aplicação é romper as camadas superficiais do solo e eliminar a compactação.; Acessórios 4: Cortador de Grama/ Roçadeira Frontal a gasolina de 6,5cv para limpeza e roçadas de capins e pastagens em terrenos irregulares | Unid. | 9,00 |
| 14 | BR 304332 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Micro trator Cultivador de Solos , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência mínima 14 hp, motor diesel 4 tempos monocilíndrico refrigerado a água, partida elétrica, 01 farol para trabalhos noturnos, bateria inclusa, 6 marchas para frente e 2 para ré equipado com enxada rotativa de 0,90 m, 18 facas mínimo, Garantia mínima 12 meses, com os devidos acessórios/Implementos: Acessório 1: Carreta tracionada, capacidade de carga 1.500 kg, 01 eixo rodado simples aro 13", pneus novos, dimensões mínimas 2,00 x 1,35 x 0,45 m, carroceria basculante, sistema de engate compatível com o micro trator; Acessório 2: Enxada rotativa de 0,90 m para ser acoplado ao microtrator, com no mínimo 24 lâminas Acessórios 3 : Arador Subsolador leve equipamento robusto, eficiente e de fácil operação, utilizado para subsolagem agrícola. Sua principal aplicação é romper as camadas superficiais do solo e eliminar a compactação.; Acessórios 4: Cortador de Grama/ Roçadeira Frontal a gasolina de 6,5cv para limpeza e roçadas de capins e pastagens em terrenos irregulares | Unid. | 1,00 |
| 15 | BR214886 | Caminhão basculante , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência mínima 180 CV, cinto de segurança de 03 (três pontos, distância entre-eixos mínimo 4900 mm (ou superior) , carga útil com equipamento mínima 8500 kg. Com caçamba de capacidade volumétrica mínima 6,00 m³, protetor de cabine, tampa traseira basculante padrão com fechamento automático, assoalho em aço espessura mínima 4,50 mm, laterais em aço espessura mínima 4,50 mm, pinos de cordas nas laterais, frente e traseira. Cilindro hidráulico central com duas unidade , com mangueiras para conexões, caixa metálica para ferramenta, escada lateral, barras de proteção lateral dos eixos, faixas reflexivas e suporte para pá, sistema elétrico e lanternas | Unid. | 3,00 |

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

| | | | | |
|----|----------|---|-------|-------|
| | | conforme normas CNT, caixa de ferramentas, faixas reflexivas com Cabine Fechada com Ar condicionado.. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | | |
| 16 | BR15245 | Caminhão leve , Zero km, Ano 2019 ou Superior, zero quilômetro, potência mínima 110 CV, cabine com barra de proteção nas portas, cintos de segurança de 03(três) pontos, bancos em tecido, regulagem de altura de direção, Caçamba de Mín. 3700m³, Carga útil mínima de 3.500 kg. Motor 04 (quatro) cilindros, combustível diesel. Com Carroceria em madeira, pintura emborrachada + corrente do meio + 02 lameiras. Direção hidráulica com Cabine Fechada com Ar condicionado. . Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 3,00 |
| 17 | BR214878 | Caminhão com carroceria para o transporte de carga seca (Caprinos e Ovinos), Zero km, Ano 2019 ou Superior Carroceria adaptada para carga seca (Transporte de caprinos e ovinos vivos)., CMT de 8.000 kg, 0 km; 05 marchas, Motor a diesel com sistema de injeção eletrônica e potência líquida de 150 cv, freios de serviço a ar e direção hidráulica; Rodas com mín. 5,5 x 16" em aço estampado; Pneus iguais e compatíveis com as dimensões das rodas (novos); Freio de estacionamento; Direção hidráulica; Capacidade de carga útil mín. 4.800 kg, tanque de combustível capacidade mínima 150 litros; Ar condicionado; Provido de grade e carroceria para o transporte de caprinos e ovinos vivos. conforme maior detalhes nas especificações. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 2,00 |
| 18 | BR214878 | Caminhão pipa 10.000l , Zero km, Ano 2019 ou Superior com capacidade mínima 10.000l Trucado (c/ terceiro eixo), zero km, potencia mínima do motor Diesel 250cv , dist entre eixos =5307mm -, incl tanque de aco carbono1008/10 ou superior p/ transp de agua de no mínimo 200l, carga útil Min11.000kg, PBT 23000kg, provido de tacógrafo, Faixas Refletivas e Sinalização de segurança conforme Contram, Pára Choque Traseiro e Articulado com Pintura Zebrada, Pneus R.20 , moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). | Unid. | 14,00 |
| 19 | BR214878 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Caminhão pipa 10.000l , Zero km, Ano 2019 ou Superior com capacidade mínima 10.000l Trucado (c/ terceiro eixo), zero km, potencia mínima do motor Diesel 250cv , dist entre eixos =5307mm -, incl tanque de aco carbono1008/10 ou superior p/ transp de agua de no mínimo 200l, carga útil Min11.000kg, PBT 23000kg, provido de tacógrafo, Faixas Refletivas e Sinalização de segurança conforme Contram, Pára Choque Traseiro e Articulado com Pintura Zebrada, Pneus R.20 , moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). | Unid. | 2,00 |
| 20 | BR214878 | Caminhão pipa 12.000l , Zero km, Ano 2019 ou Superior com capacidade mínima 12.000l Trucado (c/ terceiro eixo), zero km, potencia mínima do motor Diesel 280cv , dist entre eixos =5.307mm -, incl tanque de aco carbono1008/10 ou superior p/ transp de agua de no mínimo 200l, carga útil Min. 13.000kg, PBT 23000kg, provido de | Unid. | 3,00 |

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

| | | | | |
|----|----------|---|-------|------|
| | | tacógrafo, Faixas Refletivas e Sinalização de segurança conforme Contram, Pára Choque Traseiro e Articulado com Pintura Zebrada, Pneus R.22,5 , moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). | | |
| 21 | BR214878 | Caminhão pipa 15.000l , Zero km, Ano 2019 ou Superior com capacidade mínima 15.000l Trucado (c/ terceiro eixo), zero km, potencia mínima do motor Diesel 280cv , dist entre eixos =5.307mm -, incl tanque de aco carbono1008/10 ou superior p/ transp de agua de no mínimo 200l, carga útil Min. 15.631kg, PBT 23000kg, provido de tacógrafo, Faixas Refletivas e Sinalização de segurança conforme Contram, Pára Choque Traseiro e Articulado com Pintura Zebrada, Pneus R.22,5 , moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). | Unid. | 2,00 |
| 22 | BR88129 | Caminhão FRIGORIFICO (VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO FRIGORÍFICO) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, APLICAÇÃO:MILITAR, TRAÇÃO:4 X 2, COMBUSTÍVEL:ÓLEO DIESEL, CAPACIDADE TANQUE COMBUSTÍVEL:130 L, CAPACIDADE FRIGORÍFICO:10 TON , potência mínima 150 CV, cabine com barra de proteção nas portas, cintos de segurança de 03(três) pontos, bancos em tecido, com ar-condicionado. Carga útil + carroceria mínima de 5.000 kg. Motor diesel 04 (quatro) cilindros. Direção hidráulica. Com CARROCERIA CÂMARA FRIGORÍFICA montada, dimensões mínimas 5,0 m x 2,00 m x 1,90 m(comprimento, largura e altura respectivamente), para transporte de produtos perecíveis congelados/resfriados, com equipamento de refrigeração, revestimento externo em com painéis inteiriços de Plástico Reforçado com Fibra de Vidro-PRFV, revestimento interno em PRFV, com ação anti-microbiana, pré-pigmentados na cor branca, piso tipo em alumínio canaletado com drenos junto a traseira da carroceria, isolamento feito de espuma rígida de poliuretano, com espessura mínima de 50 mm, iluminação interna no compartimento decarga, parafusado, piso laminado com fibra de vidro com poliuretano injetado, duto de ar, iluminação interna e externa imbutida, chassi da carroceria em aço carbono, porta lateral e 02(duas) portas traseiras e estribo para acesso, corote d'água, para-choque traseiro, escada de acesso ao compartimento de carga, dupla ação e sistema de carregamento traseiro, sinalização conforme normas de trânsito. Emplacados e licenciados em nome da CODEVASF. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 2,00 |
| 23 | BR102369 | Caminhão COLETOR DE LIXO Zero km, Ano 2019 ou Superior potência motor:162 Min.cv, capacidade ventilação:óleo diesel, tipo motor:diesel turbo aftercooler, quantidade cilindro motor:4 un, tipo direção:hidráulica, tipo embreagem:monodisco - material cerâmico, quantidade marchas transmissão frente:5 un, quantidade marchas transmissão ré:1 un, tipo freio:tmbor roda dianteira e traseira, tipo circuito freio:duplo circuito ar, capacidade carga/força compactação:7.480 kgf, capacidade tanque combustível:150 l, cabine com barra de proteção nas portas, cintos de segurança de 03(três) pontos, bancos em tecido, com ar-condicionado. Carga útil mínima de 3.800 kg. Motor diesel 04 (quatro) cilindros. Direção hidráulica. Com | Unid. | 1,00 |

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

| | | | | |
|----|----------|--|-------|------|
| | | COLETOR COMPACTADOR de resíduos sólidos, Novo, Zero km, montado, capacidade mínima de lixo compactado 6 m³, comandos hidráulicos para abertura, descarga e fechamento, com comando por alavancas. Sinalização sonora de marcha ré, bomba de acionamento acoplada diretamente a tomada de força do chassi ou por meio de cardan, depósito em chapa de aço sae 1010/20, trava e destrava manual da estrutura da porta traseira, acionado por cilindros hidráulicos, força do escudo ejetor mínima 1300 Kgf, caixa de chorume mínima 90 Litros, teto em chapa lisa, cilindro de dupla ação e sistema de carregamento traseiro, plataforma traseira para mínimo 04 pessoas, garras de sustentação para operadores, taxa de compactação 3:1, iluminação na praça de carga traseira para trabalho noturno, sinalização conforme normas de trânsito. Emplacados e licenciados em nome da CODEVASF. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | | |
| 24 | BR132705 | Tanque de Expansão capacidade 800 L , Zero km, Ano 2019 ou Superior resfriador de leite para 2 ordenhas. Tanque em aço inox AISI 304. Sistema de expansão direta. Timer com marcador digital de temperatura. Motor redutor com pá agitadora em aço inox AISI 304, com acabamento sanitário. Tampa de proteção de ompressor para resfriadores. Motor monofásico. O equipamento deverá ser fabricado conforme IN nº 53 de 16 de agosto de 2002 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e normas da ABNT. Provido de Logomarca da CODEVASF silkada em local visível. Demais características obrigatórias que devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 5,00 |
| 25 | BR132705 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Tanque de Expansão capacidade 800 L , Zero km, Ano 2019 ou Superior resfriador de leite para 2 ordenhas. Tanque em aço inox AISI 304. Sistema de expansão direta. Timer com marcador digital de temperatura. Motor redutor com pá agitadora em aço inox AISI 304, com acabamento sanitário. Tampa de proteção de ompressor para resfriadores. Motor monofásico. O equipamento deverá ser fabricado conforme IN nº 53 de 16 de agosto de 2002 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e normas da ABNT. Provido de Logomarca da CODEVASF silkada em local visível. Demais características obrigatórias que devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 26 | BR214905 | CAMINHAO TOCO PIPA PARA LEITE 10000L, novo, zero km 2019 , potencia minima do motor minimo de 170cv - dist entre eixos adequado - incluído tanque lavatório de aco carbono 1008/10 ou superior p/ transp de agua de no mínimo 200l, Carga útil : 8.700 kg (Ou Superior); provido de tacógrafo, Pneus R.20 e moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). Provido de : TANQUE RODOVIÁRIO ISOTÉRMICO PARA TRANSPORTE DE LEITE A GRANEL - capacidade 10 mil ltros com Módulos internos, Revestimento externo, acabamento, Bocas de visitas, Sistema de carga e Descarga, Sistema CIP, Conjunto Base | Unid. | 1,00 |

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

| | | | | |
|----|----------|---|-------|------|
| | | (Chassi) e Plataformas de Proteção Lateral, Passarela superior e Acessórios, tudo conforme conforme as normas do CONTRAN/DENATRAN em consonância com as especificações detalhadas no caderno de especificações. | | |
| 27 | BR214905 | CAMINHAO TOCO PIPA PARA LEITE 12000L, novo, zero km 2019 , potencia minima do motor minimo de 250cv - dist entre eixos adequado - incluído tanque lavatório de aco carbono1008/10 ou superior p/ transp de agua de no mínimo 200l, Carga útil : 8.700 kg (Ou Superior); provido de tacógrafo, Pneus R.20 e moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). Provido de : TANQUE RODOVIÁRIO ISOTÉRMICO PARA TRANSPORTE DE LEITE A GRANEL - capacidade 10 mil litros com Módulos internos, Revestimento externo, acabamento, Bocas de visitas, Sistema de carga e Descarga, Sistema CIP, Conjunto Base (Chassi) e Plataformas de Proteção Lateral, Passarela superior e Acessórios, tudo conforme conforme as normas do CONTRAN/DENATRAN em consonância com as especificações detalhadas no caderno de especificações. | Unid. | 1,00 |
| 28 | BR214905 | CAMINHAO TOCO PIPA PARA LEITE 15000L, novo, zero km 2019 , potencia minima do motor minimo de 250cv - dist entre eixos adequado - incluído tanque lavatório de aco carbono1008/10 ou superior p/ transp de agua de no mínimo 200l, Carga útil : 8.700 kg (Ou Superior); provido de tacógrafo, Pneus R.20 e moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). Provido de : TANQUE RODOVIÁRIO ISOTÉRMICO PARA TRANSPORTE DE LEITE A GRANEL - capacidade 15 mil litros com Módulos internos, Revestimento externo, acabamento, Bocas de visitas, Sistema de carga e Descarga, Sistema CIP, Conjunto Base (Chassi) e Plataformas de Proteção Lateral, Passarela superior e Acessórios, tudo conforme conforme as normas do CONTRAN/DENATRAN em consonância com as especificações detalhadas no caderno de especificações. | Unid. | 1,00 |
| 29 | BR214905 | CAMINHÃO HIDROJATEADOR - MODELO EURO VAC OU SIMILAR , zero km 2019 ou superior, potencia minima do motor minimo de 190cv, tanque reservatório inteiramente fabricado em aço carbono SAE 1020 A36 com espessura de chapa 3/16", dotado de quebra ondas em seu interior de modo a manter a carga acomodada durante a locomoção, incluindo o uso de aditivos e/ou abrasivos com pressões acima de 1.000 psi (70 BAR). tudo conforme conforme as normas do CONTRAN/DENATRAN em consonância com as especificações detalhadas no caderno de especificações. | Unid. | 1,00 |
| 30 | BR301733 | Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, Hatch 1.4 ou Superior, Potência Mín. 65CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Aro 14 ou superior, Chave Canivete, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e caracteristas próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 3,00 |
| 31 | BR254799 | Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior utilitário Leve , para transporte de pequenas cargas, tipo Saverio ou Similar, 1.4 | Unid. | 7,00 |

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

| | | | | |
|----|----------|---|-------|------|
| | | ou superior, Potência Mín. 65CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Aro 14 ou superior, Vidros Elétricos, Provido de Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e características próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | | |
| 32 | BR254799 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior utilitário Leve , para transporte de pequenas cargas, tipo Saverio ou Similar, 1.4 ou superior, Potência Mín. 65CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Aro 14 ou superior, Vidros Elétricos, Provido de Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e características próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1 |
| 33 | BR456359 | Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, SEDAN 1.5 ou superior , nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Automático, Ar, Aro 15 ou superior, Potência Motor 115CV ou superior, flex ou Diesel, Chave Canivete, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimídia. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência).. | Unid. | 1,00 |
| 34 | BR456327 | Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, SUV, 1.4 ou superior , Min 150CV a 170CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Ar, Aro 15 ou superior, Biocombustível/flex ou Diesel, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimídia. Garantia mínimo 03 anos (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência).. | Unid. | 5,00 |
| 35 | BR456327 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, SUV, 1.4 ou superior , Min 150CV a 170CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Ar, Aro 15 ou superior, Biocombustível/flex ou Diesel, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimídia. Garantia mínimo 03 anos (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência).. | Unid. | 1,00 |
| 36 | BR446891 | Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior , utilitário transporte de passageiros 7 lugares, 2.0 ou superior, Min 16v e 4P, potência min 110cv, 4x2, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Ar, Aro 15 ou superior, Biocombustível/flex ou Diesel, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimídia. Garantia mínimo 03 anos (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência). | Unid. | 3,00 |
| 37 | BR239647 | Caminhonete Cabine Simples , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Diesel, Mínimo de 140cv, 06 velocidades, Motor 2.5 ou Superior, nacional ou nacionalizado, tração 4x4, Provido sistema Multimídia como Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e características próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 | Unid. | 3,00 |

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

| | | | | |
|----|----------|---|-------|------|
| | | meses (Sem Limites de quilometragem). | | |
| 38 | BR239647 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Caminhonete Cabine Simples , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Diesel, Mínimo de 140cv, 06 velocidades, Motor 2.5 ou Superior, nacional ou nacionalizado, tração 4x4, Provido sistema Multimídia como Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e características próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 39 | BR456317 | Caminhonete Cabine Dupla , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Diesel, Mínimo de 160cv, 06 velocidades, Motor 2.5 ou Superior, nacional ou nacionalizado, tração 4x4, Provido sistema Multimídia como Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e características próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 4,00 |
| 40 | BR456317 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Caminhonete Cabine Dupla , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Diesel, Mínimo de 160cv, 06 velocidades, Motor 2.5 ou Superior, nacional ou nacionalizado, tração 4x4, Provido sistema Multimídia como Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e características próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 41 | BR300809 | Veículo Utilitário de Carga Leve Tipo Furgão fiorino ou similar , Zero km, Ano 2019 ou Superior, 1.4 ou superior, potência do motor: mínima de 85 a 110 cavalos, nacional ou nacionalizado, cilindrada mínima 1,3 ; 2 (duas) portas no compartimento dos passageiros; ano: 2019 ou superior; capacidade de 2 ocupantes; cor: branca; combustível: gasolina/ álcool; transmissão mecânica manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) a ré; tração 4x2, Provido sistema Multimídia como Rádio com conexões USB e Bluetooth; freios: sistema de freios hidráulico com sistema anti-travamento das rodas (ABS); dianteiro à disco ventilado e traseiro a tambor auto-ajustáveis (ou sistema superior); ar condicionado: original, instalado pela fábrica; Travas elétricas e acessórios de segurança e sinalização exigidos pela Legislação Brasileira para a categoria; direção: hidráulica ou elétrica; alarme antifurto; compartimento de carga com duas portas, capacidade útil mínima de 600 kg; parede ou grade divisória entre compartimento de carga e passageiros; jogo de tapetes, protetor de cárter. Conforme legislação pertinente, deverá ser entregue emplacado e licenciado, inclusive com o pagamento de IPVA e DPVAT, | Unid. | 3,00 |
| 42 | BR456432 | Veículo Utilitário de Carga Leve Tipo Furgão , Zero km, Ano 2019 ou Superior, 2.0 ou superior, nacional ou nacionalizado, Veículo automotor zero quilometro; potência mínima do motor 120, cilindrada mínima 2.0, 2 (duas) portas no compartimento dos passageiros; ano: 2019 ou superior; capacidade de 2 ocupantes; cor: branca; combustível: gasolina/ álcool/diesel; transmissão mecânica manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) a ré; tração 4x4; freios: sistema de freios hidráulico com sistema anti- | Unid. | 2,00 |

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

| | | | | |
|-----------|----------|---|-------|----|
| | | travamento das rodas (ABS); Provido sistema Multimídia como Rádio com conexões USB e Bluetooth, dianteiro à disco ventilado e traseiro a tambor auto-ajustáveis (ou sistema superior); ar condicionado; acessórios de segurança e sinalização exigidos pela Legislação Brasileira para a categoria; direção: hidráulica ou elétrica; alarme antifurto; compartimento de carga com duas portas, capacidade útil mínima de 8m³; parede ou grade divisória entre compartimento de carga e passageiros; jogo de tapetes, protetor de cárter. Conforme legislação pertinente, deverá ser entregue emplacado e licenciado, inclusive com o pagamento de IPVA e DPVAT, Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem) | | |
| 43 | BR214903 | Caminhão com Implemento Baú Zero Km, Modleio 2019 ou superior, Ar condicionado, Manual, trava elétrica com acionamento na chave, controle elétrico dos vidros e retrovisores, suspensão de cabine. Equipado com motor a diesel, 04 cilindros, Potência Mín 190CV, transmissão manual ou automática, 06 velocidades, direção hidráulica, tacógrafo eletrônico, capacidade de carga útil+carroceria de no mín. 10.000kg, PBT Min. 15.000kg, com implemento BAÚ. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 02 |

- 1.1.1. A descrição geral dos fornecimentos/fornecimentos encontra-se detalhada no Termo de Referência, Anexo I, que integra este Edital.
- 1.1.2. Além das Especificações Técnicas, deverão ser também observadas no fornecimento as Normas Técnicas da ABNT e do INMETRO.
- 1.1.3. No caso de haver divergência entre a descrição constante na “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” no sistema www.comprasgovernamentais.gov.br e aquela contida no Edital, prevalecerá sempre a descrição contida no Edital.
- 1.1.4. O fornecimento objeto deste Edital poderá ser acrescido ou diminuído, caso a Contratada aceite, de acordo com as necessidades e conveniências da Codevasf, nos termos do art. 81, § 1º, da Lei 13.303/16.
- 1.1.5. **Local de Entrega e Condições de Embarque e Transporte**
 - 1.1.5.1. O local de entrega e as condições de embarque e transporte dos equipamentos/materiais objeto deste Pregão estão detalhados no **item 4** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, que faz parte integrante do mesmo.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar desta licitação empresas do ramo, pertinentes ao objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, individuais e/ou societárias, que satisfaçam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, e que estejam previamente credenciadas no SICAF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

(nível básico do registro cadastral) e credenciadas no site www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico.

- 2.1.1. Na fase de habilitação, o licitante de melhor oferta deverá comprovar que possui capital social mínimo (ou patrimônio líquido) no valor de 10% (dez por cento) do valor de sua proposta, considerando o somatório dos itens que compõem a proposta.
- 2.1.2. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo declarar, em campo próprio no sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu art. 3.º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.
- 2.1.3. Para participação no Pregão Eletrônico o licitante deverá declarar ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório. (§ 2º do art. 21 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 2.1.4. A participação na licitação implica na aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e seus Anexos e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 2.1.5. Poderá ser permitido que o(s) licitante(s) vencedor(es) ou contratado(s) sofra(m) processo de Fusão, Incorporação ou Cisão, desde que sejam observadas pela(s) nova(s) empresa(s) os requisitos de Habilitação e que sejam mantidas as condições estabelecidas no(s) contrato(s) original(is), quando já contratado, sendo que, em qualquer uma das hipóteses, a Codevasf deverá ser notificada do processo e deliberará sobre a sua aceitação, ou não, condicionada à análise por parte da Administração quanto à possibilidade de riscos de insucesso.
- 2.2. **Caberá ao licitante interessado em participar deste Pregão Eletrônico:**
- a) Credenciar-se no SICAF por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br;
 - b) Remeter a proposta de preços, no prazo estabelecido no subitem 9.20 deste Edital, **exclusivamente por meio eletrônico, via internet**;
 - c) Responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Codevasf responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 13, inciso III, do Decreto 5.450/05);
 - d) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005);

- e) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a viabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) Utilizar-se de chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- g) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

2.3. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Empresas em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, exceto se o plano de recuperação tenha sido homologado pelo juiz competente, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com a Codevasf e que tenham sido declaradas inidôneas pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - b1) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - b2) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - b3) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - b4) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - b5) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- c) Empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Codevasf;
- d) Empresas estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País;
- e) Pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;
- f) Pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- g) Pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.
- h) Pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
 - h.1) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade hierarquicamente superior no âmbito da Codevasf;
- i) Empresa cujo o proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Codevasf há menos de 6 (seis) meses;
- j) **Empresas que estejam enquadradas como cooperativas;**
- k) **Sob a forma de consórcio**

2.4. VISITA

2.4.1. O atestado de visita aos locais dos fornecimentos **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos fornecimentos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser invocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.

2.4.2. Os custos de visita aos locais dos fornecimentos/fornecimentos correrão por exclusiva conta do licitante.

Em caso de dúvidas sobre onde serão entregues os bens objeto desse Edital ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Revitalização de Bacias Hidrográficas da CODEVASF, em Juazeiro, no Estado da Bahia, nos telefones: (74) 3614 6234 / 3614 6278 / 3614 6267.

2.4.3. A visita aos locais onde serão executados os fornecimentos deverá ser marcada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e deverá ser realizada em horário comercial.

3. CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso o sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005), devendo ser providenciado no sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 3.2. O credenciamento do licitante no site do Comprasgovernamentais dependerá também do credenciamento (nível básico do registro cadastral) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (art. 3º, § 6º, do Decreto 5.450/2005).
- 3.4. A perda da senha ou quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 3.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Codevasf responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).
- 3.6. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas distintas por meio de um único representante.

4. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

- 4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a quaisquer elementos deverão ser enviados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico via Internet no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, ou através do e-mail: 6a.sl@codevasf.gov.br. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.
- 4.2. O licitante deverá, além das informações específicas requeridas pela Codevasf, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas aquelas conhecidas que assegurem a qualidade igual ou superior à indicada nas especificações constantes neste Edital e seus Anexos.
- 4.3. Os licitantes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar a execução dos fornecimentos, seus custos e prazos.
- 4.4. Analisando as consultas, a Codevasf deverá esclarecê-las e, acatando-as, deverá alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus anexos, comunicando sua decisão, também por meio eletrônico, via Internet, nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.codevasf.gov.br, divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 4.5. As eventuais alterações e esclarecimentos também estarão disponíveis nos sítios www.codevasf.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br, para consulta dos interessados.
- 4.6. A apresentação da proposta tornará evidente que o licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus Anexos, que a comprovou e a achou correta.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

Evidenciará, também, que o licitante obteve da Codevasf, satisfatoriamente, as eventuais informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta apresentada, implicando na aceitação plena de suas condições.

- 4.7. A proposta, toda a correspondência e os documentos trocados entre o licitante e a CODEVASF serão escritos em português, e os preços deverão ser cotados em reais.

5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 5.1. Até 2 (dois) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão na forma eletrônica.
- 5.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado da data do pedido da impugnação.
- 5.3. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

6. INCLUSÃO/ENVIO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Após a divulgação do Edital no portal www.comprasgovernamentais.gov.br, o licitante deverá incluir sua Proposta, **com observância aos preços máximos unitários e global orçados pela CODEVASF**, no campo correspondente dentro do sistema eletrônico denominado “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, devendo descrever os fornecimentos, contemplando os preços unitário e global de cada Item integrante do Grupo, estando incluídos todos os impostos, taxas e despesas, tais como frete, transporte, carga, descarga, mão de obra, leis sociais, alimentação, veículos, ferramentas, seguro e quaisquer outros incidentes sobre os itens do objeto deste pregão, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (art. 21, caput, Decreto nº 5.450/2005).
- 6.1.1. A CODEVASF não considerará propostas para entrega parcial dos bens objeto deste Edital..
- 6.1.2. Os preços deverão ser cotados em reais.
- 6.1.3. Os licitantes classificados como **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** **deverão declarar, no ato do envio de suas propostas, em campo próprio do sistema, que atendem aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.**
- 6.1.4. As propostas inseridas no sistema eletronicamente, no campo denominado “**Descrição Detalhado do Objeto Ofertado**”, não deverão contemplar informações do tipo “**Conforme Edital**”, “**Conforme Especificações Técnicas**”, “**De acordo com as**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

exigências do Órgão”, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, tendo em vista que tais descrições dificultam a identificação, pelo Pregoeiro, do real objeto proposto pelo licitante.

- 6.1.5. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura deste Pregão, sujeita a revalidação por idêntico período.
- 6.1.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente incluída no sistema.
- 6.1.7. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.2. Incluída a proposta, ainda que omissa em sua descrição no sistema no campo correspondente denominado “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, o licitante compromete-se a executar os fornecimentos objeto deste Edital, sem preterição do que consta dos Termos de Referência, ANEXO I - que integram o presente Edital.
- 6.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os fornecimentos objeto deste Pregão, a serem entregues à Codevasf sem ônus adicional.
- 6.4. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

7. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. A partir das 09h00 (nove horas) **do dia 25 (vinte e cinco) de outubro de 2019 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**, e em conformidade com o subitem 6.1 deste Edital, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico n.º 012/2019 – 6ª/SL**, com a divulgação das Propostas incluídas e aceitas pelo sistema.
- 7.1.1. O pregoeiro analisará as propostas de preços divulgadas pelo sistema, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital (§ 2º do art. 22 do Decreto nº 5.450/2005), bem como aquelas que contenham irregularidades ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento, dando assim início à etapa de lances, conforme previsto neste Edital e de acordo com o Decreto n.º 5.450, publicado no Diário Oficial da União de 01/06/2005.
- 7.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos, e que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 7.4. A desclassificação de proposta será sempre fundamental e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8. FASE COMPETITIVA DE LANCES

- 8.1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.2. **O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, podendo disputar os 2.º, 3.º, 4.º lugares e assim sucessivamente, se houver.**
- 8.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 8.5. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- 8.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 8.7. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.7.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.7.2. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 8.8. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 (um) a 60 (sessenta) minutos, novo prazo para início do tempo de iminência.
- 8.9. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.
- 8.9.1. Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o Pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento aos licitantes, informando que após

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

transcorridos 30 (trinta) minutos, a contar do aviso do Pregoeiro, a qualquer momento a etapa de lances será encerrada.

8.10. Benefícios às Microempresa e Empresas de Pequeno Porte:

8.10.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).

8.10.1.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Sociedade Cooperativa, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, **reservando-se ainda, a cota no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), quando for o caso (art. 48, inc. III – LC 147/2014): para os itens: 10, 14, 19, 25, 32, 38 e 40, onde concorrerão de forma exclusiva.**

8.10.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada.

8.10.3. Para efeito do disposto no subitem 8.10.1 deste Edital (art. 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006), ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada pelo próprio sistema no portal www.comprasgovernamentais.gov.br, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após encerramento dos lances, sob pena de preclusão, para apresentar nova proposta de preço, inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 supramencionada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 retro mencionada, os lances serão ofertados de acordo com a ordem de classificação definida pelo próprio sistema.

8.10.3.1. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.10.3.2. A condição prevista no subitem 8.10.3.1 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte

8.11. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances (art. 13, inciso III, do Decreto 5.450/2005).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 8.12. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005).
- 8.13. O Pregoeiro poderá anunciar o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da **aceitação do lance de menor valor**.

9. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao orçado para contratação e verificará a viabilidade de sua aceitação, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos (art. 25 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 9.2. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante detentor da proposta de menor preço global, no sentido de que seja obtido melhor preço, e ainda:
- a) Se não houver lances e o menor preço global e preços unitários estiver em desacordo com o orçado pela CODEVASF;
 - b) Quando a proposta classificada em primeiro lugar, ou seja, a de menor preço, estiver com preço global e unitários em desacordo com o orçado pela CODEVASF, mesmo após encerramento da etapa competitiva;
 - c) Se a proposta de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação.
 - d) Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, conforme prevê o § 3º do art. 8º do Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015.
 - e) Deverá ser priorizada a aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente, conforme prevê o § 4º do art. 8º do Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015.
- 9.2.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.3. Caso não haja vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, conforme prevê o § 2º do art. 8º do Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015.
- 9.4. Não serão aceitas propostas com preços unitários e global superior ao valor orçado pela Codevasf, ou com preços manifestamente inexequíveis.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 9.4.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.
- 9.4.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- a) Questionamentos junto ao licitante vencedor para apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
 - b) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
 - c) Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 9.5. É facultado à comissão de licitação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, conforme art. 57 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.
- 9.6. Também será desclassificada a proposta que, após a diligência, não justificar eventuais irregularidades apontadas pelo Pregoeiro.
- 9.7. No julgamento das propostas o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das mesmas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e aceitação (§ 3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005).
- 9.8. Erros aritméticos serão retificados desde que não importem em acréscimo do preço fixado na Carta de Apresentação de Proposta, que exige a apresentação de propostas firmes e valiosas:
- a) Se houver discrepância entre o preço unitário e o preço total, o qual é obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá, e o preço total será corrigido;
 - b) Se houver discrepância entre os valores numéricos e seus componentes por extenso, prevalecerão os valores descritos por extenso;
 - c) Se houver discrepância entre os valores unitários constantes das Planilhas de Composições de Preços Unitários e a Planilha de Preços Unitários, prevalecerá o valor das Composições de Preços Unitários.
- 9.8.1. Erros ou distorções em qualquer preço ou componente de preço, que impliquem em acréscimo do preço fixado na Carta de Apresentação de Proposta não serão considerados.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 9.8.2. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem acima o licitante deverá honrar o preço fixado na Carta de Apresentação de Proposta, sob pena de desclassificação.
- 9.8.3. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global.
- 9.9. Não se admitirá proposta que apresentar preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.
- 9.10. A Proposta da melhor oferta, inicialmente encaminhada nos termos determinados pelo subitem 6.1 deste Edital, que compreende a descrição do objeto e todas as demais informações afins julgadas necessárias ou convenientes, deverá ser reformulada pelo licitante declarado vencedor, com a composição do(s) item(ns), contemplando os valores unitário e total, e **enviada por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema Compras Governamentais, em arquivo único, a proposta de preço devidamente adequada ao último lance ou valor negociado, ou enviar para o email: 6a.sl@codevaf.gov.br, no prazo determinado pelo pregoeiro**, a partir da comunicação da CODEVASF por meio do seu Pregoeiro, via sistema no portal www.comprasgovernamentais.gov.br, acompanhada ainda dos documentos a seguir descritos:
- a) A Carta de Apresentação da Proposta – Anexo II deste Edital – deverá constituir-se no primeiro documento da Proposta, devidamente datado e assinado pelo representante legal do licitante, e com prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data estabelecida para a entrega da proposta, sujeita à revalidação por idêntico período. A Carta de Apresentação da Proposta deverá conter ainda os seguintes dados:
 - Razão social, CNPJ e endereço completo do licitante, com e-mail, site, número de telefone, Banco, agência, número de conta-corrente, praça de pagamento, e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF identidade, endereço e telefones fixo e celular) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso de o licitante ser o vencedor;
 - b) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
 - c) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos bens ofertados, em conformidade com Termo de Referência, Anexo I, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados, devendo ser observados os prazos mínimos de garantia de fábrica estabelecidos;
 - d) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo II do Termo de Referência, Anexo I, que é parte integrante deste termo de Referência.
 - e) Declaração, do próprio licitante, que fornecedor deverá executar todas as tarefas necessárias à instrução da CODEVASF, ou do montador designado, sobre a forma correta de montagem, instalação e manutenção dos equipamentos.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- f) Serão de responsabilidade do licitante vencedor o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:
- f1) Fornecimento de manuais detalhados, em língua portuguesa, de operação e manutenção para cada unidade apropriada dos equipamentos fornecidos em 02 (duas) vias e em meio eletrônico;
 - f2) Relação de ferramentas especiais para montagem e/ou manutenção dos equipamentos fornecidos.
- g) Quaisquer outras informações afins que julgar necessárias ou convenientes.
- h) Deverão ser observadas também as informações contidas no **item 8 do Termo de referência, anexo I deste edital**.
- 9.10.1. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio das planilhas de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores orçados pela CODEVASF.
- 9.11. A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, sujeita a revalidação por idêntico período.
- 9.12. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pela autoridade competente da CODEVASF:
- a) Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;
 - b) Falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes "Proposta" com poderes para esse fim;
 - c) A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope "Documentação".
 - d) Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 9.13. Nos preços unitários propostos deverão estar incluídos todos os custos, transporte, carga e descarga dos bens cotados, seguro, testes de fábrica e do campo, mão-de-obra, leis sociais, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, E IPI) e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste Edital. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.
- 9.14. Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos e veículos, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

do licitando arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e fornecimentos ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

- 9.15. Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 56, incisos I a VI da Lei n.º 13.303/2016, as propostas que:
- a) Contenham vícios insanáveis;
 - b) Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
 - c) Apresentem preços manifestamente inexequíveis;
 - d) Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação de que trata o § 1º do art. 57, ressalvada a hipótese prevista no caput do art. 34 da Lei nº 13.303/2016;
 - e) Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Codevasf;
 - f) Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.
- 9.16. O licitante deverá prever todos os acessos necessários para permitir a chegada dos equipamentos e veículos nos locais de entrega, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os eventuais custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta do licitante vencedor.
- 9.17. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros, equívocos e omissões havidas nas cotações de preços serão de inteira responsabilidade do licitante, em caso de erro para menos, eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação, podendo sofrer as sanções cabíveis.
- 9.18. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico da unidade de origem da licitação, para subsidiar no julgamento da proposta.
- 9.19. Se a proposta de preços do licitante classificado em primeiro lugar não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, obedecidos os termos expressos no subitem 9.10, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 9.20. A Proposta de Preços reformulada, de que trata o subitem 9.10 deverá ser **encaminhada em original no prazo de até 03 (três) dias úteis**, para o endereço da Codevasf contido no item 1 deste Edital, contado da data da comunicação da Codevasf, por meio do seu Pregoeiro, sob pena de desclassificação da proposta.
- 9.20.1. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 9.21. Os documentos apresentados durante a sessão pública, emitidos em idioma estrangeiro, deverão ser devidamente traduzidos para a língua portuguesa, por tradutor juramentado e registrado no Cartório de Títulos e Documentos, arcando o licitante com todas e quaisquer despesas decorrentes da tradução.

10. HABILITAÇÃO

- 10.1. Após o encerramento da fase de aceitação das propostas, com a decisão acerca do último item em disputa, registrada no sistema eletronicamente, o Pregoeiro procederá análise relativa à documentação de habilitação do(s) licitante(s) vencedor(es), que deverão comprovar a situação de regularidade de acordo com o que segue:

10.1.1. Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Verificação, "on line", junto do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, da documentação obrigatória (SEGURIDADE SOCIAL – INSS (relativo a Débitos Previdenciários) e FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS) mediante a apresentação, respectivamente, de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
 - a1) Na hipótese de haver documentos com prazo de validade vencido junto do SICAF, o licitante vencedor deverá apresentar a documentação correspondente com prazo de validade em vigor;
 - a2) Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes, e se apresentados de outra forma, deverão ser em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 6ª/SL ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial;
- b) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física;
- c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir;
 - c1) Observações: serão considerados aceitos como *na forma da lei* o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - c.1.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou,
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

c.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

c.1.3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 - estatuto das microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

c.1.4) sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

c2) Comprovação da boa situação financeira da empresa, confirmada por meio de consulta "on line" ao SICAF, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Onde:

LG - Liquidez Geral

SG - Solvência Geral

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

LC - Liquidez Corrente

- c3) O licitante de melhor oferta deverá comprovar que possui capital social mínimo (ou patrimônio líquido) no valor de 10% (dez por cento) do valor de sua proposta, considerando o somatório dos itens que compõem a proposta, conforme exigências do subitem 2.1.1.

10.1.1.1. **Declarações a serem enviadas através do sistema do Compras Governamentais:**

- a) No caso de ME ou EPP, a mesma deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, com base no que preceitua o art. 11º do Decreto n.º 6.204/2007.
- b) Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- c) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, sendo que a **Codevasf** procederá verificação junto ao sítio www.portaldatransparencia.gov.br no intuito de verificar a inexistência de impedimento da empresa participante em licitar e contratar com a Administração Pública e por improbidade administrativas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ, http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- d) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de acordo com o determinado na IN 02/2009, de 16/09/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU do dia 17/09/2009.

10.1.2. **Qualificação Técnica:**

- 10.1.2.1. A **Qualificação** Técnica constitui-se dos documentos **exigidos no subitem 9.1** dos Termos de Referência, **Anexo I, que integra o presente Edital**, devendo ser apresentados na forma ali estabelecida para fins de avaliação da qualificação técnica.
- 10.1.2.2. No caso de comprovação da capacidade técnica do licitante e dos profissionais em fornecimentos realizados no exterior, deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica, devidamente regularizado no país de origem, registrado no Consulado Brasileiro e acompanhado por tradução juramentada, arcando o licitante com todas e quaisquer despesas decorrentes da tradução.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 10.1.3. Para a eficácia dos atos quanto ao atendimento a que se referem os subitens 10.1.1 e 10.1.2 acima, o licitante vencedor deverá apresentar a documentação solicitada **no prazo determinado pelo pregoeiro, através do Sistema Compras Governamentais, em arquivo único, ou por e-mail: 6a.sl@codevasf.gov.br, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo de até 03 (três) dias úteis**, contados da data da comunicação da CODEVASF por intermédio do Pregoeiro, sob pena de inabilitação da empresa.
- 10.1.4. A validade das certidões referidas no subitem 10.1.1 corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a Codevasf convencionou o prazo como sendo o de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese do licitante em comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante a juntada de norma legal pertinente.
- 10.1.5. Caso a(s) certidão(ões) expedidas pela(s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja(m) POSITIVA(S), deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou sejam juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens.
- 10.1.6. Toda a documentação apresentada pelo licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer a empresa que efetivamente executará os fornecimentos, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, com exceção da CND junto ao INSS e do CRF junto ao FGTS, sendo que neste último caso deverá comprovar que os recolhimentos de FGTS são centralizados.
- 10.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos no subitem 10.1.1 deste Edital, no que couber.
- 10.3. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
- a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou,
 - b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 10.4. **Habilitação: Benefícios às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:**
- 10.4.1. Nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015, em se tratando das microempresas ou empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de contratação. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43, caput da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 10.4.2. Na hipótese de haver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, quando da comprovação de que trata o subitem acima, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Codevasf, mediante justificativa do licitante, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006), observando-se o procedimento definido no Decreto nº 8.538/2015 (art. 4º, § 1º, do Decreto nº 8.538/2015).
- 10.4.3. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte é condição para assinatura do contrato.
- 10.4.4. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem 10.4.2 acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no previstas no Capítulo II, Seção III da Lei nº 13.303/2016, de 30/6/16, sendo facultado à Codevasf convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação do objeto de que trata este Edital, ou revogar a licitação (art. 43, § 2º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 10.5. **Os documentos apresentados em língua estrangeira:**
- 10.5.1. Os documentos apresentados por licitante brasileiro, se expressos em língua estrangeira, deverão ser traduzidos para a língua portuguesa por tradutor público juramentado e autenticados pelo respectivo consulado, excetuados os catálogos técnicos ilustrativos dos produtos ofertados, que poderão ser apresentados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola;
- 10.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, que sejam omissas, ou que apresentarem irregularidades capazes de dificultar o julgamento.
- 10.7. No julgamento dos documentos de habilitação o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação. (§ 3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005).
- 10.8. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 10.9. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital e seus Anexos, o licitante será declarado vencedor.

11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido **o prazo de 3 (três) dias úteis** para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (art. 26 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 11.1.1. Caso seja concedido o benefício estipulado no subitem 10.4.2 deste Edital, a abertura do prazo recursal em relação ao resultado do certame somente ocorrerá após a finalização do prazo determinado no referido subitem.
- 11.2. O acolhimento do recurso implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado classificado em primeiro lugar.
- 11.4. Qualquer recurso administrativo contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 11.5. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na sala da Secretaria Regional de Licitações – 6ª/SL, localizada na Avenida Comissão do Vale do São Francisco, s/nº, Bairro Piranga, nos dias úteis no horário de 08:00 (oito) às 12:00 (doze) horas e de 13:30 (treze e trinta) às 17:00 (dezessete) horas de segunda a sexta-feira.
- 11.6. As razões dos recursos deverão ser apresentadas, tempestivamente, via sistema, através do portal do Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br) ou, caso haja algum problema de envio via sistema, no endereço acima, ou ainda por e-mail: 6a.sl@codevasf.gov.br, dirigidas ao Pregoeiro, que os analisará e quando mantiver sua decisão, encaminhará os autos à autoridade competente que, neste caso, deverá decidir sobre o recurso.
- 11.7. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem acima.

12. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 12.1. A adjudicação de cada item do presente Edital será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.
- 12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do item ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
- 12.3. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 12.4. O Pregoeiro ou autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição com vistas à verificação da aceitabilidade do item cotado, antes da homologação do certame.

13. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 13.1. Homologada a licitação pela autoridade competente será(ão) formalizada(s) a Ata(s) de Registro de Preços nos termos do Anexo III deste Edital, com as licitantes classificadas em primeiro lugar na disputa havida dos itens constantes das Planilhas de Preços, constantes do Anexo I deste instrumento licitatório.
- 13.2. A Codevasf procederá ao encaminhamento da(s) Ata(s) de Registro de Preços, devidamente preenchida(s) com os itens nos quais o licitante foi classificado em primeiro lugar, ao endereço eletrônico informado na proposta desta, que procederá a sua impressão e assinatura no prazo de 5 (cinco) dias úteis, remetendo-a à Codevasf para o endereço citado no item 1 deste Edital.
 - 13.2.1. O prazo previsto no subitem 13.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante a quem esta foi endereçada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Codevasf.
 - 13.2.2. No caso do licitante se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Edital, o Pregoeiro poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, conforme parágrafo único do art. 13, do Decreto nº 7.892/13.
- 13.3. Publicado o resultado da licitação no Diário Oficial da União - DOU, a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 7.892/2013.
- 13.4. A efetivação da Ata de Registro de Preços não obriga a Codevasf a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para qualquer aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro de preços preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 13.5. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços será exigida das licitantes a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 13.6. O fornecedor beneficiário que não fizer a comprovação referida no subitem 13.5 acima terá sua proposta desclassificada, podendo a Codevasf convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os documentos habilitatórios e feita a negociação, assumir a colocação de primeiro classificado na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14. CONTRATAÇÃO

- 14.1. A contratação poderá prescindir da assinatura de instrumento de contrato, na forma do disposto no art. 73 da Lei nº 13.303/16, podendo ser substituído pela respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento – OF, quando o objeto a ser contratado não exigir obrigações secundárias.
- 14.2. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Codevasf, de acordo com a demanda de produtos constantes do Sistema de Registro de Preços – SRP, procederá a emissão da Nota de Empenho em favor do fornecedor beneficiário do(s) item(ns) respectivo(s), bem como do respectivo contrato, Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento correspondente, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, remetendo-as pelo e-mail, visando a aquisição dos mesmos.
- 14.2.1. O fornecedor beneficiário que não aceitar as condições estabelecidas na Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento, não cumprindo assim as obrigações prescritas na Ata de Registro de Preço, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.
- 14.2.2. É facultado à Codevasf, quando o fornecedor beneficiário não aceitar a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento nas condições estabelecidas, convocar outro licitante, obedecida a ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.
- 14.2.3. O fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá proceder a entrega dos produtos em conformidade com as exigências prescritas no subitem 19.5 deste Edital.
- 14.3. Havendo necessidade de efetivação do instrumento contratual, as licitantes deverão atentar para o seguinte:
- 14.4. O licitante vencedor será convocado por escrito para assinar o contrato na **Assessoria Jurídica 6ª Superintendência Regional da Codevasf em Juazeiro – BA**, devendo comparecer no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da convocação.
- 14.5. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, no decorrer do prazo especificado no subitem acima, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da Codevasf.
- 14.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 14.7. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, bem como não apresentar as mesmas condições exigidas para sua participação e habilitação neste certame, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.
- 14.8. Na hipótese do não comparecimento do licitante vencedor para a assinatura do Contrato no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, é facultado à Codevasf, por intermédio do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação para fazê-lo. Analisada a aceitabilidade da proposta, devendo, inclusive, negociar diretamente com o licitante para que seja obtido melhor preço, ou revogar este Pregão, sem prejuízo das cominações legais previstas no item 23 deste Edital.
- 14.9. A Codevasf providenciará a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União, considerando que tal publicação deverá ocorrer nos termos previstos no § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016.
- 14.10. Se a proposta do licitante classificado em primeiro lugar não alcançar o quantitativo total estimado para o item ou grupo de itens, os demais licitantes que concordarem com o fornecimento ao preço do primeiro colocado também serão convocados, respeitada a ordem de classificação, para proceder ao fornecimento desejado, até que o quantitativo total seja atingido, conforme determina o Art. 11º inciso II do § 2º, do Decreto nº 7.892/2013.

15. CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 15.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas as situações previstas no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/2016 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 15.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16, a CODEVASF, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 15.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela CODEVASF, o fornecedor beneficiário será convocado pela CODEVASF para negociação do valor registrado em Ata.
- 15.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 15.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 15.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- I. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

II. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

15.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15.8. Os preços somente poderão ser revistos em caso de desequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado, que eleve o custo dos bens registrados, ou em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, conforme - Arts. 17, 18 e 19 do Decreto nº 7.892/2013.

16. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. O Fornecedor Beneficiário da Ata terá seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

16.1.1. A pedido, quando:

- I. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- II. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

16.1.2. Por iniciativa da CODEVASF, quando:

- a) Sofrer sanção prevista no art. 38 ou inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303, de 2016, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;
- b) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Não manter as condições de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- d) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- e) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Se recusar a realizar os fornecimentos nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos;
- g) Na ocorrência de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

16.2. A Ata de Registro de Preço, decorrente deste Pregão, será cancelada automaticamente nas seguintes situações:

- a) Por decurso de prazo de vigência;
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

16.3. Em quaisquer das hipóteses acima, a Codevasf fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos concorrentes a nova ordem de registro.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

17. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1. O prazo de validade dos preços apresentados é de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 17.2. Os contratos decorrentes do SRP – Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas neste Edital e respectivos contratos decorrentes, obedecido o disposto no art. 12, caput, do Decreto 7.892/13.

18. VALOR ORÇADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de **R\$ 31.815.873,91 (Trinta e um Milhões oitocentos e quinze mil e noventa e um centavos)**, a preços de Abril a Julho/2019, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II do termo de referência, anexo I deste edital.

19. PARTICIPAÇÃO E ADESAO

19.1. O órgão gerenciador será a Codevasf.

- 19.1.1. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 13.303/16 e da Lei nº 10.250/02, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:
- 19.1.1.1. Garantir que os atos relativos à sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;
- 19.1.1.2. Manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e
- 19.1.1.3. Tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.
- 19.2. Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 19.3. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que estejam enquadradas no art. 1º da Lei 13.303/2016 e que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/13.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 19.4. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 19.4.1. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 19.4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 19.4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 19.4.3.1. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, observado o disposto no § 4º do art. 22 do Decreto 7.892/13.
- 19.4.4. Ao órgão não participante que aderir a presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 19.4.5. A dotação orçamentária referente a quantidades e valores da participação no processo de Intenção de Registro de Preços, dos órgãos participantes, é de inteira responsabilidade do órgão participante.
- 19.5. **CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA:**
- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
 - b) Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos objetos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão/fornecimentos especialmente designado;
 - e) Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- f) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.
 - g) Permitir ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;
 - h) Notificar o fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
 - i) Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com aqueles praticados no mercado.
- 19.5.1. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 19.6. **CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO DA ATA**
- 19.6.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes do edital, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:
- 19.6.2. Informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar o presente registro de preço;
- 19.6.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, procedência, prazo de validade, número do contrato e dados bancários para pagamento (banco, nome e código da agência e conta corrente);
- 19.6.4. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, no caso de equipamentos;
- 19.6.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o art. 76 da Lei nº 13.303/16;
- 19.6.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Edital, objeto com avarias ou defeitos;
- 19.6.7. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 19.6.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 19.6.9. Assinar a Ata de Registro de Preços e aceitar a respectiva nota de empenho ou ordem de fornecimento, no prazo estabelecido no edital;
- 19.6.10. Manter as condições exigidas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- 19.6.11. Pagar todos os tributos devidos em decorrência do fornecimento, bem como apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste Edital.

20. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

- 20.1. O prazo para execução do objeto contratado será de 60 (sessenta) dias, contado na forma do subitem 20.2.
- 20.2. O prazo será contado da data de entrega, à Contratada, da Ordem de Fornecimento expedida pela CODEVASF, com eficácia legal a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente na Codevasf, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado, caso:
 - a) Houver interesse da Codevasf;
 - b) Forem comprovadas as condições iniciais de habilitação financeira da Contratada;
 - c) For constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a Codevasf;
 - d) Estiver justificada e motivada tecnicamente por escrito, em processo correspondente;
 - e) Estiver previamente autorizada pela autoridade competente.
- 20.2.1. A prorrogação de vigência do contrato deverá ser devidamente justificada no respectivo processo administrativo.
- 20.2.2. Os pedidos de prorrogação de vigência dos contratos pelo contratado serão analisados pelo Fiscal do Contrato e/ou ao titular da unidade orgânica demandante, que emitirá parecer quanto à necessidade de prorrogação e o encaminhará ao Gestor do Contrato para providências decorrentes.
- 20.2.3. O Gestor do Contrato, de posse dos documentos que compõem a solicitação de prorrogação de vigência do contrato, emitirá Nota Técnica e submeterá à Assessoria Jurídica Regional da 6ª/SR para emissão de parecer.
- 20.2.4. Após emissão de parecer jurídico, sendo este favorável ao pleito, o Gestor do Contrato elaborará Proposição e submeterá à apreciação da Diretoria Executiva, com vistas à autorização para celebração de Termo Aditivo.
- 20.2.5. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela CODEVASF se manifestado expressamente, por escrito, até 30 (trinta) dias antes do vencimento do Contrato.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 20.3. A expedição da “Ordem de Fornecimento” somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no “Diário Oficial da União” e entrega das “Garantias de Cumprimento do Contrato e Riscos de Engenharia”, na Unidade Regional de Finanças da 6ª Superintendência Regional da Codevasf.
- 20.4. Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto contratado admitirão prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:
- a) Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
 - b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, que altere as condições de execução;
 - c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e interesse da Administração;
 - d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por lei;
 - e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
 - f) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 20.5. A cada prorrogação a CONTRATADA deverá apresentar prova de regularização com tributos (Fazenda Federal, Estadual e Municipal), Previdência Social (CND), DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT) e FGTS ou comprovante de regularidade do SICAF. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 111 do Regulamento Interno de Licitações da Codevasf.
- 20.6. O Termo Aditivo que prorrogar vigência contratual que implique em alteração no valor do contrato conterá cláusula especificando o respectivo valor.

21. FORMA DE PAGAMENTO

- 21.1. O pagamento dos fornecimentos/fornecimentos objeto deste Edital será realizado conforme as condições estabelecidas no item 12 dos Termos de Referência, Anexo I deste Edital, que faz parte integrante do mesmo, serão efetuados em reais, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, e de acordo com o cumprimento dos seguintes eventos, observados ainda os subitens seguintes.
- 21.2. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega das faturas/notas fiscais pela Contratada.
- 21.2.1. O atesto da fiscalização deverá ser efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a entrega das faturas/notas fiscais.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 21.2.2. Caso a fiscalização não ateste as faturas/notas fiscais, os documentos apresentados serão devolvidos à empresa Contratada, sendo o prazo estabelecido no subitem 21.2 reiniciado após a entrega da nova documentação corrigida.
- 21.3. As Faturas/Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada fornecimento faturado, devidamente atestado pela Fiscalização, isentas de erros ou omissões, com destaque das alíquotas tributárias incidentes e com a indicação do domicílio bancário, agência, localidade e número da conta corrente para recebimento dos respectivos créditos.
- 21.3.1. Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.
- 21.4. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e, que cubram a execução do objeto
- 21.5. É de inteira responsabilidade da empresa Contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 21.6. As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas ao licitante vencedor para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.
- 21.7. No ato da entrega, será feita a conferência de cada item entregue, atestando que os mesmos estão de acordo com as especificações técnicas que integraram este Termo de Referência.
- 21.8. O pagamento será efetuado após a conferência dos itens e da nota fiscal, em moeda corrente nacional, após o atesto do Fiscal do Contrato na nota fiscal e encaminhada para pagamento. A CONTRATADA deverá estar em situação regular no SICAF.
- 21.9. Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 21.10. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, e creditado em qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficarem explicitados o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.
- 21.11. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com IN RFB 1.540/15 que alterou a IN RFB 1.234/12, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 21.12. Não constituem motivos de pagamento pela CODEVASF fornecimentos/fornecimentos em excesso, desnecessários à execução de fornecimentos/fornecimentos e que forem realizados sem autorização prévia da fiscalização. Não terá faturamento fornecimento/fornecimentos algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida neste Termo de Referência.
- 21.13. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 21.14. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 21.14.1. Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 21.15. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016.
- 21.16. Será considerado em atraso o pagamento efetuado após o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do atesto das faturas/notas fiscais pela fiscalização, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$$I = (1+im1/100)^{dx1/30} \times (1+im2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1+imn/100)^{dxn/30} - 1, \text{ onde:}$$

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";

d = Número de dias em atraso no mês "m";

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

- 21.16.1. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.
- 21.16.2. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

22. MULTAS

- 22.1. O cometimento, pela Contratada, de quaisquer das infrações discriminadas no item nº

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

23 do presente Edital a sujeitará, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa moratória de 0,2% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 6%, no período de até 30 (trinta) dias;
- c) Multa moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, no período superior a 30 (trinta) dias;
- d) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, sendo que em caso de inexecução parcial, o mesmo percentual será aplicado de forma proporcional à obrigação inadimplida;

22.1.1. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, observando-se os procedimentos previstos nos subitens seguintes.

- 22.2. A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da Contratada. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a Contratada será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 05 (cinco) dias;
- 22.3. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela Contratada, esta será convocada a recolher ao Serviço de Finanças da Codevasf o valor total da multa, no prazo de 05 (cinco) dias contado a partir da data da comunicação.
- 22.4. A CONTRATADA terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, e após uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de ciência da aplicação da multa, para apresentação de recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Codevasf, que procederá ao seu exame.
- 22.5. Após o procedimento estabelecido no subitem anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva que poderá rejeitar ou não a multa.
- 22.6. Em caso de rejeição da multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a rejeição novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 22.7. Caso a Diretoria Executiva da Codevasf mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 23.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das cominações legais, o licitante que:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- I. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
 - II. Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documento falso;
 - III. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega de seu objeto da licitação sem motivo justificado;
 - IV. Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
 - V. Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
 - VI. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
 - VII. Der causa à inexecução total ou parcial do contrato; ou
 - VIII. Não cumprir quaisquer das obrigações da Contratada.
- 23.2. Poderão ser aplicadas ainda as seguintes sanções:
- a) Advertência;
 - b) Multa, conforme previsto no item 22;
 - c) Suspensão temporária.
- 23.3. Deve ser garantido o contraditório e a ampla defesa na aplicação das sanções administrativas, mediante abertura de prazo de 10 (dez) dias úteis para defesa.
- 23.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, deve ser descontada da garantia do respectivo contratado.
- 23.5. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar podem ser cumuladas com a de multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 23.6. A sanção de suspensão prevista no subitem 2 observará os parâmetros estabelecidos no Regulamento de Licitações e Contratos da Codevasf, e pode ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:
- a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou
 - c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Codevasf, em virtude de atos ilícitos praticados.
- 23.7. Aplicar-se-á à presente licitação as sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo II, Seção III da Lei nº 13.303/2016.
- 23.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- 23.9. Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data de intimação ou da lavratura da ata da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração pública e declaração de inidoneidade.

24. GARANTIA

- 24.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada previamente à entrega, à CONTRATADA, da Ordem de Fornecimento, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da Contratada.
- 24.1.1. A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Unidade de Finanças da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, até a data fixada no subitem 24.1.
- 24.2. A caução na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverão estar em vigor e cobertura até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato.
- 24.3. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a "Garantia/Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 24.4. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela **Codevasf**, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da **Codevasf**.
- 24.5. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 24.6. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 24.7. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela **Codevasf**.
- 24.8. A Contratada deverá manter atualizada a garantia contratual até 90(noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.
- 24.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

25. CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

- 25.1. A Contratada deverá apresentar quando da assinatura do contrato o Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, devidamente assinado, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital, sendo condição essencial para a referida assinatura.
- 25.2. O descumprimento do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, constante do Anexo V deste Edital, por empregado da empresa Contratada, deverá ser comunicado formalmente ao representante legal da referida empresa.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 26.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o valor obtido a partir dos custos unitários do orçamento estimado pela administração pública não poderá ser reduzida, em favor do contratado, em decorrência de aditamentos contratuais que modifiquem a composição orçamentária.
- 26.3. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 26.4. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com ao objeto do pregão e observada a legislação.
- 26.5. A Minuta de Contrato e/ou Ata (Anexo III), regulamenta as condições de pagamento, reajustamento, responsabilidade, multas, e encerramento físico e financeiro do Contrato.
- 26.6. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente as referentes a fornecimentos extras. Fornecimentos extras não contemplados na planilha de preços do licitante vencedor deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela autoridade competente.
- 26.7. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

- 26.8. O não atendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que, a critério do Pregoeiro, seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 26.9. A Codevasf poderá revogar a licitação quando nenhuma das propostas satisfizer o objetivo da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição ou quando caracterizado o indício de colusão.
- 26.10. A Codevasf poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
- 26.11. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 26.12. Responsabiliza-se o licitante vencedor por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier causar à Codevasf e a terceiros, em decorrência da execução do contrato.
- 26.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Codevasf.
- 26.14. Para efeito da contagem dos prazos, o expediente na Codevasf é das 8:00 (oito) às 12:00 (doze) e das 13:30 (treze e trinta) às 17:30 (dezessete e trinta) horas, sendo considerado intempestivo o recurso ou representação quando não recebido pelo Pregoeiro ou pelo Protocolo da Codevasf até às 17:30 (dezessete e trinta) horas do último dia do prazo recursal.
- 26.15. A homologação do resultado deste Pregão não implicará direito à contratação.
- 26.16. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, dos Decretos n.º 3.722, de 09/01/2001, alterado pelo Decreto n.º 4.485/02, Decreto n.º 5.450 de 31/05/2005, Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013 e no Decreto n.º 8.538/2015, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei n.º 13.303/93 e suas alterações posteriores.
- 26.17. Este Edital e seus Anexos farão parte integrante do Contrato a ser firmado com o licitante vencedor, independente de transcrições.
- 26.18. O Foro da Justiça Federal da do Estado da Bahia, Subseção de Juazeiro será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Fls.: _____

Proc.: 59560.000152/2019-28

(6ªSL)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

Juazeiro/BA, 10 de setembro de 2019.

ELMO ALUÍZIO VIEIRA NASCIMENTO
Superintendente Regional – 6ª/SR

Processo n.º 59560.000152/2019-28

Fls.: _____

Proc.: 59560.000152/2019-28

(6ªSL)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS

(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)

Fls.: _____

Proc.: 59560.000152/2019-28

(6ªSL)

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

ANEXO II

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

OBS.: Deverão ser respeitados os preços máximos, unitários e global orçados pela Codevasf.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

ANEXO II

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

ITEM _____

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE:

EMAIL:

SITE:

À

CODEVASF

Avenida Comissão do Vale, S/N – Piranga.

Cep. 48.901-900. Juazeiro/BA

Ref.: Edital nº ____/20__

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital n.º ____/20__ e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para _____ (*Descrever o objeto da licitação, em descrição sucinta e clara, indicando o município e estado onde serão executados os fornecimentos.*), para o Item _____, pelo valor global de R\$ _____, (VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS), de acordo com a planilha de preços em anexo, que é parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os fornecimentos no prazo fixado no Edital e conforme Especificações Técnicas, a contar da data de emissão da(s) Nota(s) de Empenho pela CODEVASF

Nos preços cotados, deverá estar incluso o transporte (frete) para o material objeto desta licitação.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o serviço no prazo de ____ (____) _____, a contar da data de assinatura do Contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas (____/____/____), representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta, será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à CODEVASF o(a) Sr.(a) _____, carteira de Identidade n.º _____, Órgão Expedidor _____, CPF n.º _____, residente e domiciliado(a) na rua _____, n.º _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, ao(à) qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar contratos, atas e documentos, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Fls.: _____

Proc.: 59560.000152/2019-28

(6ªSL)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em pauta, e ainda, que concordamos plenamente com as condições constantes no presente Edital e seus anexos, e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos e despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o fornecimento.

Atenciosamente,

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Fls.: _____

Proc.: 59500.001660/2015-72

(Identificar a área)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

ANEXO III

MINUTA DA ATA E/OU DE CONTRATO

Fls.: _____

Proc.: 59560.000152/2019-28

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PAF

Fls.: _____
 Proc.: 59570.000540/09-18

7ª SL

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2019

PROCESSO Nº _____

Aos ____ dias de _____ do ano de _____, a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, empresa pública federal criada pela Lei n.º 6.088, de 16/07/1974, com atual denominação social por força da Lei n.º 9.954, de 6 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto n.º 3.604, de 20 de setembro de 2000, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.399.857/0001-26, neste ato representada pelo Superintendente Regional da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, **ELMO ALUIZIO VIEIRA NASCIMENTO**, brasileiro, casado, Contador, portador da Carteira de Identidade n.º 07128991-70 – SSP/BA e do CPF n.º 885.435.015-04, nomeado pela Decisão n.º 185, de 31 de janeiro de 2018, nos termos e de acordo com a Lei n.º 10.520/02, Decreto n.º 5.450/05, Decreto n.º 7.892/2013, Lei Complementar n.º 123/06, Decreto n.º 8.538/15, Lei n.º 13.303/2016, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº ____/2019, referente à constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP, objetivando **Fornecimento, carga, transporte, descarga e montagem de máquinas e equipamentos, destinados à implantação de ações no âmbito da agricultura familiar nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizados no Estado da Bahia**, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União e homologado pela Diretoria Executiva da Codevasf, constante às fls. ____ do Processo nº _____, RESOLVE registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: _____, CNPJ nº _____, com sede no _____, telefone nº _____, fax nº _____, representada por seu _____, Sr. _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, residente e do-miciliado em _____, RG nº _____, CPF nº _____, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com os itens a seguir elencados, com suas características e respectivas quantidades, mediante as condições seguintes:

| Item | Descrição do Material | Quantidade | Valor Unitário (em R\$) | Valor Total (em R\$) |
|-----------------------------|-----------------------|------------|----------------------------|-------------------------|
| | | | | |
| TOTAL GERAL (EM R\$) | | | | |

1 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

A existência de preços registrados não obriga a **Codevasf** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos materiais ou equipamentos em igualdade de condições.

2 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 7.892/2013.

Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução dos fornecimentos desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3 – DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no Edital de Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº ____/2019 e seus anexos.

4 – DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas as situações previstas no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/2016 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16, a CODEVASF, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o detentor da Ata será convocado pela CODEVASF para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

5 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O detentor da Ata terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

A pedido, quando:

a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e

b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexeqüível em função da elevação dos preços de mercado.

Por iniciativa da **Codevasf**:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- a) quando o detentor da ata não aceitar garantir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Não manter as condições de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- d) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- e) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Se recusar a realizar os fornecimentos nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos;
- g) Na ocorrência de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

Em quaisquer das hipóteses acima, a **Codevasf** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos concorrentes a nova ordem de registro.

6 – DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência.
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

7 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela **Codevasf** em conformidade com o disposto no item ____ do Edital.

8 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no item 23 do Edital, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.

9 – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Sr. Superintendente da 6ª Superintendência Regional da **Codevasf**, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº ____/2019, seus anexos, e a proposta da empresa: _____ classificada em 1º lugar no certame supra mencionado.

Fls.: _____

Proc.: 59560.000152/2019-28

(6ªSL)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária do Estado da Bahia, com sede em Juazeiro, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto n.º 7.892/2013, da Lei n.º 13.303 de 30 de junho de 2016 e demais normas aplicáveis.

Juazeiro-BA, ____ de _____ de 2019

ELMO ALUÍZIO VIEIRA NASCIMENTO
Superintendente Regional-6ª SR
CODEVASF

REPRESENTANTE:
EMPRESA:

Fls.: _____

Proc.: 59560.000152/2019-28

(6ªSL)

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

ANEXO IV

**TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA
CODEVASF**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf

Nº do Instrumento: (Informar contrato, convênio ou instrumento congêneres.)

Período de Vigência do Instrumento: (Informar Período.)

Finalidade do Instrumento: (Informar finalidade.)

A pessoa física/jurídica _____, CPF/CNPJ nº _____, por meio de seu representante legal abaixo subscrito, vem afirmar aderência, ciência e concordância com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las integralmente, bem como fazer com que seus empregados o façam quando no exercício de suas atividades nas dependências da Codevasf ou para a Empresa.

Compreendo que o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o serviço público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção e conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf sobre qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

- Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>
- Comissão de Ética da Codevasf: etica@codevasf.gov.br.

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

(FORMTEXT Informar o local.) , (Dia.) de (Mês.) de (Ano.)

Assinatura / carimbo do responsável/representante legal

Nome completo:

CPF:

Cargo:

Fls.: _____

Proc.: 59560.000152/2019-28

(6ªSL)

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

ANEXO V – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

(Gravado em arquivo separado)

ANEXO III

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO DIVERSA NAS ÁREAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E OUTRAS DEMANDAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF



6ª Superintendência Regional

Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Fls.: _____
Proc.: 59560.000152/2019-28

6ªGRD/UIP

MAIO de 2019

ÍNDICE

| | | |
|----|---|----|
| 1 | OBJETIVO..... | 3 |
| 2 | FORNECIMENTO..... | 3 |
| 3 | DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 3 |
| 4 | ADEQUAÇÃO, CONFIABILIDADE E GARANTIA TÉCNICA..... | 4 |
| 5 | EXTENSÃO DO FORNECIMENTO..... | 4 |
| 6 | LINGUAGEM E SISTEMA DE UNIDADE..... | 5 |
| 7 | NORMAS TÉCNICAS..... | 5 |
| 8 | INSPEÇÃO / TREINAMENTO PESSOAL..... | 6 |
| 9 | EMBALAGEM E TRANSPORTE..... | 7 |
| 10 | MANUAIS..... | 8 |
| 11 | IDENTIFICAÇÃO..... | 8 |
| 12 | DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS..... | 8 |
| 13 | GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA..... | 31 |
| 14 | LOCAL E PRAZO DE ENTREGA..... | 32 |

1 OBJETIVO

Têm por objetivo estabelecer os requisitos mínimos necessários para o fornecimento de

6ª Superintendência Regional

fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, veículos e equipamentos, destinados à utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de desenvolvimento social, econômico e outras demandas na área de atuação da 6ª superintendência regional da codevasf, destinados à doação para municípios situados no estado da Bahia, na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF.

2 FORNECIMENTO

O **PROPONENTE** deverá apresentar **PROPOSTA** de fornecimento das máquinas e equipamentos que atendam, dentro das **NORMAS** aqui indicadas, às funções, características operacionais e construtivas compatíveis com estas **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, e referentes aos equipamentos objetos desta Licitação.

3 DISPOSIÇÕES GERAIS

A aceitação desta Especificação por parte da **CONTRATADA** não a isenta da responsabilidade de fornecer as máquinas e os equipamentos, adequadamente projetados e capazes de atender as condições de serviço estipuladas.

Os **PROPOSTANTES** deverão atender ao previsto nesta Especificação, conforme **NORMAS** mencionadas como padrão para fabricação e testes. Entretanto, e somente no caso de concordância prévia por parte da CODEVASF, poder-se-á adotar **NORMAS** de associações diferentes daquelas aqui mencionadas.

O projeto do equipamento deverá especificar os diversos materiais utilizados no manufatura mento de cada peça componente, devendo atender as **NORMAS** técnicas aplicáveis.

Todos os equipamentos fornecidos deverão ser apropriados para instalação e operação em clima quente, úmido e ao tempo, considerando as características de resistência, maleabilidade, durabilidade, resistência à corrosão e a melhor prática técnica aplicável.

O fornecimento deverá ser feito de acordo com o estipulado no **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO** apresentado pela **CODEVASF**. Caso ocorram divergências entre o exigido no EDITAL e o mencionado nesta Especificação, prevalecerá o estipulado no EDITAL.

As condições dos locais de operação dos equipamentos são as seguintes:

- | | |
|-------------------------------------|-------------|
| • Tipo de serviço | - contínuo |
| • Altitude acima do nível do mar | - até 800 m |
| • Temperatura Ambiente Máxima | - 45°C |
| • Temperatura Ambiente Mínima | - 15°C |
| • Temperatura Ambiente Média Máxima | - 31°C |
| • Umidade Relativa Média | - 50% |
| • Velocidade Média do Vento | - 8,2 km/h |

6ª Superintendência Regional

Os preços constantes da proposta deverão incluir, sem qualquer ônus para a **CODEVASF**, todos os custos e responsabilidades decorrentes de direitos e licenças de fabricação, patentes ou marcas registradas necessárias à realização da encomenda.

Deverá ser indicada na proposta quais as Normas utilizadas pela **CONTRATADA** que fornecerá os equipamentos, além de outras informações necessárias, e não incluídas nas presentes Especificações.

As peças, equipamentos e instrumentos necessários para realização dos testes, antes do recebimento final dos equipamentos, serão utilizados sem ônus para a **CODEVASF**.

O **PROPONENTE** deverá apresentar, no mínimo, as informações a seguir relacionadas:

- a) Desenhos ou Catálogos com os elementos necessários ao perfeito entendimento da concepção e funcionalidade dos equipamentos, tais como: plantas, vistas, cortes e detalhes com todas as dimensões e indicação de materiais;
- b) As características técnicas garantidas dos equipamentos ofertados;
- c) Fornecer listas, preços e quantidades recomendadas de peças sobressalentes necessárias para 2 (dois) anos de operação dos equipamentos;
- d) Condições para realização de testes e ensaios de equipamentos e/ou materiais na fábrica;
- e) Informações, atestados e relatórios de testes, conforme estabelecido nesta Especificação;
- f) Certificado ISO 9001;

4 ADEQUAÇÃO, CONFIABILIDADE E GARANTIA TÉCNICA

O Proponente deverá garantir que o equipamento atende plenamente a todas as condições estipuladas nesta **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** e comprovar a adequação e confiabilidade do equipamento proposto, com base no fornecimento de informações sobre experiência de campo, testes de laboratório já executados e atestados específicos, que deverão ser fornecidos junto com a proposta.

4.1.1 O **NÃO** fornecimento de todas essas informações implicará na inabilitação da proposta.

Para demonstrar a experiência de campo o **PROPONENTE** deverá indicar, em sua Proposta, os projetos em operação que contemplam equipamentos do tipo e/ou do modelo ofertado, apresentando, no mínimo, as seguintes informações:

- Nome do projeto;
- Tipo e características principais do equipamento;
- Período em que o equipamento está operando: no mínimo 2 (dois) anos;
- Tipo de assistência técnica durante a montagem e operação;
- Referência para contatos.

Para demonstrar a adequação e a confiabilidade do equipamento ofertado, o **PROPONENTE** deverá apresentar:

- 4.1.2 Atestados específicos de fornecimento de equipamento, no mínimo 2 (dois), com características técnicas similares ao ofertado. Estes atestados deverão ser expedidos por órgãos ou empresas públicas ou privadas;

5 EXTENSÃO DO FORNECIMENTO

A extensão do fornecimento inclui, mas não se limita aos seguintes itens:

- a) Manuais de montagem, operação e manutenção dos equipamentos impressos em **PORTUGUÊS**;
- b) Lista de peças sobressalentes, com preços e quantidades necessárias para 2 (dois) anos de operação dos equipamentos; (de acordo com a lista solicitada);
- c) Ferramentas especiais necessárias para montagem e manutenção dos equipamentos;
- d) Nos casos de equipamentos de fabricação específica, testes e ensaios dos equipamentos e/ou materiais serão realizados na fábrica ou em local a ser definido com a fiscalização, incluindo despesas com o deslocamento de 02 técnicos da CODEVASF;
- e) Embalagens, transporte e seguro dos equipamentos e/ou materiais da fábrica até o local da entrega;
- f) Treinamento de pessoal no local da instalação, para operação/manutenção dos equipamentos;
- g) Assistência técnica de natureza eventual por ocasião da montagem, quando solicitada pela CODEVASF, conforme estabelecido nesta Especificação, incluindo todas as despesas para estes serviços;
- h) Garantia dos equipamentos e/ou materiais contra defeito de projeto, matéria prima ou fabricação, por um período não inferior a 12 meses da data do encerramento do contrato e sem limites de quilometragem.

1 LINGUAGEM E SISTEMA DE UNIDADE

A proposta e toda documentação relativa à mesma, tais como correspondências, cotação, desenhos, folhas de especificações, manuais, ou quaisquer outras informações comerciais ou técnicas, deverão ser apresentadas em **PORTUGUÊS**, mesmo se tratando de fornecedor estrangeiro.

Deverão ser empregadas, sempre que possível, as unidades de medida do Sistema Métrico Decimal. Os documentos deverão ser apresentados com os elementos necessários ao perfeito entendimento da concepção e funcionalidade do equipamento, contendo onde aplicáveis, os desenhos de planta, vistas, cortes, detalhes, todos com cotas e dimensões, além de listas de materiais.

A aprovação pela CODEVASF deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias após a sua apresentação.

Os manuais deverão ser completos e conterão todas as instruções para montagem, operação e manutenção, com indicação de valores recomendados de ajuste de peças e dispositivos.

6 NORMAS TÉCNICAS

Os equipamentos, materiais e testes deverão atender às Normas da ABNT e, onde estas forem insuficientes, à última revisão das Normas aplicáveis das seguintes associações especializadas:

| | | |
|-------|---|---|
| ASTM | - | American Society for Testing and Materials; |
| ASME | - | American Society of Mechanical Engineers; |
| ANSI | - | American National Standard Institute; |
| DIN | - | Deutscher Industrie Normen; |
| FEM | - | Fédération Européenne de la Manutention; |
| ISO | - | International Organization for Standardization; |
| SSPC- | | Steel Structures Painting Council. |

O **PROPONENTE** poderá apresentar proposta para equipamentos projetados ou fabricados de acordo com outras normas que não as acima indicadas. Nesse caso, as normas adotadas deverão ser equivalentes àquelas especificadas. Propostas baseadas em normas que sejam julgadas, a exclusivo critério da **CODEVASF**, conflitantes com aquelas indicadas acima, ou que resulte no fornecimento de equipamento de qualidade inferior, ou não adaptável aos requisitos estabelecidos, poderão ser rejeitadas. No caso da aplicação de normas, não indicadas pela **CODEVASF**, o **PROPONENTE** deverá anexar à sua proposta, 2 (duas) cópias das mesmas, traduzidas (tradução oficial de preferência) para o idioma Português.

O **PROPONENTE** será inteiramente responsável pela tradução apresentada. Assim sendo, não serão aceitas justificativas baseadas em erros ou omissões determinadas pelo processo de tradução.

Em qualquer hipótese, quando os requisitos especificados excederem aos contidos nas NORMAS aplicáveis, será dada preferência aos termos da Especificação.

A menos que explicitamente declarado pelo **PROPONENTE** em sua proposta, o equipamento será considerado como projetado e fabricado com base nas NORMAS indicadas e os requisitos estabelecidos na Especificação. A **CONTRATADA** será inteiramente responsável por qualquer divergência.

O **PROPONENTE** deverá indicar claramente em sua proposta as normas que serão empregadas para projetar e fabricar o equipamento proposto.

Em caso de dúvida ou omissão da presente Especificação, o **PROPONENTE** deverá atender as exigências ou recomendações feitas pela **CODEVASF**, baseadas nas normas e códigos citados, sem quaisquer ônus para a **CODEVASF**.

7 INSPEÇÃO / TREINAMENTO PESSOAL

INSPEÇÃO.

- 7.1.1 Todas as matérias primas principais, componentes e equipamentos bem como as embalagens deverão ser submetidos à inspeção realizada pela **CODEVASF**, através de realização dos ensaios previstos nas NORMAS e demais documentos técnicos citados nesta Especificação e, nos casos omissos, nas NORMAS da ABNT; sem ônus adicionais para a **CODEVASF** e na presença de seu representante, ao qual será dada toda facilidade de acesso aos locais de execução dos referidos ensaios.

6ª Superintendência Regional

- 7.1.2 O Fornecedor deverá apresentar o Plano de Inspeção, detalhando os ensaios previstos e instrumentais a ser utilizado.
- 7.1.3 O Fornecedor deverá comunicar, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, à **CODEVASF**, a data a partir da qual o material estará à disposição para inspeção. A **CODEVASF** deverá se pronunciar sobre o seu atendimento até 10 (dez) dias corridos após a comunicação da realização do evento previsto.
- 7.1.4 O equipamento será considerado rejeitado se, no decorrer da inspeção ou na sua conclusão, forem constatadas falhas e/ou discordância do equipamento em relação as Especificações Técnicas da **CODEVASF** e/ou aos desenhos aprovados.
- 7.1.5 O equipamento será considerado aceito, caso os resultados da inspeção, ensaios e testes atendam as exigências especificadas.
- 7.1.6 Caso se comprove a existência de defeitos de qualquer ordem, caberá à **CONTRATADA**, sob suas expensas, o reparo devido, que deverá ter seu método de execução aprovado pela **CODEVASF**. Entretanto, se os defeitos forem irreparáveis devido à fabricação imprópria, **ou forem excessivos**, os equipamentos, estarão sujeitos a rejeição. Da mesma forma estarão sujeitos a rejeição, os equipamentos que forem produzidos em desacordo com esta Especificação, ou aqueles em que os materiais e componentes tenham sido considerados defeituosos, mesmo após a aceitação. Nestes casos não caberá ônus à **CODEVASF**, inclusive os referentes ao transporte de retorno para a fábrica dos equipamentos.
- 7.1.7 O equipamento deverá ser submetido a um processo de limpeza e secagem e protegido internamente com produto anti-corrosivo. As partes usinadas não pintadas, as roscas e os componentes de tolerância pequena deverão também ser protegidos contra corrosão. Preferencialmente, todos os bocais e orifícios existentes deverão ser fechados com "plugs" ou flanges de madeira, ou outro material adequado.
- 7.1.8 A **CONTRATADA** será responsabilizada por danos ao equipamento decorrentes de embalagem insuficiente, inadequada ou descuidada, até o desembarque do equipamento no local de entrega.

6ª Superintendência Regional

6ªGRD/UIP

- 7.1.9 A **CODEVASF**, a seu critério, poderá rejeitar os produtos que se apresentarem fora do aqui especificado e/ou normatizados.

TREINAMENTO DE PESSOAL.

- 7.1.10 A **CONTRATADA** deverá prover, por sua conta, treinamento de técnicos indicados pela **CODEVASF**, transmitindo-lhes instruções e informações necessárias à operação e manutenção do sistema e dos equipamentos, objeto da presente Especificação.

- 7.1.11 O treinamento deverá ser realizado antes do início de operação dos equipamentos, em local a ser definido pela **CODEVASF**.

8 EMBALAGEM E TRANSPORTE.

A embalagem do equipamento, aqui especificado, deverá ser suficiente para protegê-lo durante o transporte, as operações de manuseio, carga e descarga e de armazenagem, ficando a **CONTRATADA** responsável pelos danos ocorridos devido ao não atendimento a estes requisitos.

A embalagem deverá garantir e resistir às condições de transporte e armazenamento dos equipamentos durante a vigência do contrato.

Deverão ser indicadas de forma explícita às condições de estocagem do equipamento.

O transporte será por conta e risco da **CONTRATADA**, ficando a cargo da mesma as operações de descarga e manuseio do material no destino, e a responsabilidade pelos danos que possam ocorrer nessas operações.

Todo e qualquer equipamento ou material despachado deverá ser identificado com descrição de conteúdo e quantidade.

Dever-se-á observar as instruções para transporte e movimentação dos equipamentos, peças e acessórios de modo a evitar quaisquer danos aos seus revestimentos. Neste sentido, toda e qualquer movimentação deverá ser realizada utilizando-se cintas apropriadas e nunca cabos nus, barras metálicas, pranchas, correntes ou outros materiais que possam danificar o revestimento.

Os preços unitários apresentados deverão incluir os impostos considerando a **CODEVASF** como consumidora final, bem como embalagem e frete CIF no endereço de destino, no município de Juazeiro-BA.

9 MANUAIS

Os manuais de montagem, operação e manutenção, no que couber, deverá definir perfeitamente todas as fases de montagem, de operação, bem como os processos e métodos de manutenção e reparo dos equipamentos, tendo em vista sempre a segurança completa do pessoal e bom desempenho do equipamento. Deverá conter, onde aplicável as seguintes informações:

- Características construtivas e dimensionais;
- Características Operacionais;
- Índice de intercâmbio de peças;
- Descrição geral e especificações de operação de todo o equipamento;

6ª Superintendência Regional

6ªGRD/UIP

- Instruções, no que couber, para armazenamento, instalação, montagem, funcionamento, desmontagem, reparos e remontagem;
- Características de todos os componentes dos equipamentos (apresentando catálogos, desenhos etc.);
- Listas e desenhos das peças de reposição;
- Inspeção para manutenção preventiva, periodicidade e procedimentos;
- Instruções específicas de segurança de pessoal na operação e manutenção do equipamento.

10 IDENTIFICAÇÃO

Cada equipamento deverá ser munido de **placa de identificação em aço inoxidável** firmemente fixada em lugar acessível e visível, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- CODEVASF – 6ª SR;
- Nome do fabricante;
- Modelo e tipo de acordo com o catálogo do fabricante;
- Número de série;
- Ano de fabricação;
- Modelo e potência líquida do motor (Quando aplicável);
- Capacidade (Quando aplicável);
- Número do contrato/ordem de fornecimento.

11 DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS.

12.1GERAL.

As características específicas do equipamento são indicadas nas Folhas de Dados que integram esta Especificação.

- 11.1.1 O equipamento indicado nesta Especificação terá projeto, fabricação e ensaios de acordo com a última revisão das NORMAS aqui indicadas.
- 11.1.2 Os itens das Folhas de Dados deverão ser obrigatoriamente preenchidos ou confirmados pelo **PROPONENTE** que deverá devolvê-las à **CODEVASF**, por ocasião de sua proposta. A **CONTRATADA** será responsável por todas as informações contidas na mesma.
- 11.1.3 Os componentes deverão ser executados rigorosamente conforme as especificações padrões, assim como as tolerâncias, ajustes, e acabamentos, que serão executados com precisão, conforme o projeto, de forma a se garantir a intercambialidade de peças, para manutenção, reparo ou reposição.

11.2 DESCRIÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMA DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Nota: Todos os equipamentos deverão ter no mínimo 12 meses de garantia (Sem Limites de quilometragem).

12.2.1 Trator de Esteira (A)

- Zero KM, fabricação 2019 ou Superior ou Superior.
- Motor Diesel
- Potência Mínima 135HP
- Motor com no Mínimo 6 Cilindros

6ª Superintendência Regional

- Injeção eletrônica
- Tração 4x4
- Tanque de combustível: 290 litros (Ou Superior)
- Transmissão e Freios Hidrostáticos
- Dentes de perfis antiaderentes
- Lamina com Capacidade 3m³(Ou Superior)
- Transmissão Hidrostática
- Carga útil mínima Operacional: 15.000 kg (Ou Superior);
- Riper Traseiro com mín. Três Dentes
- Sistema de Monitoramento Via satélite
- Cabine fechada, Isolamento acústico, Ar condicionado purificador de Ar.

1 Trator de Esteira (B)

- Zero KM, fabricação 2019 ou Superior ou Superior.
- Motor Diesel
- Potência Mínima 120HP
- Motor com no Mínimo 6 Cilindros
- Injeção eletrônica
- Transmissão e Freios Hidrostáticos
- Tração 4x4
- Dentes de perfis antiaderentes
- Transmissão Hidrostática
- Carga útil máxima Operacional: 13.000 kg (Ou Superior);
- Lamina com Capacidade 3m³
- Riper Traseiro com No mínimo Três Dentes
- Tanque de combustível: 290 litros (Ou Superior)
- Sistema de Monitoramento Via satélite
- Cabine fechada, Isolamento acústico e Ar condicionado.

11.2.1 Escavadeira de Esteira Hidráulica.

- Zero KM, fabricação 2019 ou Superior;
- Motor Diesel
- Potência Mínima 150HP
- 6 Cilindros (Ou Superior)
- Injeção eletrônica
- Transmissão e Freios Hidrostáticos
- Dentes de perfis antiaderentes
- Carga útil Operacional: 21.0000 kg (Ou Superior);
- Caçamba com Capacidade 1m³ (Ou Superior)
- Sistema de Monitoramento Via satélite
- Cabine fechada, Isolamento acústico e Ar condicionado.

11.2.2 Pá carregadeira sobre rodas (A).

- Zero KM, fabricação 2019 ou Superior;
- Motor Diesel

6ª Superintendência Regional

- Potência Mínima 180HP (Ou Superior)
- 6 Cilindros (Ou Superior)
- Transmissão 4 velocidades (Ou Superior)
- Carga útil Operacional: 15.000 kg (Ou Superior);
- Caçamba com Capacidade 2,3m³ (Ou Superior)
- Sistema de Monitoramento Via satélite
- Cabine fechada, Isolamento acústico e Ar condicionado.
- Tração 4x4

11.2.3 Pá carregadeira sobre rodas (B).

10 a 12 toneladas de peso operacional com motor de 120 a 138HP de potência, com concha de 1,9 a 2,1 mts³ de

- Zero KM, fabricação 2019 ou Superior;
- Motor Diesel
- Potência Mínima 120HP (Ou Superior)
- 6 Cilindros (Ou Superior)
- Transmissão 4 velocidades (Ou Superior)
- Carga útil Operacional: 10.000 kg (Ou Superior);
- Concha com Capacidade 1,9 m³ (Ou Superior)
- Sistema de Monitoramento Via satélite
- Cabine fechada, Isolamento acústico e Ar condicionado.
- Tração 4x4

11.2.4 Pá carregadeira sobre rodas (C).

- Zero KM, fabricação 2019 ou Superior;
- Motor Diesel Turbo
- Potência Mínima 130HP (Ou Superior)
- 6 Cilindros (Ou Superior)
- Transmissão 4 velocidades (Ou Superior)
- Carga útil Operacional: 15.000 kg (Ou Superior);
- Concha com Capacidade 2,5 m³ (Ou Superior)
- Sistema de Monitoramento Via satélite
- Cabine fechada, Isolamento acústico e Ar condicionado.
- Tração 4x4

11.2.5 Moto Niveladora (A).

- Zero KM, fabricação 2019 ou Superior;
- Motor Diesel Turbo 6 cilindros (Ou Superior)
- Potência Mínima 170HP (Ou Superior)
- 6 Cilindros (Ou Superior)
- Transmissão 4 velocidades (Ou Superior)
- Carga útil Operacional: 14.000 kg (Ou Superior);
- Sistema de Monitoramento Via satélite
- Cabine fechada, Isolamento acústico e Ar condicionado.
- Tração 6x4
- Riper Traseiro com No mínimo Três Dentes (Ou Superior)
- Escarificador Traseiro com 09 dentes (Ou Superior)

11.2.6 Moto Niveladora (B).

- Zero KM, fabricação 2019 ou Superior;
- Motor Diesel Turbo 6 cilindros (Ou Superior)
- Potência Mínima 140HP (Ou Superior)
- 6 Cilindros (Ou Superior)
- Transmissão 4 velocidades (Ou Superior)
- Carga útil Operacional: 13.000 kg (Ou Superior);
- Sistema de Monitoramento Via satélite
- Cabine fechada, Isolamento acústico e Ar condicionado.
- Tração 6x4
- Riper Traseiro com No mínimo Cinco Dentes (Ou Superior)
- Escarificador Traseiro com 09 dentes (Ou Superior)

11.2.7 Retroescavadeira.

- Zero KM, fabricação 2019 ou Superior;
- Motor Diesel Turbo (Ou Superior)
- Potência Mínima 85 HP (Ou Superior)
- 6 Cilindros (Ou Superior)
- Transmissão 4 velocidades (Ou Superior)
- Carga útil Operacional: 6.000 kg (Ou Superior);
- Caçamba com Capacidade 0,90 m³ (Ou Superior)
- Concha com Capacidade 0,20 m³ (Ou Superior)
- Sistema de Monitoramento Via satélite
- Cabine fechada, Isolamento acústico e Ar condicionado.
-

11.2.8 TRATOR 130HP - USO AQUÁTICO ou Similar, específico para remoção de lixo e plantas aquáticas de ambientes hídricos.

PROVIDO DE:

GARRA frontal para recolher, rebocar, carregar e descarregar lixos e plantas aquáticas com as funções mordedora, descarregamento prolongado e regulagem de largura de 2,70 metros a 4,50 metros.

CEIFADEIRA com uma serra de 1,80 metros presa a um braço articulado giratório, que tem a função de roçar e recortar ilhas de vegetações aquáticas, facilitando o seu manejo.

PROPULSORES com dois hélices helicoidais reversíveis, com regulagem de profundidade e sistema de limpeza contra embuchamento.

CABINE DE OPERAÇÃO coberta e protegida de sol e chuva, ergonômica, com assentos ajustáveis ao tamanho do operador e com apoio dos braços e compartimento de guarda-volumes.

DIMENSÕES E CAPACIDADES

Comprimento (Length): 8,30 m ; Largura (Width): 2,70 m; Altura (Height): 2,70 m; Peso (Weight): 5.300 kg; Calado (Draft): 0,45 m; Bordo livre (Free Board): 0,55 m; Capacidade de óleo diesel combustível: 150 L; Capacidade de óleo hidráulico: 350 L

EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS

Casco em aço carbono

6ª Superintendência Regional

Motor (Engine): Perkins, 4 cilindros, turbo, Mín.130 HP, diesel.

Refrigeração do motor: à água, com trocador de calor a ar (radiador)

Refrigeração do óleo hidráulico: com trocador de calor a ar (radiador)

Sistema elétrico: 12 volts com chave geral, Luzes de trabalho e de navegação, Carregador de celular de 12 volts

Bomba de porão, Extintor, Direção hidráulica acionada por volante veicular; Dois compartimentos guarda-volumes; Olhais para içamento Bandeiras de popa para identificação de direção dos hélices; Sensor de nível mínimo de óleo hidráulico; Relógio tacômetro, Relógio horímetro, Relógio voltímetro, Relógio temperatura do motor; Relógio temperatura do óleo hidráulico; Relógio nível do combustível; Relógio pressão do óleo.

Com as seguintes características adicionais : Zero KM, fabricação 2019 ou Superior; Motor Diesel; Potência Mínima 130HP (Ou Superior).

11.2.9 Rolo Compactador.

- Zero KM, fabricação 2019 ou Superior;
- Pé de Carneiro Para Solos
- Vibratório
- Motor Diesel
- Potência Mínima 110HP (Ou Superior)
- 6 Cilindros (Ou Superior)
- Transmissão Hidrostática (Ou Superior)
- Carga útil Operacional: 10.000 kg (Ou Superior);
- Sistema de Monitoramento Via satélite
- Cabine fechada, Isolamento acústico e Ar condicionado.

11.2.10 Micro trator Cultivador de Solos com implementos

Micro trator, Zero KM, fabricação 2019 ou Superior, potência mínima 14 hp, motor diesel 4 tempos monocilíndrico refrigerado a água, partida elétrica, 01 farol para trabalhos noturnos, bateria inclusa, 6 marchas para frente e 2 para ré, Garantia mínima 12 meses, com os devidos acessórios/Implementos: Acessório 1: Carreta tracionada, capacidade de carga mínima de 1.500 kg, 01 eixo rodado simples aro 13", pneus novos, dimensões mínimas 2,00 x 1,35 x 0,45 m, carroceria basculante, sistema de engate compatível com o micro trator; Acessório 2: Enxada rotativa de 0,90 m para ser acoplado ao microtrator, com no mínimo 24 lâminas Acessórios 3 : Arador Subsolador leve equipamento robusto, eficiente e de fácil operação, utilizado para subsolagem agrícola. Sua principal aplicação é romper as camadas superficiais do solo e eliminar a compactação.; Acessórios 4: Cortador de Grama/ Roçadeira Frontal a gasolina mínimo de 6,5cv para limpeza e roçadas de capins e pastagens em terrenos irregulares.

Detalhes dos Acessórios/Implementos**Roçadeira Frontal**

Equipamento especialmente desenvolvido e disponível para toda linha de motocultivadores a gasolina de 6,5cv (Coyote, Branco, Toyama, Buffalo e Kawashima), conforme disponibilidade de engate. De forma versátil e eficiente, esse sistema é ideal para limpeza e roçadas de capins e pastagens em terrenos irregulares. Possui sistema de corte por meio de duas facas rebatíveis, com vistas a evitar-se o travamento do rotor e a quebra e/ou ruptura das lâminas.

Largura do corte: 500mm; Profundidade do corte: 03 níveis (03, 06 e 09cm); Forma de regulagem: por esqui; Quantidade de facas: 02; Tipo de facas: rebatíveis; Acionamento: por correia; Potência requerida: motocultivadores acima

de 6,5cv; Modelos de motocultivadores: a gasolina

Enxada Rotativa Mínimo 90 Cm

Quantidade Mínima De Lâminas:2 ; Diâmetro Das Lâminas: 450 Mm; Largura Da Aração: 900 Mm; Profundidade De Aração: 200 Mm; Rotação Da Lâmina: 188 Rpm / 256 Rpm; Aplicação:Para MicrotratorZt 15; Dimensões Do Equipamento: 1100 X 796 X 780 Mm.

Carreta

Descrição e Características Mínimas exigíveis do Produto

- Especificações Técnicas:

:: Carroceria: Fixa ou Móvel; Capacidade máxima de carga mínima: 250Kg; Comprimento da carroceria mínimo: 1,30m; Largura mínima da carroceria: 0,90m; Altura mínima da carroceria: 0,30m; Materiais da carroceria: Eucalipto e compensado naval; Peso médio: 110Kg; Freios: Acionados por 01 pedal
:: Acoplamento: Engate através de pino; Rodas/Pneus: Alumínio industrial R8"/3.50 4 lonas

11.2.11 Caminhão Basculante.

- Zero KM, fabricação 2019 ou Superior;
- Motor Diesel (Ou Superior)
- Caçamba Capacidade Mínima de 6m³ (Ou Superior)
- Carga útil Mín. 8500kg
- Pinos De Cordas Nas Laterais, Frente E Traseira.
- Assoalho e Laterais Em Aço Espessura Mínima 4,50 mm
- Tampa Traseira Basculante Padrão Com Fechamento Automático
- Potência Mínima 180 CV (Ou Superior)
- Cabine fechada, Com barra de Proteção Isolamento acústica e Ar condicionado.
- Cinto de Segurança Três Pontos
- Distância entre-eixos mínimo4900 mm (ou superior)

11.2.12 Caminhão Leve.

- Zero KM, fabricação 2019 ou Superior;
- Caçamba Capacidade Mínima de3.700 m³ (Ou Superior)
- Direção Hidráulica e com Regulagem de Altura
- Carroceria em madeira
- Tampa Traseira Basculante Padrão Com Fechamento Automático
- Motor Diesel 4 cilindros (Ou Superior)
- Potência Mínima 110 CV (Ou Superior)
- Carga útil Operacional: 3.500 kg (Ou Superior);
- Cabine fechada, Com barra de Proteção Isolamento acústica e Ar condicionado.
- Cinto de Segurança Três Pontos
- Bancos em Tecido

11.2.13 Caminhão Com Carroceria adaptada para carga seca (Transporte de caprinos e ovinos vivos).

- Zero KM,fabricação 2019 ou Superior;
- Tração de 8.000kg (Ou Superior)

6ª Superintendência Regional

- Carroceria de Madeira (carga seca, lateral aberto, com divisão no meio, engate rápido com pára-barro dianteiro e traseiro, trava de corrente, gaveta, pintura em esmalte sintético automotivo)
- Sobre grade
- Direção Hidráulica
- Carroceria em madeira
- Motor Diesel com injeção eletrônica (Ou Superior)
- 5 Marchas
- Potência Mínima 150 CV (Ou Superior)
- Carga útil Operacional mínima: 4.800 kg (Ou Superior);
- Cabine Fechada com Ar condicionado.
- Cinto de Segurança Três Pontos
- Bancos em Tecido

11.2.14 Caminhão Baú

- Zero KM, fabricação 2019 ou Superior;
- Carroceria de Baú
- Direção Hidráulica
- Motor Diesel 04 CILINDROS com injeção eletrônica (Ou Superior)
- 06 Velocidades
- Potência Mínima 190 CV (Ou Superior)
- Carga útil Operacional mínima: 15.000 kg (Ou Superior);
- Cabine Fechada com Ar condicionado.
- Cinto de Segurança Três Pontos
- Transmissão Manual ou automática

11.2.15 Caminhão Pipa de 10.000 l

Chassis

- Zero KM, Ano de fabricação 2019 ou Superior ou superior;
- Carga útil : 12000 kg (Ou Superior);
- Peso Bruto Total: 17.500 kg (Ou Superior);
- Rodas em aço estampado de 7x20” (Ou Superior)
- Equipados com pneus R20” (Ou Superior)
- Tanque de combustível: 200 litros (Ou Superior)

Trem de Força

- Motor Diesel com potência **250cv** (Ou Superior);
- Transmissão Manual, sincronizada;
- Tração traseira;
- Embreagem hidráulica;
- Sistema Elétrico: 24V/100Ah (ou Superior)

Segurança

- Tacógrafo;
- Faixas reflexivas e sinalização de segurança conforme Contran;
- Pára-choque traseiro articulado com pintura zebrada;
- Proteção lateral;

- Cabine com Ar condicionado

Reservatório Pipa:

- Reservatório para água em chapa de aço carbono 1008/10 com capacidade de 10.000 litros;
- Motor diesel Mín. 280Cv
- Pintura externa de Esmalte na cor Branca sobre fundo anti-corrosivo (duas demãos);
- Pintura interna anticorrosiva epóxi;
- Equipado com moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h;
- Acesso por escada marinho;
- Passarela com piso antiderrapante;
- Comporta de visita e Respiro tipo cabo de guarda-chuva;
- Carretel com 6 m de mangueiras de alta pressão de 1” com bico de jato;
- Barra irrigadeira;
- Paralamas com cobertura total dos pneus e para-barros de borracha;
- Sinalização reflexiva;

11.2.16 Caminhão Pipa de 12.000 l

Chassis

- Zero KM, Ano de fabricação 2019 ou Superior ou superior;
- Carga útil máxima: 12000 kg (Ou Superior);
- Peso Bruto Total: 17.500 kg (Ou Superior);
- Rodas em aço estampado de 7x20” (Ou Superior)
- Equipados com pneus R20” (Ou Superior)
- Tanque de combustível: 200 litros (Ou Superior)

Trem de Força

- Motor Diesel com potência 280cv (Ou Superior);
- Transmissão Manual, sincronizada;
- Tração traseira;
- Embreagem hidráulica;
- Sistema Elétrico: 24V/100Ah (ou Superior)

Segurança

- Tacógrafo;
- Faixas reflexivas e sinalização de segurança conforme Contran;
- Para-choque traseiro articulado com pintura zebrada;
- Proteção lateral;
- Cabine com Ar condicionado

Reservatório Pipa:

- Reservatório para água em chapa de aço carbono 1008/10 com capacidade de 12.000 litros;
- Pintura externa de Esmalte na cor Branca sobre fundo anti-corrosivo (duas demãos);
- Pintura interna anticorrosiva epóxi;
- Equipado com moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h;
- Acesso por escada marinho;
- Passarela com piso antiderrapante;
- Comporta de visita e Respiro tipo cabo de guarda-chuva;
- Carretel com 6 m de mangueiras de alta pressão de 1” com bico de jato;

6ª Superintendência Regional

6ªGRD/UIP

- Barra irrigadeira;
- Paralamas com cobertura total dos pneus e para-barros de borracha;
- Sinalização reflexiva;

11.2.17 Caminhão Truque Pipa de 15.000 l

Chassis

- Zero KM, Ano de fabricação 2019 ou Superior;
- Carga útil máxima: 17000 kg (Ou Superior);
- Peso Bruto Total: 25.000 kg (Ou Superior);
- Rodas em aço estampado de 7x20” (Ou Superior)
- Equipados com pneus R20” (Ou Superior)
- Tanque de combustível: 200 litros (Ou Superior)

Trem de Força

- Motor Diesel com potência 280cv (Ou Superior);
- Transmissão Manual, sincronizada;
- Tração traseira;
- Embreagem hidráulica;
- Sistema Elétrico: 24V/100Ah (ou Superior)

Segurança

- Tacógrafo;
- Faixas reflexivas e sinalização de segurança conforme Contran;
- Pára-choque traseiro articulado com pintura zebrada;
- Proteção lateral;
- Cabine com Ar condicionado

Reservatório Pipa:

- Reservatório para água em chapa de aço carbono 1008/10 com capacidade de 15.000 litros;
- Pintura externa de Esmalte na cor Branca sobre fundo anti-corrosivo (duas demãos);
- Pintura interna anticorrosiva epóxi;
- Equipado com moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h;
- Acesso por escada marinheiro;
- Passarela com piso antiderrapante;
- Comporta de visita e Respiro tipo cabo de guarda-chuva;
- Carretel com 6 m de mangueiras de alta pressão de 1” com bico de jato;
- Barra irrigadeira;
- Paralamas com cobertura total dos pneus e para-barros de borracha;
- Sinalização reflexiva;

11.2.18 Caminhão FRIGORIFICO (VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO FRIGORÍFICO)

- zero km;
- ano de fabricação mínimo 2019;
- Motor Diesel com potência 150cv (Ou Superior);
- Carga útil + carroceria mínima de 5.000 kg;
- Motor diesel de 04 cilindros;
- Direção hidráulica.

6ª Superintendência Regional

- Logomarca da CODEVASF
- Cabine Fechada com Ar
- Sistema multimídia
- Baú frigorífico conforme Normas vigentes

11.2.19 Caminhão compactador de lixo

- zero km;
- ano de fabricação mínimo 2019;
- Potência Mín. 162 CV;
- Carga útil mínima de 3.800 kg;
- Motor diesel mínimo de 04 cilindros;
- Direção hidráulica;
- COLETOR COMPACTADOR de resíduos sólidos de no mín.6m³, novo, montado.
- Força mín. de compactação de 8000kgf
- Plataforma trazeira para o mínimo 4 pessoas
- Caixa de chorume mínimo de 90l
- Logomarca da CODEVASF
- Veículo devidamente preparado e estruturado para coleta, processamento e transporte de lixo urbano.

11.2.20 Tanque de Expansão- Resfriador de leite

- Novo;
- ano de fabricação mínimo 2019;
- capacidade 800 L para 2 ordenhas;
- Tanque em aço inox AISI 304
- Sistema de expansão direta
- Tampa de proteção de compressor para resfriadores
- parede dupla e isolamento de 50 mm de espessura e densidade de 40 kg/m³ em poliuretano injetado livre de CFC
- Evaporador com expansão direta em aço inoxidável AISI 304
- Logomarca da CODEVASF

11.2.21 Caminhão Tanque PIPA INÓX LEITE 10.000, 12.000 e 15.000l - Transporte de Leite

Do Tanque Pipa.: TANQUE RODOVIÁRIO ISOTÉRMICO PARA TRANSPORTE DE LEITE A GRANEL- capacidade 10 mil litros

Construído no formato redondo (REDONDO) preservando alto nível tecnológico em conformidade com os padrões, medidas e normas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Módulos internos

Construídos em aço inoxidável AISI 304, na espessura de 2,5 mm compostos de 03(treís) compartimentos independentes, dotados de cantos arredondados na união do Tampo e Costado, assegurando perfeita sanitariedade e facilidade de limpeza.

Acabamento: Laminado 2B (soldas polidas)

Revestimento externo

Construído em chapa de aço inoxidável AISI 430 de 1,0 mm de espessura, ponteados na parte superior e em sua volta ponteados entre si;

Cintamento em chapa de aço inoxidável AISI 304 de 77 mm de largura e 2,00 mm de espessura, dotado de uma borracha intermediária para proteção e perfeito ajuste;

Isolamento térmico em poliuretano injetado de alta densidade com 55 mm de espessura;

6ª Superintendência Regional

Estrutura intermediária construída em aço carbono viga “U” com proteção anti-corrosiva;
Tampas externos do revestimento construídos no formato cilíndrico em chapa de aço inoxidável AISI 430 de 1,0 mm de espessura, com cintamento central fixado com parafusos.

Acabamento: Espelhado

Bocas de Visitas

Construídas em aço inoxidável AISI 304, colarinho com 5,0 mm de espessura, diâmetro de 455 mm; fixadas com porcas e roscas totalmente em aço inoxidável AISI 304, vedação em borracha atóxica, válvula de alívio de 2”, válvula contra vácuo de 2”, soldada por toda a sua volta na chapa externa, para impedir infiltrações de líquidos no isolamento.

Sistema de carga e descarga

Entrada de leite na parte inferior com tubulação em aço inoxidável AISI 304 polido de 2” PI/PE espessura de 1,5 mm, conexões RJT ou SMS;

Saída de produto pela parte inferior com tubulação em aço inoxidável AISI 304 de 2” PI/PE espessura de 1,5 mm, conexões RJT ou SMS, com válvula extra para evitar retorno na mangueira de sucção e tampão cego ao final da linha.

Sistema CIP

01 Linha para CIP em tubulação de aço inoxidável AISI 304 de 1 1/2”, composta de (um) spray-ball de 2” com ângulo de 360° para cada compartimento, interligados com válvulas borboleta de 1.1/2” e redução para 1”, conexão de 2” RJT ou SMS e tampão final de linha;

Este sistema permite a lavagem simultânea ou independente dos compartimentos.

Conjunto Base (Chassi) e Plataformas de Proteção Lateral:

Possui sua base de sustentação construída em aço carbono, com viga e perfil enrijecido, (1/4” x 8” - 1020) de 6,35 mm de espessura, sendo em 35x70x200x70

02 (duas) Plataformas laterais para proteção construídas em chapa (xadrez) de 3,00 mm de espessura;

(5) Berços de apoio laminados de 40 mm x 100 mm x 40 mm, de parede 6,30mm, revestidos com borrachas, condicionando perfeito assentamento do tanque e proteção contra choques e vibrações;

Fixação ao chassi do caminhão através de grampos de 5/8” com porcas duplas e duas Longarinas de madeira, ou borrachão tipo esteira entre longarinas.

Acabamento: Pintura protetora anti-corrosiva, em preto vinílico, assegurando grande durabilidade.

Passarela superior

Plataforma superior na lateral do tanque, construída em chapa de Aço Inox de 1,5 mm revestida com chapa anti-derrapante de alumínio, com escada traseira construída em aço inoxidável AISI 304.

Acabamento: (polida)

Acessórios

01 (uma) Bomba auto-aspirante com acionamento HIDRAULICO capacidade 22.000 lts/h, TOMADA DE FORÇA E ACESSÓRIOS ;

12 (doze) metros de mangueira atóxica, especial para leite;

02 (dois) Para Lamas com dois para barros personalizados e quatro suportes;

01 (um) conjunto de faixas refletivas, conforme normas estabelecidas pelo CONTRAM

Do Caminhão para 10.000l Leite

-zero km;

– ano de fabricação mínimo 2019;

– Mínimo de 170 CV;

– Carga útil + carroceria mínima de 5.000 kg;

– Motor diesel de 04 cilindros;

– Direção hidráulica.

- Logomarca da CODEVASF

Do Caminhão para 12.000l e 15.000l Leite

- zero km;
- ano de fabricação mínimo 2019;
- Mínimo de 250 CV;
- Carga útil + carroceria mínima de 5.000 kg;
- Motor diesel de 04 cilindros;
- Direção hidráulica.
- Logomarca da CODEVASF

11.2.22 CAMINHÃO HIDROJATEADOR - MODELO EURO VAC OU SIMILAR

01 (um) caminhão novo; zero quilometro; ano/modelo no mínimo 2014/2015; motor à óleo diesel; com no mínimo 06 (SEIS) cilindros verticais em linha; com turbocooler; com potência mínima de 190 cv; câmbio com no mínimo 06 marchas sincronizadas à frente e uma à ré; COM NO MÍNIMO DUAS SAÍDAS PARA TOMADA DE FORÇA; direção hidráulica com ajuste pneumático de altura e profundidade; cabina simples avançada; ar-condicionado; ventilação quente e frio no interior da cabine; vidros elétricos; banco do motorista com suspensão à ar; horímetro; com rodas e pneus tipo radial com medidas de no mínimo 275/80R 22,5; tração 6 x 2 (reduzido); freio de serviço a tambor nas rodas dianteiras e traseiras; ABS/ASR/EBD; freio motor; freio estacionário; protetor de radiador; com entre eixo de no mínimo 4.800 mm; tanque de combustível com capacidade de no mínimo 275 litros; com peso bruto total homologado de no mínimo 23.000 kg e CMT de no mínimo 35.000 kg; radio AM/FM; tacógrafo digital; com prazo de garantia de no mínimo 01 (um) ano sem limite de quilometragem; demais equipamentos exigidos pela legislação de trânsito, equipado com o seguinte equipamento, EQUIPADO COM o seguinte equipamento:

1. RESERVATÓRIO:

A capacidade total do reservatório deverá ser de 14.600 litros, dividido em 03 (três) compartimentos, sendo 600 litros para armazenamento de água de selagem da bomba de vácuo, 7.000 litros para armazenamento de água limpa e 7.000 litros na parte traseira, destinados aos detritos coletados por vácuo.

- Deverá ser fabricado em formato cilíndrico e tampos torisféricos, construído em chapa de aço carbono de espessura 3/16" (4,76mm), reforçado externamente com cintas de viga "U" dobrada de espessura de 1/8" (3,17mm), sendo equipado com sistema basculante, através de cilindro hidráulico.
- O reservatório deverá ser montado sobre contrachassi em viga "U" dobrada, com espessura mínima de 1/4".
- Deverá possuir sistema de interligação do compartimento de água limpa com o compartimento de detritos, permitindo, quando necessário, utilizar toda a capacidade do reservatório (5.000 litros de água + 4.000 litros de detritos) para jateamento de água.
- Deverá prover de armário laterais com portas, dobradiças galvanizadas inferiores e fechaduras com chave, borrachas de vedação automotivas, pintura interna com tinta a base de borracha, com um(01) compartimento individual com prateleira para guarda de equipamentos de segurança. Na parte superior externa dos armários laterais deverá ser montada chapa em aço tipo xadrez antiderrapante.
- Escada lateral para acesso superior do tanque, com corrimão e degrau com chapa

6ª Superintendência Regional

xadrez.

- Escada para acesso interno ao tanque fabricado com cantoneira em “L” e com altura do degrau ajustado para que o usuário não bata o joelho na boca de inspeção.
- Todos os elementos de fixação (parafusos, porcas, arruelas, adaptadores e conexões em geral) devem ser galvanizado (eletroliticamente ou a fogo) ou aço inox.

2. COMPARTIMENTO DE ÁGUA DE SELAGEM:

- Boca de abastecimento na parte superior;
- Conexões para as interligações hidropneumáticas com a bomba de vácuo, chave 3 vias e sifão depurador;
- Linha de alimentação de água com registro de esfera e filtro “y” diâmetro 1.1/4”;
- Dreno inferior com registro de esfera Ø 1.1/4”;

3. COMPARTIMENTO DE ÁGUA LIMPA:

- Quebra-ondas na parte interna;
- Boca de visita / abastecimento Ø 600 mm, com respiro tipo cabo de guarda-chuva na parte superior (compartimento de água);
- Visor de nível tipo coluna (compartimento de água);
- Dreno inferior com registro de esfera e bocal tipo “storz” Ø 2.1/2” para carregamento por hidrante (compartimento de água);
- Boia com contato elétrico para indicação de nível baixo de água; o sinalizador de tanque vazio deverá ser desligado automaticamente ao desligar o sistema de alta pressão.
- Linha de alimentação da bomba de alta pressão com registro de esfera e filtro “y” diâmetro 2.”
- Saída de água para higienização com registro de esfera Ø 2.1/2”, instalada no lado direito do equipamento.

4. COMPARTIMENTO DE DETRITOS:

- Boca superior com válvula de retenção por bóia no início do circuito pneumático para bloqueio quando o compartimento de detritos atingirem o nível cheio (compartimento de detritos);
- Sifão depurador instalado na lateral superior do tanque, dotado de manovacuômetro com diâmetro mínimo de 4 1/2”, escala 0 a 2 Kgf/cm² e 0 a -1 kgf/cm², com enchimento de glicerina para controle da pressão de trabalho, vácuo e dreno com registro de esfera Ø 1.1/4”;
- Dois visores de vidro temperado com prático sistema de limpeza (compartimento de detritos);
- Tubulação de carga com registro de esfera Ø 4” e bocal de engate rápido, instalado na lateral traseira do tanque (compartimento de detritos);
- Tubulação de descarga com válvula de esfera Ø 4” passagem plena e bocal de engate rápido, instalado na parte inferior da tampa traseira (compartimento de detritos);
- Sistema de filtragem composto por filtro espiralado de ranhura contínua, construído totalmente em aço inox AISI 304 (ou Chapa Perfurada de Inox 304 com furos Ø 4 mm - EC 5,6 mm - alternada longitudinal), com diâmetro mínimo 6” e com a altura da válvula de segurança interna (válvula de bola), instalado internamente, para descarga de líquido e retenção de sólidos, incluindo tubulação de descarga com registro de esfera Ø 4” e bocal de engate rápido;
- Tampa traseira reforçada formatotórisférica, basculante, disposta sobre dobradiça na parte superior, com vedação em borracha nitrílica anticorrosiva, sistema de

6ª Superintendência Regional

travamento com acionamento hidráulico, abertura e fechamento através de cilindro hidráulico de dupla ação, com dispositivo de prevenção de acidentes.

- Calha para escoamento de detrito, fixada na taseira do equipamento, para direcionar o fluxo durante a descarga:

5. PINTURA (SISTEMA DE PROTEÇÃO ANTICORROSIVA):

A pintura final deverá apresentar brilho e acabamento semelhante aos veículos automotivos nacionais.

6. PREPARAÇÃO DAS SUPERFÍCIES:

- Limpeza e remoção de óleos e graxas com solvente.
- Jateamento ao metal quase branco conforme grau AS 2.1/2 da Norma SIS-05-5900-1967.

7. PINTURA INTERNA DO RESERVATÓRIO:

- 01 (uma) demão de primer fosfato de zinco com espessura de 70 um sobreposto.
- 02 (duas) demão de epóxi alta espessura, livre de alcatrão de hulha, com espessura de 90 um, totalizando 250 um.

8. PINTURA EXTERNA DO EQUIPAMENTO:

- 01 (uma) demão de primer epóxi e acrílico reticulado com poliamina, com espessura de 40 um.
- 02 (duas) demão de esmalte poliuretano, com espessura de 40 um, na cor branca totalizando 120 um.

9. BOMBA DE ALTA PRESSÃO:

- Bomba Alternativa Triplex modelo BAT, completa para operar com vazão mínima de 125 litros/minuto com pressão de trabalho mínima de 120 kgf/cm².
- O circuito de alimentação da Bomba deverá ser dotado de válvula gaveta e filtro “y” Ø 2.” e sistema de limpeza. Os êmbolos deverão ser confeccionados em aço inoxidável revestido com cerâmica. O cabeçote deverá ser em aço inoxidável AISI 304 ou equivalente.
- O circuito de descarga deverá ser equipado com válvula de segurança para abertura com 10% acima da pressão de trabalho, válvula reguladora de pressão com ajuste fino, manômetro e registros de esfera
- O sistema de acionamento deverá ser mecânico ou hidrostático à partir de tomada de força de engate pneumático acoplada na caixa do caminhão.

10. BOMBA DE VÁCUO:

- De duplo efeito vácuo e pressão, com deslocamento de ar até 16.500 litros por minuto a uma rotação de 1.300 RPM, Bomba de Vácuo de anel líquido FATO 440/170, para operar com deslocamento de ar mínimo de 12 m³/minuto, vácuo de 700 mmHg (9,5 m.c.a.) e pressão positiva de 1,5 Kgf/cm², interligada ao compartimento de detritos através de chave direcionadora de fluxo (chave 3 vias) para alternância de vácuo ou pressão e mangotes flexíveis de PVC.
- O sistema de acionamento deverá ser mecânico ou hidrostático à partir de tomada de força de engate pneumático acoplada na caixa de câmbio do caminhão.

6ª Superintendência Regional**11. CARRETEL PRINCIPAL:**

- Deverá ser do tipo móvel “bandeira” dimensionado para armazenar 120 metros de mangueira de alta pressão com diâmetro $\frac{3}{4}$ ”, constituído de guia para enrolamento da mangueira de modo a evitar o remonte e sobreposição de camada de forma irregular, além de junta rotativa com pressionador e contador de metros.
- Deverá ser instalado na parte traseira do veículo, com estrutura de sustentação independente, com acionamento hidráulico nos dois sentidos de rotação, com comando centralizado e com regulação de velocidade em ambos os sentidos, com presilha para fixação de porta junto ao veículo.
- A unidade de acionamento deverá ser constituída de reservatório de óleo, bomba hidráulica de engrenagens, comando hidráulico e motor hidráulico orbital.

12. CARRETEL AUXILIAR:

- Deverá ser dimensionado para armazenar 40 metros de mangueira de alta pressão Ø 1/2”, do tipo “fixo” com acionamento manual, junta rotativa, e fixado na lateral traseira do equipamento entre o pára-choque e o pára-lama.

13. PAINEL DE COMANDO / CONTROLE:

Deverá ser instalado no carretel principal, possibilitando a operação por apenas 01 (um) operador e contendo os seguintes instrumentos:

- Comando eletrônico de aceleração do motor do veículo;
- Tacômetro para controle da rotação do motor;
- Luz indicadora de alta temperatura da água de refrigeração do motor;
- Luz indicadora de baixa pressão do óleo de lubrificação do motor;
- Horímetros de funcionamento individualizados para as bombas de alta pressão e vácuo;
- Interruptor para os faróis auxiliares traseiros;
- Interruptor para o sinalizador rotativo;
- Interruptor de luz do painel;
- Comando hidráulico do Carretel Principal;
- Tomada para ligação do farol portátil.
- Comandos hidráulicos de basculamento do tanque, abertura e fechamento da tampa traseira e travamento da mesma deverão ser fixados na lateral direita do equipamento;
- Todos os comandos/controles deverão ser identificados com plaquetas metálicas gravadas em português.

14. ACESSÓRIOS / COMPLEMENTOS:

O Equipamento deverá ser fornecido com os seguintes acessórios:

- “120 (cento e vinte) metros de mangueira de alta pressão diâmetro $\frac{3}{4}$ ”, sem emendas, confeccionada em borracha sintética lisa, reforçada com tecido trançado e revestimento protetor em borracha especial extremamente resistente à abrasão, com acabamento liso na cor preta, pressão de trabalho até 200 Kgf/cm², pressão de ruptura de 500 Kgf/cm², peso de 0,67 kg/metro linear, com terminais macho NPT nas extremidades, raio mínimo de dobra 130mm, instalada no carretel principal.
- “40 (quarenta) metros de mangueira de alta pressão Ø 1/2”, sem emendas, com duas tramas de aço, pressão de trabalho até 200 Kgf/cm², com terminais machos Ø 1/2” NPT nas extremidades, instalada no carretel auxiliar;
- 20 (vinte) metros de mangote de sucção em PVC Ø 4” para carregamento dos detritos, divididos em dois segmentos de 10 metros cada com engate rápido em

6ª Superintendência Regional

alumínio;

- 01(um) guia de mangueira para proteção contra quinas na entrada das redes, com extensão de 06 (seis) metros;
- 01 (um) suporte com roldana em alumínio ou nylon para proteção contra quinas na entrada do P.V;
- 04 (quatro) bocais para desobstrução, com jatos propulsores traseiros a 35° e um frontal;
- 04 (quatro) bocais para gordura, com jatos propulsores traseiros a 35° tangenciais;
- 01 (uma) pistola manual para hidrojateamento, para operar com pressão máxima de 160 Kgf/cm²;
- 02 (dois) bicos de jato concentrado para pistola de hidrojateamento, para operar com pressão 120 Kgf/cm²;
- 02 (dois) bocais para mangote de sucção Ø 4”;
- 02 (duas) tampas cegas para os bocais de engate rápido;
- 01 (uma) morsa n.º 3 instalada na parte traseira do equipamento, para substituição dos bocais;
- 02 (dois) faróis móveis direcionais Ø 6”, instalados na parte superior traseira do tanque, acionados através de um interruptor instalado no painel de comando, interligado e alimentado pela própria bateria do veículo, para execução de trabalhos noturnos;
- 01 (um) farol móvel portátil, 12Vcc, com cabo flexível industrial com 10 (dez) metros de comprimento e pino industrial para conectar à tomada.
- 01 (um) sinalizador intermitente ou rotativo de segurança constituído por led na cor amarelo âmbar, instalado na parte superior traseira do equipamento;
- 02 (duas) cunhas de madeira com altura de 200 mm para travamento das rodas do caminhão visando a segurança;
- 01 (um) conjunto de ferramentas apropriadas para a manutenção básica dos equipamentos e substituição dos bocais;
- 05 (cinco) Kits de gaxetas para bomba de alta pressão;
- 02 (dois) Kits de vedação de água de selagem para bomba de anel líquido;
- 02 (dois) bocais tipo vortex com jatos propulsores a 20° e um frontal, rosca 3/4”;
- 04 (quatro) bocais diâmetro 28 mm para desobstrução de ramais, com jatos propulsores traseiros 30° e um frontal, rosca 1/2”;
- 02 (dois) bocais para mangote de sucção diâmetro 4”;
- 20 (vinte) metros de mangote de lona diâmetro 70 mm com conexões “storz” diâmetro 2.1/2” nas extremidades, para abastecimento do tanque por hidrante;
- 1 (uma) chave sextavada para abrir o filtro tipo Y de água da bomba;
- 1 (um) suporte de proteção para acesso ao tanque de detritos;
- 1 (um) sinalizador sonoro intermitente acionado com a luz de ré;
- 1 (um) suporte porta-cone;
- 1 (uma) tubulação 3/4” com torneira tipo jardim sob o primeiro compartimento dos armários do lado direito, para higienização dos operadores;
- 1 (uma) Trava de segurança para tampa traseira para fins de manutenção;
- 1 (uma) Divisão ao meio do primeiro compartimento dos armários do lado direito, incluindo a colocação de uma chapa horizontal como prateleira;
- 1 (uma) Plataforma de chapa de aço tipo xadrez na parte superior dos tanques, no espaço entre a boca de visita e a boca superior do compartimento de detritos, bem como duas alças para apoio quando do acesso à parte superior;
- Para choque retrátil homologado;
- Protetores laterais conforme normas Denatran,
- CAT – Certificado de Adequação ao Transito;

6ª Superintendência Regional

6ºGRD/UIP

- Exigências do CONTRAN;
- Faixas reflexivas (P/Veículo);
- Laudo de Segurança Veicular / Homologação;

11.2.23 Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, Hatch 1.4 ou Superior

- 2019 ou versão mais atualizada;
- Cor Branca
- Nacional ou Nacionalizado
- Potência Mín. 1.4 ou 70CV ou superior;
- 4 (Quatro) portas + Mala
- Combustível: Bicomcombustível/Flex;
- Sistemas de Freios:dianteiro e traseiro a disco, admitindo-se tambor na traseira, com sistema ABS.
- Direção hidráulica ou elétrica.
- Diversos:Ar condicionado de fábrica; luz de leitura dianteira; airbag dianteiro para motorista e passageiro;tração dianteira; painel de instrumentos; apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos dianteiros, no mínimo dois apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos traseiros; cintos de segurança no assento do motorista e do passageiro com laterais reguláveis em altura, cintos de segurança traseiros; alarme, vidros elétricos com película de controle solar filtro de calor conf. Resolução Contran nº 253 e 254 – Denatran, com comando de abertura das portas; trava elétrica das portas; retrovisores externos com regulagem interna; jogo de tapetes em borracha; o veículo, objeto deste item, deverá estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito vigente (extintor de incêndio, estepe, chave de roda, triângulo, macaco e etc.), emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo.; Manual de instrução
- Automático ou manual mínimo de 05 (cinco) marchas
- Tanque CombustívelMín 50l
- Airbag duplo
- Garantia:Mínima de 03 (três) anos de fábrica, contado do recebimento do veículo licenciado e emplacado
- Provido de Sistema Multimídia com no Mín. (Rádio,Bluetooth e USB), Ar condicionado, Alarme, protetor de Carter e travas elétricas.
- Outros equipamentos:Equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN, jogo de tapete.
- Emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo.; Manual de instrução.

11.2.24 Veículo Automotor,Zero km, Ano 2019 ou Superior utilitário Leve, tipo Saver ou Similar

- zero km 2019;
- Potência Mín. de 1.4;
- 4 (Quatro) portas
- combustível: gasolina/ álcool;

6ª Superintendência Regional

- Direção hidráulica ou elétrica.
- 05 Marchas 4x2
- Tanque Combustível Mín 50l
- Airbag duplo
- Volume Caçamba Mín. 700l
- Carga útil Min. 700kg
- Provido de Sistema Multimídia com no Mín. (Rádio,Bluetooth e USB), Ar condicionado, Alarme, protetor de Carter e travas elétricas.

- Em dias, com IPVA e DPVAT pagos,

11.2.25 Veículo Automotor, Novo, Ano 2019, SEDAN 1.5 ou Superior

- 2019 ou versão mais atualizada;
- Cor Branca
- Nacional ou Nacionalizado
- Potência Mín. 75CV ou superior;
- 4 (Quatro) portas + Mala
- Cilindrada: Mínima de 1.390 cm³
- Combustível: Bicomcombustível/Flex;
- Sistemas de Freios: dianteiro e traseiro a disco, admitindo-se tambor na traseira, com sistema ABS.
- Direção hidráulica ou elétrica.
- Diversos: Ar condicionado de fábrica; luz de leitura dianteira; airbag dianteiro para motorista e passageiro; tração dianteira; painel de instrumentos; apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos dianteiros, no mínimo dois apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos traseiros; cintos de segurança no assento do motorista e do passageiro com laterais reguláveis em altura, cintos de segurança traseiros; alarme, vidros elétricos com película de controle solar filtro de calor conf. Resolução Contran nº 253 e 254 – Denatran, com comando de abertura das portas; trava elétrica das portas; retrovisores externos com regulagem interna; jogo de tapetes em borracha; o veículo, objeto deste item, deverá estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito vigente (extintor de incêndio, estepe, chave de roda, triângulo, macaco e etc.), emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo.; Manual de instrução
- Câmbio : Automático ou manual mínimo de 05 (cinco) marchas
- Tanque Combustível Mín 50l
- Airbag duplo
- Garantia: Mínima de 03 (três) anos de fábrica, contado do recebimento do veículo licenciado e emplacado
- Provido de Sistema Multimídia com no Mín. (Rádio,Bluetooth e USB), Ar condicionado, Alarme, protetor de Carter e travas elétricas.
- Outros equipamentos: Equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN, Jogo de tapete.
- Emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo.; Manual de instrução.

11.2.26 Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, SUV , 1.4 ou superior

- 2019 ou versão mais atualizada;

6ª Superintendência Regional

6ºGRD/UIP

- Tipo: SUV Médio 4x2 ou 4x4
- Cor Branca
- Nacional ou Nacionalizado
- Potência Mín. 115CV ou superior;
- Cilindrada: Mínima de 1.500 cm³
- Combustível: Bicomcombustível/Flex ou Diesel.
- Sistemas de Freios:dianteiro e traseiro a disco, admitindo-se tambor na traseira, com sistema ABS.
- Direção hidráulica ou elétrica.
- Diversos: Ar condicionado de fábrica; airbag dianteiro para motorista e passageiro; volante com regulagem de altura; rodas de liga leve; banco traseiro com capacidade para três lugares, encosto em uma peça, com assento inteiriço; com apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos traseiros; cintos de segurança no assento do motorista e do passageiro com laterais reguláveis em altura; cintos de segurança traseiros inerciais de 3 pontos nas laterais e do tipo abdominal no assento central; vidros elétricos; vidro traseiro fixo com ante embaçante; limpador do para-brisa com intermitência fixa; alarme de fábrica, com comando de abertura das portas e levantamento dos vidros; vidros com película de controle solar filtro de calor conf. Resolução Contran nº 253 e 254 – Denatran, trava elétrica das portas; retrovisores externos com regulagem interna; jogo de tapetes de borracha; painel de instrumentos com conta giros; o veículo, objeto deste item, deverá estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito vigente (extintor de incêndio, estepe, chave de roda, triângulo, macaco e etc.); Manual de instrução, emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo.
- Câmbio : Automático ou manual mínimo de 05 (cinco) marchas
- Tanque Combustível Mín 50l
- Airbag duplo
- Garantia:Mínima de 03 (três) anos de fábrica, contado do recebimento do veículo licenciado e emplacado
- Provido de Sistema Multimídia com no Mín. (Rádio,Bluetooth e USB), Ar condicionado, Alarme, protetor de Carter e travas elétricas.
- Outros equipamentos: Jogo de tapetes, kit Multimídia (sistema de AM/FM com conexão MP3/USB, autos falantes e antena), alarme sonoro antifurto com trava nos quatro portas,sensor de estacionamento, equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN. O veículo deve estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores
- Emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo, Manual de instrução.

11.2.27 Veículo Automotor utilitário transporte de passageiros 7 lugares, 1.8 ou superior

- 2019 ou versão mais atualizada;
- Tipo: Veiculo passageiro 7 lugares 4x2 ou 4x4
- Cor Branca

6ª Superintendência Regional

- Nacional ou Nacionalizado
- Potência Mín. 110 CV ou superior;
- Cilindrada: Mínima de 1.800 cm³
- Combustível: Bicomcombustível/Flex ou Diesel.
- Sistemas de Freios: dianteiro e traseiro a disco, admitindo-se tambor na traseira, com sistema ABS.
- Direção hidráulica ou elétrica.
- Diversos: Ar condicionado de fábrica; airbag dianteiro para motorista e passageiro; volante com regulagem de altura; rodas de liga leve; banco traseiro com capacidade para três lugares, encosto em uma peça, com assento inteiriço; com apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos traseiros; cintos de segurança no assento do motorista e do passageiro com laterais reguláveis em altura; cintos de segurança traseiros inerciais de 3 pontos nas laterais e do tipo abdominal no assento central; vidros elétricos; vidro traseiro fixo com ante embaçante; limpador do para-brisa com intermitência fixa; alarme de fábrica, com comando de abertura das portas e levantamento dos vidros; vidros com película de controle solar filtro de calor conf. Resolução Contran nº 253 e 254 – Denatran, trava elétrica das portas; retrovisores externos com regulagem interna; jogo de tapetes de borracha; painel de instrumentos com conta giros; o veículo, objeto deste item, deverá estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito vigente (extintor de incêndio, estepe, chave de roda, triângulo, macaco e etc.); Manual de instrução, emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo.
- Câmbio : Automático ou manual mínimo de 05 (cinco) marchas
- Tanque Combustível Mín 50l
- Airbag duplo
- Garantia: Mínima de 03 (três) anos de fábrica, contado do recebimento do veículo licenciado e emplacado
- Provido de Sistema Multimídia com no Mín. (Rádio,Bluetooth e USB), Ar condicionado, Alarme, protetor de Carter e travas elétricas.
- Outros equipamentos: Jogo de tapetes, kit Multimídia (sistema de AM/FM com conexão MP3/USB, autos falantes e antena), alarme sonoro antifurto com trava nos quatro portas,sensor de estacionamento, equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN. O veículo deve estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores
- Emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo, Manual de instrução.

11.2.28 Caminhonete Cabine Simples

- 2019 ou versão mais atualizada;
- Cor Branca
- Nacional ou Nacionalizado
- Potência Mín. 140 CV ou superior;
- Cilindrada: Mínima de 2.5 cm³
- 2 (Quatro) portas + Mala

6ª Superintendência Regional

- combustível: Diesel
 - Sistemas de Freios: dianteiro e traseiros a disco, admitindo-se tambor na traseira, com sistema ABS.
 - Direção hidráulica ou elétrica.
 - Diversos: Ar condicionado de fábrica; airbag dianteiro para motorista e passageiro; cabine dupla, métrica, rodas de liga leve, volante com regulagem de altura; banco traseiro com capacidade para três lugares, encosto em uma peça, com assento inteiriço; com apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos traseiros; cintos de segurança no assento do motorista e do passageiro com laterais reguláveis em altura; cintos de segurança traseiros inerciais de 3 pontos nas laterais e do tipo abdominal no assento central; vidros elétricos; vidro traseiro fixo com ante embaçante; limpador do parabrisa com intermitência fixa; alarme de fábrica, com comando de abertura das portas e levantamento dos vidros; vidros com película de controle solar filtro de calor conf. Resolução Contran nº 253 e 254 – Denatran, trava elétrica das portas; retrovisores externos com regulagem interna; jogo de tapetes de borracha; painel de instrumentos com conta giros; o veículo, objeto deste item, deverá estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito vigente (extintor de incêndio, estepe, chave de roda, triângulo, macaco e etc.); Manual de instrução, emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo.
 - Automático ou manual mínimo de 05 (cinco) marchas
 - Tanque Combustível Mín 50l
 - Airbag duplo
 - Garantia: Mínima de 03 (três) anos de fábrica, contado do recebimento do veículo licenciado e emplacado
 - Outros equipamentos: Capota Marítima, Jogo de tapetes, kit Multimídia (sistema de AM/FM com conexão MP3/USB, autos falantes e antena), alarme sonoro antifurto com trava nas quatro portas, sensor de estacionamento, equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN. O veículo deve estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores
 - Em dias, com IPVA e DPVAT pagos,
- 11.2.29 Caminhonete Cabine Dupla**
- 2019 ou versão mais atualizada;
 - Cor Branca
 - Nacional ou Nacionalizado
 - Potência Mín. 140CV ou superior;
 - Cilindrada: Mínima de 2.5 cm³
 - 4 (Quatro) portas + Mala
 - combustível: Diesel
 - Sistemas de Freios: dianteiro e traseiros a disco, admitindo-se tambor na traseira, com sistema ABS.
 - Direção hidráulica ou elétrica.
 - Diversos: Ar condicionado de fábrica; airbag dianteiro para motorista e passageiro; cabine dupla, métrica, rodas de liga leve, volante com regulagem de altura; banco traseiro com capacidade para três lugares, encosto em uma peça, com assento inteiriço; com apoios de cabeça com ajuste na altura nos

6ª Superintendência Regional

bancos traseiros; cintos de segurança no assento do motorista e do passageiro com laterais reguláveis em altura; cintos de segurança traseiros inerciais de 3 pontos nas laterais e do tipo abdominal no assento central; vidros elétricos; vidro traseiro fixo com ante embaçante; limpador do parabrisa com intermitência fixa; alarme de fábrica, com comando de abertura das portas e levantamento dos vidros; vidros com película de controle solar filtro de calor conf. Resolução Contran nº 253 e 254 – Denatran, trava elétrica das portas; retrovisores externos com regulagem interna; jogo de tapetes de borracha; painel de instrumentos com conta giros; o veículo, objeto deste item, deverá estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito vigente (extintor de incêndio, estepe, chave de roda, triângulo, macaco e etc.); Manual de instrução, emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo.

- Automático ou manual mínimo de 05 (cinco) marchas
- Tanque Combustível Mín 50l
- Airbag duplo
- Garantia: Mínima de 03 (três) anos de fábrica, contado do recebimento do veículo licenciado e emplacado
-
- Outros equipamentos: Capota Marítima, Jogo de tapetes, kit Multimídia (sistema de AM/FM com conexão MP3/USB, autos falantes e antena), alarme sonoro antifurto com trava nas quatro portas, sensor de estacionamento, equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN. O veículo deve estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores
- Em dias, com IPVA e DPVAT pagos.
-

11.2.30 Veículo Utilitário de Carga Leve Tipo Furgão 1.4 ou superior , Fiorino ou similar.

- zero km 2019;
- Potência Mín. 1.6;
- 2 (duas) portas no compartimento dos passageiros
- combustível: gasolina/ álcool;
- Airbag duplo
- Direção hidráulica ou elétrica.
- 05 Marchas 4x2
- Tanque combustível Min. 70l
- Provido de Sistema Multimídia, Ar condicionado, Alarme, protetor de Carter e travas elétricas.
- Emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo.; Manual de instrução.

11.2.31 Veículo Utilitário de Carga Tipo Furgão 2.0 ou superior

- zero km 2019;
- Potência Mín. 2.0;

6ª Superintendência Regional

- 2 (duas) portas no compartimento dos passageiros
 - combustível: gasolina/ álcool;
 - Airbag duplo
 - Direção hidráulica ou elétrica.
 - 05 Marchas 4x2
 - Tanque combustível Min. 70l
 - Provido de Sistema Multimídia, Ar condicionado, Alarme, protetor de Carter e travas elétricas.
 - Emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo.; Manual de instrução.
- sistema de freios hidráulico com sistema anti-travamento das rodas (ABS); Provido sistema Multimídia como Rádio com conexões USB e Bluetooth , dianteiro à disco ventilado e traseiro a tambor auto-ajustáveis (ou sistema superior); ar condicionado; acessórios de segurança e sinalização exigidos pela Legislação Brasileira para a categoria; direção: hidráulica ou elétrica; alarme antifurto; compartimento de carga com duas portas, capacidade útil mínima de 8m³; parede ou grade divisória entre compartimento de carga e passageiros; jogo de tapetes, protetor de cárter. Conforme legislação pertinente, deverá ser entregue emplacado e licenciado, inclusive com o pagamento de IPVA e DPVAT.

12 TESTES DE CAMPO.

- 12.1.1 Por ocasião da entrega serão efetuados os testes funcionais de campo, devendo a **CONTRATADA** enviar um representante técnico quando solicitada pela **CODEVASF**, para acompanhamento dos mesmos.
- 12.1.2 Se na execução desses testes porventura alguns equipamentos sejam reprovados, será de responsabilidade da **CONTRATADA** todos os custos decorrentes dos reparos e substituição.
- 12.1.3 A **CODEVASF** deverá emitir relatórios de aprovação dos testes funcionais de todos os equipamentos fornecidos e testados sem os quais não será possível a emissão do **TERMO DE ENCERRAMENTO FÍSICO DO CONTRATO**.

13 PEÇAS SOBRESSALENTES.

- 13.1.1 Deverá ser fornecida, pela Contratada, a listagem das peças sobressalentes, necessárias para um período de operação de 2 (dois) anos, com preços unitários cotados a parte.
- 13.1.2 A relação das peças sobressalentes deverá ser detalhada na proposta pelo Proponente de acordo com sua experiência.

14 GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

A **CONTRATADA** deverá garantir que o equipamento a ser fornecido estará livre de quaisquer defeitos provenientes de projeto, de fabricação ou de material, e que será apropriadamente dimensionado e construído com materiais adequados, de modo a cumprir integralmente as condições de serviços especificadas.

Quaisquer defeitos provenientes de projeto, fabricação ou de material que venham a surgir dentro de um prazo mínimo de 12 (doze) meses a contar da data do término da vigência do contrato de fornecimento do equipamento, serão reparados pela **CONTRATADA**, independente da quilometragem.

- 14.1.1 Esta garantia deverá abranger também os componentes fornecidos por terceiros. Em caso de falhas, no período de garantia, a **CONTRATADA** se obriga a efetuar a reposição imediata dos elementos defeituosos sem qualquer ônus para a **CODEVASF**, inclusive no que se refere às despesas de transportes e seguros.

Se qualquer peça apresentar defeito e ficar comprovado que a falha foi causada por projeto incorreto a **CONTRATADA** se obriga a substituir essa peça em todas as unidades fornecidas, sem ônus para a **CODEVASF**.

No que concerne à assistência técnica, a **CONTRATADA** deverá comprometer-se a dar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a convocação oficial da **CODEVASF**, partida inicial e pré-operação.

Instruções de operação e manutenção deverão ser ministradas por pessoal especializado, a ser indicado pela **CONTRATADA**.

6ª Superintendência Regional

O **PROPONENTE** deverá garantir, quando da apresentação de sua proposta, o atendimento integral ao prescrito nas Folhas de Dados anexas.

O fornecimento de peças de reposição dos equipamentos fornecidos deve ser garantido por um período de tempo não inferior a 05 (cinco) anos.

O prazo de garantia contra defeitos de fabricação será exigido de acordo com a Lei nº 8.078/90.

Durante o período de garantia contra defeitos de fabricação, a adjudicatária obriga-se a efetuar, sem ônus para o CODEVASF, a substituição do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da notificação.

A CONTRATADA será responsável, na forma da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos decorrentes do fornecimento contratado.

Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CONTRATANTE, para reparação desses danos ou prejuízos.

14.1.2 O (s) FABRICANTE (s) dos bens fornecidos, na data da abertura das propostas (início da sessão pública) do pregão, deverá (ão) ter empresa autorizada para prestar assistência técnica em um raio de até 600 km de onde serão entregues os itens, sob pena de desclassificação da proposta. Para tal comprovação, deverá ser exigida no momento da aceitação da proposta, documentação comprobatória.

14.1.3 O (s) FABRICANTE (s) dos bens fornecidos, na data da abertura das propostas (início da sessão pública) do pregão, deverá (ão) ter empresa autorizada para prestar assistência técnica no Estado onde serão entregues os itens, sob pena de desclassificação da proposta. Para tal comprovação, deverá ser exigida no momento da aceitação da proposta, documentação comprobatória.

15 LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

LOCAL DE ENTREGA.

15.1.1 O equipamento objeto desta licitação será entregue na Sede da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, situado na Av. Comissão do Vale, s/n – Bairro Piranga – Cidade de Juazeiro – Estado da Bahia – CEP: 48.901-900 – TEL: (74) 3614-6200, e/ou Sede do Projeto SALITRE: Canteiro de Obras do Projeto Salitre, Povoado Lagoa do Salitre, Distrito de Junco, CEP 48900-000, e/ou em Armazenamento indicado em um raio de 50km da 6ª Superintendência, localizado no Município de Juazeiro, no Estado da Bahia, nos dias úteis no horário de 08h00min a 12h00min e de 13h30min a 17h00min horas. A Cidade de Juazeiro dista 505 km de Salvador-BA.

15.1.2 As principais rodovias de acesso ao Município de Juazeiro são as BR 128/428 que liga o Município ao interior do Estado de Pernambuco, a BR 235 que dar acesso a barragem de Sobradinho no Estado da Bahia, a BR 407 que permite o acesso a cidade de Salvador e ao Estado do Piauí. Além das vias acima descritas, o acesso ao município de Petrolina pode ser realizado através da PE – 655, mediante o povoado da Tapera, e da PE – 626 mediante a comunidade de Pedrinhas/Nova Descoberta.

PRAZO DE ENTREGA.

15.1.3 O prazo para entrega do equipamento será de 60 (Sessenta) dias corridos contados a partir da Ordem de Fornecimento emitida pela CODEVASF, após a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado na forma dos §§ 1º e 2º do Art. 57, da Lei n.º 8.666/93.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

CODEVASF 6º SR

FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO DIVERSA NAS ÁREAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E OUTRAS DEMANDAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

Data Base: Junho/2019

Planilha Orçamentária

| Item | Cat.M at. | DISCRIMINAÇÃO | Unid | Quant | PREÇOS (R\$) | |
|----------------------|-----------|--|-------|-------|----------------|-------------------|
| | | | | | Valor Unitário | Valor Total |
| | | | | | | |
| A) Máquinas Pesadas | | | | | | R\$ 31.815.873,91 |
| 1 | BR 455701 | Trator de esteiras (A), Zero km, Ano 2019 ou Superior,Cabine fechada com ar condicionado, motor diesel min. 6 cilindros, potência mín. de 135 HP ou unidade equivalente, P.Operacional mínimo 15 toneladas, injeção eletrônica, 4 válvulas, diesel, sistema elétrico de 24 volts, transm. hidrostática, freios hidrostáticos, RIPPER tipo paralelogramo, profundidade máxima de penetração de 480 mm, com as seguintes dimensões mínimas: largura da escavação de 1600mm, RIPPER com no mínimo 3 dentes de 420 mm de altura e largura de 1700mm com Cabine Fechada com Ar condicionado. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 | R\$ 751.333,33 | R\$ 751.333,33 |
| 2 | BR 318471 | Trator de Esteira (B), Zero km, Ano 2019 ou Superior, Cabine fechada com ar condicionado, motor diesel min.6 cilindros,potência mín. de 120 HP, transmissão hidrostática, P.Operacional 13.000 kgs, lâmina com capacidade de 3m3, ripper traseiro com 03 dentes, tanque de combustível com capacidade mínima de 290 litros, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 | R\$ 614.000,00 | R\$ 614.000,00 |
| 3 | BR 455773 | Escavadeira de Esteira Hidráulico, Zero km, Ano 2019 ou Superior, Motor diesel 150HP, Cabine fechada com ar condicionado, sistema de refrigeração de ar Mín. 04 cilindros, refrigerado à água, com injeção eletrônica, Motor diesel com potência mínima 150 Hp at 2000 rpm (116 kW at 2000 rpm) a 2000±50 rpm, Peso operacional mínimo de 21000kg, sistema elétrico mínimo de 24 volts, montada sobre esteiras.com disponibilidade para kit 3a no comando, Hidráulico via para instalação de implementos, caçamba de no mínimo 1m³. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 | R\$ 499.600,00 | R\$ 499.600,00 |
| 4 | BR 225466 | Pá carregadeira sobre rodas (A), Zero km, Ano 2019 ou Superior, potencia liquida minima de 180 hp, 06 cilindros, 4 veloc., capacidade da cacamba de 2,3 m3, peso operacional mínimo de 15000 a 18000 kg, ou superior com Cabine Fechada com Ar condicionado. . Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 | R\$ 577.400,00 | R\$ 577.400,00 |
| 5 | BR 455579 | Pá carregadeira sobre rodas (B), Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência liquida minima de 120 hp, capacidade de caçamba de 1,9 m³, peso operacional mínimo de 10000 kg com Cabine Fechada e provido de Ar condicionado. . Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 | R\$ 386.100,00 | R\$ 386.100,00 |
| 6 | BR 455580 | Pá carregadeira sobre Rodas (C), Zero km, Ano 2019 ou Superior,potencia liquida minima de 130 hp, caçamba de carregamento de no mínimo 2,5m3, transmissão hidrostática, peso operacional mín.15.000 kgs, altura de alcance da caçamba mini de 3,60 metros, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado. . Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 | R\$ 469.500,00 | R\$ 469.500,00 |
| 7 | BR 225488 | Motoniveladora (A), Zero km, Ano 2019 ou Superior, motor diesel 6 cilindros, potência mínima 170 HP, tração 6x4, transmissão mínima 8 velocidades a frente e 4 a ré, força de corte da lâmina mínima 7.500 kg, peso operacional mínimo 15.000 kg a 18.535 kg, lâmina largura mínimo de 3.500 mm com Cabine Fechada com Ar condicionado e Alarme de ré e rádio Multimidia. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 2,00 | R\$ 698.750,00 | R\$ 1.397.500,00 |
| 8 | BR 455683 | Motoniveladora (B), Zero km, Ano 2019 ou Superior, motor diesel com potência mínima de 140 HP, peso operacional Mín. 13000 kgs, cambio com 08 marchas à frente e 04 marchas à ré, comprimento da lamina mínima de 3,60 m, ripper traseiro de 05 pontas, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado e Alarme de ré e rádio Multimidia. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 2,00 | R\$ 634.250,00 | R\$ 1.268.500,00 |



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

CODEVASF 6º SR

FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO DIVERSA NAS ÁREAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E OUTRAS DEMANDAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

Data Base: Junho/2019

Planilha Orçamentária

| Item | Cat.M at. | DISCRIMINAÇÃO | Unid | Quant | PREÇOS (R\$) | |
|------|--------------|--|-------|-------|----------------|------------------|
| | | | | | Valor Unitário | Valor Total |
| 9 | BR 225464 | Retroescavadeira , Zero km, Ano 2019 ou Superior, com tração 4x4, cabine com ar condicionado, motor diesel turbo com potência líquida mínima de 85 HP, peso operacional mín. 6000kg, transmissão com no mínimo 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré, sistema hidráulico com fluxo de no mínimo 130 l/min e pressão mínima de 22.000 kpa, caçamba de carregamento de no mínimo 0,90 m3 (ou superior) e concha de escavação de no mínimo 0,20m3 (ou superior), sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado.. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 40,00 | R\$ 237.500,00 | R\$ 9.500.000,00 |



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

CODEVASF 6º SR

FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO DIVERSA NAS ÁREAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E OUTRAS DEMANDAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

Data Base: Junho/2019

Planilha Orçamentária

| Item | Cat.M at. | DISCRIMINAÇÃO | Unid. | Quant | PREÇOS (R\$) | |
|----------------------------------|-----------|---|-------|-------|----------------|------------------|
| | | | | | Valor Unitário | Valor Total |
| 10 | BR 225464 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Retroescavadeira , Zero km, Ano 2019 ou Superior, com tração 4x4, cabine com ar condicionado, motor diesel turbo com potência líquida mínima de 85 HP, peso operacional mín. 6000kg, transmissão com no mínimo 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré, sistema hidráulico com fluxo de no mínimo 130 l/min e pressão mínima de 22.000 kpa, caçamba de carregamento de no mínimo 0,90 m3 (ou superior) e concha de escavação de no mínimo 0,20m3 (ou superior), sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado.. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 3,00 | R\$ 237.500,00 | R\$ 712.500,00 |
| 11 | BR 15989 | TRATOR 130HP - USO AQUÁTICO , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Barco marca e modelo Hidrotrator HT021/2019 ou Similar, específico para remoção de lixo e plantas aquáticas de ambientes hídricos.Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 | R\$ 795.000,00 | R\$ 795.000,00 |
| 12 | BR52582 | Rolo-compactador , Novo, Ano/modelo 2019 ou superior, vibratório pé-de-carneiro para solos, Cabine fechada, com ar condicionado, motor diesel, com potência mínima de 110 HP, transmissão hidrostática, peso operacional mínimo de 10.000 kgs sem lastro, carga mínima por roda 3.000 kgs., sistema de rastreamento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem) | Unid. | 3,00 | R\$ 355.875,00 | R\$ 1.067.625,00 |
| 13 | BR 304332 | Micro trator Cultivador de Solos com implementos , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência mínima 14 hp, motor diesel 4 tempos monocilíndrico refrigerado a água, partida elétrica, 01 farol para trabalhos noturnos, bateria inclusa, 6 marchas para frente e 2 para ré equipado com enxada rotativa de 0,90 m, 18 facas mínimo, Garantia mínima 12 meses,com os devidos acessórios/Implementos: Acessório 1:Carreta tracionada, capacidade de carga 1.500 kg, 01 eixo rodado simples aro 13", pneus novos, dimensões mínimas 2,00 x 1,35 x 0,45 m, carroceria basculante, sistema de engate compatível com o micro trator; Acessório 2: Enxada rotativa de 0,90 m para ser acoplado ao microtrator, com no mínimo 24 lâminas Acessórios 3 : Arador Subsolador leve equipamento robusto, eficiente e de fácil operação, utilizado para subsolagem agrícola. Sua principal aplicação é romper as camadas superficiais do solo e eliminar a compactação.; Acessórios 4: Cortador de Grama/ Roçadeira Frontal a gasolina de 6,5cv para limpeza e roçadas de capins e pastagens em terrenos irregulares | Unid. | 9,00 | R\$ 31.601,54 | R\$ 284.413,87 |
| 14 | BR 304332 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Micro trator Cultivador de Solos , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência mínima 14 hp, motor diesel 4 tempos monocilíndrico refrigerado a água, partida elétrica, 01 farol para trabalhos noturnos, bateria inclusa, 6 marchas para frente e 2 para ré equipado com enxada rotativa de 0,90 m, 18 facas mínimo, Garantia mínima 12 meses,com os devidos acessórios/Implementos: Acessório 1:Carreta tracionada, capacidade de carga 1.500 kg, 01 eixo rodado simples aro 13", pneus novos, dimensões mínimas 2,00 x 1,35 x 0,45 m, carroceria basculante, sistema de engate compatível com o micro trator; Acessório 2: Enxada rotativa de 0,90 m para ser acoplado ao microtrator, com no mínimo 24 lâminas Acessórios 3 : Arador Subsolador leve equipamento robusto, eficiente e de fácil operação, utilizado para subsolagem agrícola. Sua principal aplicação é romper as camadas superficiais do solo e eliminar a compactação.; Acessórios 4: Cortador de Grama/ Roçadeira Frontal a gasolina de 6,5cv para limpeza e roçadas de capins e pastagens em terrenos irregulares | Unid. | 1,00 | R\$ 31.601,54 | R\$ 31.601,54 |
| B) Caminhões Carrocerias | | | | | | |
| 15 | BR4294 | Caminhão basculante , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência mínima 180 CV, cinto de segurança de 03 (três pontos, distância entre-eixos mínimo 4900 mm (ou superior) , carga útil com equipamento mínima 8500 kg. Com caçamba de capacidade volumétrica mínima 6,00 m³, protetor de cabine, tampa traseira basculante padrão com fechamento automático, assoalho em aço espessura mínima 4,50 mm, laterais em aço espessura mínima 4,50 mm, pinos de cordas nas laterais, frente e traseira. Cilindro hidráulico central com duas unidade , com mangueiras para conexões, caixa metálica para ferramenta, escada lateral, barras de proteção lateral dos eixos, faixas reflexivas e suporte para pá, sistema elétrico e lanternas conforme normas CNT, caixa de ferramentas, faixas reflexivas com Cabine Fechada com Ar condicionado.. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 3,00 | R\$ 258.710,00 | R\$ 776.130,00 |



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

CODEVASF 6º SR

FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO DIVERSA NAS ÁREAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E OUTRAS DEMANDAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

Data Base: Junho/2019

Planilha Orçamentária

| Item | Cat.M at. | DISCRIMINAÇÃO | Unid. | Quant | PREÇOS (R\$) | |
|---------------------------|-----------|---|-------|-------|----------------|------------------|
| | | | | | Valor Unitário | Valor Total |
| 16 | BR15245 | Caminhão leve , Zero km, Ano 2019 ou Superior, zero quilômetro, potência mínima 110 CV, cabine com barra de proteção nas portas, cintos de segurança de 03(três) pontos, bancos em tecido, regulagem de altura de direção, Caçamba de Mín. 3700m³, Carga útil mínima de 3.500 kg. Motor 04 (quatro) cilindros, combustível diesel. Com Carroceria em madeira, pintura emborrachada + corrente do meio + 02 lameiras. Direção hidráulica com Cabine Fechada com Ar condicionado. . Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 3,00 | R\$ 162.267,00 | R\$ 486.801,00 |
| 17 | BR214878 | Caminhão com carroceria para o transporte de carga seca (Caprinos e Ovinos), Zero km, Ano 2019 ou Superior Carroceria adaptada para carga seca (Transporte de caprinos e ovinos vivos)., CMT de 8.000 kg. 0 km; 05 marchas, Motor a diesel com sistema de injeção eletrônica e potência líquida de 150 cv, freios de serviço a ar e direção hidráulica; Rodas com mín. 5,5 x 16" em aço estampado; Pneus iguais e compatíveis com as dimensões das rodas (novos); Freio de estacionamento; Direção hidráulica; Capacidade de carga útil mín. 4.800 kg, tanque de combustível capacidade mínima 150 litros; Ar condicionado; Provido de grade e carroceria para o transporte de caprinos e ovinos vivos. conforme maior detalhes nas especificações. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 2,00 | R\$ 198.700,25 | R\$ 397.400,50 |
| C) Caminhões Pipa | | | | | | |
| 18 | BR214912 | Caminhão pipa 10.000l , Zero km, Ano 2019 ou Superior com capacidade mínima 10.000l Trucado (c/ terceiro eixo), zero km, potencia mínima do motor Diesel 250cv , dist entre eixos =5307mm -, incl tanque de aço carbono1008/10 ou superior p/ transp de água de no mínimo 200l, carga útil Min11.000kg, PBT 23000kg, provido de tacógrafo, Faixas Refletivas e Sinalização de segurança conforme Contram, Pára Choque Traseiro e Articulado com Pintura Zebrada, Pneus R.20 , moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). | Unid. | 14,00 | R\$ 291.846,67 | R\$ 4.085.853,33 |
| 19 | BR214912 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Caminhão pipa 10.000l , Zero km, Ano 2019 ou Superior com capacidade mínima 10.000l Trucado (c/ terceiro eixo), zero km, potencia mínima do motor Diesel 250cv , dist entre eixos =5307mm -, incl tanque de aço carbono1008/10 ou superior p/ transp de água de no mínimo 200l, carga útil Min11.000kg, PBT 23000kg, provido de tacógrafo, Faixas Refletivas e Sinalização de segurança conforme Contram, Pára Choque Traseiro e Articulado com Pintura Zebrada, Pneus R.20 , moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). | Unid. | 2,00 | R\$ 287.966,67 | R\$ 575.933,33 |
| 20 | BR214912 | Caminhão pipa 12.000l , Zero km, Ano 2019 ou Superior com capacidade mínima 12.000l Trucado (c/ terceiro eixo), zero km, potencia mínima do motor Diesel 280cv , dist entre eixos =5.307mm -, incl tanque de aço carbono1008/10 ou superior p/ transp de água de no mínimo 200l, carga útil Min. 13.000kg, PBT 23000kg, provido de tacógrafo, Faixas Refletivas e Sinalização de segurança conforme Contram, Pára Choque Traseiro e Articulado com Pintura Zebrada, Pneus R.22,5 , moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). | Unid. | 3,00 | R\$ 287.966,67 | R\$ 863.900,00 |
| 21 | BR214912 | Caminhão pipa 15.000l , Zero km, Ano 2019 ou Superior com capacidade mínima 15.000l Trucado (c/ terceiro eixo), zero km, potencia mínima do motor Diesel 280cv , dist entre eixos =5.307mm -, incl tanque de aço carbono1008/10 ou superior p/ transp de água de no mínimo 200l, carga útil Min. 15.631kg, PBT 23000kg, provido de tacógrafo, Faixas Refletivas e Sinalização de segurança conforme Contram, Pára Choque Traseiro e Articulado com Pintura Zebrada, Pneus R.22,5 , moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). | Unid. | 2,00 | R\$ 311.833,33 | R\$ 623.666,67 |



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

CODEVASF 6º SR

FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO DIVERSA NAS ÁREAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E OUTRAS DEMANDAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

Data Base: Junho/2019

Planilha Orçamentária

| Item | Cat.M at. | DISCRIMINAÇÃO | Unid | Quant | PREÇOS (R\$) | |
|---|-----------|--|-------|-------|----------------|----------------|
| | | | | | Valor Unitário | Valor Total |
| D) Caminhões com Implementos Especiais | | | | | | |
| 22 | BR214958 | Caminhão FRIGORIFICO (VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO FRIGORIFICO) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, APLICAÇÃO:MILITAR, TRAÇÃO:4 X 2, COMBUSTIVEL:ÓLEO DIESEL, CAPACIDADE TANQUE COMBUSTIVEL:130 L, CAPACIDADE FRIGORIFICO:10 TON , potência mínima 150 CV, cabine com barra de proteção nas portas, cintos de segurança de 03(três) pontos, bancos em tecido, com ar-condicionado. Carga útil + carroceria mínima de 5.000 kg. Motor diesel 04 (quatro) cilindros. Direção hidráulica. Com CARROCERIA CÂMARA FRIGORIFICA montada, dimensões mínimas 5,0 m x 2,00 m x 1,90 m(comprimento, largura e altura respectivamente), para transporte de produtos perecíveis congelados/resfriados, com equipamento de refrigeração, revestimento externo em com painéis inteiriços de Plástico Reforçado com Fibra de Vidro-PRFV, revestimento interno em PRFV, com ação anti-microbiana, pré-pigmentados na cor branca, piso tipo em alumínio canaletado com drenos junto a traseira da carroceria, isolamento feito de espuma rígida de poliuretano, com espessura mínima de 50 mm, iluminação interna no compartimento decarga, parafusado, piso laminado com fibra de vidro com poliuretano injetado, duto de ar, iluminação interna e externa imbutida, chassi da carroceria em aço carbono, porta lateral e 02(duas) portas traseiras e estribo para acesso, corote d'água, para-choque traseiro, escada de acesso ao compartimento de carga, dupla ação e sistema de carregamento traseiro, sinalização conforme normas de trânsito. Emplacados e licenciados em nome da CODEVASF. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 2,00 | R\$ 221.600,00 | R\$ 443.200,00 |
| 23 | BR214892 | Caminhão COLETOR LIXO Zero km, Ano 2019 ou Superior potência motor:162 Min.cv, capacidade ventilação:óleo diesel, tipo motor:diesel turbo aftercooler, quantidade cilindro motor:4 un, tipo direção:hidráulica, tipo embreagem:monodisco - material cerâmico, quantidade marchas transmissão frente:5 un, quantidade marchas transmissão ré:1 un, tipo freio:tmbror roda dianteira e traseira, tipo circuito freio:duplo circuito ar, capacidade carga/força compactação:7.480 kgf, capacidade tanque combustível:150 l, cabine com barra de proteção nas portas, cintos de segurança de 03(três) pontos, bancos em tecido, com ar-condicionado. Carga útil mínima de 3.800 kg. Motor diesel 04 (quatro) cilindros. Direção hidráulica. Com COLETOR COMPACTADOR de resíduos sólidos, Novo,Zero km, montado, capacidade mínima de lixo compactado 6 m³, comandos hidráulicos para abertura, descarga e fechamento, com comando por alavancas. Sinalização sonora de marcha ré, bomba de acionamento acoplada diretamente a tomada de força do chassi ou por meio de cardan, depósito em chapa de aço sae 1010/20, trava e destrava manual da estrutura da porta traseira, acionado por cilindros hidráulicos, força do escudo ejetor mínima 1300 Kgf, caixa de chorume mínima 90 Litros, teto em chapa lisa, cilindro de dupla ação e sistema de carregamento traseiro, plataforma traseira para mínimo 04 pessoas, garras de sustentação para operadores, taxa de compactação 3:1, iluminação na praça de carga traseira para trabalho noturno, sinalização conforme normas de trânsito. Emplacados e licenciados em nome da CODEVASF. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 | R\$ 301.280,00 | R\$ 301.280,00 |
| 24 | BR217979 | Tanque de Expansão capacidade 800 L ,Zero km, Ano 2019 ou Superior resfriador de leite para 2 ordenhas. Tanque em aço inox AISI 304. Sistema de expansão direta. Timer com marcador digital de temperatura. Motor redutor com pá agitadora em aço inox AISI 304, com acabamento sanitário. Tampa de proteção de ompressor para resfriadores. Motor monofásico. O equipamento deverá ser fabricado conforme IN nº 53 de 16 de agosto de 2002 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e normas da ABNT. Provido de Logomarca da CODEVASF silkada em local visível. Demais características obrigatórias que devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 5,00 | R\$ 10.596,67 | R\$ 52.983,33 |
| 25 | BR217979 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Tanque de Expansão capacidade 800 L ,Zero km, Ano 2019 ou Superior resfriador de leite para 2 ordenhas. Tanque em aço inox AISI 304. Sistema de expansão direta. Timer com marcador digital de temperatura. Motor redutor com pá agitadora em aço inox AISI 304, com acabamento sanitário. Tampa de proteção de ompressor para resfriadores. Motor monofásico. O equipamento deverá ser fabricado conforme IN nº 53 de 16 de agosto de 2002 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e normas da ABNT. Provido de Logomarca da CODEVASF silkada em local visível. Demais características obrigatórias que devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 | R\$ 10.596,67 | R\$ 10.596,67 |



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

CODEVASF 6º SR

FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO DIVERSA NAS ÁREAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E OUTRAS DEMANDAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

Data Base: Junho/2019

Planilha Orçamentária

| Item | Cat.M at. | DISCRIMINAÇÃO | Unid. | Quant | PREÇOS (R\$) | |
|------|-----------|--|-------|-------|----------------|----------------|
| | | | | | Valor Unitário | Valor Total |
| 26 | BR214891 | Caminhão Tanque PIPA INÓX LEITE 10000L, novo, zero km 2019 , potencia mínima do motor mínimo de 170cv - dist entre eixos adequado - incluído tanque lavatório de aço carbono 1008/10 ou superior p/ transp de água de no mínimo 200l, Carga útil : 8.700 kg (Ou Superior); provido de tacógrafo, Pneus R.20 e moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). Provido de : TANQUE RODOVIÁRIO ISOTÉRMICO PARA TRANSPORTE DE LEITE A GRANEL - capacidade 10 mil litros com Módulos internos, Revestimento externo, acabamento, Bocas de visitas, Sistema de carga e Descarga, Sistema CIP, Conjunto Base (Chassi) e Plataformas de Proteção Lateral, Passarela superior e Acessórios, tudo conforme conforme as normas do CONTRAN/DENATRAN em consonância com as especificações detalhadas no caderno de especificações. | Unid. | 1,00 | R\$ 327.100,00 | R\$ 327.100,00 |
| 27 | BR214891 | Caminhão Tanque PIPA INÓX LEITE 12000L, novo, zero km 2019 , potencia mínima do motor mínimo de 250cv - dist entre eixos adequado - incluído tanque lavatório de aço carbono 1008/10 ou superior p/ transp de água de no mínimo 200l, Carga útil : 8.700 kg (Ou Superior); provido de tacógrafo, Pneus R.20 e moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). Provido de : TANQUE RODOVIÁRIO ISOTÉRMICO PARA TRANSPORTE DE LEITE A GRANEL - capacidade 10 mil litros com Módulos internos, Revestimento externo, acabamento, Bocas de visitas, Sistema de carga e Descarga, Sistema CIP, Conjunto Base (Chassi) e Plataformas de Proteção Lateral, Passarela superior e Acessórios, tudo conforme conforme as normas do CONTRAN/DENATRAN em consonância com as especificações detalhadas no caderno de especificações. | Unid. | 1,00 | R\$ 298.750,00 | R\$ 298.750,00 |
| 28 | BR214891 | Caminhão Tanque PIPA INÓX LEITE 15000L, novo, zero km 2019 , potencia mínima do motor mínimo de 250cv - dist entre eixos adequado - incluído tanque lavatório de aço carbono 1008/10 ou superior p/ transp de água de no mínimo 200l, Carga útil : 8.700 kg (Ou Superior); provido de tacógrafo, Pneus R.20 e moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). Provido de : TANQUE RODOVIÁRIO ISOTÉRMICO PARA TRANSPORTE DE LEITE A GRANEL - capacidade 15 mil litros com Módulos internos, Revestimento externo, acabamento, Bocas de visitas, Sistema de carga e Descarga, Sistema CIP, Conjunto Base (Chassi) e Plataformas de Proteção Lateral, Passarela superior e Acessórios, tudo conforme conforme as normas do CONTRAN/DENATRAN em consonância com as especificações detalhadas no caderno de especificações. | Unid. | 1,00 | R\$ 351.475,00 | R\$ 351.475,00 |
| 29 | BR214884 | CAMINHÃO HIDROJATEADOR - MODELO EURO VAC OU SIMILAR, zero km 2019 ou superior, potencia mínima do motor mínimo de 190cv, tanque reservatório inteiramente fabricado em aço carbono SAE 1020 A36 com espessura de chapa 3/16", dotado de quebra ondas em seu interior de modo a manter a carga acomodada durante a locomoção, incluindo o uso de aditivos e/ou abrasivos com pressões acima de 1.000 psi (70 BAR). tudo conforme conforme as normas do CONTRAN/DENATRAN em consonância com as especificações detalhadas no caderno de especificações. | Unid. | 1,00 | R\$ 465.500,00 | R\$ 465.500,00 |



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

CODEVASF 6º SR

FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO DIVERSA NAS ÁREAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E OUTRAS DEMANDAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

Data Base: Junho/2019

Planilha Orçamentária

| Item | Cat.M at. | DISCRIMINAÇÃO | Unid | Quant | PREÇOS (R\$) | |
|-----------------------|-----------|--|-------|-------|----------------|----------------|
| | | | | | Valor Unitário | Valor Total |
| E) Veículos Diversos | | | | | | |
| 30 | BR287487 | Veiculo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, Hatch 1.4 ou Superior, Potência Mín. 65CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Aro 14 ou superior, Chave Canivete, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e caracteristas próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 3,00 | R\$ 53.513,33 | R\$ 160.540,00 |
| 31 | BR254799 | Veiculo Automotor,Zero km, Ano 2019 ou Superior utilitário Leve, tipo Saver o ou Similar , para transporte de pequenas cargas, tipo Saver ou Similar, 1.4 ou superior, Potência Mín. 65CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Aro 14 ou superior, Vidros Elétricos, Provido de Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e caracteristas próprias para uso fim do veiculo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 7,00 | R\$ 50.846,00 | R\$ 355.922,00 |
| 32 | BR254799 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Veiculo Automotor,Zero km, Ano 2019 ou Superior utilitário Leve , para transporte de pequenas cargas, tipo Saver ou Similar, 1.4 ou superior, Potência Mín. 65CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Aro 14 ou superior, Vidros Elétricos, Provido de Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e caracteristas próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 | R\$ 54.726,67 | R\$ 54.726,67 |
| 33 | BR292813 | Veiculo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, SEDAN 1.5 ou superior , nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Automático, Ar, Aro 15 ou superior, Potencia Motor 115CV ou superior, flex ou Diesel, Chave Canivete, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimidia. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência).. | Unid. | 1,00 | R\$ 54.726,67 | R\$ 54.726,67 |
| 34 | BR456327 | Veiculo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, SUV , 1.4 ou superior, Min 150CV a 170CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Ar, Aro 15 ou superior, Biocombustivel/flex ou Diesel, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimidia. Garantia mínimo 03 anos (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência).. | Unid. | 5,00 | R\$ 82.936,67 | R\$ 414.683,33 |



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

CODEVASF 6º SR

FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO DIVERSA NAS ÁREAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E OUTRAS DEMANDAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

Data Base: Junho/2019

Planilha Orçamentária

| Item | Cat.M at. | DISCRIMINAÇÃO | Unid. | Quant | PREÇOS (R\$) | |
|------|-----------|--|-------|-------|----------------|----------------|
| | | | | | Valor Unitário | Valor Total |
| 35 | BR456327 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, SUV, 1.4 ou superior, Min 150CV a 170CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Ar, Aro 15 ou superior, Biocombustível/flex ou Diesel, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimídia. Garantia mínimo 03 anos (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência).. | Unid. | 1,00 | R\$ 82.936,67 | R\$ 82.936,67 |
| 36 | BR370047 | Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, utilitário transporte de passageiros 7 lugares, 2.0 ou superior, Min 16v e 4P, potência min 110cv, 4x2, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Ar, Aro 15 ou superior, Biocombustível/flex ou Diesel, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimídia. Garantia mínimo 03 anos (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência). | Unid. | 3,00 | R\$ 93.690,00 | R\$ 281.070,00 |
| 37 | BR239647 | Caminhonete Cabine Simples, Zero km, Ano 2019 ou Superior, Diesel, Mínimo de 140cv, 06 velocidades, Motor 2.5 ou Superior, nacional ou nacionalizado, tração 4x4, Provido sistema Multimídia como Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e características próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 3,00 | R\$ 125.983,00 | R\$ 377.949,00 |
| 38 | BR239647 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Caminhonete Cabine Simples, Zero km, Ano 2019 ou Superior, Diesel, Mínimo de 140cv, 06 velocidades, Motor 2.5 ou Superior, nacional ou nacionalizado, tração 4x4, Provido sistema Multimídia como Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e características próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 | R\$ 125.983,00 | R\$ 125.983,00 |
| 39 | BR341758 | Caminhonete Cabine Dupla, Zero km, Ano 2019 ou Superior, Diesel, Mínimo de 160cv, 06 velocidades, Motor 2.5 ou Superior, nacional ou nacionalizado, tração 4x4, Provido sistema Multimídia como Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e características próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 3,00 | R\$ 153.916,67 | R\$ 461.750,00 |
| 40 | BR341758 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Caminhonete Cabine Dupla, Zero km, Ano 2019 ou Superior, Diesel, Mínimo de 160cv, 06 velocidades, Motor 2.5 ou Superior, nacional ou nacionalizado, tração 4x4, Provido sistema Multimídia como Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e características próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 | R\$ 153.916,67 | R\$ 153.916,67 |
| 41 | BR300809 | Veículo Utilitário de Carga Leve Tipo Furgão fiorino ou similar, Zero km, Ano 2019 ou Superior, 1.4 ou superior, potência do motor: mínima de 85 a 110 cavalos, nacional ou nacionalizado, cilindrada mínima 1,3 ; 2 (duas) portas no compartimento dos passageiros; ano: 2019 ou superior; capacidade de 2 ocupantes; cor: branca; combustível: gasolina/ álcool; transmissão mecânica manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) a ré; tração 4x2, Provido sistema Multimídia como Rádio com conexões USB e Bluetooth; freios: sistema de freios hidráulico com sistema anti-travamento das rodas (ABS); dianteiro à disco ventilado e traseiro a tambor auto-ajustáveis (ou sistema superior); ar condicionado: original, instalado pela fábrica; Travas elétricas e acessórios de segurança e sinalização exigidos pela Legislação Brasileira para a categoria; direção: hidráulica ou elétrica; alarme antifurto; compartimento de carga com duas portas, capacidade útil mínima de 600 kg; parede ou grade divisória entre compartimento de carga e passageiros; jogo de tapetes, protetor de cárter. Conforme legislação pertinente, deverá ser entregue emplacado e licenciado, inclusive com o pagamento de IPVA e DPVAT, | Unid. | 3,00 | R\$ 64.745,00 | R\$ 194.235,00 |



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

CODEVASF 6º SR

FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO DIVERSA NAS ÁREAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E OUTRAS DEMANDAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

Data Base: Junho/2019

Planilha Orçamentária

| Item | Cat.M at. | DISCRIMINAÇÃO | Unid. | Quant | PREÇOS (R\$) | |
|-------------|-----------|---|-------|-------|-------------------|----------------|
| | | | | | Valor Unitário | Valor Total |
| 42 | BR456432 | Veículo Utilitário de Carga Leve Tipo Furgão 2.0 ou Superior , Zero km, Ano 2019 ou Superior, 2.0 ou superior, nacional ou nacionalizado, Veículo automotor zero quilometro; potência mínima do motor 120, cilindrada mínima 2.0, 2 (duas) portas no compartimento dos passageiros; ano: 2019 ou superior; capacidade de 2 ocupantes; cor: branca; combustível: gasolina/ álcool/diesel; transmissão mecânica manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) a ré; tração 4x4; freios: sistema de freios hidráulico com sistema anti-travamento das rodas (ABS); Provido sistema Multimidia como Rádio com conexões USB e Bluetooth , dianteiro à disco ventilado e traseiro a tambor auto-ajustáveis (ou sistema superior); ar condicionado; acessórios de segurança e sinalização exigidos pela Legislação Brasileira para a categoria; direção: hidráulica ou elétrica; alarme antifurto; compartimento de carga com duas portas, capacidade útil mínima de 8m³; parede ou grade divisória entre compartimento de carga e passageiros; jogo de tapetes, protetor de cárter. Conforme legislação pertinente, deverá ser entregue emplacado e licenciado, inclusive com o pagamento de IPVA e DPVAT, Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem) | Unid. | 2,00 | R\$ 123.496,67 | R\$ 246.993,33 |
| 43 | BR214903 | Caminhão com Implemento Baú Zero Km, Modleo 2019 ou superior, Ar condicionado, Manual, trava elétrica com acionamento na chave, controle elétrico dos vidros e retrovisores, suspensão de cabine. Equipado com motor a diesel, 04 cilindros, Potência Mín 190CV, transmissão manual ou automática, 06 velocidades, direção hidráulica, tacógrafo eletrônico, capacidade de carga útil+carroceria de no mín. 10.000kg, PBT Min. 15.000kg, com implemento BAÚ. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 2,00 | R\$ 217.399,00 | R\$ 434.798,00 |
| TOTAL GERAL | | | | | R\$ 31.815.873,91 | |



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do
São Francisco e do Parnaíba - Gerência Regional
de Infra-Estrutura /6ª SR

Fonte: COTAÇÃO DIRETAMENTE COM FORNECEDORES

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - MÁQUINAS

| | | COTAÇÕES (R\$) | | | | | | | | | | | | |
|------|--------|---|--|----------------|--------------------|----------------|----------------|-------------|--|--|---|--|----------------|----------------|
| Item | CATMAT | Descrição | VENEZA MÁQUINAS CNPJ: 06.824.439/0005-49 | BAMAQ | HYUNDAI (BMC) | TRATOMASTER | HIDROTRACTOR | FW MÁQUINAS | PREGÃO 08/2019 UASG 989047 - PREF.MUNIC.CA CERES | PREGÃO 05/2018 UASG 160447 - 1º BATALHÃO FERROVIÁRIO | PREGÃO 24/2018 UASG 160353 - 6 BATALHÃO DE ENGENHARIA | PREGÃO 75/2018 ESTADO DE RONDONIA | SOTREQ CAT | MÉDIA |
| 1 | 130427 | Trator de esteiras (A) , Novo, Ano/modelo 2019, equipado com motor de 6 cilindros, potência mínima de 135 HP ou superior, peso operacional mínimo 15 toneladas com injeção eletrônica, 4 válvulas, diesel, sistema elétrico de 24 volts, transmissão hidrostática, freios hidrostáticos, chassi da esteira em seção tipo caixa, tipo oscilante, barra transversal frontal pinada, dispositivo hidráulico de ajuste da esteira, rodas motrizes com segmentos aparafusados, dentes de perfis antiaderente, proteção externa da roda motriz, proteções dianteira e traseira da esteira, proteção da guia central da esteira, roletes inferiores e roletes de guia com lubrificação permanente, correntes (esteira selada e lubrificada) com passo de 190 mm, elo mestre bipartido, com sistema hidráulico para acessórios, com RIPPER tipo paralelogramo, profundidade máxima de penetração de 480 mm, com as seguintes dimensões mínimas: largura da escavação de 1600mm, RIPPER com no mínimo 3 dentes de 420 mm de altura e largura de 1700mm com Cabine Fechada com Ar condicionado.Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem) | R\$ 740.000,00 | R\$ 764.000,00 | | | | | | | | | R\$ 750.000,00 | R\$ 751.333,33 |
| 2 | 130427 | Trator de Esteira (B) , Novo, Ano/modelo 2019, Cabine fechada com ar condicionado, motor diesel com potência mínima de 115 HP ou superior, transmissão hidrostática, peso operacional Mínimo de 13.000 kgs, lâmina com capacidade de 3m3, ripper traseiro com 03 dentes, tanque de combustível com capacidade mínima de 290 litros, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses, sem limite de quilometragem. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem) | R\$ 590.000,00 | R\$ 643.000,00 | | | R\$ 658.000,00 | | | | | | R\$ 565.000,00 | R\$ 614.000,00 |
| 3 | 130419 | Escavadeira de Esteira Hidráulico , Novo, Ano/modelo 2019, equipada com motor diesel, sistema de refrigeração de ar, 04 cilindros ou superior, refrigerado à água, com injeção eletrônica, com potência mínima 145 Hp at 2000 rpm (116 kW at 2000 rpm) a 2000/50 rpm. Peso operacional mínimo de 22000kg, sistema elétrico mínimo de 24 volts, montada sobre esteiras com disponibilidade para kit 3a no comando, Hidráulico via para instalação de implementos, caçamba de no mínimo 1m³, com Cabine Fechada provida de Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem) | R\$ 520.000,00 | R\$ 533.000,00 | R\$ 480.000,00 | R\$ 465.000,00 | | | | | | | R\$ 520.000,00 | R\$ 499.600,00 |
| 4 | 2496 | Pá carregadeira sobre rodas (A) , Novo, Ano/modelo 2019, potência líquida mínima de 170 hp, capacidade da caçamba de 2,3 a 3,5 m3, peso operacional mínimo de 15000 a 18000 kg, ou superior com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses, (Sem Limites de quilometragem). | R\$ 590.000,00 | R\$ 607.000,00 | R\$ 550.000,00 | | R\$ 570.000,00 | | | | | | ### | R\$ 577.400,00 |
| 5 | 2496 | Pá carregadeira sobre rodas (B) , Novo, Ano/modelo 2019, potência líquida mínima de 120 hp, 4 velocidades ou superior, capacidade de caçamba de 1,8 a 2,1m³, peso operacional mínimo de 10000, Cabine Fechada e provido de Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses, (Sem Limites de quilometragem). | R\$ 380.000,00 | R\$ 390.000,00 | R\$ 382.500,00 | | R\$ 398.000,00 | | | | | | R\$ 380.000,00 | R\$ 386.100,00 |
| 6 | 2496 | Pá carregadeira sobre Rodas (C) , Novo, Ano/modelo 2019, potência líquida mínima de 130 hp, 4 velocidades ou superior, caçamba de carregamento de no mínimo 2,2 a 2,6m3, transmissão hidrostática, peso operacional de 13.000 a 15.000 kgs, altura de alcance da caçamba mini de 3,60 metros, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem) | R\$ 490.000,00 | R\$ 426.000,00 | R\$ 472.000,00 | | | | | | | | R\$ 490.000,00 | R\$ 469.500,00 |

Fonte: COTAÇÃO DIRETAMENTE COM FORNECEDORES

| PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - MÁQUINAS | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------------|--------|---|--|----------------|--------------------|-------------|--------------|----------------|--|---|---|--|----------------|----------------|
| Item | CATMAT | Descrição | COTAÇÕES (R\$) | | | | | | | | SOTREQ CAT | MÉDIA | | |
| | | | VENEZA MÁQUINAS CNPJ: 06.824.439/0005-49 | BAMAQ | HYUNDAI (BMC) | TRATOMASTER | HIDROTRACTOR | FW MÁQUINAS | PREGÃO 08/2019 UASG 989047 - PREF. MUNIC. CA CERES | PREGÃO 05/2018 UASG 160447 - 1º BATALHÃO DE FERROVIÁRIO | PREGÃO 24/2018 UASG 160353 - 6 BATALHÃO DE ENGENHARIA | PREGÃO 75/2018 ESTADO DE RONDONIA | | |
| 7 | 225488 | Motoniveladora (A) , Novo, Ano/modelo 2019, com cabine fechada com ar- condicionado, motor diesel 6 cilindros, potência mínima 170 HP ou unidade equivalente, tração 6x4, transmissão mínima 6 velocidades a frente e 4 a ré ou superior, força de corte da lâmina mínima 7.500 kg, peso operacional mínimo 14.000 kg, lâmina largura mínimo de 3.500 mm, com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem) | R\$ 680.000,00 | R\$ 685.000,00 | | | | R\$ 770.000,00 | | | | | R\$ 680.000,00 | R\$ 698.750,00 |



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do
São Francisco e do Parnaíba Gerência Regional
de Infra-Estrutura /G-1 SR

Fonte: COTAÇÃO DIRETAMENTE COM FORNECEDORES

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - MÁQUINAS

| Item | CATMAT | Descrição | COTAÇÕES (R\$) | | | | | | | | | | | |
|------|--------|---|--|----------------|------------------|----------------|----------------|----------------|--|---|---|--|------------|----------------|
| | | | VENEZA MÁQUINAS CNPJ: 06.824.439/0005-49 | BAMAQ | HYUNDAI (BMC) | TRATOMASTER | HIDROTRACTOR | FW MÁQUINAS | PREGÃO 08/2019 UASG 989047 - PREF.MUNIC.CA CERES | PREGÃO 05/2018 UASG 160447 - 1º BATALHÃO DE FERROVIÁRIO | PREGÃO 24/2018 UASG 160353 - 6 BATALHÃO DE ENGENHARIA | PREGÃO 75/2018 ESTADO DE RONDONIA | SOTREQ CAT | MÉDIA |
| 8 | 225485 | Motorveladora (B) , Novo, Ano/modelo 2019, Cabine fechada, com ar condicionado, motor diesel com potência mínima de 140 HP, peso operacional mínimo de 12000 kgs, cambio com 08 marchas à frente e 04 marchas à ré, comprimento da lamina mínima de 3,60 m, ripper traseiro de 05 pontas, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado, Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem) | R\$ 670.000,00 | R\$ 627.000,00 | | | | R\$ 620.000,00 | | | | | ### | R\$ 634.250,00 |
| 9 | 73768 | Retrosescavadeira , Novo, Ano/modelo 2019, com tração 4x4, cabine com ar condicionado, motor diesel turbo com potência líquida mínima de 85 HP, transmissão com no mínimo 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré, sistema hidráulico com fluxo de no mínimo 130 l/min e pressão mínima de 22.000 kpa, cacamba de carregamento de no mínimo 0,90 m³ (ou superior) e concha de escavação de no mínimo 0,20m³ (ou superior), sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado, Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem) | | | | R\$ 235.000,00 | | | | R\$ 224.000,00 | R\$ 232.600,00 | R\$ 240.000,00 | | R\$ 232.900,00 |
| 8 | 52582 | Rolo-compactador , Novo, Ano/modelo 2019, vibratório pé-de-carneiro para solos, Cabine fechada, com ar condicionado, motor diesel, com potência mínima de 110 HP, transmissão hidrostática, peso operacional mínimo de 10.000 kgs sem lastro, carga mínima por roda 3.000 kgs, sistema de rastreamento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado, Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem) | | | | | | R\$ 339.500,00 | R\$ 345.000,00 | R\$ 389.000,00 | | R\$ 350.000,00 | | R\$ 355.875,00 |
| 8 | 15989 | TRATOR AQUÁTICO , Barco marca Hidrotractor modelo HT130 ou Similar, específico para remoção de lixo e plantas aquáticas de ambientes hídricos, cilindros, turbo, Min.130 HP, diesel. | | | | | R\$ 795.000,00 | | | | | | | R\$ 795.000,00 |

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - CAMINHÕES

| Item | CATMAT | Descrição | FRANCA CAMINHÕES | METALURGICA MC 48 3242-3233/148 99167 - Email: contato@metalurgicamc. com.br | VITAL MARRARA | MERCEDEZ | MERCADO LIVRE | IVECO | ALBABA | PREGÃO 00013/2018 UASG: 926869 - SEC. DE EST. DE DESENVOLVIMENTO E ABASTECIMENTO PESCA | PREGÃO 00019/2018 UASG: 160165 - SECRETARIA DE SAÚDE/DEMA | PREGÃO 00050/2018 UASG: 160168 - SECRETARIA DE SAÚDE/DEMA | PREGÃO 08/2019 UASG 989047 - PREF. MUNIC. CA CERES | PREGÃO 051/2018 UASG 160447 - 1ª BATALHA DE FERROVIÁRIO | PREGÃO 24/2018 UASG 160353 - 6 BATALHA DE ENGENHARIA | MÉDIA |
|------|--------|---|---------------------|--|---------------|----------|----------------|----------------|--------|--|---|---|--|---|--|----------------|
| 7 | | <p>Caminhão pipa, Zero km, Ano 2019 ou Superior, com capacidade mínima 15.000l (Truçado (3° terceiro eixo), zero km, potência mínima do motor Diesel 280cv, dist entre eixos 3,50m, capacidade máxima de carga 20.000kg, capacidade máxima de água de no mínimo 200l, carga útil Min. 15.831kg, PBT 23000kg, provido de Jacógrilo, Farol, Refletivas e Sinalização de segurança conforme Contram, Para Choque Traseiro e Articulado com Pintura Zebra, Pneus R22,5, moto bomba com vazão mínima de 60 l/min, capacidade de armazenamento de água de no mínimo 12 m³ (Observar Manuais Detalhes no Item 12.2.14 do Termo de Referência).</p> | R\$ 340.500,00 | | | | R\$ 225.000,00 | R\$ 370.000,00 | | | | | | | | R\$ 311.833,33 |

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - CAMINHÕES[illegible]


CODEVASF

Ministério da Integração Nacional – MI

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Gerência Regional de Infra-Estrutura /6ª SR

Fonte: COTAÇÃO DIRETAMENTE COM FORNECEDORES

| PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - Tanque de Expansão | | | | | | |
|--|--------|--|--------------|---------------|---------------|---------------|
| Item | CATMA | Descrição | COTAÇÃO | | | |
| | | | Bstmlk | Reafrip | WHINOX | MÉDIA |
| 1 | 217979 | <p>Tanque de Expansão capacidade 800 L, resfriador de leite para 2 ordenhas. Tanque em aço inox AISI 304. Sistema de expansão direta. Timer com marcador digital de temperatura. Motor reductor com pá agitadora em aço inox AISI 304, com acabamento sanitário. Tampa de proteção de ompressor para resfriadores. Motor monofásico. O equipamento deverá ser fabricado conforme IN nº 53 de 16 de agosto de 2002 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e normas da ABNT. Construção sanitária interna em aço inoxidável AISI 304 com espessura mínima de 1,25 mm, polido com rugosidade menor que RA = 1 (0,62), com parede dupla e isolamento de 50 mm de espessura e densidade de 40 kg/m³ em poliuretano injetado livre de CFC, que previne o aumento da temperatura do leite resfriado, não ultrapassando 1,2º C em 12 horas a uma temperatura ambiente de 32º C.; Alimentação elétrica monofásica 220V e 60 HZ ou 110 V dependendo da localidade. Evaporador com expansão direta em aço inoxidável AISI 304 com chapas de espessura mínimas de 2,0 mm no fundo e 1,0 mm na câmara; Tampa basculante em aço inoxidável AISI 304 com espessura mínima de 1,25 mm, dotada de amortecedores a gás para sustentação da mesma. Braço tubular de sustentação de tampa de aço inoxidável AISI, diâmetro de 1"; Sistema de agitação controlado automaticamente, permitindo uma perfeita homogeneização do leite, evitando formação de gelo ou espumas e temporizador para evitar a separação da gordura no período entre resfriamento. Pá agitadora em aço inoxidável AISI 304 com extremidades dobradas em ângulos que garantem a homogeneização do leite e maximizam a troca térmica, dotada de sistema automático de desligamento em caso de abertura da tampa durante seu funcionamento, em ângulo máximo de 10º. Soldas internas com processo de polimento para eliminar a micro porosidades prejudiciais à qualidade do leite; Régua em aço inox AISI 304 em escala de mm, acompanhada de tabela de conversão de medida da régua em volume de leite; Válvula de saída de 2" de diâmetro, tipo borboleta, com rosca SMS 51, em aço inox AISI 304 e válvula sanitária com rosca padrão de 2" SMS para acoplamento ao sistema de recolhimento do leite e tampão de plástico, sendo a válvula acoplada ao tubo através de porca que permite sua fácil remoção para higienização após a retirada do leite; Unidade condensadora hermética, dotadas de filtro secador, pressostato de segurança e sistema de expansão através de capilar ou válvula termostática; Painel de controle digital de alta precisão, composto de termostato, monitor de tensão e temporizador para o agitador; Monitoramento de tensão, protegendo o equipamento de variações de energia, cabo de aterramento, proteção contra raios e transientes, fusível de proteção geral e disjuntor; Kit de limpeza e placa de orientação de limpeza em aço inoxidável fixada na parede do tanque. Logomarca da CODEVASF silkada em local visível. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem)</p> | R\$ 8.359,00 | R\$ 13.031,00 | R\$ 10.400,00 | R\$ 10.596,67 |

| <div>  <div> Ministério da Integração Nacional – MI Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Gerencia Regional de Infra-Estrutura /6ª SR </div> </div> | | Fonte: COTAÇÃO DIRETAMENTE COM FORNECEDORES | | | | | | | | | |
|--|--------|--|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|---------|-------|---------------|----------------|
| Item | CATMAT | Descrição | COTAÇÕES (R\$) | | | | | | | | MÉDIA |
| | | | FORD | volkswagen | FIAT | CHEVROLET | CITROËN | PEUGEOT | IVECO | CITROEN | |
| 1 | 298351 | Carro de Passeio Hect 1.4 ou Superior , Direção Hidráulica ou Elétrica, Aro 14 ou superior, Chave Canivete, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de Rádio com conexões USB e Bluetooth. Garantia mínimo Mínima de 03 (três) anos de fábrica, contado do recebimento do veículo licenciado e emplacado (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência).. | R\$ 52.990,00 | R\$ 52.760,00 | | R\$ 54.790,00 | | | | | R\$ 53.513,33 |
| 2 | 320935 | Carro utilitário Leve , para transporte de pequenas cargas, tipo Saverio ou Similar, 1.4 ou superior Direção Hidráulica ou Elétrica, Aro 14 ou superior, Vidros Elétricos, Provido de Rádio com conexões USB e Bluetooth. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência).. | | R\$ 53.960,00 | R\$ 45.038,00 | R\$ 53.540,00 | | | | | R\$ 50.846,00 |
| 3 | | Veículo Automotor, Novo, Ano 2019, SEDAN 75CV ou superior , Direção Hidráulica ou Elétrica, Automático, Ar, Aro 15 ou superior, Potência Motor 115CV ou superior, flex ou Diesel, Chave Canivete, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimídia. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência).. | | R\$ 58.400,00 | R\$ 55.140,00 | R\$ 50.640,00 | | | | | R\$ 54.726,67 |
| 4 | | Veículo Automotor, Novo, Ano 2019, SUV Grupo 2, 115CV ou superior , Direção Hidráulica ou Elétrica, Ar, Aro 15 ou superior, Blocombustível/flex, Chave Canivete, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimídia. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência).. | | R\$ 85.580,00 | | R\$ 93.240,00 | | | | R\$ 69.990,00 | R\$ 82.936,67 |
| 5 | | Veículo Automotor, Novo, Ano 2019, SUV Mod. Reneger ou similar, 110CV ou superior , Direção Hidráulica ou Elétrica, Ar, Aro 15 ou superior, Diesel, 4x4, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimídia. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência).. | | R\$ 85.580,00 | | R\$ 93.240,00 | | | | R\$ 69.990,00 | R\$ 82.936,67 |
| 5 | 239647 | Caminhonete Cabine Simples, Novo, Ano 2019 , Diesel, Mínimo de 140cv, 06 velocidades, Motor 2.0 ou Superior , tração 4x4, Provido sistema Multimídia como Rádio com conexões USB e Bluetooth . . Demais Especificações e características próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | R\$ 126.000,00 | R\$ 130.134,00 | | R\$ 121.815,00 | | | | | R\$ 125.983,00 |
| 6 | 232118 | Caminonete Cabine Dupla , Novo, Ano 2019 , Diesel, Mínimo de 160cv, 06 velocidades, Motor 2.0 ou Superior , tração 4x4, Provido sistema Multimídia como Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e características próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | R\$ 148.270,00 | R\$ 174.790,00 | | R\$ 138.690,00 | | | | | R\$ 153.916,67 |
| | 266670 | Veículo Automotor, Novo, Zero km, Ano 2019, utilitário transporte de passageiros 7 lugares, 1.8 ou superior , Min 16v e 4P, potência min 110cv, 4x2, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Ar, Aro 15 ou superior, Blocombustível/flex ou Diesel, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimídia. Garantia mínimo 03 anos (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência). | | | R\$ 93.180,00 | R\$ 67.590,00 | R\$ 120.300,00 | | | | R\$ 93.690,00 |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|--------|--|----------------|------------|----------------|-----------|----------------|---------|----------------|---------|-------|----------------|
| Fonte: COTAÇÃO DIRETAMENTE COM FORNECEDORES | | | | | | | | | | | | |
| <div>Ministério da Integração Nacional – MI</div> <div>Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba</div> <div>Gerência Regional de Infra-Estrutura /6ª SR</div> | | | COTAÇÕES (R\$) | | | | | | | | | |
| Item | CATMAT | Descrição | FORD | volkswagen | FIAT | CHEVROLET | CITROËN | PEUGEOT | IVECO | CITROEN | MÉDIA | |
| 7 | 258391 | Veículo Utilitário de Carga Leve Tipo fiorino Furgão ou similar com 1.4 ou superior – Veículo automotor zero quilometro; potência do motor: mínima de 85 (oitenta e cinco) cavalos; cilindrada mínima 1,3, 2 (duas) portas no compartimento dos passageiros; ano: 2019 ou superior; capacidade de 2 ocupantes; cor: branca; combustível: gasolina/ álcool; transmissão mecânica manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) a ré; tração 4x2; freios: sistema de freios hidráulico com sistema anti-travamento das rodas (ABS); Provido de Rádio com conexões USB e Bluetooth; dianteiro à disco ventilado e traseiro a tambor auto-ajustáveis (ou sistema superior); ar condicionado; acessórios de segurança e sinalização exigidos pela Legislação Brasileira para a categoria; direção: hidráulica ou elétrica; alarme antifurto; compartimento de carga com duas portas, capacidade útil mínima de 600 kg; parede ou grade divisória entre compartimento de carga e passageiros; piso de tapetes; protetor de cárter. Conforme legislação pertinente, deverá ser entregue emplacado e licenciado, inclusive com o pagamento de IPVA e DPVAT, Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem) | | | R\$ 64.255,00 | | R\$ 64.990,00 | ### | | | | R\$ 64.745,00 |
| 8 | 258391 | Veículo Utilitário de Carga Tipo Furgão 2.0 ou superior – Veículo automotor zero quilometro; potência mínima do motor 120, cilindrada mínima 2,0, 2 (duas) portas no compartimento dos passageiros; ano: 2019 ou superior; capacidade de 2 ocupantes; cor: branca; combustível: gasolina/ álcool/diesel; transmissão mecânica manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) a ré; tração 4x4; freios: sistema de freios hidráulico com sistema anti-travamento das rodas (ABS); Provido sistema Multimídia como Rádio com conexões USB e Bluetooth, dianteiro à disco ventilado e traseiro a tambor auto-ajustáveis (ou sistema superior); ar condicionado; acessórios de segurança e sinalização exigidos pela Legislação Brasileira para a categoria; direção: hidráulica ou elétrica; alarme antifurto; compartimento de carga com duas portas, capacidade útil mínima de 8m³; parede ou grade divisória entre compartimento de carga e passageiros; piso de tapetes; protetor de cárter. Conforme legislação pertinente, deverá ser entregue emplacado e licenciado, inclusive com o pagamento de IPVA e DPVAT, Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem) | | | R\$ 120.290,00 | | R\$ 120.300,00 | | R\$ 129.900,00 | | | R\$ 123.486,67 |

| MICROTRATOR COM IMPLEMENTOS | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--------|-----------------------------|--|---------------|---------------|---------------|-------------------|------------------|--------------------|--------------|--------------|------------------|--------------|--------------|----------------|---------------|
| <div>Ministério da Integração Nacional – MI</div> <div>Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba</div> <div>Gerência Regional de Infra-Estrutura /6ª SR</div> | | | COTAÇÕES E COMPOSIÇÃO DO PREÇO FINAL (R\$) | | | | | | | | | | | | | |
| Item | CATMAT | Descrição | PULVITEC | toyama | tobata | Agrotama | Americanas yanmar | shop time yanmar | Casas Bahia yanmar | Maqmami | bsmaquinas | Maquinascuritiba | Carrefou | Extra | Magazine Luiza | |
| 1 | 304332 | Microtrator | R\$ 31.500,00 | R\$ 12.418,92 | R\$ 13.799,00 | R\$ 12.419,10 | | | | | | | | | | R\$ 17.534,26 |
| 2 | 422883 | Arado | R\$ 6.500,00 | | | | R\$ 3.899,00 | R\$ 3.704,90 | R\$ 3.169,00 | | | | | | | R\$ 4.318,23 |
| 3 | 304334 | Carreta | | | | | | | | R\$ 2.999,00 | R\$ 2.883,25 | R\$ 2.764,00 | | | | R\$ 2.882,08 |
| 4 | | Enxada Rotativa | | | | | R\$ 2.531,04 | ### | | R\$ 3.099,00 | | | R\$ 3.636,86 | R\$ 3.100,00 | R\$ 2.840,00 | R\$ 2.956,32 |
| 5 | 304341 | Cortador de Grama/Roçadeira | R\$ 6.900,00 | | | | R\$ 2.977,00 | | R\$ 2.459,90 | | R\$ 4.756,47 | | | | R\$ 2.459,90 | R\$ 3.910,65 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | R\$ 31.601,54 |
| Micro trator Preço/composição completo e final | | | | | | | | | | | | | | | | R\$ 31.601,54 |



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

TERMO DE REFERÊNCIA
(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP)
MENOR PREÇO

FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO DIVERSA NAS ÁREAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E OUTRAS DEMANDAS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

Junho/2019



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO..... | 3 |
| 2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES..... | 13 |
| 3. FORMA DE REALIZAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO..... | 14 |
| 4. LOCAL DE ENTREGA:..... | 14 |
| 5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS..... | 15 |
| 6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO..... | 17 |
| 7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA..... | 17 |
| 8. PROPOSTA..... | 17 |
| 9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO..... | 18 |
| 10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA..... | 19 |
| 11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS..... | 19 |
| 12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO..... | 19 |
| 13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS..... | 20 |
| 14. FISCALIZAÇÃO..... | 20 |
| 15. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL..... | 21 |
| 16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA..... | 21 |
| 17. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF..... | 22 |
| 18. GARANTIA DOS MATERIAIS..... | 22 |
| 19. CONDIÇÕES GERAIS..... | 22 |
| 20. ANEXOS..... | 22 |



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, veículos e equipamentos destinados a utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de desenvolvimento social, econômico e outras demandas na área de atuação da 6ª superintendência regional da codevasf conforme descrito abaixo:

| ITEM | CÓDIGO CATMAT | DESCRIÇÃO | UN | QT |
|------|---------------|--|-------|------|
| 1 | BR 455701 | Trator de esteiras (A) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Cabine fechada com ar condicionado, motor diesel min. 6 cilindros, potência mín. de 135 HP ou unidade equivalente, P.Operacional mínimo 15 toneladas, injeção eletrônica, 4 válvulas, diesel, sistema elétrico de 24 volts, transm. Hidrostática, freios hidrostáticos, RIPPER tipo paralelogramo, profundidade máxima de penetração de 480 mm, com as seguintes dimensões mínimas: largura da escavação de 1600 mm, RIPPER com no mínimo 3 dentes de 420 mm de altura e largura de 1700mm com Cabine Fechada com Ar condicionado. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 2 | BR 318471 | Trator de Esteira (B) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Cabine fechada com ar condicionado, motor diesel min.6 cilindros,potência mín. de 120 HP, transmissão hidrostática, P.Operacional 13.000 kgs, lâmina com capacidade de 3m3, riper traseiro com 03 dentes, tanque de combustível com capacidade mínima de 290 litros, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 3 | BR 455773 | Escavadeira de Esteira Hidráulico , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Motor diesel 150HP, Cabine fechada com ar condicionado, sistema de refrigeração de ar Mín. 04 cilindros, refrigerado à água, com injeção eletrônica, Motor diesel com potência mínima 150 Hp at 2000 rpm (116 kW at 2000 rpm) a 2000±50 rpm, Peso operacional mínimo de 21000kg , sistema elétrico mínimo de 24 volts, montada sobre esteiras.com disponibilidade para kit 3a no comando, Hidráulico via para instalação de implementos, caçamba de no mínimo 1m³. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 4 | BR 225466 | Pá carregadeira sobre rodas (A) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potencia liquida minima de 180 hp, 06 cilindros, 4 | Unid. | 1,00 |



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

| | | | | |
|---|-----------|--|-------|-------|
| | | veloc., capacidade da cacamba de 2,3 m3, peso operacional mínimo de 15000 a 18000 kg, ou superior com Cabine Fechada com Ar condicionado. . Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | | |
| 5 | BR 455579 | Pá carregadeira sobre rodas (B) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência líquida mínima de 120 hp, capacidade de caçamba de 1,9 m³, peso operacional mínimo de 10000 kg com Cabine Fechada e provido de Ar condicionado. . Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 6 | BR 455580 | Pá carregadeira sobre Rodas (C) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência líquida mínima de 130 hp, caçamba de carregamento de no mínimo 2,5m3, transmissão hidrostática, peso operacional mín.15.000 kgs, altura de alcance da caçamba mini de 3,60 metros, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado. . Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 7 | BR 225488 | Motoniveladora (A) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, motor diesel 6 cilindros, potência mínima 170 HP, tração 6x4, transmissão mínima 8 velocidades a frente e 4 a ré, força de corte da lâmina mínima 7.500 kg, peso operacional mínimo 15.000 kg a 18.535 kg, lâmina largura mínimo de 3.500 mm com Cabine Fechada com Ar condicionado e Alarme de ré e rádio Multimídia. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 2,00 |
| 8 | BR 455683 | Motoniveladora (B) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, motor diesel com potência mínima de 140 HP, peso operacional Mín. 13000 kgs, cambio com 08 marchas à frente e 04 marchas à ré, comprimento da lamina mínima de 3,60 m, ripper traseiro de 05 pontas, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado e Alarme de ré e rádio Multimídia. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 2,00 |
| 9 | BR 225464 | Retroescavadeira , Zero km, Ano 2019 ou Superior, com tração 4x4, cabine com ar condicionado, motor diesel turbo com potência líquida mínima de 85 HP, peso operacional mín. 6000kg, transmissão com no mínimo 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré, sistema hidráulico com fluxo de no mínimo 130 l/min e pressão mínima de 22.000 kpa, caçamba de carregamento de no mínimo 0,90 m3 (ou superior) e concha de escavação de no mínimo 0,20m3 (ou superior), sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado.. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 40,00 |



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

| | | | | |
|----|-----------|---|-------|------|
| 10 | BR 225464 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Retroescavadeira , Zero km, Ano 2019 ou Superior, com tração 4x4, cabine com ar condicionado, motor diesel turbo com potência líquida mínima de 85 HP, peso operacional mín. 6000kg, transmissão com no mínimo 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré, sistema hidráulico com fluxo de no mínimo 130 l/min e pressão mínima de 22.000 kpa, caçamba de carregamento de no mínimo 0,90 m3 (ou superior) e concha de escavação de no mínimo 0,20m3 (ou superior), sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado.. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 3,00 |
| 11 | BR 15989 | TRATOR 130HP - USO AQUÁTICO , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Barco marca e modelo Hidrotractor HT021/2019 ou Similar, específico para remoção de lixo e plantas aquáticas de ambientes hídricos. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 12 | BR52582 | Rolo-compactador , Novo, Ano/modelo 2019 ou superior, vibratório pé-de-carneiro para solos, Cabine fechada, com ar condicionado, motor diesel, com potência mínima de 110 HP, transmissão hidrostática, peso operacional mínimo de 10.000 kgs sem lastro, carga mínima por roda 3.000 kgs., sistema de rastreamento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem) | Unid. | 3,00 |
| 13 | BR 304332 | Micro trator Cultivador de Solos com implementos , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência mínima 14 hp, motor diesel 4 tempos monocilíndrico refrigerado a água, partida elétrica, 01 farol para trabalhos noturnos, bateria inclusa, 6 marchas para frente e 2 para ré equipado com enxada rotativa de 0,90 m, 18 facas mínimo, Garantia mínima 12 meses, com os devidos acessórios/Implementos: Acessório 1: Carreta tracionada, capacidade de carga 1.500 kg, 01 eixo rodado simples aro 13", pneus novos, dimensões mínimas 2,00 x 1,35 x 0,45 m, carroceria basculante, sistema de engate compatível com o micro trator; Acessório 2: Enxada rotativa de 0,90 m para ser acoplado ao microtrator, com no mínimo 24 lâminas Acessórios 3 : Arador Subsolador leve equipamento robusto, eficiente e de fácil operação, utilizado para subsolagem agrícola. Sua principal aplicação é romper as camadas superficiais do solo e eliminar a compactação.; Acessórios 4: Cortador de Grama/ Roçadeira Frontal a gasolina de 6,5cv para limpeza e roçadas de capins e pastagens em terrenos irregulares | Unid. | 9,00 |
| 14 | BR 304332 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Micro trator Cultivador de Solos , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência mínima 14 hp, motor diesel 4 tempos monocilíndrico refrigerado a água, partida elétrica, 01 farol para trabalhos noturnos, bateria inclusa, 6 marchas para frente e 2 para ré equipado com enxada rotativa de 0,90 m, 18 facas mínimo, | Unid. | 1,00 |



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

| | | | | |
|----|----------|---|-------|------|
| | | Garantia mínima 12 meses, com os devidos acessórios/Implementos: Acessório 1: Carreta tracionada, capacidade de carga 1.500 kg, 01 eixo rodado simples aro 13", pneus novos, dimensões mínimas 2,00 x 1,35 x 0,45 m, carroceria basculante, sistema de engate compatível com o micro trator; Acessório 2: Enxada rotativa de 0,90 m para ser acoplado ao microtrator, com no mínimo 24 lâminas. Acessórios 3 : Arador Subsolador leve equipamento robusto, eficiente e de fácil operação, utilizado para subsolagem agrícola. Sua principal aplicação é romper as camadas superficiais do solo e eliminar a compactação.; Acessórios 4: Cortador de Grama/ Roçadeira Frontal a gasolina de 6,5cv para limpeza e roçadas de capins e pastagens em terrenos irregulares | | |
| 15 | BR214886 | Caminhão basculante , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência mínima 180 CV, cinto de segurança de 03 (três pontos, distância entre-eixos mínimo 4900 mm (ou superior) , carga útil com equipamento mínima 8500 kg. Com caçamba de capacidade volumétrica mínima 6,00 m³, protetor de cabine, tampa traseira basculante padrão com fechamento automático, assoalho em aço espessura mínima 4,50 mm, laterais em aço espessura mínima 4,50 mm, pinos de cordas nas laterais, frente e traseira. Cilindro hidráulico central com duas unidades, com mangueiras para conexões, caixa metálica para ferramenta, escada lateral, barras de proteção lateral dos eixos, faixas reflexivas e suporte para pá, sistema elétrico e lanternas conforme normas CNT, caixa de ferramentas, faixas reflexivas com Cabine Fechada com Ar condicionado.. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 3,00 |
| 16 | BR15245 | Caminhão leve , Zero km, Ano 2019 ou Superior, zero quilômetro, potência mínima 110 CV, cabine com barra de proteção nas portas, cintos de segurança de 03 (três) pontos, bancos em tecido, regulagem de altura de direção, Caçamba de Mín. 3700m³, Carga útil mínima de 3.500 kg. Motor 04 (quatro) cilindros, combustível diesel. Com Carroceria em madeira, pintura emborrachada + corrente do meio + 02 lameiras. Direção hidráulica com Cabine Fechada com Ar condicionado. . Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 3,00 |
| 17 | BR214878 | Caminhão com carroceria para o transporte de carga seca (Caprinos e Ovinos), Zero km, Ano 2019 ou Superior Carroceria adaptada para carga seca (Transporte de caprinos e ovinos vivos)., CMT de 8.000 kg, 0 km; 05 marchas, Motor a diesel com sistema de injeção eletrônica e potência líquida de 150 cv, freios de serviço a ar e direção hidráulica; Rodas com mín. 5,5 x 16" em aço estampado; Pneus iguais e compatíveis com as dimensões das rodas (novos); Freio de estacionamento; Direção hidráulica; Capacidade de carga útil mín. 4.800 kg, tanque de combustível capacidade mínima 150 | Unid. | 2,00 |



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

| | | | | |
|------|----------|--|-------|-------|
| | | litros; Ar condicionado; Provido de grade e carroceria para o transporte de caprinos e ovinos vivos. conforme maior detalhes nas especificações. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | | |
| 18 | BR214878 | Caminhão pipa 10.000l , Zero km, Ano 2019 ou Superior com capacidade mínima 10.000l Trucado (c/ terceiro eixo), zero km, potencia mínima do motor Diesel 250cv , dist entre eixos =5307mm -, incl tanque de aco carbono1008/10 ou superior p/ transp de agua de no mínimo 200l, carga útil Min11.000kg, PBT 23000kg, provido de tacógrafo, Faixas Refletivas e Sinalização de segurança conforme Contram, Pára Choque Traseiro e Articulado com Pintura Zebrada, Pneus R.20 , moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). | Unid. | 14,00 |
| 19 | BR214878 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Caminhão pipa 10.000l , Zero km, Ano 2019 ou Superior com capacidade mínima 10.000l Trucado (c/ terceiro eixo), zero km, potencia mínima do motor Diesel 250cv , dist entre eixos =5307mm -, incl tanque de aco carbono1008/10 ou superior p/ transp de agua de no mínimo 200l, carga útil Min11.000kg, PBT 23000kg, provido de tacógrafo, Faixas Refletivas e Sinalização de segurança conforme Contram, Pára Choque Traseiro e Articulado com Pintura Zebrada, Pneus R.20 , moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). | Unid. | 2,00 |
| 20 | BR214878 | Caminhão pipa 12.000l , Zero km, Ano 2019 ou Superior com capacidade mínima 12.000l Trucado (c/ terceiro eixo), zero km, potencia mínima do motor Diesel 280cv , dist entre eixos =5.307mm -, incl tanque de aco carbono1008/10 ou superior p/ transp de agua de no mínimo 200l, carga útil Min. 13.000kg, PBT 23000kg, provido de tacógrafo, Faixas Refletivas e Sinalização de segurança conforme Contram, Pára Choque Traseiro e Articulado com Pintura Zebrada, Pneus R.22,5 , moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). | Unid. | 3,00 |
| 2 21 | BR214878 | Caminhão pipa 15.000l , Zero km, Ano 2019 ou Superior com capacidade mínima 15.000l Trucado (c/ terceiro eixo), zero km, potencia mínima do motor Diesel 280cv , dist entre eixos =5.307mm -, incl tanque de aco carbono1008/10 ou superior p/ transp de agua de no mínimo 200l, carga útil Min. 15.631kg, PBT 23000kg, provido de tacógrafo, Faixas Refletivas e Sinalização de segurança conforme Contram, Pára Choque Traseiro e Articulado com Pintura Zebrada, Pneus R.22,5 , moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado. Garantia mínimo 12 meses (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). | Unid. | 2,00 |



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

| | | | | |
|----|----------|---|-------|------|
| 22 | BR88129 | <p>Caminhão FRIGORÍFICO (VIATURA TRANSPORTE ESPECIALIZADO FRIGORÍFICO), Zero km, Ano 2019 ou Superior, APLICAÇÃO:MILITAR, TRAÇÃO:4 X 2, COMBUSTÍVEL:ÓLEO DIESEL, CAPACIDADE TANQUE COMBUSTÍVEL:130 L, CAPACIDADE FRIGORÍFICO:10 TON , potência mínima 150 CV, cabine com barra de proteção nas portas, cintos de segurança de 03(três) pontos, bancos em tecido, com ar-condicionado. Carga útil + carroceria mínima de 5.000 kg. Motor diesel 04 (quatro) cilindros. Direção hidráulica. Com CARROCERIA CÂMARA FRIGORÍFICA montada, dimensões mínimas 5,0 m x 2,00 m x 1,90 m(comprimento, largura e altura respectivamente), para transporte de produtos perecíveis congelados/resfriados, com equipamento de refrigeração, revestimento externo em com painéis inteiriços de Plástico Reforçado com Fibra de Vidro-PRFV, revestimento interno em PRFV, com ação anti-microbiana, pré-pigmentados na cor branca, piso tipo em alumínio canaletado com drenos junto a traseira da carroceria, isolamento feito de espuma rígida de poliuretano, com espessura mínima de 50 mm, iluminação interna no compartimento decarga, parafusado, piso laminado com fibra de vidro com poliuretano injetado, duto de ar, iluminação interna e externa imbutida, chassi da carroceria em aço carbono, porta lateral e 02(duas) portas traseiras e estribo para acesso, corote d'água, para-choque traseiro, escada de acesso ao compartimento de carga, dupla ação e sistema de carregamento traseiro, sinalização conforme normas de trânsito. Emplacados e licenciados em nome da CODEVASF. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem).</p> | Unid. | 2,00 |
| 23 | BR102369 | <p>Caminhão COLETOR LIXO Zero km, Ano 2019 ou Superior potência motor:162 Min.cv, capacidade ventilação:óleo diesel, tipo motor:diesel turbo aftercooler, quantidade cilindro motor:4 un, tipo direção:hidráulica, tipo embreagem:monodisco - material cerâmico, quantidade marchas transmissão frente:5 un, quantidade marchas transmissão ré:1 un, tipo freio:tmbror roda dianteira e traseira, tipo circuito freio:duplo circuito ar, capacidade carga/força compactação:7.480 kgf, capacidade tanque combustível:150 l, cabine com barra de proteção nas portas, cintos de segurança de 03(três) pontos, bancos em tecido, com ar-condicionado. Carga útil mínima de 3.800 kg. Motor diesel 04 (quatro) cilindros. Direção hidráulica. Com COLETOR COMPACTADOR de resíduos sólidos, Novo,Zero km, montado, capacidade mínima de lixo compactado 6 m³, comandos hidráulicos para abertura, descarga e fechamento, com comando por alavancas. Sinalização sonora de marcha ré, bomba de acionamento acoplada diretamente a tomada de força do chassi ou por meio de cardan, depósito em chapa de aço sae 1010/20, trava e destrava manual da estrutura da porta traseira, acionado por cilindros hidráulicos, força do escudo ejetor mínima 1300 Kgf, caixa de chorume mínima 90 Litros, teto em chapa lisa, cilindro de dupla ação e sistema de</p> | Unid. | 1,00 |



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

| | | | | |
|----|----------|--|-------|------|
| | | carregamento traseiro, plataforma traseira para mínimo 04 pessoas, garras de sustentação para operadores, taxa de compactação 3:1, iluminação na praça de carga traseira para trabalho noturno, sinalização conforme normas de trânsito. Emplacados e licenciados em nome da CODEVASF. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | | |
| 24 | BR132705 | Tanque de Expansão capacidade 800 L ,Zero km, Ano 2019 ou Superior resfriador de leite para 2 ordenhas. Tanque em aço inox AISI 304. Sistema de expansão direta. Timer com marcador digital de temperatura. Motor redutor com pá agitadora em aço inox AISI 304, com acabamento sanitário. Tampa de proteção de compressor para resfriadores. Motor monofásico. O equipamento deverá ser fabricado conforme IN nº 53 de 16 de agosto de 2002 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e normas da ABNT. Provido de Logomarca da CODEVASF silkada em local visível. Demais características obrigatórias que devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 5,00 |
| 25 | BR132705 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Tanque de Expansão capacidade 800 L ,Zero km, Ano 2019 ou Superior resfriador de leite para 2 ordenhas. Tanque em aço inox AISI 304. Sistema de expansão direta. Timer com marcador digital de temperatura. Motor redutor com pá agitadora em aço inox AISI 304, com acabamento sanitário. Tampa de proteção de compressor para resfriadores. Motor monofásico. O equipamento deverá ser fabricado conforme IN nº 53 de 16 de agosto de 2002 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e normas da ABNT. Provido de Logomarca da CODEVASF silkada em local visível. Demais características obrigatórias que devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 26 | BR214905 | CAMINHAO TOCO PIPA PARA LEITE 10000L, novo, zero km 2019 , potencia minima do motor minimo de 170cv - dist entre eixos adequado - incluído tanque lavatório de aco carbono1008/10 ou superior p/ transp de agua de no mínimo 200l, Carga útil : 8.700 kg (Ou Superior); provido de tacógrafo, Pneus R.20 e moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). Provido de : TANQUE RODOVIÁRIO ISOTÉRMICO PARA TRANSPORTE DE LEITE A GRANEL - capacidade 10 mil ltros com Módulos internos, Revestimento externo, acabamento, Bocas de visitas, Sistema de carga e Descarga, Sistema CIP, Conjunto Base (Chassi) e Plataformas de Proteção Lateral, Passarela superior e Acessórios, tudo conforme conforme as normas do CONTRAN/DENATRAN em consonância com as | Unid. | 1,00 |



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

| | | | | |
|----|----------|--|-------|------|
| | | especificações detalhadas no caderno de especificações. | | |
| 27 | BR214905 | CAMINHAO TOCO PIPA PARA LEITE 12000L, novo, zero km 2019 , potencia minima do motor minimo de 250cv - dist entre eixos adequado - incluído tanque lavatório de aco carbono1008/10 ou superior p/ transp de agua de no mínimo 200l, Carga útil : 8.700 kg (Ou Superior); provido de tacógrafo, Pneus R.20 e moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). Provido de : TANQUE RODOVIÁRIO ISOTÉRMICO PARA TRANSPORTE DE LEITE A GRANEL - capacidade 10 mil Itros com Módulos internos, Revestimento externo, acabamento, Bocas de visitas, Sistema de carga e Descarga, Sistema CIP, Conjunto Base (Chassi) e Plataformas de Proteção Lateral, Passarela superior e Acessórios, tudo conforme conforme as normas do CONTRAN/DENATRAN em consonância com as especificações detalhadas no caderno de especificações. | Unid. | 1,00 |
| 28 | BR214905 | CAMINHAO TOCO PIPA PARA LEITE 15000L, novo, zero km 2019 , potencia minima do motor minimo de 250cv - dist entre eixos adequado - incluído tanque lavatório de aco carbono1008/10 ou superior p/ transp de agua de no mínimo 200l, Carga útil : 8.700 kg (Ou Superior); provido de tacógrafo, Pneus R.20 e moto bomba com vazão mínima de 60 m³/h com Cabine Fechada com Ar condicionado (Observar Maiores Detalhes no item 12.2.14 do Termo de Referência). Provido de : TANQUE RODOVIÁRIO ISOTÉRMICO PARA TRANSPORTE DE LEITE A GRANEL - capacidade 15 mil Itros com Módulos internos, Revestimento externo, acabamento, Bocas de visitas, Sistema de carga e Descarga, Sistema CIP, Conjunto Base (Chassi) e Plataformas de Proteção Lateral, Passarela superior e Acessórios, tudo conforme conforme as normas do CONTRAN/DENATRAN em consonância com as especificações detalhadas no caderno de especificações. | Unid. | 1,00 |
| 29 | BR214905 | CAMINHÃO HIDROJATEADOR - MODELO EURO VAC OU SIMILAR , zero km 2019 ou superior, potencia minima do motor minimo de 190cv, tanque reservatório inteiramente fabricado em aço carbono SAE 1020 A36 com espessura de chapa 3/16", dotado de quebra ondas em seu interior de modo a manter a carga acomodada durante a locomoção, incluindo o uso de aditivos e/ou abrasivos com pressões acima de 1.000 psi (70 BAR). tudo conforme conforme as normas do CONTRAN/DENATRAN em consonância com as especificações detalhadas no caderno de especificações. | Unid. | 1,00 |
| 30 | BR301733 | Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, Hatch 1.4 ou Superior, Potência Mín. 65CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Aro 14 ou superior, Chave Canivete, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e caracteristas próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. | Unid. | 3,00 |



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

| | | | | |
|----|----------|---|-------|------|
| | | Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | | |
| 31 | BR254799 | Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior utilitário Leve , para transporte de pequenas cargas, tipo Saverio ou Similar, 1.4 ou superior, Potência Mín. 65CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Aro 14 ou superior, Vidros Elétricos, Provido de Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e características próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 7,00 |
| 32 | BR254799 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior utilitário Leve , para transporte de pequenas cargas, tipo Saverio ou Similar, 1.4 ou superior, Potência Mín. 65CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Aro 14 ou superior, Vidros Elétricos, Provido de Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e características próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1 |
| 33 | BR456359 | Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, SEDAN 1.5 ou superior , nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Automático, Ar, Aro 15 ou superior, Potência Motor 115CV ou superior, flex ou Diesel, Chave Canivete, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimídia. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência).. | Unid. | 1,00 |
| 34 | BR456327 | Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, SUV, 1.4 ou superior , Min 150CV a 170CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Ar, Aro 15 ou superior, Biocombustível/flex ou Diesel, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimídia. Garantia mínimo 03 anos (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência).. | Unid. | 5,00 |
| 35 | BR456327 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, SUV, 1.4 ou superior , Min 150CV a 170CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Ar, Aro 15 ou superior, Biocombustível/flex ou Diesel, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimídia. Garantia mínimo 03 anos (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência).. | Unid. | 1,00 |
| 36 | BR446891 | Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior , utilitário transporte de passageiros 7 lugares, 2.0 ou superior, Mín 16v e 4P, potência min 110cv, 4x2, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Ar, Aro 15 ou superior, Biocombustível/flex ou Diesel, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimídia. Garantia mínimo 03 anos (Sem Limites de quilometragem), (Observar | Unid. | 3,00 |



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

| | | | | |
|-----------|----------|---|-------|------|
| | | Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência). | | |
| 37 | BR239647 | Caminhonete Cabine Simples , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Diesel, Mínimo de 140cv, 06 velocidades, Motor 2.5 ou Superior, nacional ou nacionalizado, tração 4x4, Provido sistema Multimidia como Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e caracteristas próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 3,00 |
| 38 | BR239647 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Caminhonete Cabine Simples , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Diesel, Mínimo de 140cv, 06 velocidades, Motor 2.5 ou Superior, nacional ou nacionalizado, tração 4x4, Provido sistema Multimidia como Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e caracteristas próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 39 | BR456317 | Caminhonete Cabine Dupla , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Diesel, Mínimo de 160cv, 06 velocidades, Motor 2.5 ou Superior, nacional ou nacionalizado, tração 4x4, Provido sistema Multimidia como Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e caracteristas próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 4,00 |
| 40 | BR456317 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Caminhonete Cabine Dupla , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Diesel, Mínimo de 160cv, 06 velocidades, Motor 2.5 ou Superior, nacional ou nacionalizado, tração 4x4, Provido sistema Multimidia como Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e caracteristas próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 1,00 |
| 41 | BR300809 | Veículo Utilitário de Carga Leve Tipo Furgão fiorino ou similar , Zero km, Ano 2019 ou Superior, 1.4 ou superior, potência do motor: mínima de 85 a 110 cavalos, nacional ou nacionalizado, cilindrada mínima 1,3 ; 2 (duas) portas no compartimento dos passageiros; ano: 2019 ou superior; capacidade de 2 ocupantes; cor: branca; combustível: gasolina/ álcool; transmissão mecânica manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) a ré; tração 4x2, Provido sistema Multimidia como Rádio com conexões USB e Bluetooth; freios: sistema de freios hidráulico com sistema anti-travamento das rodas (ABS); dianteiro à disco ventilado e traseiro a tambor auto-ajustáveis (ou sistema | Unid. | 3,00 |



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

| | | | | |
|----|----------|--|-------|------|
| | | superior); ar condicionado: original, instalado pela fábrica; Travas elétricas e acessórios de segurança e sinalização exigidos pela Legislação Brasileira para a categoria; direção: hidráulica ou elétrica; alarme antifurto; compartimento de carga com duas portas, capacidade útil mínima de 600 kg; parede ou grade divisória entre compartimento de carga e passageiros; jogo de tapetes, protetor de cárter. Conforme legislação pertinente, deverá ser entregue emplacado e licenciado, inclusive com o pagamento de IPVA e DPVAT, | | |
| 42 | BR456432 | Veículo Utilitário de Carga Leve Tipo Furgão , Zero km, Ano 2019 ou Superior, 2.0 ou superior, nacional ou nacionalizado, Veículo automotor zero quilometro; potência mínima do motor 120, cilindrada mínima 2.0, 2 (duas) portas no compartimento dos passageiros; ano: 2019 ou superior; capacidade de 2 ocupantes; cor: branca; combustível: gasolina/ álcool/diesel; transmissão mecânica manual com no mínimo 05 (cinco) marchas sincronizadas à frente e 01 (uma) a ré; tração 4x4; freios: sistema de freios hidráulico com sistema anti-travamento das rodas (ABS); Provido sistema Multimidia como Rádio com conexões USB e Bluetooth, dianteiro à disco ventilado e traseiro a tambor auto-ajustáveis (ou sistema superior); ar condicionado; acessórios de segurança e sinalização exigidos pela Legislação Brasileira para a categoria; direção: hidráulica ou elétrica; alarme antifurto; compartimento de carga com duas portas, capacidade útil mínima de 8m³; parede ou grade divisória entre compartimento de carga e passageiros; jogo de tapetes, protetor de cárter. Conforme legislação pertinente, deverá ser entregue emplacado e licenciado, inclusive com o pagamento de IPVA e DPVAT, Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem) | Unid. | 2,00 |
| 43 | BR214903 | Caminhão com Implemento Baú Zero Km, Modleio 2019 ou superior, Ar condicionado, Manual, trava elétrica com acionamento na chave, controle elétrico dos vidros e retrovisores, suspensão de cabine. Equipado com motor a diesel, 04 cilindros, Potência Mín 190CV, transmissão manual ou automática, 06 velocidades, direção hidráulica, tacógrafo eletrônico, capacidade de carga útil+carroceria de no mín. 10.000kg, PBT Min. 15.000kg, com implemento BAÚ. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 02 |

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

ÁREA DE INFRAESTRUTURA – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos/serviços de engenharia, objetos deste Termo de Referência.

6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Juazeiro/BA, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CATSERV - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ªGRD/UIP

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site das Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Forma de Realização: Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços

Critério de Julgamento: Menor Preço

4. LOCAL DE ENTREGA:

Os equipamentos/materiais objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues na Sede da CODEVASF – 6ª Superintendência Regional: Avenida Comissão do Vale do São Francisco, s/nº, Bairro Piranga, CEP 48901-900, e/ou Sede do Projeto SALITRE: Canteiro de Obras do Projeto Salitre, Povoado Lagoa do Salitre, Distrito de Junco, CEP 48900-000, e/ou em Armazenamento indicado em um raio de 50km da 6ª Superintendência, localizado no Município de Juazeiro, no Estado da Bahia, nos dias úteis no horário de 08h00min as 12h00min e de 13h30min as 17h00min horas.

A 6ª Superintendência Regional da Codevasf está localizado a cerca de 505 km de Salvador/Ba, ao oeste da Região do Alto São Francisco, no Estado da Bahia. O acesso ao município de Juazeiro é feito através da BR 407.

Sua área abrange, os municípios de Abaré, Acajutiba, Adustina, Andaraí, Andorinha, Anguera, Antas, Antônio Cardoso, Antônio Gonçalves, Aporá, Araci, Baixa Grande, Banzaê, Barra da Estiva, Barrocas, Biritinga, Boa Vista do Tupim, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Caém, Aldeirão Grande, Campo Alegre de Lourdes, Campo Formoso, Candeal, Cansanção, Canudos, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Casa Nova, Castro, Alves, Chorrochó, Cícero Dantas, Cipó, Conceição da Feira, Conceição do Coité, Conde, Coronel João Sá, Cristópolis, Cruz das Almas, Curaçá, Esplanada, Euclides da Cunha, Fátima, Feira de Santana, Filadélfia, Gavião, Glória, Governador Mangabeira, Heliópolis, Iaçú, Ibicoara, Ibiquera, Ichu, Inhambupe, Ipecaetá, Ipirá, Iramaia, Iraquara, Itaberaba, Itaetê, Itapicuru, Itatim, Itiúba, Jacobina, Jaguarari, Jandaíra, Jeremoabo, Juazeiro, Lajedinho, Lençóis, Macajuba, Macururé, Mairi, Maracás, Maragogipe, Marcionílio Souza, Miguel Calmon, Milagres, Mirangaba, Monte Santo, Morro do Chapéu, Mucugê, Mundo Novo, Muritiba, Nordestina, Nova Fátima, Nova Itarana, Nova Redenção, Nova Soure, Novo Triunfo, Olindina, Ourolândia, Palmeiras, Paripiranga, Paulo Afonso, Pé de Serra, Pedro Alexandre, Pilão Arcado, Pindobaçu, Pintadas, Piritiba, Planaltino, Ponto Novo, Queimadas, Quijingue, Quixabeira, Rafael Jambeiro, Remanso, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Rio Real, Rodelas, Ruy Barbosa, Santa Bárbara, Santa Brígida, Santa Teresinha, Santaluz, Santo Estêvão, São Domingos, São Félix, São Gonçalo Dos Campos, São José do Jacuípe, Sapeaçu, Sátiro Dias Saubara, Saúde, Senhor do Bonfim, Sento Sé, Serra Preta, Serrinha, Serrolândia, Sítio do Quinto, Sobradinho, Tanquinho, Tapiramutá, Teofilândia, Tucano, Uauá, Umburanas, Utinga, Valente, Várzea da Roça, Várzea do Poço, Várzea Nova, Wagner.

O meio de transporte e o acondicionamento do(s) item(ns) objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas à vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

O objeto do presente pregão compreende o fornecimento, transporte, carga e descarga de transporte, carga e descarga



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

de máquinas, veículos e equipamentos, destinados à utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de desenvolvimento social, econômico e outras demandas na área de atuação da 6ª superintendência regional da codevasf.

A descrição dos fornecimentos consta das Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Escopo de Fornecimento, e nas Especificações Técnicas – Anexo III e IV deste Termo de Referência, respectivamente, que deverão ser observados criteriosamente pelos licitantes.

A Codevasf não dispõe no local da entrega nem de equipamentos nem de pessoal para as atividades de descarga dos equipamentos/materiais a serem adquiridos, devendo ser avisada via e-mail, com antecedência devida (até 3 dias) a previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.

A descarga dos equipamentos é de responsabilidade do licitante e a CODEVASF não fornecerá os equipamentos de manuseio.

O meio de transporte e o acondicionamento do(s) itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.

Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

5.7 As descrições das máquinas, implementos, veículos, equipamentos e materiais, quantidades estimadas, preços máximos constam no caderno de Especificações e nas Planilhas Quantitativos e Preços Estimados, anexo I.

5.8 Os bens ofertados deverão ser originais de fábrica, não se admitindo, em hipótese alguma, produtos reconicionados, remanufaturados, reciclados ou pirateados, sob pena do afastamento do certame e/ou do não recebimento dos mesmos quando de sua entrega.

5.9 Os bens, ora licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei n.º 4.150 de 21.11.62), no que couber, e, principalmente, no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

5.9.1 Os equipamentos e materiais, objeto destas Especificações Técnicas, deverão ser fabricados dentro dos padrões sanitários conforme legislação vigente, garantidos contra defeitos de fabricação no prazo de garantia fixado pelo fabricante, que deverá estar expressa na proposta. Em caso de não atendimento à garantia, quando constatada no momento apropriado da entrega, o fornecedor, além de multas, deverá efetuar o ressarcimento dos prejuízos de acordo com a legislação vigente.

5.9.2 A licitante que não atender às especificações técnicas estabelecidas terá sua proposta desclassificada mesmo tendo sido habilitada no que diz respeito à documentação.

5.9.3 Os equipamentos utilizados na produção e beneficiamento dos produtos agropecuários serão destinados a estabelecimentos registrados no Serviço Inspeção Estaduais – S.I.E ou Serviço de Inspeção Federal - S.I.F, assim estes equipamentos obrigatoriamente deverão ter o acabamento sanitário para alimentos, necessário para serem aprovados pelos Órgãos Estaduais ou Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento.

5.10 Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ªGRD/UIP

5.11 O (s) FABRICANTE (s) dos bens fornecidos, na data da abertura das propostas (início da sessão pública) do pregão, deverá(ão) ter empresa autorizada para prestar assistência técnica da seguinte forma:
I - Máquinas – Em um raio de 600km, onde serão entregues os itens, sob pena de desclassificação da proposta.

II - Veículos - Em um Raio de 100km do prédio da 6ª Sr - Juazeiro / BA.

Para tal comprovação, deverá ser exigida no momento da aceitação da proposta, documentação comprobatória, sob pena de desclassificação da proposta.

5.12 Os veículos e transportes em geral adquiridos nessa licitação deverão ser 0(zero) quilômetro, admitindo-se por questões normais de testes e pequenos deslocamentos de fábrica, transporte, carga e descarga, que os bens apresentem registros de limites MÁXIMOS de uso de 200 Km rodados.

5.13 Os veículos, conforme legislações pertinentes deverão ser entregues emplacados e licenciados em nome da CODEVASF.

5.14 Todos os itens da planilha de cotação devem estar acompanhados de manual de instrução em português.

5.15 O transporte, carga e descarga dos bens, assim como a montagem (quando necessária), serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

5.16 Os itens 10, 14, 19, 25, 32, 38 e 40 da planilha orçamentária serão para disputa exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte atendendo a lei complementar nº123/2006, alterada pela lei complementar nº147/2014.

5.17 Todos os itens da planilha de cotação devem estar acompanhados de especificações e informações completas dos materiais/equipamentos fornecidos de acordo com as normas técnicas da ABNT.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, fabricantes ou fornecedoras, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais, individuais, que atendam as exigências do TR e seus anexos.

6.1.1. Os licitantes poderão apresentar propostas para um ou mais itens, devendo apresentar proposta para a integralidade de cada item a que concorrer, discriminados na Escopo de Fornecimento e Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, e nas Especificações Técnicas – Anexo II e III deste Termo de Referência. Não serão aceitas propostas para parte do item, implicando na desclassificação da proposta.

CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

6.2.1. Não será permitida a participação de consórcio e sociedades cooperativas. A logística necessária para as máquinas, veículos e equipamentos a serem adquiridos cumprindo o objeto já foram divididos em itens específicos para melhorar e ampliar a competitividade o que não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo conseqüentemente pertinente a não formação de consórcios. Em relação a não participação de Sociedades Cooperativas enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de máquinas, veículos e equipamentos, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública.



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação.

PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, reservando-se ainda, a cota no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), quando for o caso (art. 48, inc. III – LC 147/2014): para os itens: 10, 14, 19, 25, 32, 38 e 40, onde concorrerão de forma exclusiva.

7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

O atestado de visita aos locais do fornecimento **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização de entrega.

Os custos de visita ao local onde serão entregues os materiais/Equipamentos correrão por exclusiva conta do licitante.

Em caso de dúvidas sobre onde serão instalados, montados e estocados os equipamentos objetos desse termo de referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Infraestrutura da CODEVASF, em Juazeiro, no estado da Bahia, nos telefones: (74)3614-6224. (6ºGRD).

8. PROPOSTA

As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos/materiais, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo VI, que é parte integrante deste termo de Referência.
- d) Serão de responsabilidade do licitante vencedor o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:
 - d1) Fornecedor de manuais detalhados, em língua portuguesa, de operação e manutenção para cada unidade apropriada dos equipamentos fornecidos em 02 (duas) vias e em meio eletrônico;
 - d2) Relação de ferramentas especiais para Instalação/montagem e/ou manutenção dos equipamentos fornecidos.



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

- d3) Uma lista de todas as peças de reposição necessárias ao bom funcionamento dos equipamentos por um período de 02 (dois) anos após a entrada em operação.
- e) O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e do campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o menor preço por item, conforme critérios acima estabelecidos.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.

Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos equipamentos/materiais, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros licitantes que ofertarem equipamentos/materiais dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas, Anexo III deste Termo de Referência.

O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a comprovação da experiência do licitante na execução de fornecimentos similares ao objeto da licitação;
- b) O licitante deverá apresentar catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:
- b1) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
- b3) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta;



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

- c) No caso de revendedor ou distribuidor, o licitante deverá apresentar Carta de Solidariedade, conforme modelo Anexo VII) de que está devidamente autorizado pelo fabricante dos bens a fornecê-los nesta licitação, e declara também ser responsável solidário com o fornecimento de peças para manutenção, além do suporte técnico, durante todo o período contratual, de acordo com as condições exigidas pelo edital de licitação e seus respectivos anexos, das quais tem perfeito conhecimento, sem qualquer ônus adicional para a Codevasf, de forma que assegure a execução do contrato.

Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito a aprovação pela Codevasf.

10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de **R\$ 31.815.873,91 (Trinta e um Milhões oitocentos e quinze mil e noventa e um centavos)**, a preços de Abril a Julho/2019, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II deste termo de Referência.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

O prazo para execução dos fornecimentos será de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento. A emissão e assinatura do termo de encerramento físico se darão após a conclusão dos fornecimentos solicitados pela contratante.

A ata terá validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, será o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 60 (sessenta) dias consecutivos para expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos.

12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preços unitário do material, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme legislação vigente, observado ainda:

Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela.

13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços para estes fornecimentos serão fixos e irredutíveis. Exceto em casos previsto no Art. 81. - § 5º **A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, da Lei 13303/2016.**

14. FISCALIZAÇÃO

A gestão do contrato, bem como a fiscalização dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

os documentos que o integram.

A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área de Infraestrutura, responsável pela execução do contrato.

Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área de Infraestrutura da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços/fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços/fornecimentos.

15. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.

Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitua as exigências do item 16.2 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

O licitante fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.

O licitante, para demonstrar confiabilidade dos equipamentos/materiais a serem fornecidos, deverá apresentar uma ou mais declarações de fornecimento com as características técnicas mínimas solicitadas na comprovação de experiência específica exigida acima, apresentando o seguinte:

- Características do sistema de operação, se for o caso
- Local de instalação/fornecimento
- Nome e endereço do cliente

A confiabilidade dos equipamentos será avaliada com base nas declarações sobre experiências de campo fornecidas junto com a proposta para equipamentos com as características técnicas mínimas as solicitadas no item.

A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

17. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 1 Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
- 2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 3 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 4 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 5 Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 6 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

- 7 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

18. GARANTIA DOS MATERIAIS

A garantia consta das Especificações Técnicas – Anexo III, parte integrante deste Termo de Referência.

19. CONDIÇÕES GERAIS

Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

20. ANEXOS

São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:

- Anexo I – Justificativa
- Anexo II – Escopo de Fornecimento e Planilhas de Quantidades e Preços
- Anexo III – Especificações Técnicas
- Anexo IV – Desenhos de Referência
- Anexo V – Planilha de Preços (Proposta)
- Anexo VI – Modelo de Carta de Solidariedade do Fabricante, QUANDO FOR O CASO;

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos equipamentos a serem adquiridos, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação

Justifica as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos fornecimentos objeto da presente licitação. As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de água principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido. As constantes secas provocam o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária, impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população para as cidades.

Com o objetivo de proporcionar o atendimento ao direito humano fundamental de acesso à água, em qualidade e quantidade para consumo humano e inclusão produtiva, numa perspectiva de segurança alimentar e de melhoria da qualidade de vida em ambiente salubre no campo foi aprovado o projeto básico para execução das obras objeto desta licitação.

Motivação da contratação, informar para fins de instrução do processo:

- a) benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação;
- b) conexão entre a contratação e o planejamento existente;
- c) critérios ambientais adotados, se houver;
- d) referências a estudos preliminares, se houver;
- e) natureza do fornecimento/serviço, se continuado ou não;
- f) agrupamento de itens em lotes.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico considerando que se trata de bens comuns e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances verbais e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. A técnica envolvida na execução do fornecimento objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.

O essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimento seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar os produtos final a ser obtido. O termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento que serão contratados.

Permite Participação de Consórcios:

Não será permitida a participação de consórcio e sociedades cooperativas. A logística necessária para as máquinas, veículos e equipamentos a serem adquiridos cumprindo o objeto estão divididos em itens específicos para melhorar e ampliar a competitividade o que não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo conseqüentemente pertinente a não formação de consórcios. Em relação a



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

não participação de Sociedades Cooperativas enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de máquinas, veículos e equipamentos, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública.

Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em itens: para aproveitar as peculiaridades do mercado e ampliar a competitividade, desde que a medida seja viável técnica e economicamente e não haja perda de economia de escala.

Critério de Julgamento: Menor preço

Sustentabilidade Ambiental: Serão atendidos os requisitos previstos na legislação aplicável.

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá ser de um ano.

Justificativa de reserva de cota de 25% (vinte e cinco) por cento – Considerando que o objeto da presente licitação é dividido em itens, e não haverá prejuízo para o conjunto do fornecimento, será permitido a cota de até 25% (vinte e cinco) por cento, conforme planilhas de quantidades, anexas. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

- Apresentação de amostras – para o escopo do fornecimento é necessário a apresentação de amostra para avaliar o rendimento e qualidade do produto a ser fornecido.

- Apresentação Carta de Solidariedade – Considerando que será permitido o fornecimento de bens por revendedores ou distribuidores, faz-se necessário a apresentação de Carta de Solidariedade, conforme modelo que segue anexo, em que o fabricante autoriza o licitante (revendedor ou distribuidor) para comercializá-lo e para prestar os respectivos serviços de instalação, montagem, manutenção e suporte técnico e que responde solidariamente com o fornecimento, manutenção, instalação e configuração do equipamento e do software, quando for o caso, e que também será responsável solidária com o fornecimento de peças para manutenção, além do suporte técnico, durante todo o período contratual, de acordo com as condições exigidas pelo neste Termo de Referência.

Justificativa de reserva de cota variando até 25% para as EPP – Sobre a razão pela qual a 6ª SR decidiu utilizar variações nos quantitativos de até os 25% de cota de preferência para micro (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, justificam-se esta ação levando-se em consideração o princípio da economicidade, muito praticado na administração pública. Verificou-se que nos últimos pregões eletrônicos realizados por esta superintendência, os preços ofertados por MEs e EPPs foram maiores do que de outras empresas. Neste caso, poderão ser adquiridos bens em maior número a partir de ofertas de preços de menor valor.



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

ANEXO II
ESCOPO DE FORNECIMENTO
E
PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS ORÇADOS
(Gravado em CD)



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

ANEXO III
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
(Gravado em CD)



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

ANEXO V

MODELOS DE PLANILHAS DE PREÇOS
(PROPOSTA DE PREÇOS)
(GRAVADOS EM ARQUIVOS SEPARADOS – EXCEL)



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

ANEXO VI

MODELO DE CARTA DE SOLIDARIEDADE DO FABRICANTE



Ministério do Desenvolvimento Regional – M D R
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

6ºGRD/UIP

CARTA DE SOLIDARIEDADE

FABRICANTE

(modelo a ser preenchido em papel timbrado do fabricante)

A empresa _____ [Razão Social do fabricante], situada em _____
[endereço do fabricante], inscrita no CNPJ sob o nº _____ [CNPJ do
fabricante], declara

que é fabricante do equipamento ou software _____ (nome e especificação do
equipamento), que a empresa _____ [Razão Social da Empresa Licitante],
com sede

_____ [endereço da Empresa Licitante], inscrita no CNPJ sob o nº

[CNPJ da Empresa Licitante], está ofertando para atender ao Edital nº ../201.. , que tem
por finalidade o fornecimento de (descrever o equipamento ou software que está sendo
fornecido),

e que esta mesma empresa possui autorização para comercializá-lo e para prestar os
respectivos serviços de instalação montagem, manutenção e suporte técnico.

Declara, ainda, que responde solidariamente com a empresa [Razão Social da Empresa
Licitante], pelo fornecimento, manutenção, instalação e configuração do equipamento
_____ e do software _____.

Por fim, declara também ser responsável solidária com o fornecimento de peças para
manutenção,

além do suporte técnico, durante todo o período contratual, de acordo com as condições
exigidas pelo

edital de licitação e seus respectivos anexos, das quais tem perfeito conhecimento, sem
qualquer ônus

adicional para a Codevasf.

Local e Data.

[Nome do Representante Legal]

cargo/função e telefone para contato



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES
DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI

CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

Resolução nº 903 de 21 de dezembro de 2017
Deliberação nº 03 de 26 de janeiro de 2018

2018

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO | 3 |
| CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES | 4 |
| CAPÍTULO II – DA CONCEITUAÇÃO | 4 |
| CAPÍTULO III – DOS PRINCÍPIOS E VALORES ÉTICOS | 6 |
| CAPÍTULO IV – DA CONDUTA ÉTICA..... | 7 |
| Seção I - Do Ambiente de Trabalho | 7 |
| Seção II - Do Convívio no Ambiente de Trabalho | 8 |
| Seção III - Da Execução das Atividades..... | 9 |
| Seção IV - Do Uso da Autoridade do Cargo, Função ou Emprego | 10 |
| Seção V - Da Promoção da Igualdade e Respeito à Diversidade | 10 |
| Seção VI - Do Relacionamento com o Público | 11 |
| Seção VII - Do Relacionamento com Clientes e Fornecedores | 12 |
| Seção VIII - Das Publicações e Autoria de iniciativas e Trabalhos | 12 |
| Seção IX - Do Sigilo das Informações..... | 13 |
| Seção X - Da Segurança das Informações | 13 |
| Seção XI - Do Uso da Rede Corporativa e dos Meios Digitais | 14 |
| Seção XII - Da Participação em Eventos | 15 |
| Seção XIII - Do Recebimento de Presentes e Outros Benefícios | 15 |
| Seção XIV - Do Conflito de Interesses..... | 16 |
| Seção XV - Da Fraude e Corrupção | 17 |
| Seção XVI - Do Nepotismo | 18 |
| Seção XVII - Das Atividades Políticas e Religiosas | 18 |
| CAPÍTULO V - DAS VIOLAÇÕES AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE..... | 18 |
| CAPÍTULO VI - DAS DENÚNCIAS | 19 |
| Seção I - Dos Canais de Comunicação e Denúncia | 19 |
| Seção II - Do Tratamento das Denúncias | 20 |
| CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 20 |
| ANEXO I - Termo de Adesão ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf..... | 23 |
| ANEXO I - Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf | 24 |

APRESENTAÇÃO

A responsabilidade social de uma empresa pública exige a incorporação, às suas práticas comerciais e organizacionais, de princípios e valores éticos essenciais ao cumprimento da missão institucional que lhe é confiada pela sociedade.

O presente Código de Conduta Ética e Integridade apresenta as condutas a serem adotadas pelos agentes públicos que exercem cargo em comissão, emprego ou função de confiança na Codevasf, que devem ser orientadas pelos princípios de respeito, de honestidade e de responsabilidade, compondo as regras básicas para o agir ético.

As condutas aqui descritas deverão ser observadas como orientações de comportamento em situações da vida profissional ou de atos que dela decorrem.

A Codevasf, com este Código, visa à prevenção de desvios de conduta, promovendo a defesa da dignidade humana, a proteção ao interesse público, a promoção do bem comum e a disseminação de orientações e atividades educativas, sem prejuízo da aplicação de medidas disciplinares cabíveis quando tais desvios forem constatados.

O compromisso de todos com o cumprimento das disposições presentes neste Código é fundamental para que a Codevasf alcance suas metas, seus objetivos e sua missão de forma ética e transparente.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf tem por missão desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

Art. 2º A conduta dos agentes públicos da Codevasf será orientada pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal, pelas resoluções expedidas pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP e por este Código, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

Art. 3º Este Código de Conduta Ética e Integridade tem por finalidade orientar os agentes públicos da Codevasf sobre as normas gerais de conduta, com o objetivo de:

- I - fortalecer a imagem institucional;
- II - criar ambiente adequado ao convívio social;
- III - promover a prática e a conscientização quanto aos princípios de conduta;
- IV - instituir instrumento referencial de apoio à decisão ética cotidiana; e
- V - fortalecer o agir ético.

CAPÍTULO II DA CONCEITUAÇÃO

Art. 4º Para fins deste Código, entende-se:

I - **Agente Público:** é todo aquele que, por força de lei, contrato ou qualquer outro ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual à Codevasf, ainda que não remunerado, inclusive os ocupantes de cargos em comissão, funções de confiança ou gratificada e membros dos órgãos estatutários, ainda que estejam em gozo de licença ou em período de afastamento ou cedidos temporariamente para outros órgãos;

II - **Atividade de cunho político-partidário:** é a atividade cujo objetivo, ainda que indireto, seja a promoção de uma pessoa, um partido político ou uma ideologia partidária;

III - **Assédio moral:** consiste na repetição deliberada de gestos, palavras (orais ou escritas) e/ou comportamentos, os quais expõem o agente público a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de lhes causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica ou física, com o objetivo de excluí-lo das suas funções ou de deteriorar o ambiente de trabalho;

IV - **Assédio sexual:** é o ato de constranger alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente público da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função;

V - **Clientes:** pessoas físicas ou jurídicas que adquirem ou possam adquirir bens, serviços ou informações produzidas pela Codevasf;

VI - **Conflito de interesses:** qualquer situação gerada pelo confronto entre os interesses da Codevasf e os interesses particulares de seus agentes públicos que possa vir a comprometer os interesses da Empresa ou influenciar de maneira imprópria o desempenho das atividades de seus agentes públicos;

VII - **Consciência cidadã:** atuação com responsabilidade ambiental, econômica, social e cultural, de forma equilibrada, respeitando o direito à vida plena das gerações atuais e contribuindo para a preservação das futuras;

VIII - **Corrupção:** é qualquer ação, direta ou indireta, que consiste em autorização, oferecimento, promessa, solicitação, aceitação, exigência, entrega ou recebimento de vantagem indevida, de natureza econômica ou não, envolvendo pessoas físicas ou jurídicas, agentes públicos ou não, com o objetivo de que se pratique ou deixe de se praticar determinado ato;

IX - **Denúncia anônima:** manifestação que chega aos canais de denúncia sem identificação;

X - **Dignidade humana e respeito às pessoas:** valorização da vida e afirmação da cidadania, respeitando a integridade física e moral de todas as pessoas, as diferenças individuais, sociais e econômicas e a diversidade de grupos sociais, com igualdade, equidade e justiça;

XI - **Eficiência:** executar as atividades da Empresa com presteza e rendimento funcional, exigindo a concretização de resultados positivos para a administração pública e o atendimento satisfatório das necessidades da comunidade;

XII - **Ética:** valor que norteia a conduta humana no que se refere ao seu caráter, altruísmo e virtudes, tanto no meio social quanto institucional, de modo a determinar a melhor forma de agir e se comportar em sociedade;

XIII - **Fornecedores:** pessoas físicas ou jurídicas que fornecem bens e serviços à Codevasf;

XIV - **Fraude:** é qualquer ação ou omissão intencional, com o objetivo de lesar ou ludibriar outra pessoa, capaz de resultar em perda para a vítima e/ou vantagem indevida, patrimonial ou não, para o autor ou terceiros, pela declaração falsa ou omissão de circunstâncias materiais com o intuito de levar ou induzir terceiros a erro;

XV - **Impessoalidade:** prevalência do interesse público sobre os interesses particulares, com objetividade e imparcialidade nas decisões, ações e no uso dos recursos da Empresa;

XVI - **Informação privilegiada:** a que diz respeito a assuntos sigilosos ou aquela relevante ao processo de decisão no âmbito da Codevasf que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público;

XVII - **Integridade:** honestidade, moralidade e probidade na realização dos compromissos assumidos, repudiando toda a forma de fraude e corrupção, com postura ativa diante de situações que não estejam de acordo com os princípios éticos assumidos;

XVIII - **Legalidade:** respeito à legislação e às normas internas da Empresa;

XIX - Moralidade: dever de não apenas cumprir a lei formalmente, mas cumprir substancialmente, procurando sempre o melhor resultado para a Empresa;

XX - Nepotismo: é o favorecimento de parentes em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, nas relações de trabalho ou emprego, para privilegiar os laços de parentesco em detrimento da avaliação de mérito, conforme explicitado na tabela abaixo:

| PARENTES EM LINHA RETA | | | PARENTES EM LINHA COLATERAL | |
|------------------------|------------------------------|--|-----------------------------|--|
| GRAU | CONSANGUINIDADE | AFINIDADE | CONSANGUINIDADE | AFINIDADE |
| 1º | Pai / mãe ou filho(a) | Sogro(a), genro/nora, madrasta/padrasto, ou enteado(a) | - | - |
| 2º | Avô / avó ou neto(a) | Avô/avó, neto(a) do cônjuge ou companheiro(a) | Irmão(ã) | Cunhado(a) |
| 3º | Bisavô, bisavó ou bisneto(a) | Bisavô/bisavó, bisneto(a), cônjuge ou companheiro(a) | Tio(a) ou sobrinho(a) | Tio(a), sobrinha(a) do cônjuge ou companheiro(a) |

XXI - Profissionalismo: desempenho profissional íntegro, assíduo, eficiente, com responsabilidade e zelo, comprometido com a busca da excelência no desempenho de suas atividades na Codevasf;

XXII - Publicidade: trata-se da divulgação oficial do ato para o conhecimento público;

XXIII - Reserva de identidade: é a ocultação da identificação do denunciante, a pedido ou de ofício; e

XXIV - Transparência: visibilidade dos critérios que norteiam as decisões e as ações da Empresa, nos termos da legislação vigente, mediante comunicação clara, exata, ágil e acessível, observando os limites do direito à confidencialidade.

CAPÍTULO III DOS PRINCÍPIOS E VALORES ÉTICOS

Art. 5º A conduta dos agentes públicos da Codevasf será orientada por este Código, pelo cumprimento dos normativos vigentes, da lei de criação da Empresa, do seu Estatuto Social e Regimento Interno, e da legislação aplicável, observados princípios e valores essenciais na atuação da Empresa.

Art. 6º São Princípios Éticos na Codevasf:

I - a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

II - o reconhecimento da probidade, da integridade corporativa e da lealdade como valores intrínsecos ao exercício das atividades profissional e organizacional;

III - a garantia da liberdade de expressão e de acesso à informação;

IV - o respeito às diferenças individuais e consequente eliminação de qualquer forma de discriminação em função de etnia, nacionalidade, gênero, crença religiosa, convicção política, origem, classe social, linguística, orientação sexual, idade ou capacidade física;

V - a proteção ao meio ambiente, a otimização do trabalho, a cooperação e o combate ao desperdício dos recursos públicos; e

VI - a defesa da dignidade humana, a proteção ao interesse público e a promoção do bem comum.

Art. 7º São **Valores Éticos** na Codevasf:

I - a ética;

II - a dignidade humana e o respeito às pessoas;

III - a integridade;

IV - a consciência cidadã;

V - a transparência;

VI - a honestidade;

VII - a discrição;

VIII - a cordialidade e urbanidade;

IX - a boa-fé e o decoro; e

X - o zelo permanente pela imagem e integridade institucional.

CAPÍTULO IV DA CONDUTA ÉTICA

Art. 8º A Codevasf possuirá Comissão de Ética encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional de seus agentes públicos, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer as condutas e procedimentos passíveis de censura.

Art. 9º Os princípios e valores éticos contidos neste Código, em leis, decretos, políticas e normativos internos deverão ser considerados no exercício das atividades profissionais.

Seção I Do Ambiente de Trabalho

Art. 10. Pelas características das atividades realizadas pela Empresa, exige-se prontidão e atenção especial em relação às condições do ambiente de trabalho em que são desenvolvidas, sendo necessário aos agentes públicos da Codevasf:

I - zelar pela defesa da vida, pela integridade física e segurança própria, das pessoas com quem se relacionam e das instalações utilizadas;

II - não movimentar ou retirar do lugar próprio qualquer documento ou objeto pertencente a Empresa, sem prévia autorização da autoridade competente;

III - respeitar as normas de segurança do trabalho na realização das atividades diárias, fazendo o uso de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPI disponibilizados pela Empresa, quando necessário;

IV - respeitar e zelar pelo fiel cumprimento das normas legais e regulamentares, internas e externas;

V - preservar o meio ambiente, observando e difundindo os normativos ambientais;

VI - não portar armas nos locais de trabalho, quando estas não forem necessárias nas atividades que executa;

VII - não praticar atividades comerciais de compra e venda, oferta de serviços ou propaganda nas dependências da Empresa, ainda que fora do horário de expediente, sem prévia autorização;

VIII - não praticar jogos de azar nas dependências da Empresa;

IX - não consumir, distribuir, comprar ou vender substâncias entorpecentes, mesmo que lícitas, nas dependências da Codevasf ou estar sob o efeito destas substâncias durante a jornada de trabalho; e

X - não fumar no ambiente de trabalho, exceto nas áreas definidas para este fim, quando houver.

Parágrafo único. O consumo moderado de bebidas alcóolicas é permitido em ocasiões oficiais de festividades e comemorações realizadas pela Codevasf.

Seção II

Do Convívio no Ambiente de Trabalho

Art. 11. O convívio no ambiente de trabalho deverá ser alicerçado na cordialidade, no respeito mútuo, na equidade, no bem-estar, na segurança de todos, na colaboração, no espírito de equipe e na busca de um objetivo comum, independentemente da posição hierárquica, emprego, cargo em comissão ou função de confiança.

Art. 12. Constituem condutas a serem observadas pelo agente público da Codevasf:

I - contribuir para um ambiente de trabalho livre de ofensas, difamação, exploração, discriminação, repressão, intimidação, assédio e todo e qualquer tipo de violência;

II - compartilhar com os demais colegas os conhecimentos e as informações necessárias ao exercício das atividades próprias da Empresa, respeitadas as normas relativas ao sigilo;

III - dispensar a outros agentes públicos, ainda que licenciados ou aposentados, assim como os de outros órgãos públicos, o mesmo tratamento conferido ao público em geral, quando estes demandarem serviços da Codevasf;

IV - não permitir que interesses de ordem pessoal, simpatias ou antipatias interfiram no trato com colegas, público em geral e no andamento dos trabalhos;

V - não prejudicar deliberadamente, no ambiente de trabalho ou fora dele, por qualquer meio, a imagem da Empresa ou a reputação de seus agentes públicos;

VI - zelar pela correta utilização de recursos materiais, equipamentos, serviços contratados e veículos oficiais, da Empresa ou de prestadores de serviço, colocados à sua disposição;

VII - respeitar a hierarquia, porém sem nenhum temor de denunciar qualquer ilegalidade ou abuso de poder;

VIII - resistir às pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores ou vantagens indevidas;

IX - denunciar atos decorrentes de ações imorais, ilegais ou antiéticas;

X - ser assíduo e se apresentar com vestimentas adequadas ao local de trabalho;

XI - solicitar autorização prévia a chefia imediata para ausentar-se durante o expediente e evitar faltar ao trabalho sem motivo que o justifique; e

XII - divulgar aos demais agentes públicos da Codevasf a existência deste Código de Conduta Ética e Integridade.

Art. 13. O agente público que coordenar, supervisionar ou chefiar outros agentes públicos na Codevasf deverá:

I - agir de forma clara e inequívoca, primando pela moralidade e pelo profissionalismo;

II - promover ambiente de trabalho harmonioso, cooperativo, participativo, motivador e produtivo;

III - agir com urbanidade e respeito, tratando as questões individuais com discrição; e

IV - abster-se de conduta que possa caracterizar preconceito, discriminação, constrangimento, assédio de qualquer natureza, desqualificação pública ou pessoal, ofensa ou ameaça, a terceiros ou a outros agentes públicos.

Art. 14. Será vedado ao agente público da Codevasf praticar ou compactuar com atos de assédio moral ou sexual na Empresa.

Seção III

Da Execução das Atividades

Art. 15. O agente público da Codevasf deverá agir de forma objetiva e técnica, com urbanidade e clareza, mantendo conduta moderada e independência profissional, aplicando a legislação em vigor e os normativos internos, em todo seu conjunto, sem se deixar intimidar por interferências ou pressões de qualquer ordem na execução das atividades que lhe forem atribuídas.

Parágrafo único. As decisões estratégicas tomadas pelos agentes públicas deverão se basear em análise de risco, quando disponível, visando a sustentabilidade e a viabilidade das ações da Empresa.

Art. 16. É dever do agente público da Codevasf abster-se de atuar em processos administrativos, participar de comissão de licitação, comissão ou banca de concurso ou da tomada de decisão quando haja interesse próprio ou de seu cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, amigo íntimo, inimigo notório, credor ou devedor.

Art. 17. Na análise de processos administrativos de qualquer natureza, o agente público da Codevasf deverá agir de forma imparcial, diligente e tempestivo, buscando a veracidade dos fatos, controlando e cumprindo os prazos.

Art. 18. Quando participar de procedimentos correccionais, o agente público da Codevasf deverá agir de forma objetiva e imparcial, com discrição e cordialidade, buscando a veracidade dos fatos, assegurando aos envolvidos o direito ao contraditório e à ampla defesa e resguardando o sigilo das informações.

Seção IV

Do Uso da Autoridade do Cargo, Função ou Emprego

Art. 19. É vedado ao agente público da Codevasf:

I - exercer ou permitir o uso de seu cargo em comissão, função de confiança ou gratificada, e emprego com finalidade estranha ao interesse público, ainda que observadas as formalidades legais.

II - utilizar ou permitir o uso do seu cargo em comissão, função de confiança ou gratificada, emprego, ou do nome da Codevasf para a promoção de opinião, produto, serviço ou empresa própria ou de terceiros;

Parágrafo único. A citação do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada, emprego e a emissão de opiniões somente serão permitidas em documentos curriculares, em aulas, palestras e livros, ou em qualquer outra forma de publicação, desde que fique registrado que não refletem o posicionamento da Empresa.

Seção V

Da Promoção da Igualdade e Respeito à Diversidade

Art. 20. Os agentes públicos da Codevasf, a fim de promover a igualdade e o respeito à diversidade, deverão:

I - abster-se de emitir opinião ou de adotar práticas que demonstrem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, gênero, credo e quaisquer outras formas de discriminação ou que possam perturbar o ambiente de trabalho ou causar constrangimento aos demais agentes públicos; e

II - repudiar toda e qualquer forma de preconceito e discriminação, denunciando os eventuais casos vivenciados ou testemunhados.

Seção VI

Do Relacionamento com o Público

Art. 21. Nas relações estabelecidas com públicos diversos, o agente público da Codevasf deverá apresentar conduta equilibrada e isenta, não participando de transações ou atividades que possam comprometer a sua dignidade profissional ou desabonar a sua imagem pública, bem como a da Empresa.

Parágrafo único. O exercício da função pública deverá ser profissional e se integrar à vida particular de cada agente público, de forma que os fatos e atos verificados na conduta cotidiana da vida privada do agente público poderão influenciar no conceito de sua vida funcional, desde que tenham correlação com sua atividade profissional.

Art. 22. O agente público da Codevasf deverá pautar o seu comportamento consoante as seguintes diretrizes:

I - respeito aos valores, às necessidades públicas e às boas práticas da comunidade, contribuindo para a construção e consolidação de consciência cidadã no relacionamento com a sociedade em geral;

II - respeito às regras protocolares, às competências e à coordenação estabelecida em operação ou evento no relacionamento com autoridades públicas nacionais e estrangeiras;

III - observância às normas e à posição oficial da Empresa no relacionamento com a imprensa, quando se manifestar em nome da Codevasf, tendo o cuidado de não expressar opiniões contra a honra e o desempenho funcional de outro agente público;

IV - comunicação entre agentes públicos da Codevasf e a imprensa, mediante prévia autorização da Empresa;

V - portar-se com urbanidade e cortesia; e

VI - profissionalismo, impessoalidade, publicidade e transparência, com atenção especial quanto aos aspectos legais e contratuais envolvidos, resguardando-se de eventuais práticas desleais ou ilegais de terceiros ao relacionar-se com fornecedores ou prestadores de serviços.

Art. 23. O atendimento ao público deverá ser realizado com agilidade, presteza, qualidade, urbanidade e respeito, fornecendo informações claras e confiáveis, devendo o agente público atuar de modo a harmonizar as relações entre o cidadão e a Codevasf.

Parágrafo único. Durante o atendimento, o agente público da Codevasf deverá adotar, entre outras, as seguintes condutas:

I - evitar interrupções por razões alheias ao atendimento;

II - ser claro em seus posicionamentos e opiniões, mantendo a discrição, com vistas a motivar respeito e confiança do público em geral;

III - agir com profissionalismo em situações de conflito, procurando manter o controle emocional; e

IV - orientar e encaminhar corretamente o cidadão quando o atendimento precisar ser realizado por outra unidade ou órgão.

Seção VII

Do Relacionamento com Clientes e Fornecedores

Art. 24. No relacionamento com clientes e fornecedores, são condutas esperadas dos agentes públicos da Codevasf:

I - colaborar com as condições adequadas para que fornecedores desempenhem suas atividades de forma apropriada;

II - visitar ou reunir-se com clientes ou fornecedores, mediante autorização do superior hierárquico, seja por motivos de ordem técnica ou comercial, acompanhados de pelo menos mais um empregado da Empresa;

III - conduzir as reuniões do processo de contratação ou negociação, formalmente, com registro em ata e sempre na presença de, no mínimo, 2 (dois) agentes públicos da Codevasf;

IV - não prestar qualquer tipo de assessoramento ou auxílio profissional a clientes ou fornecedores, exceto quando previsto em contrato ou expressamente autorizado pela autoridade competente;

V - comunicar ao superior hierárquico condutas ou comportamentos inadequados por parte de clientes ou fornecedores;

VI - observar estritamente as condições contratuais; e

VII - orientar clientes e fornecedores em relação à observância deste Código e demais normativos internos, no que for aplicável.

Art. 25. Nos processos de contratação de bens e serviços, o agente público da Codevasf deve atuar com isonomia, cumprindo as normas internas e externas sem favorecer ou prejudicar qualquer concorrente.

Seção VIII

Das Publicações e Autoria de Iniciativas e Trabalhos

Art. 26. O agente público deverá assumir a execução e autoria de seus trabalhos.

Art. 27. A divulgação ou publicação de dados, programas de computador, metodologias de trabalho ou informações produzidas no exercício das atividades da Empresa ou na participação em projetos institucionais, inclusive aqueles desenvolvidos em parceria com outros órgãos, deverão ser previamente autorizadas, ressalvadas as situações de interesse institucional.

Art. 28. O agente público da Codevasf, que na elaboração de documentos citar trechos de obras protegidas por leis de direitos autorais ou de propriedade intelectual, deverá indicar a sua autoria e origem.

Art. 29. O agente público da Codevasf deverá respeitar a autoria de iniciativas, trabalhos ou soluções de problemas apresentados por outros agentes públicos, conferindo-lhes os respectivos créditos.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica à reprodução parcial ou integral de textos produzidos para a Codevasf em despachos, processos administrativos, pareceres e documentos assemelhados.

Seção IX

Do Sigilo das Informações

Art. 30. O agente público da Codevasf deverá adotar as seguintes condutas:

I - guardar sigilo sobre as informações a que tiver acesso ou conhecimento em função de suas atribuições, preservando o sigilo de acordo com as normas vigentes na Empresa;

II - não divulgar, repassar ou comentar informações privilegiadas ou relativas a atos ou fatos relevantes, com repercussão econômica e/ou financeira e que não tenham sido tornados públicos;

III - respeitar o sigilo profissional; e

IV - guardar segredo sobre as informações pessoais de qualquer outro agente público da Codevasf às quais tenham acesso em razão de cargo em comissão, função de confiança ou gratificada e/ou atividade desenvolvida, excetuando-se as situações previstas em lei;

Seção X

Da Segurança das Informações

Art. 31. Constituem condutas a serem adotadas pelo agente público da Codevasf:

I - observar os protocolos de segurança relacionados com a utilização de sistemas de Tecnologia da Informação - TI e equipamentos;

II - não compartilhar senhas, ou permitir o acesso ou uso não autorizado dos sistemas de TI;

III - comunicar ao seu superior hierárquico ou à autoridade competente:

a) o desaparecimento ou a suspeita de perda de informação e/ou de equipamentos que contenham informações pessoais ou privilegiadas;

b) qualquer forma de manipulação indevida ou desvio do uso de informação por outro agente público; e

c) situações de vulnerabilidade ou fragilidade de seu conhecimento e que coloque as informações sob o risco de serem violadas ou acessadas por pessoas não autorizadas.

IV - não alterar ou destruir documentos originais de valor probatório, mantendo-os em arquivo pelos prazos definidos por normativo interno e pela legislação aplicada.

Seção XI

Do Uso da Rede Corporativa e dos Meios Digitais

Art. 32. Será vedado aos agentes públicos da Codevasf o uso dos recursos de hardware e software disponibilizados pela Empresa para:

I - fazer uso particular em atividades comerciais de compra e venda, oferta de serviços ou propaganda;

II - obter, armazenar, utilizar ou repassar material que viole leis de direitos autorais ou de propriedade intelectual;

III - obter, armazenar, utilizar ou repassar material que tenha conteúdo pornográfico, de exploração sexual, racista, homofóbico, sexista, político-partidário, contra a liberdade religiosa ou que atente contra a diversidade;

IV - usar do anonimato para envio de mensagens ou postagem de conteúdos que contrariem os interesses da Empresa, resguardados os casos previstos neste Código;

V - enviar mensagens ofensivas por meio de correio eletrônico corporativo;

VI - obter ou propagar intencionalmente vírus e similares;

VII - tentar invadir, violar sistemas ou controles de segurança;

VIII - fornecer ou utilizar senhas de terceiros para obter acesso a sistemas ou computadores;

IX - enviar, transmitir, distribuir, disponibilizar ou armazenar na internet ou em outros meios digitais, informações, dados, segredos comerciais, financeiros ou tecnológicos ou quaisquer outras informações pertencentes à Codevasf, salvo se expressamente autorizado pelo gestor da respectiva informação;

X - utilizar a rede corporativa e os meios digitais disponibilizados pela Empresa para acessar serviços de telefonia via internet que não sejam autorizados pela Codevasf; e

XI - praticar atividades de caráter político-partidário, religioso, de autoajuda e para a propagação de “correntes”.

Art. 33. O uso dos recursos de hardware e software disponibilizados pela Empresa poderá ocorrer para fins particulares, desde que não prejudique ou atente contra:

I - a legislação;

II - a imagem e reputação da Empresa ou de sua força de trabalho;

III - a imagem de terceiros;

IV - as atividades ou processos de trabalho da Empresa; e

V - a segurança das informações e dos recursos corporativos.

Seção XII

Da Participação em Eventos

Art. 34. As despesas relacionadas à participação de agente público da Codevasf em eventos como seminários, congressos, palestras, visitas e reuniões técnicas, no Brasil ou no exterior, que guardem correlação com as atribuições de seu cargo em comissão, emprego ou função de confiança ou gratificada, ou que sejam de interesse da Codevasf deverão ser custeadas, preferencialmente, pela Empresa.

§1º As despesas relativas a transporte, alimentação, hospedagem e inscrição do agente público, excepcionalmente, poderão ser custeadas pela instituição promotora do evento, no todo ou em parte, sendo vedado o recebimento de remuneração, se esta for:

- a) organismo internacional do qual o Brasil faça parte;
- b) governo estrangeiro e suas instituições;
- c) instituição acadêmica, científica e cultural; ou
- d) empresa, entidade ou associação de classe que não esteja sob a jurisdição regulatória da Codevasf, ou que possa ser beneficiária de decisão da qual participe o agente público, seja individual ou coletivamente.

§2º O agente público da Codevasf poderá aceitar descontos de transporte, hospedagem e refeição, bem como de taxas de inscrição, desde que não sejam em benefício pessoal.

Art. 35. A prestação de contas de afastamentos custeados com recursos públicos (passagens, diárias, hospedagem, dentre outros) será, obrigatoriamente, realizada pelo agente público da Codevasf nos prazos e formas determinados pelos normativos vigentes.

Seção XIII

Do Recebimento de Presentes e Outros Benefícios

Art. 36. O agente público da Codevasf não poderá exigir, aceitar, solicitar ou receber presente de qualquer valor ou qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, quando o ofertante for pessoa, empresa ou entidade que:

I - tiver interesse pessoal, profissional ou empresarial em decisão que possa ser tomada pelo agente público, individual ou coletivamente;

II - mantiver relação comercial com a Codevasf; ou

III - representar o interesse de terceiros, como procurador ou preposto, de pessoas, empresas ou entidades compreendidas nos incisos I e II.

§1º O recebimento de presentes será permitido nas seguintes situações:

I - em razão de laços de parentesco ou amizade, desde que o seu custo seja arcado pelo próprio ofertante, e não por pessoa, empresa ou entidade que se enquadre em qualquer das hipóteses previstas nos incisos de I a III do art. 36; e

II - quando ofertados por autoridades estrangeiras, nos casos protocolares em que houver reciprocidade ou em razão do exercício de funções diplomáticas.

§2º Nos casos em que o presente não possa, por qualquer razão, ser recusado ou devolvido sem ônus para o agente público, o fato deverá ser comunicado por escrito à chefia da unidade orgânica de sua lotação e o material entregue à unidade responsável pelas atividades de patrimônio e almoxarifado que providenciará a emissão de recibo e os devidos registros e destinações legais.

§3º Para fins deste Código, não são caracterizados como presente:

I - prêmio em dinheiro ou bens concedidos ao agente público por entidade acadêmica, científica ou cultural, em reconhecimento por sua contribuição de caráter intelectual;

II - prêmio concedido em razão de concurso de acesso público a trabalho de natureza acadêmica, científica, tecnológica ou cultural; e

III - bolsa de estudos vinculada ao aperfeiçoamento profissional ou técnico do agente público, desde que o patrocinador não tenha interesse em decisão que possa ser tomada pelo agente público, em razão do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego que exerce.

Art. 37. O agente público da Codevasf poderá aceitar brindes desde que:

I - não tenham valor comercial ou sejam distribuídos por entidade de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos ou datas comemorativas de caráter histórico ou cultural, desde que não ultrapassem o valor unitário de R\$ 100,00 (cem reais), conforme estabelecido no Decreto nº 4.081, de 11 de janeiro de 2002, e suas alterações;

II - tenham periodicidade de distribuição não inferior a 12 (doze) meses; e

III - sejam de caráter geral ou que não se destinem exclusivamente a um determinado agente público da Codevasf.

§1º Caso o valor do brinde ultrapasse o valor previsto no inciso I do art. 37, ele será tratado como presente, e será aplicado o disposto no artigo 36.

§2º O agente público não deverá vincular o uso do brinde, ainda que recebido a título de propaganda, à imagem institucional da Codevasf e de seus agentes públicos no exercício de suas atribuições.

Seção XIV

Do Conflito de Interesses

Art. 38. Com vistas a prevenir ou impedir possível conflito de interesses, o agente público da Codevasf não deverá:

I - envolver-se direta ou indiretamente em qualquer atividade que seja conflitante com os interesses da Codevasf;

II - divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiros, obtida em razão das atividades exercidas;

III - exercer atividade que implique na prestação de serviços ou na manutenção da relação de negócio com pessoa física ou jurídica, que tenha interesse em decisão da qual participa, seja individual ou coletivamente, ou da unidade orgânica de sua lotação;

IV - desempenhar, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo em comissão, da função de confiança ou gratificada, ou do emprego que exerce;

V - atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados junto a Codevasf;

VI - praticar ato em benefício de pessoa jurídica da qual ele participe, ou seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influenciada em seus atos de gestão; e

VII - prestar serviços, ainda que eventuais, à empresa cuja atividade seja controlada ou fiscalizada pela Codevasf.

Art. 39. O agente público da Codevasf, em casos de dúvidas, deverá consultar a Comissão de Ética da Codevasf ou a Comissão de Ética Pública sobre a existência de conflito de interesses e pedido de autorização para o exercício de atividade privada, observada a legislação vigente

Parágrafo único. A consulta citada no caput também será aplicada aos agentes públicos da Codevasf em gozo de licença para tratar de interesses particulares.

Seção XV

Da Fraude e Corrupção

Art. 40. Com vistas a evitar a ocorrência de fraude e/ou corrupção, é vedado aos agentes públicos da Codevasf:

I - insinuar, prometer, oferecer, pagar ou dar, direta ou indiretamente, vantagem a agente público, nacional ou estrangeiro, ou a pessoa a ele relacionada;

II - solicitar, aceitar ou receber, direta ou indiretamente, suborno, propina ou qualquer vantagem indevida ou promessa de tal vantagem em razão de função pública exercida; e

III - aceitar qualquer tipo de cortesia, transporte ou hospedagem de empresa que possa participar de processo licitatório ou de outra forma de aquisição de bens e serviços, exceto quando legalmente previsto;

Art. 41. Os agentes públicos da Codevasf deverão denunciar qualquer situação de fraude ou corrupção que tiverem conhecimento, sob qualquer forma, direta ou indiretamente, que envolva ou não valores monetários.

Seção XVI

Do Nepotismo

Art. 42. Será vedado aos agentes públicos da Codevasf:

I - nomear, designar, contratar ou influenciar, direta ou indiretamente, na contratação de pessoa física ou jurídica cujo administrador ou sócio com poder de direção seja parente consanguíneo ou por afinidade de:

- a) qualquer agente público que exerça função de confiança em unidade orgânica da Empresa responsável por demandar aquisições ou contratações e realizar procedimentos licitatórios, inclusive de dispensa ou inexigibilidade de licitação; e
- b) agente público da Codevasf responsável pela autorização da contratação e/ou pela assinatura do contrato.

II - realizar nomeações ou designações recíprocas entre as unidades orgânicas da Codevasf, mediante ajustes recíprocos caracterizando tal prática como nepotismo cruzado.

Seção XVII

Das Atividades Políticas e Religiosas

Art. 43. Em relação às atividades políticas e religiosas será vedado aos agentes públicos da Codevasf:

I - promover ou participar de atividades político-partidárias ou religiosas durante o expediente e no local de trabalho ou fazer uso dos recursos da Codevasf com esta finalidade, ou mesmo associá-la à sua imagem;

II - realizar qualquer tipo de propaganda político-partidária ou religiosa nas dependências da Codevasf.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, a realização de atividades religiosas poderão ser autorizadas pela Empresa.

CAPÍTULO V

DAS VIOLAÇÕES AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE

Art. 44. As condutas que possam configurar em violação a este Código serão apuradas, de ofício ou em razão de denúncias fundamentada, pela Comissão de Ética Codevasf, nos termos do seu Regimento Interno, que poderá ensejar:

- I - na aplicação da pena de censura ética; ou
- II - na recomendação para se adotar a conduta adequada.

Parágrafo único. Se a conclusão for pela existência de falta ética, além das providências previstas neste Código, no Código de Conduta da Alta Administração Federal e no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a Comissão de Ética da Codevasf tomará as seguintes providências, no que couber:

I - sugerir à autoridade hierarquicamente superior ao agente público na Codevasf a sua exoneração, se ocupante de cargo em comissão ou função de confiança ou gratificada, ou a devolução ao órgão de origem, se agente público cedido de outro órgão;

II - encaminhar o processo de apuração ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU ou, conforme o caso, a outra unidade do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal para exame de eventuais transgressões disciplinares; e

III - recomendar a abertura de processo administrativo próprio, em caso de indícios de infração disciplinar.

Art. 45. A Comissão de Ética da Codevasf não poderá deixar de proferir decisão sobre matéria de sua competência alegando omissão por parte deste Código, do Código de Conduta da Alta Administração Federal ou do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Parágrafo único. Caso ocorra a omissão prevista no art. 45, esta será resolvida por analogia e invocação aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 46. A Comissão de Ética da Codevasf em casos de dúvida quanto à legalidade de suas decisões deverá ouvir, previamente, a Assessoria Jurídica da Codevasf.

Art. 47. A Comissão de Ética de Codevasf comunicará à Comissão de Ética Pública situações que possam configurar descumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal.

CAPÍTULO VI DAS DENÚNCIAS

Seção I Dos Canais de Comunicação e Denúncia

Art. 48. Os agentes públicos da Codevasf que testemunharem, tomarem conhecimento ou sofrerem com alguma conduta que configure descumprimento às orientações deste Código deverão comunicar ou denunciar o fato aos superiores hierárquicos, à Ouvidoria e/ou à Comissão de Ética da Codevasf, com a utilização dos seguintes canais:

I - Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>; e

II - Comissão de Ética da Codevasf: etica@codevasf.gov.br.

Parágrafo único. Ao comunicante ou denunciante será assegurado a confidencialidade do fato relatado.

Art. 49. A Codevasf acolherá a comunicação ou denúncia de desvio de conduta ou de indícios de desvio de conduta feita de boa-fé, e não admitirá retaliações ou punições contra quaisquer pessoas que apresentem essa comunicação ou denúncia.

§1º Os empregados que causarem retaliações ou punições ao comunicante ou denunciante, se identificados, poderão sofrer sanção disciplinar.

§2º Qualquer pessoa física ou entidade regularmente constituída é parte legítima para formular denúncia sobre violações a este Código à Ouvidoria e/ou à Comissão de Ética da Codevasf.

Seção II

Do Tratamento das Denúncias

Art. 50. A Codevasf garantirá o anonimato do denunciante por prazo indeterminado e a confidencialidade do processo de investigação e de apuração de responsabilidades até a publicação da decisão administrativa definitiva.

§1º Os processos instaurados para apuração de prática em desrespeito ao presente Código e às normas éticas serão considerados “reservados”, conforme legislação específica, até que sejam concluídos.

§2º A Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf, depois de concluído o processo apuratório, providenciará(ão) o desentranhamento dos documentos dos autos, mantendo-os lacrados e protegidos de forma a resguardar o devido sigilo.

§3º A qualquer pessoa que esteja sendo investigada será assegurado o direito de saber o que lhe está sendo imputado, de conhecer o teor da acusação e de ter vista aos autos, no recinto da Comissão de Ética da Codevasf, mesmo que ainda não tenha sido notificada da existência do procedimento investigatório, como também de obter cópia dos autos e de certidão do seu teor, ressalvado o disposto no artigo 51.

Art. 51. Ao denunciante, sempre que solicitado, será garantido o acesso restrito à sua identidade e às demais informações pessoais constantes das denúncias.

§1º Nos casos em que for adotado reserva de identidade, a Codevasf deverá encaminhar a denúncia aos órgãos de apuração sem o nome do denunciante.

§2º Nos casos de adoção de reserva de identidade em que a identificação do denunciante for indispensável à apuração dos fatos e houver justificativa formal, o nome do denunciante será encaminhado ao órgão de apuração, que ficará responsável por restringir o acesso à identidade do denunciante a terceiros.

§3º A restrição de acesso estabelecida no caput deste dispositivo não se aplica caso se configure denúncia caluniosa ou flagrante má-fé por parte do denunciante.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52. O agente público da Codevasf poderá consultar a Comissão de Ética da Codevasf, em caso de dúvida quanto à aplicação deste Código e em situações que possam configurar desvio de conduta.

Art. 53. A Comissão de Ética da Codevasf será responsável por garantir a aplicação deste Código.

Art. 54. A Comissão de Ética da Codevasf deverá propor atualizações a este Código, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração da Codevasf – Consad.

Art. 55. Os agentes públicos da Codevasf deverão cumprir o estabelecido neste Código, consoante a assinatura do “Termo de Adesão ao Código de Ética e Integridade da Codevasf” - Anexo I, no ato de posse, investidura em função pública ou celebração de contrato de trabalho.

§1º A posse em cargo ou função pública que submeta o agente público da Codevasf às normas do Código de Conduta da Alta Administração Federal deverá ser precedida de consulta à Comissão de Ética Pública, acerca de alguma situação que possa suscitar conflito de interesses.

§2º Os agentes públicos da Codevasf em exercício deverão assinar o “Termo de Adesão ao Código de Conduta Ética e Integridade” – Anexo I, em até 180 (cento e oitenta) dias após a aprovação deste Código.

§3º A Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico – AA, com o auxílio da Comissão de Ética da Codevasf, adotará as medidas necessárias ao cumprimento do disposto no §2º.

Art. 56. A Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico – AA, com o auxílio da Comissão de Ética da Codevasf, será responsável pela promoção de treinamento, no mínimo uma vez ao ano, sobre o Código de Conduta Ética e Integridade para todos os agentes públicos da Codevasf, conforme disposto na legislação.

Art. 57. Os contratos, convênios e instrumentos congêneres conterão cláusulas específicas que imponham a obrigação aos contratados/convenientes e assemelhados de assinarem o “Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf” – Anexo II.

§1º O Termo previsto no caput deste artigo deverá ser anexado ao processo relativo ao instrumento firmado.

§2º Os termos aditivos dos contratos, convênios e instrumentos congêneres, celebrados após a aprovação deste Código, deverão incluir cláusulas específicas que contenham as obrigações a que se refere o caput.

§3º O descumprimento deste Código por empregado de empresa contratada pela Codevasf deverá ser comunicado formalmente ao representante legal da contratada.

Art. 58. Os editais de concursos ou de processos seletivos para contratação de empregados pela Codevasf deverão fazer expressa referência a este Código como conteúdo programático do concurso ou do processo seletivo.

Art. 59. No processo de ambientação de novos empregados, a Codevasf promoverá ampla divulgação deste Código.

Art. 60. Os processos de apuração de violações a este Código estão sujeitos à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e ao Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, quanto ao acesso das informações neles contidas, e observarão as formalidades exigidas pelo Decreto nº 6.029, de 1º fevereiro de 2007, e pela Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 61. O presente Código de Conduta Ética e Integridade entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Art. 62. As dúvidas de interpretação quanto ao mérito técnico e operacional serão dirimidas pela Comissão de Ética da Codevasf, quanto ao mérito redacional pela Área de Gestão Estratégica – AE e quanto ao mérito jurídico pela Assessoria Jurídica - PR/AJ.

Art. 63. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Ética de Codevasf.

ANEXO I - Termo de Adesão ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf

Nome do agente público:

Cargo/ Emprego/ Função:

Cadastro nº:

Área ou Superintendência Regional/Unidade de Lotação:

Declaro que li e estou ciente e de acordo com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e comprometo-me a respeitá-las e cumpri-las integralmente.

Compreendo que o presente Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o agente público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele. E, ainda, que seus atos, comportamentos e atitudes devem ser direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf, qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

- Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>
- Comissão de Ética da Codevasf: etica@codevasf.gov.br.

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância quanto ao cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta e Integridade da Codevasf.

Brasília, XX de XX 20XX.

Assinatura do agente público

Nome completo

ANEXO II - Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf

Nº do Instrumento (contrato, convênio ou instrumento congênere):

Período de Vigência do Instrumento:

Finalidade do Instrumento:

A pessoa física/jurídica _____, CPF/CNPJ nº _____, por meio de seu representante legal abaixo subscrito, vem afirmar aderência, ciência e concordância com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las integralmente, bem como fazer com que seus empregados o façam quando no exercício de suas atividades nas dependências da Codevasf ou para a Empresa.

Compreendo que o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o serviço público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção e conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf sobre qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

- Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>
- Comissão de Ética da Codevasf: etica@codevasf.gov.br.

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

Brasília, ____ de ____ de ____.

Assinatura do responsável/representante legal

Nome completo: XXXXXXXXXXXXX

CPF: XX.XXX.XXX-XX

Cargo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

COMUNICAÇÃO EXTERNA

REMETENTE:

SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES – 6ª/SL

NÚMERO:

10/2019

DATA:

17/10/201

DESTINATÁRIO:

LICITANTES DO EDITAL Nº 12/2019– PREGÃO ELETRÔNICO - SRP

E-MAIL: Diversos

TELEFONE:

ASSUNTO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2019 (SRP) – PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS.

DESCRIÇÃO:

Prezados Licitantes,

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF comunica aos interessados que após análise dos pedidos de esclarecimentos abaixo, anexamos a presente Comunicação Externa bem como disponibilizaremos no link <https://licitacao.codevasf.gov.br/licitacoes/6a-superintendencia-regional-juazeiro-ba/pregao-eletronico/editais-publicados-em-2019/edital-no-012-2019/> a resposta ao pedido de esclarecimento da empresa e após ouvida a área técnica da Codevasf:

Questionamento 01: Gostaríamos de esclarecimentos quanto a descrição das máquinas onde pede em todas SISTEMA DE MONITORAMENTO VIA SATÉLITE

SERA NECESSÁRIO ESSE SISTEMA NAS MÁQUINAS, POIS A FABRICANTE TEM SUGESTÃO DE COLOCAR SISTEMA DE **RASTREAMENTO NAS MÁQUINAS** E NÃO **MONITORAMENTO**.

POIS A ÚNICA FABRICANTE QUE TEM ESSE SISTEMA É CATERPILLAR OU CASE E ESTA SENDO DIRECIONADO A ESTAS MARCAS, NÃO ABRINDO MARGEM DE ENTRAR COM OUTRAS MARCAS QUE ATENDAM TODAS ESPECIFICAÇÃO DO EDITAL E PREÇOS A CONCORRER O FORNECER POR UM PREÇO DENTRO DO QUE PEDE EM EDITAL.

Resposta 01: Em análise ao pleito da empresa, verificamos que houve um erro material, devendo ser desconsiderada na descrição do equipamento e especificações o sistema de monitoramento via satélite, logo:

Onde lê-se:

| | | |
|---|------------------|---|
| 2 | BR 31847 1 | Trator de Esteira (B) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Cabine fechada com ar condicionado, motor diesel min.6 cilindros, potência mín. de 120 HP, transmissão hidrostática, P. Operacional 13.000 kgs, lâmina com capacidade de 3m3, ripper traseiro com 03 dentes, tanque de combustível com capacidade mínima de 290 litros, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). |
|---|------------------|---|

| | | |
|----|------------------|--|
| 6 | BR 45558 0 | Pá carregadeira sobre Rodas (C) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência líquida mínima de 130 hp , caçamba de carregamento de no mínimo 2,5m³, transmissão hidrostática, peso operacional mín.15.000 kgs, altura de alcance da caçamba mini de 3,60 metros, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado. . Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). |
| 8 | BR 45568 3 | Motoniveladora (B) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, motor diesel com potência mínima de 140 HP, peso operacional Mín. 13000 kgs, cambio com 08 marchas à frente e 04 marchas à ré, comprimento da lamina mínima de 3,60 m, ripper traseiro de 05 pontas, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado e Alarme de ré e rádio Multimidia. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). |
| 9 | BR 22546 4 | Retroescavadeira , Zero km, Ano 2019 ou Superior, com tração 4x4, cabine com ar condicionado, motor diesel turbo com potência líquida mínima de 85 HP, peso operacional mín. 6000kg,transmissão com no mínimo 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré, sistema hidráulico com fluxo de no mínimo 130 l/min e pressão mínima de 22.000 kpa, caçamba de carregamento de no mínimo 0,90 m³ (ou superior) e concha de escavação de no mínimo 0,20m³ (ou superior), sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado.. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). |
| 10 | BR 22546 4 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Retroescavadeira , Zero km, Ano 2019 ou Superior, com tração 4x4, cabine com ar condicionado, motor diesel turbo com potência líquida mínima de 85 HP, peso operacional mín. 6000kg,transmissão com no mínimo 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré, sistema hidráulico com fluxo de no mínimo 130 l/min e pressão mínima de 22.000 kpa, caçamba de carregamento de no mínimo 0,90 m³ (ou superior) e concha de escavação de no mínimo 0,20m³ (ou superior), sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado.. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). |

Leia-se:

| | | |
|---|------------------|--|
| 2 | BR 31847 1 | Trator de Esteira (B) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Cabine fechada com ar condicionado, motor diesel min.6 cilindros, potência mín. de 120 HP, transmissão hidrostática, P. Operacional 13.000 kgs, lâmina com capacidade de 3m³, ripper traseiro com 03 dentes, tanque de combustível com capacidade mínima de 290 litros. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). |
|---|------------------|--|

| | | |
|----|------------------|--|
| 6 | BR 45558 0 | Pá carregadeira sobre Rodas (C) , Zero km, Ano 2019 ou Superior potência líquida mínima de 130 hp , caçamba de carregamento de no mínimo 2,5m ³ , transmissão hidrostática, peso operacional mín.15.000 kgs, altura de alcance da caçamba mini de 3,60 metros, com Cabine Fechada com Ar condicionado. . Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). |
| 8 | BR 45568 3 | Motoniveladora (B) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, motor diesel com potência mínima de 140 HP, peso operacional Mín. 13000 kgs, cambio com 08 marchas à frente e 04 marchas à ré, comprimento da lamina mínima de 3,60 m, ripper traseiro de 05 pontas, com Cabine Fechada com Ar condicionado e Alarme de ré e rádio Multimidia. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). |
| 9 | BR 22546 4 | Retroescavadeira , Zero km, Ano 2019 ou Superior, com tração 4x4, cabine com ar condicionado, motor diesel turbo com potência líquida mínima de 85 HP, peso operacional mín. 6000kg,transmissão com no mínimo 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré, sistema hidráulico com fluxo de no mínimo 130 l/min e pressão mínima de 22.000 kpa, caçamba de carregamento de no mínimo 0,90 m ³ (ou superior) e concha de escavação de no mínimo 0,20m ³ (ou superior). Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). |
| 10 | BR 22546 4 | (COTA DE ATÉ 25% - Exclusivo para ME e EPP) - Retroescavadeira , Zero km, Ano 2019 ou Superior, com tração 4x4, cabine com ar condicionado, motor diesel turbo com potência líquida mínima de 85 HP, peso operacional mín. 6000kg,transmissão com no mínimo 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré, sistema hidráulico com fluxo de no mínimo 130 l/min e pressão mínima de 22.000 kpa, caçamba de carregamento de no mínimo 0,90 m ³ (ou superior) e concha de escavação de no mínimo 0,20m ³ (ou superior). Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). |

Observação: Lembramos que os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem o link acima citado para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES / FUNÇÃO:**ZYLKSON CIPRIANO DE OLIVEIRA – CHEFE DA 6ª/SL**

COMUNICAÇÃO EXTERNA

REMETENTE:

SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES – 6ª/SL

NÚMERO:

12/2019

DATA:

23/10/2019

DESTINATÁRIO:

LICITANTES DO EDITAL Nº 13/2019 – PREGÃO ELETRÔNICO – SRP

E-MAIL: Diversos

TELEFONE:

ASSUNTO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2019 (SRP) – PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS.

DESCRIÇÃO:

Prezados Licitantes,

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF comunica aos interessados que após análise dos pedidos de esclarecimentos abaixo, anexamos a presente Comunicação Externa bem como disponibilizaremos no link <https://licitacao.codevasf.gov.br/licitacoes/6a-superintendencia-regional-juazeiro-ba/pregao-eletronico/editais-publicados-em-2019/edital-no-013-2019/> a resposta ao pedido de esclarecimento da empresa **SEGALA CONSTRUÇÕES**, e após ouvida a área técnica da Codevasf:

Questionamento 01: No ANEXO VI da planilha – de - custos na aba CPUs, item 53: "Fossa séptica circular, pré-moldada em anel de concreto armado (h=0,50m;Dn=1,20m cada anel), tipo OMS, h=1,50m e Dn=1,20m, c/ acesso para inspeção/visita 60x60cm na tampa da fossa, com tampa e laje de fundo em concreto armado E=10 cm", a somatória total da composição é de R\$ 1.199,65. Porém, o valor correto é de R\$ 1.252,41, acrescentando uma diferença de R\$ 52,76 por unidade, Pergunta-se: Existe um erro na somatória dos itens da composição da CPU na planilha do ANEXO VI ?

Resposta 01: Há um erro material gerado durante a exportação das composições utilizadas no coeficiente do item 97740 do SINAPI relativo a "PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO ACIMA DE 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³. AF_01/2018". Ela consta 2 vezes no referido item. Em ambas é apresentado o coeficiente de 0,113. Contudo, apenas a primeira deve apresentar este coeficiente. Na segunda, onde se lê "0,113" leia-se "0,077". Com esta alteração, o valor unitário desta composição passa de R\$ 165,11 para R\$ 112,85 e o valor final do somatório das composições e insumos do referido item permanece em R\$ 1.199,65. Embora tenha se verificado esta divergência no orçamento, pode-se constatar que o preço unitário apresentado na planilha orçamentária é R\$ 1.199,65, inclusive a aplicação do BDI foi efetuado sobre este valor, não havendo erro no valor orçado.

Questionamento 02: NO ANEXO VI da planilha – de - custos na aba CPUs, item 54: “Sumidouro circular, pré-moldada em anel de concreto armado perfurado (h=0,50m;Dn=1,20m cada anel), tipo OMS, h= 1,50m e Dn=1,20m, c/ acesso para inspeção/visita 60x60cm na tampa do sumidouro, com tampa e laje de fundo em concreto armado E=10 cm” a somatória total da composição é de R\$ 1.074,53. Porém, o valor correto é de R\$ 1127,29, acrescentando uma diferença de R\$ 52,76 por unidade, Pergunta-se: Existe um erro na somatória dos itens da composição da CPU na planilha do ANEXO VI

Resposta 02: Há um erro material gerado durante a exportação das composições utilizadas no coeficiente do item 97740 do SINAPI relativo a “PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO ACIMA DE 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³. AF_01/2018”. Ela consta 2 vezes no referido item. Em ambas é apresentado o coeficiente de 0,113. Contudo, apenas a primeira deve apresentar este coeficiente. Na segunda, onde se lê “0,113” leia-se “0,077”. Com esta alteração, o valor unitário desta composição passa de R\$ 165,11 para R\$ 112,85 e o valor final do somatório das composições e insumos do referido item permanece em R\$ 1.074,53. Embora tenha se verificado esta divergência no orçamento, pode-se constatar que o preço unitário apresentado na planilha orçamentária é R\$ 1.074,53, inclusive a aplicação do BDI foi efetuado sobre este valor, não havendo erro no valor orçado.

Seguem a seguir composições dos itens 5.3 e 5.4, respectivamente, devidamente sanadas após correção do erro material identificado.

| 5.3 | Código | Banco | Descrição | Und | |
|---------------------|--------------|---------|--|---------|------|
| Composição | 000000049-WC | Próprio | Fossa séptica circular, pré-moldada em anel de concreto armado (h=0,50m;Dn=1,20m cada anel), tipo OMS, h= 1,50m e Dn=1,20m, c/ acesso para inspeção/visita 60x60cm na tampa da fossa, com tampa e laje de fundo em concreto armado E=10 cm | unidade | 1,00 |
| Composição Auxiliar | 97740 | SINAPI | PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO ACIMA DE 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³. AF_01/2018 | m³ | 0,11 |
| Composição Auxiliar | 97740 | SINAPI | PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO ACIMA DE 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³. AF_01/2018 | m³ | 0,07 |
| Composição Auxiliar | 2497 | ORSE | Escavao manual de vala ou cava em material de 1 categoria, profundidade at 1,50m | m³ | 2,56 |
| Composição Auxiliar | 96995 | SINAPI | REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017 | m³ | 0,86 |
| Composição Auxiliar | 96920 | SINAPI | ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECANICO , INCLUSO ADITIVO IMPERMEABILIZANTE | m³ | 0,20 |
| Composição Auxiliar | 88316 | SINAPI | SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 1,77 |
| Composição Auxiliar | 88309 | SINAPI | PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 1,77 |
| Insumo | 00012551 | SINAPI | ANEL DE CONCRETO ARMADO, D = 1,20 M, H = 0,50 M | UN | 3,00 |
| Insumo | 00013255 | SINAPI | TAMPA DE CONCRETO PARA PV OU CAIXA DE INSPECAO, DIMENSOES 600 X 600 X 50 MM | UN | 1,00 |

| 5.4 | Código | Banco | Descrição | Und | | Int. | |
|---------------------|--------------|---------|--|---------|-----|------|---|
| Composição | 000000048-WD | Próprio | Sumidouro circular, pré-moldada em anel de concreto armado perfurado (h=0,50m;Dn=1,20m cada anel), tipo OMS, h= 1,50m e Dn=1,20m, c/ acesso para inspeção/visita 60x60cm na tampa do sumidouro, com tampa e laje de fundo em concreto armado E=10 cm | unidade | 1,0 | 000 | 1 |
| Composição Auxiliar | 97740 | SINAPI | PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO ACIMA DE 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³. AF_01/2018 | m³ | 0,1 | 000 | 1 |
| Composição Auxiliar | 97740 | SINAPI | PEÇA CIRCULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO ACIMA DE 100 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³. AF_01/2018 | m³ | 0,0 | 000 | 1 |
| Composição Auxiliar | 2497 | ORSE | Escavao manual de vala ou cava em material de 1 categoria, profundidade at 1,50m | m³ | 2,5 | 000 | |
| Composição Auxiliar | 96995 | SINAPI | REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017 | m³ | 0,8 | 000 | |
| Composição Auxiliar | 88316 | SINAPI | SERVEENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 1,0 | 000 | |
| Composição Auxiliar | 88309 | SINAPI | PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 1,0 | 000 | |
| Insumo | 00012551 | SINAPI | ANEL DE CONCRETO ARMADO, D = 1,20 M, H = 0,50 M | UN | 3,0 | 000 | |
| Insumo | 00013255 | SINAPI | TAMPA DE CONCRETO PARA PV OU CAIXA DE INSPECAO, DIMENSOES 600 X 600 X 50 MM | UN | 1,0 | 000 | |

Observação: Lembramos que os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem o link acima citado para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES / FUNÇÃO:



ZYLKSON CIPRIANO DEOLIVEIRA – CHEFE DA 6ª/SL

COMUNICAÇÃO EXTERNA**REMETENTE:**

SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES – 6ª/SL

NÚMERO:

13/2019

DATA:124/10/20
9**DESTINATÁRIO:**

LICITANTES DO EDITAL Nº 12/2019– PREGÃO ELETRÔNICO - SRP

E-MAIL: Diversos**TELEFONE:****ASSUNTO:****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2019 (SRP) – PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS.****DESCRIÇÃO:**

Prezados Licitantes,

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF comunica aos interessados que após análise dos pedidos de esclarecimentos abaixo, anexamos a presente Comunicação Externa bem como disponibilizaremos no link <https://licitacao.codevasf.gov.br/licitacoes/6a-superintendencia-regional-juazeiro-ba/pregao-eletronico/editais-publicados-em-2019/edital-no-012-2019/> após ouvida a área técnica da Codevasf:

Informamos que segue anexa com a presente Comunicação Externa - CE o arquivo com a resposta do pregoeiro com as respostas da área técnica.

Observação: Lembramos que os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem o link acima citado para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES / FUNÇÃO:**ZYLKSON CIPRIANO DEOLIVEIRA – CHEFE DA 6ª/SL**



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro (BA)

À 6ª/SL, em 24/10/2019.

Em relação ao pedido de impugnação e esclarecimento feito pela empresa NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS, fls. 649 a 660, referente ao Edital nº 12/2019 – SRP, que tem por objeto o fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, veículos e equipamentos destinados a utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de desenvolvimento social, econômico e outras demandas nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizados no Estado da Bahia, esclarecemos:

1 - Questionamento da NISSAN: **DO MODO ELÉTRICO – ITENS 30/33, DA CHAVE CANIVETE – ITENS 30/33**

Resposta da CODEVASF:

Onde se lê:

Item 30 - Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, Hatch 1.4 ou Superior, Potência Mín. 65CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Aro 14 ou superior, Chave Canivete, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e características próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem).

Item 33 - Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, SEDAN 1.5 ou superior, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Automático, Ar, Aro 15 ou superior, Potencia Motor 115CV ou superior, flex ou Diesel, Chave Canivete, Módulo Elétrica, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimidia. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência).



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro (BA)

Leia-se:

Item 30 - Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, Hatch 1.4 ou Superior, Potência Mín. 65CV, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Aro 14 ou superior, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de Rádio com conexões USB e Bluetooth. Demais Especificações e características próprias para uso fim do veículo devem ser observadas no caderno de Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem).

Item 33 - Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, SEDAN 1.5 ou superior, nacional ou nacionalizado, Direção Hidráulica ou Elétrica, Automático ou Manual, Ar, Aro 15 ou superior, Potência Motor 115CV ou superior, flex ou Diesel, Vidros Elétricos, Alarme, Provido de sistema multimídia. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem), (Observar Maiores Detalhes no item 12 do Termo de Referência).

2 - Questionamento da NISSAN: **DO SISTEMA MULTIMÍDIA – ITENS 30/33/39**

Resposta da CODEVASF:

Serão aceitos veículos com sistema de som com no mínimo rádio, bluetooth, USB, autos falantes e antena.

3 - Questionamento da NISSAN: **DAS REVISÕES – ITENS 30/33/39**

Resposta da CODEVASF:

9 - MANUAIS

Os manuais de montagem, operação e manutenção, no que couber, deverá definir perfeitamente todas as fases de montagem, de operação, bem como os processos e métodos

de manutenção e reparo dos equipamentos, tendo em vista sempre a segurança completa do pessoal e bom desempenho do equipamento. Deverá conter, onde aplicável as seguintes informações:

- Características construtivas e dimensionais;
- Características Operacionais;
- Índice de intercâmbio de peças;
- Descrição geral e especificações de operação de todo o equipamento;
- Instruções, no que couber, para armazenamento, instalação, montagem, funcionamento, desmontagem, reparos e remontagem;
- Características de todos os componentes dos equipamentos (apresentando catálogos, desenhos etc.);
- Listas e desenhos das peças de reposição;
- **Inspeção para manutenção preventiva, periodicidade e procedimentos;**
- Instruções específicas de segurança de pessoal na operação e manutenção do equipamento.

Neste item não se trata de quem vai custear as revisões. Trata -se do que se deve constar no manual do equipamento.

4 - Questionamento da NISSAN: **METRICA – ITENS 39, DOS CINTOS – ITEM 39, DA CILINDRADA – 39, DAS RODAS, DO LIMPADOR DE PARA-BRISA**

Resposta da CODEVASF:

Onde se Lê:

Caminhonete Cabine Simples

- 2019 ou versão mais atualizada;
- Cor Branca
- Nacional ou Nacionalizado





Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro (BA)

- Potência Mín. 140 CV ou superior;
- Cilindrada: Mínima de 2.5 cm³
- 2 (Quatro) portas + Mala
- combustível: Diesel
- Sistemas de Freios: dianteiro e traseiros a disco, admitindo-se tambor na traseira, com sistema ABS.
- Direção hidráulica ou elétrica.
- Diversos: Ar condicionado de fábrica; airbag dianteiro para motorista e passageiro; cabine dupla, métrica, rodas de liga leve, volante com regulagem de altura; banco traseiro com capacidade para três lugares, encosto em uma peça, com assento inteiriço; com apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos traseiros; cintos de segurança no assento do motorista e do passageiro com laterais reguláveis em altura; cintos de segurança traseiros inerciais de 3 pontos nas laterais e do tipo abdominal no assento central; vidros elétricos; vidro traseiro fixo com ante embaçante; limpador do para-brisa com intermitência fixa; alarme de fábrica, com comando de abertura das portas e levantamento dos vidros; vidros com película de controle solar filtro de calor conf. Resolução Contran nº 253 e 254 – Denatran, trava elétrica das portas; retrovisores externos com regulagem interna; jogo de tapetes de borracha; painel de instrumentos com conta giros; o veículo, objeto deste item, deverá estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito vigente (extintor de incêndio, estepe, chave de roda, triângulo, macaco e etc.); Manual de instrução, emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo.
- Automático ou manual mínimo de 05 (cinco) marchas
- Tanque Combustível Mín 50l
- Airbag duplo
- Garantia: Mínima de 03 (três) anos de fábrica, contado do recebimento do veículo

licenciado e emplacado

- Outros equipamentos: Capota Marítima, Jogo de tapetes, kit Multimídia (sistema de AM/FM com conexão MP3/USB, autos falantes e antena), alarme sonoro antifurto com trava nas quatro portas, sensor de estacionamento, equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN. O veículo deve estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores
- Em dias, com IPVA e DPVAT pagos,

Caminhonete Cabine Dupla

- 2019 ou versão mais atualizada;
- Cor Branca
- Nacional ou Nacionalizado
- Potência Mín. 140CV ou superior;
- Cilindrada: Mínima de 2.5 cm³
- 4 (Quatro) portas + Mala
- combustível: Diesel
- Sistemas de Freios: dianteiro e traseiros a disco, admitindo-se tambor na traseira, com sistema ABS.
- Direção hidráulica ou elétrica.
- Diversos: Ar condicionado de fábrica; airbag dianteiro para motorista e passageiro; cabine dupla, métrica, rodas de liga leve, volante com regulagem de altura; banco traseiro com capacidade para três lugares, encosto em uma peça, com assento inteiriço; com apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos traseiros; cintos de segurança no assento do motorista e do passageiro com laterais reguláveis em altura; cintos de segurança traseiros inerciais de 3 pontos nas laterais e do tipo abdominal no assento central; vidros elétricos; vidro traseiro fixo com ante embaçante; limpador do para-brisa com intermitência fixa; alarme de fábrica, com comando de abertura das portas e levantamento dos vidros; vidros com película de controle solar filtro de calor conf. Resolução





Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro (BA)

Contran nº 253 e 254 – Denatran, trava elétrica das portas; retrovisores externos com regulagem interna; jogo de tapetes de borracha; painel de instrumentos com conta giros; o veículo, objeto deste item, deverá estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito vigente (extintor de incêndio, estepe, chave de roda, triângulo, macaco e etc.); Manual de instrução, emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo.

- Automático ou manual mínimo de 05 (cinco) marchas
- Tanque Combustível Mín 50l
- Airbag duplo
- Garantia: Mínima de 03 (três) anos de fábrica, contado do recebimento do veículo licenciado e emplacado
-
- Outros equipamentos: Capota Marítima, Jogo de tapetes, kit Multimídia (sistema de AM/FM com conexão MP3/USB, autos falantes e antena), alarme sonoro antifurto com trava nas quatro portas, sensor de estacionamento, equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN. O veículo deve estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores
- Em dias, com IPVA e DPVAT pagos.

Leia-se:

Caminhonete Cabine Simples

- 2019 ou versão mais atualizada;
- Cor Branca
- Nacional ou Nacionalizado
- Potência Mín. 140 CV ou superior;

- Cilindrada: Mínima de 2.5 cm³
- 2 (Quatro) portas
- combustível: Diesel
- Sistemas de Freios: dianteiro e traseiros a disco, admitindo-se tambor na traseira, com sistema ABS.
- Direção hidráulica ou elétrica.
- Diversos: Ar condicionado de fábrica; airbag dianteiro para motorista e passageiro; cabine dupla, rodas de liga leve, volante com regulagem de altura; banco traseiro com capacidade para três lugares, encosto em uma peça, com assento inteiriço; com apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos traseiros; cintos de segurança no assento do motorista e do passageiro; cintos de segurança traseiros inerciais de 3 pontos nas laterais e do tipo abdominal no assento central ou superior; vidros elétricos; vidro traseiro fixo com ante embaçante; limpador do para-brisa com intermitência fixa ou variável; alarme de fábrica, com comando de abertura das portas e levantamento dos vidros; vidros com película de controle solar filtro de calor conf. Resolução Contran nº 253 e 254 – Denatran, trava elétrica das portas; retrovisores externos com regulagem interna; jogo de tapetes de borracha; painel de instrumentos com conta giros; o veículo, objeto deste item, deverá estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito vigente (extintor de incêndio, estepe, chave de roda, triângulo, macaco e etc.); Manual de instrução, emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo.
- Automático ou manual mínimo de 05 (cinco) marchas
- Tanque Combustível Mín 50l
- Airbag duplo
- Garantia: Mínima de 03 (três) anos de fábrica, contado do recebimento do veículo licenciado e emplacado





Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro (BA)

- Outros equipamentos: Capota marítima, Jogo de tapetes, kit Multimídia (sistema de AM/FM com conexão MP3/USB, autos falantes e antena), alarme sonoro antifurto com trava nas quatro portas, sensor de estacionamento, equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN. O veículo deve estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores
- Em dias, com IPVA e DPVAT pagos,

Caminhonete Cabine Dupla

- 2019 ou versão mais atualizada;
- Cor Branca
- Nacional ou Nacionalizado
- Potência Mín. 140CV ou superior;
- Cilindrada: Mínima de 2.5 cm³
- 4 (Quatro) portas
- combustível: Diesel
- Sistemas de Freios: dianteiro e traseiros a disco, admitindo-se tambor na traseira, com sistema ABS.
- Direção hidráulica ou elétrica.
- Diversos: Ar condicionado de fábrica; airbag dianteiro para motorista e passageiro; cabine dupla, rodas de liga leve, volante com regulagem de altura; banco traseiro com capacidade para três lugares, encosto em uma peça, com assento inteiriço; com apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos traseiros; cintos de segurança no assento do motorista e do passageiro; cintos de segurança traseiros inerciais de 3 pontos nas laterais e do tipo abdominal no assento central ou superior; vidros elétricos; vidro traseiro fixo com ante embaçante; limpador do para-brisa com intermitência fixa ou variável; alarme de fábrica, com comando de abertura das portas e levantamento dos vidros; vidros com película de controle solar filtro de calor conf. Resolução Contran nº



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro (BA)

253 e 254 – Denatran, trava elétrica das portas; retrovisores externos com regulagem interna; jogo de tapetes de borracha; painel de instrumentos com conta giros; o veículo, objeto deste item, deverá estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito vigente (extintor de incêndio, estepe, chave de roda, triângulo, macaco e etc.); Manual de instrução, emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo.

- Automático ou manual mínimo de 05 (cinco) marchas
- Tanque Combustível Mín 50l
- Airbag duplo
- Garantia: Mínima de 03 (três) anos de fábrica, contado do recebimento do veículo licenciado e emplacado
-
- Outros equipamentos: Capota Marítima, Jogo de tapetes, kit Multimídia (sistema de AM/FM com conexão MP3/USB, autos falantes e antena), alarme sonoro antifurto com trava nas quatro portas, sensor de estacionamento, equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN. O veículo deve estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores
- Em dias, com IPVA e DPVAT pagos.

5 - Questionamento da NISSAN: **DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL – ITENS 30/33**

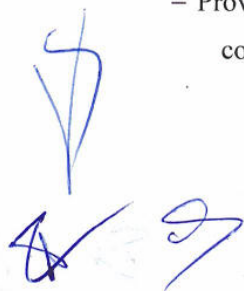
Resposta da CODEVASF:

Onde se lê:

Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, Hatch 1.4 ou Superior

- 2019 ou versão mais atualizada;

- Cor Branca
- Nacional ou Nacionalizado
- Potência Mín. 1.4 ou 70CV ou superior;
- 4 (Quatro) portas + Mala
- Combustível: Bicomcombustível/Flex;
- Sistemas de Freios: dianteiro e traseiro a disco, admitindo-se tambor na traseira, com sistema ABS.
- Direção hidráulica ou elétrica.
- Diversos: Ar condicionado de fábrica; luz de leitura dianteira; airbag dianteiro para motorista e passageiro; tração dianteira; painel de instrumentos; apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos dianteiros, no mínimo dois apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos traseiros; cintos de segurança no assento do motorista e do passageiro com laterais reguláveis em altura, cintos de segurança traseiros; alarme, vidros elétricos com película de controle solar filtro de calor conf. Resolução Contran nº 253 e 254 – Denatran, com comando de abertura das portas; trava elétrica das portas; retrovisores externos com regulagem interna; jogo de tapetes em borracha; o veículo, objeto deste item, deverá estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito vigente (extintor de incêndio, estepe, chave de roda, triângulo, macaco e etc.), emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo.; Manual de instrução
- Automático ou manual mínimo de 05 (cinco) marchas
- Tanque Combustível Mín 50l
- Airbag duplo
- Garantia: Mínima de 03 (três) anos de fábrica, contado do recebimento do veículo licenciado e emplacado
- Provido de Sistema Multimídia com no Mín. (Rádio, Bluetooth e USB), Ar condicionado, Alarme, protetor de Carter e travas elétricas.



- Outros equipamentos: Equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN, jogo de tapete.
- Emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo.; Manual de instrução.

Veículo Automotor, Novo, Ano 2019, SEDAN 1.5 ou Superior

- 2019 ou versão mais atualizada;
- Cor Branca
- Nacional ou Nacionalizado
- Potência Mín. 75CV ou superior;
- 4 (Quatro) portas + Mala
- Cilindrada: Mínima de 1.390 cm³
- Combustível: Bicomcombustível/Flex;
- Sistemas de Freios: dianteiro e traseiro a disco, admitindo-se tambor na traseira, com sistema ABS.
- Direção hidráulica ou elétrica.
- Diversos: Ar condicionado de fábrica; luz de leitura dianteira; airbag dianteiro para motorista e passageiro; tração dianteira; painel de instrumentos; apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos dianteiros, no mínimo dois apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos traseiros; cintos de segurança no assento do motorista e do passageiro com laterais reguláveis em altura, cintos de segurança traseiros; alarme, vidros elétricos com película de controle solar filtro de calor conf. Resolução Contran nº 253 e 254 – Denatran, com comando de abertura das portas; trava elétrica das portas; retrovisores externos com regulagem interna; jogo de tapetes em borracha; o veículo, objeto deste item, deverá estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito vigente (extintor de incêndio, estepe, chave de roda, triângulo, macaco e etc.), emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e





Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro (BA)

taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo.; Manual de instrução

- Câmbio : Automático ou manual mínimo de 05 (cinco) marchas
- Tanque Combustível Mín 50l
- Airbag duplo
- Garantia: Mínima de 03 (três) anos de fábrica, contado do recebimento do veículo licenciado e emplacado
- Provido de Sistema Multimídia com no Mín. (Rádio, Bluetooth e USB), Ar condicionado, Alarme, protetor de Carter e travas elétricas.
- Outros equipamentos: Equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN, Jogo de tapete.
- Emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo.; Manual de instrução.

Leia-se:

Veículo Automotor, Zero km, Ano 2019 ou Superior, Hatch 1.4 ou Superior

- 2019 ou versão mais atualizada;
- Cor Branca
- Nacional ou Nacionalizado
- Potência Mín. 1.4 ou 70CV ou superior;
- 4 (Quatro) portas + Mala
- Combustível: Bicomcombustível/Flex;
- Sistemas de Freios: dianteiro e traseiro a disco, admitindo-se tambor na traseira, com sistema ABS.
- Direção hidráulica ou elétrica.
- Diversos: Ar condicionado de fábrica; luz de leitura dianteira; airbag dianteiro

para motorista e passageiro; tração dianteira; painel de instrumentos; apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos dianteiros, no mínimo dois apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos traseiros; cintos de segurança no assento do motorista e do passageiro, cintos de segurança traseiros; alarme, vidros elétricos com película de controle solar filtro de calor conf. Resolução Contran nº 253 e 254 – Denatran, com comando de abertura das portas; trava elétrica das portas; retrovisores externos com regulagem interna; jogo de tapetes em borracha; o veículo, objeto deste item, deverá estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito vigente (extintor de incêndio, estepe, chave de roda, triângulo, macaco e etc.), emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo.; Manual de instrução

- Automático ou manual mínimo de 05 (cinco) marchas
- Tanque Combustível Mín 40 litros
- Airbag duplo
- Garantia: Mínima de 03 (três) anos de fábrica, contado do recebimento do veículo licenciado e emplacado
- Provido de Sistema de som com no Mín. (Rádio, Bluetooth e USB), Ar condicionado, Alarme, protetor de Carter e travas elétricas.
- Outros equipamentos: Equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN, jogo de tapete.
- Emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo.; Manual de instrução.

Veículo Automotor, Novo, Ano 2019, SEDAN 1.5 ou Superior

- 2019 ou versão mais atualizada;
- Cor Branca
- Nacional ou Nacionalizado





Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro (BA)

- Potência Mín. 75CV ou superior;
- 4 (Quatro) portas + Mala
- Cilindrada: Mínima de 1.5 cm³
- Combustível: Bicomcombustível/Flex;
- Sistemas de Freios: dianteiro e traseiro a disco, admitindo-se tambor na traseira, com sistema ABS.
- Direção hidráulica ou elétrica.
- Diversos: Ar condicionado de fábrica; luz de leitura dianteira; airbag dianteiro para motorista e passageiro; tração dianteira; painel de instrumentos; apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos dianteiros, no mínimo dois apoios de cabeça com ajuste na altura nos bancos traseiros; cintos de segurança no assento do motorista e do passageiro, cintos de segurança traseiros; alarme, vidros elétricos com película de controle solar filtro de calor conf. Resolução Contran nº 253 e 254 – Denatran, com comando de abertura das portas; trava elétrica das portas; retrovisores externos com regulagem interna; jogo de tapetes em borracha; o veículo, objeto deste item, deverá estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito vigente (extintor de incêndio, estepe, chave de roda, triângulo, macaco e etc.), emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo.;
Manual de instrução
- Câmbio : Automático ou manual mínimo de 05 (cinco) marchas
- Tanque Combustível Mín 40 litros
- Airbag duplo
- Garantia: Mínima de 03 (três) anos de fábrica, contado do recebimento do veículo licenciado e emplacado
- Provido de Sistema de som com no Mín. (Rádio, Bluetooth e USB), Ar condicionado, Alarme, protetor de Carter e travas elétricas.
- Outros equipamentos: Equipado com todos os equipamentos de série não



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro (BA)

especificados e exigidos pelo CONTRAN, Jogo de tapete.

- Emplacado e licenciado em nome da Codevasf, com todos os impostos e taxas pagos referentes ao ano de entrega do veículo, devendo esse ser o primeiro emplacamento do veículo.; Manual de instrução.

6 - Questionamento da NISSAN: **PRAZO DE ENTREGA**

Resposta da CODEVASF:

O prazo para execução dos fornecimentos será de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento.

Atenciosamente,

Fábio Alves Torre
Chefe da 6ª/GRA/USA

Daniel do Nascimento Santo
Encarregado Setor de Transporte

Paulino de Lima Silva
Área Técnica

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 14.707.364/0001-10, com sede na Rodovia Federal BR 381, sem número, KM 854, Distrito Industrial, no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP 37.550-000, presente neste ato na forma de seu contrato social, por seu administrador Sr. **WANG YANSONG**, chinês, inscrito no CPF/MF sob o número 022.114.556-70 e portador da Carteira de Identidade RNE V912349-1 "PERMANENTE", com endereço na Rua Dona Rosinha de Almeida Coutinho, número 50, apto 302, Bairro Santa Rita II, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP: 37.559-521.

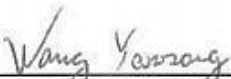
OUTORGADO: Adão José Fernandes Júnior – OAB/MG 178.303; Lucas Miguel de Almeida – OAB/MG 165.513; Luiz Henrique dos Reis – OAB/MG 126.094; Mario Roberto Leite de Oliveira – OAB/MG 158.731; Thaís Rodrigues Mendonça – OAB/MG 124.369; todos com escritório profissional na Rua Cel. Otávio Meyer, número 160, Bairro Centro, no Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP 37.550-000.

FINALIDADE: Nomear e constituir procuradores e advogados os acima declarados outorgando-lhes os poderes constituídos na cláusula "AD JUDICIA", para o foro em geral perante qualquer instância juízo ou tribunal, nos termos do artigo 105 e seguintes do Código de Processo Civil, para propor as medidas judiciais e administrativas que se fizerem necessárias à proteção de meus interesses, e, defender-me daquelas que me forem opostas.

PODERES: a) propor ações de conhecimento, ações de execução, ações cautelares, ações por procedimentos especiais contenciosos ou voluntários, ou quaisquer outras admitidas no ordenamento jurídico nacional; b) opor embargos, exceções, denunciação, nomeações e oposições de quaisquer espécies; c) receber intimações, contestar, impugnar e promover qualquer medida de defesa; d) requerer e impugnar cumprimento de sentença; e) recorrer e responder recursos destinados a qualquer Tribunal de segunda instância ou aos Tribunais Superiores; f) promover representações junto a Corregedoria de Justiça do Estado ou da Justiça Federal; g) promover as medidas e defesas necessárias perante os Tribunais Regionais do Trabalho; h) promover reclamações junto ao Supremo Tribunal Federal; i) representação perante os cartórios de registro civil, mercantil, de títulos e documentos, protestos, notas e imóveis; j) representação perante Juntas Comerciais; k) confessar; l) desistir; m) transigir; n) firmar compromissos; o) assinar e concordar com termos; p) receber e dar quitação; q) assinar recibos; r) requerer junto às repartições públicas Municipais, Estaduais, Federais e Autárquicas, podendo apresentar impugnações, recursos administrativos, propostas em licitações públicas; s) prestar declarações; t) promover denúncias às autoridades policiais e fiscais; u) Promover denúncias e instaurar procedimentos administrativos junto a agências regulamentadoras; v) Promover denúncias e instaurar procedimentos administrativos a qualquer órgão público; x) apresentar notícia crime; y) substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reservas; e todos os atos necessários à plena representação judicial e extrajudicial da outorgante, observada a finalidade deste mandato, o que tudo darei por firme valioso, como se presente fosse.

O presente instrumento particular de procuração que me foi exibido e lido é nesta data assinado, para produzir todos os efeitos legais.

Pouso Alegre/MG, 26 de junho de 2019.



XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.
Por seu administrador: WANG YANSONG

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES DA
DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO
PARNAÍBA – COVEVASF/4ª SR –**

PREGÃO ELETRÔNICO: 12/2019
PROCESSO Nº 59560.000152/2019-2
OBJETO: Fornecimento de Máquinas Pesadas.

XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA. ("IMPUGNANTE"), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 14.707.364/0001-10, com sede na Rodovia Federal BR 381, sem número, KM 854/855, Distrito Industrial, no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP 37550-000 (**Contrato Social**), por intermédio de seus procuradores "*in fine*" assinados e devidamente constituídos, com escritório profissional na Rua Coronel Otávio Meyer, número 160, Bairro Centro, no Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, CEP 37.550-000, onde recebem intimações (**Procuração**), vem, perante Vossa Senhoria, com fulcro § 1º, do artigo 41, da Lei número 8.666/93 cumulado com artigo 18, do Decreto número 5.450/05 e alínea 'a', do inciso XXXIV e inciso LV, do artigo 5º, da Constituição da República de 1988, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

contra patente nulidade do instrumento convocatório por restringir de forma ilegal a participação dos interessados, porquanto consagra condições discriminatórias fundada em critérios não pertinentes e/ou relevantes para o objeto da contratação e, via de consequência, restringe de forma ilegal a participação dos interessados, o que faz pelos fundamentos de fato e direito que passa a articular:

I. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE:

Em que pese o edital prever expressamente a hipótese de impugnação aos seus termos, revela-se imprescindível delinear as diversas disposições normativas que regem o juízo de admissibilidade na impugnação. A Lei 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. (...)

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(...)

Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Por sua vez, o Decreto 3.555/2000, que regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, prescreve que:

Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

Por fim, o Decreto 5.450/2005, que disciplina a realização de pregões eletrônicos, define que:

Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

§ 1º Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

Assim, observa-se que tanto a lei quanto os decretos definem que a impugnação pode ser intentada até dois dias úteis antes da realização da licitação. Da interpretação das referidas normas, que utilizam a expressão “até”, pode-se concluir que o segundo dia útil anterior ao certame também deverá estar incluído no prazo, ou seja, a impugnação poderá ser apresentada inclusive no segundo dia útil que antecede a disputa do certame.

Tal entendimento é corroborado pelo Acórdão TCU n. 1/2007 – Plenário e pelo Acórdão TCU n. 539/2007 – Plenário, que pode ser adotado como paradigma de método a ser utilizado na contagem do prazo do caso que ora se analisa:

Ressalto, quanto à contagem de prazo para impugnações, que, (...), deve-se excluir, e não incluir, o dia marcado para o recebimento das propostas (23/03/2006). Esse ponto, entretanto, não altera o mérito da análise, uma vez que o prazo para apresentação das impugnações era o dia 21/03/2006 (dois dias antes da data fixada para o recebimento das propostas), de acordo com o subitem 11.2 do ato convocatório (fl. 47), sendo a impugnação tempestiva.

Nessa linha de raciocínio, considerando que a licitação acontecerá no dia 14/10/2019 (segunda-feira), o primeiro dia útil anterior à licitação será o dia 11/10/2019 (sexta-feira), e o segundo é o dia 10/10/2019 (quinta-feira) no decorrer do qual ainda podem ser recebidas impugnações ao edital.

Ante o exposto, satisfeito as formalidades preconizadas na legislação de regência para da impugnação ao edital, espera-se que seja recebido por este ilustre Pregoeiro, à quem compete apreciá-lo e julgá-lo, requerendo, desde já, que seja dado provimento para modificar as especificações técnicas, por medida de direito e de justiça.

II. EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO EM DESCONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA - ILEGALIDADE:

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – COVEVASF/4ª SR (“IMPUGNADA”) instaurou procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo menor preço por item, registrado sob o número 04/2019, tendo por objeto a aquisição de máquinas pesadas, de acordo com as disposições constantes do edital e de seus anexos.

O Instrumento Convocatório, em sua alínea “d.2”, da cláusula 10.1.1, exigiu como qualificação econômico-financeira que fosse comprovado a boa situação financeira com índice de liquidez geral, solvência geral e liquidez corrente igual ou superior a 1,0, *ipsis litteris*.

“(…) 10.1.1. **Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação Econômico-Financeira:**

(omissis)

c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

(omissis)

c.2) Comprovação da boa situação financeira da empresa, confirmada por meio de consulta “on line” ao SICAF, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{AtivoCirculante} + \text{RealizávelaLongoPrazo}}{\text{PassivoCirculante} + \text{ExigívelaLongoPrazo}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{AtivoTotal}}{\text{PassivoCirculante} + \text{ExigívelaLongoPrazo}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{AtivoCirculante}}{\text{PassivoCirculante}} \end{aligned}$$

Onde:

LG - Liquidez Geral
SG - Solvência Geral
LC - Liquidez Corrente (...)"

Observe que a exigência adrede é desprovida de fundamentação, tanto é verdade que a CODEVASF não faz a referida exigência em outros editais, conforme faz prova os editais em anexo.

Não bastasse, verifica-se a exigência dos índices contábeis mínimos não foi devidamente justificado no processo licitatório, em detrimento do disposto no artigo 31, §§ 1º e 5º, da Lei 8.666/93, ensejando a nulidade da refira exigência. Corroborando o exposto, é o respeitável entendimento esposado pelo Colendo Tribunal de Contas da União, mormente sedimentado no Verbete Sumular número 289, *in verbis* (sem grifo):

Súmula 289 – TCU:

A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.

O legislador, ao facultar o estabelecimento de índices contábeis, procurou conceder à Administração a prerrogativa de aferir de forma objetiva a situação econômico-financeira dos licitantes, de modo a evitar a contratação de empresas sem condições de cumprir os compromissos a serem assumidos quando da licitação. A grande dificuldade é definir em quais situações e condições seria aceitável a fixação desses índices, quais seriam os indicadores e qual seria o valor admissível para cada um deles, de modo que a escolha administrativa não comprometa a competitividade do certame.

O fato de a lei não fixar o limite do índice a ser adotado não afasta a responsabilidade do gestor por sua definição, que não pode ser aleatória, nem depender de simples 'palpite' do administrador público. (TCU. Acórdão nº 932/2013 – Plenário). Portanto, deve a Administração adotar índice que possa ser considerado confiável e que possibilite a

participação de um número razoável de empresas integrantes do mercado, no intuito de atingir um grau máximo de certeza junto a um risco mínimo à contratação.

Entretanto, não há indicação nos autos do processo em epígrafe de que os índices econômico-financeiros mínimos ou máximos foram fixados em nível apenas o bastante para atestar que os licitantes possuem condições suficientes para solver suas obrigações, o que, indiscutivelmente, prejudicou a competitividade do certame, em detrimento da legislação de regência.

Oportuna é a lição de Jessé Torres Pereira Júnior¹ (sem grifo):

A escolha dos índices de aferição da situação financeira dos habilitantes deverá estar exposta e fundamentada no processo administrativo da licitação, do qual resultará o texto do edital. Este apenas refletirá o exame e consequente definição de natureza técnica, transmitindo à Comissão elementos bastantes para o julgamento objetivo da matéria. As razões da escolha (incluindo menção às fontes de consulta, sobretudo revistas especializadas) devem guardar nexos causal com a índole do objeto e o grau de dificuldade ou complexidade de sua execução, a fim de que se cumpra o mandamento constitucional de serem formuladas tão somente exigências necessárias a garantir o cumprimento das obrigações que se venham a avençar.

Quando este assunto se apresenta ao Tribunal de Contas da União, as decisões do Tribunal resultam invariavelmente em determinação para que seja devidamente justificada no processo administrativo da licitação a adoção de índices contábeis para a avaliação da qualificação econômico-financeira das licitantes, assim como a fixação no edital de valores limites para esses índices, tal como se observa nos seguintes excertos dos acórdãos:

a) Acórdão 1.351/2003-1ª Câmara:

‘9.2.2. absterem-se de exigir, nos editais de licitação, índices econômicos cuja fórmula de cálculo inclua índices de rentabilidade ou lucratividade para a demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, utilizado na Concorrência - 020/2002/CEL, conforme expressamente vedado pelo § 1º do art. 31 da Lei 8.666/93’;

¹ PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 380.

b) Acórdão 668/2005-Plenário:

'9.4.2. faça constar dos autos justificativas para o percentual fixado de capital ou de patrimônio líquido mínimo em relação ao valor estimado da contratação (§§ 2º e 3º do art. 31 da Lei 8.666/93), assegurando-se de que não restrinja o caráter competitivo do certame';

c) Acórdão 2.338/2006-Plenário:

'9.4.6. ausência de fundamentação para a exigência de índices econômico-financeiros mínimos ou máximos em estudo contábil que indique que tais índices foram fixados em níveis apenas o bastante para atestar que a licitante possui condições suficientes para solver suas obrigações, a exemplo do índice de endividamento menor ou igual a 0,5, estabelecido no edital licitatório, em desacordo com as determinações desta Corte contidas na Decisão 1.070/2001 e nos Acórdãos 778/2005, 308/2005, 247/2003 e 112/2002, todos do Plenário';

d) Acórdão 452/2008-Plenário:

'9.2. determinar à Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal que oriente seus órgãos de perícia contábil a rever seu critério para estabelecer índices mínimos de qualificação econômico-financeira das empresas interessadas em participar de licitações, atentando para que a média aritmética dos índices do setor em um determinado período não deve ser o único critério adotado, devendo ser levado também em consideração as peculiaridades do objeto licitado, de forma que tais índices sejam exigidos nos limites estritamente necessários à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir'; e

e) Acórdão 1.039/2008-1ª Câmara:

'9.4.2. observe os §§ 2º e 3º do art. 31 da Lei n. 8.666/1993, privando-se de, na fase de qualificação econômico-financeira, exigir um mínimo de capital social concomitantemente com a garantia do contrato;

9.4.3. deixe de requerer, na fase de qualificação econômico-financeira de licitações, índices de liquidez capazes de restringir a competitividade dos certames licitatórios, buscando outros meios previstos na legislação pátria para garantia do interesse público e da execução do contrato'.

Assim, fica evidente que os índices econômico-financeiros estipulados no Edital destoam daqueles usualmente utilizados no mercado, mostrando-se restritivos à competitividade almejada nos procedimentos licitatórios e, sobretudo, foi feita com inobservância ao princípio da motivação dos atos administrativos, havendo, assim, violação ao artigo 31, § 5º, da Lei n. 8.666/93.

Convém advertir que o ordenamento jurídico brasileiro consagrou o princípio da isonomia nas contratações com a Administração Pública, inadmitindo que a igualdade entre os concorrentes seja preterida em virtude de exigências que não sejam indispensáveis ao bom cumprimento do objeto, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição da República de 1988, *in verbis* (sem grifo):

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

XXI — ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O artigo 3º da Lei n. 8.666/93 manteve-se fiel ao dispositivo constitucional, referindo-se aos princípios fundamentais disciplinadores da licitação, dentre os quais se destaca a regra que veda a adoção de cláusulas restritivas do caráter competitivo, *in verbis*:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (...).

À vista do exposto, a irregularidade averiguada não pode ser considerada apenas falha formal, isto porque os índices econômico-financeiros devem ser aptos apenas a averiguar a capacidade financeira do licitante para a fiel execução do contrato. Assim sendo, os índices estipulados no edital mostram-se voltados não a

selecionar a proposta mais vantajosa ou assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado. Por tal restrição não atender ao interesse coletivo e prejudicar o caráter competitivo da licitação, não encontra amparo na Lei n. 8.666/93, ofendendo também, consequentemente, o artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República.

Impende esclarecer, outrossim, que a orientação para aferição da qualificação econômico-financeira dos licitantes encontra-se insculpida no artigo 31, da Lei 8.666, nos seguintes termos:

‘Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade (Redação dada pela Lei 8.883, de 8 de junho de 1994).

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

§ 4º Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação (Redação dada pela Lei 8.883, de 8 de junho de 1994)‘.

Como se vê, os índices contábeis que podem ser exigidos na licitação, de acordo com o art. 31, § 1º, dizem respeito à capacidade financeira da licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir, caso lhe seja adjudicado o contrato. E a demonstração da capacidade financeira não se restringe aos índices de liquidez, de sorte que a própria Lei cita, nos §§ 2º a 4º, o uso de outros indicadores, tais como: CAPITAL MÍNIMO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO E ÍNDICE DE ROTATIVIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

Com efeito, o capital social e o patrimônio líquido são amplamente utilizados para a análise da situação econômico-financeira das empresas, tanto que a Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Instrução Normativa 02, de 11 de outubro de 2010, que estabelece os procedimentos destinados à implantação e operacionalização do Sistema de Cadastramento Unificado de Serviços Gerais (SICAF) e disciplina que a comprovação da boa situação financeira das empresas inscritas nesse sistema.

Esse regulamento dispõe, contudo, que as empresas que não apresentarem índice satisfatório em qualquer um dos apurados deve comprovar, para fins de habilitação, o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo no limite previsto nos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei 8.666.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010.

Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.

A SECRETÁRIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, resolve:

(...)

Art. 44. O instrumento convocatório deverá prever, também, que as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos no inciso V do art. 43 desta norma, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, **e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do art. 31 da Lei nº 8.666, de 1993, como exigência para sua habilitação**, podendo, ainda, ser solicitada prestação de garantia na forma do § 1º do art. 56 do referido diploma legal, para fins de contratação.

De toda feita, ao definir os critérios de habilitação, dentre eles os índices contábeis de capacidade financeira, o administrador deve posicionar-se na linha divisória entre a garantia de que o contrato vai ser cumprido e a restrição ao caráter competitivo do certame licitatório, exigindo, se for o caso, a exigência de capital mínimo e patrimônio líquido mínimo, ou ainda das garantias previstas no § 1º do art. 56 da mesma Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado. O que, destaca-se, não foi atendido no processo em epígrafe.

Não se pode olvidar, outrossim, que, em tese, na avaliação da liquidez corrente, uma empresa com R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) no ativo circulante e R\$ 1,00 (um real) no passivo circulante terá o mesmo índice de liquidez de outra empresa com R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos mil reais) no ativo circulante e R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão) no passivo circulante, qual seja, liquidez corrente igual a 1,5.

Observa-se que, embora tenham o mesmo índice, são empresas com capacidades econômico-financeiras totalmente distintas. Todavia, existem situações que,

embora as empresas possuam boa saúde financeira, que facilmente poderá ser comprovada por meio de demonstração de informações de seu balanço, como o valor do capital social integralizado e do patrimônio líquido, um de seus índices poderá estar abaixo do exigido nos editais de licitação.

Nesse sentido, importante trazer a colação trecho da brilhante sentença proferida pelo Douto Juízo da Oitava Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo, que encontramos em caso semelhante ao descrito acima:

O quociente de liquidez corrente não se enquadra na vedação expressa da norma legal. Todavia, não demonstra a capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o contrato. Uma empresa poderá apresentar quociente de liquidez corrente superior a um e não ter condições de cumprir o contrato e, da mesma forma, poderá apresentar tal quociente inferior a um e dispor de condições financeiras para cumprir o contrato. Caso a empresa esteja renovando sua parte industrial, provavelmente apresentará quociente de liquidez corrente inferior a um, o que não significa que não disponha de capacidade financeira. Por fim, há de ser considerado que a autoridade coatora não trouxe em sua manifestação uma única linha esclarecendo a razão específica de ter exigido o índice de liquidez corrente igual ou superior a um. (TJSP. 25351/00 – 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo).

Diante do exposto, resta evidente que a legislação de regência determina que, acaso não seja atendido os índices econômicos, deve o licitante comprovar sua capacidade financeira por meio de outro documento, especialmente por meio do capital social e do patrimônio líquido.

Por todo o exposto, requer seja dado provimento a presente impugnação para incluir a possibilidade de comprovar a qualificação econômico-financeira mediante a apresentação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo no limite previsto nos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei 8.666, caso não seja atendido aos índices econômicos mínimos, com vistas a possibilitar às empresas que não apresentarem índice satisfatório em qualquer um dos apurados comprovem sua capacidade de solver suas obrigações de outras formas legais, sob pena de violação aos artigos 3º e 31, §§ 1º e 5º, da Lei número 8.666/93 e artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República.

III. FUNDAMENTOS DE DIREITO QUE IMPÕEM A PROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO:

3.1. PREMISSAS E PRINCÍPIOS BÁSICOS APLICÁVEIS ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS:

Convém, inicialmente, lembrar que é pressuposto inquestionável do Estado Democrático de Direito é a sua subordinação ao ordenamento jurídico vigente e, como notório, no âmbito da Administração Pública tal pressuposto se traduz na observância dos seguintes princípios:

Art. 37. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...) (Grifo nosso).

No âmbito específico das licitações e contratos administrativos, a Lei n. 8.666/93 consagrou expressamente em seu artigo 3º os seguintes princípios:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Grifo nosso).

Do exposto acima, depreende-se que a atividade administrativa deve ser exercida em absoluta conformidade com a lei e com os princípios inerentes. Das premissas licitatórias extrai-se a seguinte fórmula, que deve sempre ser almejada pela Administração Pública: **busca da proposta mais vantajosa para a Administração por meio de procedimento formal em que fiquem asseguradas a isonomia e a competitividade.**

Portanto, a licitação é um procedimento informado, também, e principalmente, pela ideia de competição. Esse é o norte da atividade administrativa licitatória, que deve sempre estimular o incremento da disputa. Assim, se ao administrador socorrerem duas condutas, deverá sempre optar por aquela que **favoreça a ampliação do universo de competidores**, sob pena de ferir o interesse público, os princípios supramencionados e a legislação.

Com a presente impugnação ao edital demonstrar-se-á que as condições do instrumento convocatório estão limitando a competitividade, reduzindo drasticamente a possibilidade de obter a melhor proposta, haja vista redução injustificada do universo de competidores, quiçá na tentativa de beneficiar alguns particulares

As exigências que adiante serão detidamente explicitadas não são apenas ilegais, mas, também, desnecessárias e restritivas à competição, o que é rechaçado pela jurisprudência:

“As regras do edital de licitação devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a **participação do maior número possível de concorrentes a fim de que seja possibilitado se encontrar entre as propostas a mais vantajosa**.” (Grifo nosso).

O Tribunal de Contas da União também pondera sobre o tema:

- a) A matéria envolve o cotejo de dois preceitos inerentes às licitações públicas, ambos com sede constitucional: a comprovação da habilitação para contratar com a Administração e o princípio da competitividade.
- b) A Administração tem o dever de se proteger de interessados não capacitados a prestar o serviço ou realizar a obra objeto da licitação. Por isso, a Lei de Licitações e Contratos prevê a fase de habilitação, na qual os interessados devem comprovar os requisitos exigidos no edital. Nela, a Administração deve impedir a participação daqueles sem condições de cumprir o objeto.

- c) **Por outro lado, a igualdade de condições nas licitações é princípio de estatura constitucional (cf. art. 37, XXI, da CR/88). Deste princípio geral decorre o da competitividade, previsto no mesmo dispositivo constitucional (somente serão permitidas “as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”) e no § 1º, inc. I, art. 3º da Lei n.º 8.666/93. Por isso, a competição não poderá ser restringida, sob pena de nulidade de todo o procedimento licitatório.**

Portanto, as exigências previstas na fase de habilitação não podem ser tais a ponto de impedir a participação daqueles que teoricamente estariam aptos a fornecer o Equipamento, a pretexto de assegurar uma prestação vantajosa, adotando exigência técnica, sem qualquer fundamento técnico que o justifique.

No dizer de Marçal Justen Filho, o disposto [no art. 3º, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93] não significa, porém, vedação a cláusulas restritivas da participação. Não impede a previsão de exigências rigorosas nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas.

Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. Se a restrição for necessária para atender ao interesse público, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Terão de ser analisados conjuntamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação. A invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação.²

As restrições adiante apontadas, caso ignoradas pela d. Pregoeiro, implicarão na lesividade ao interesse público, vez que o escopo da licitação é ofertar com vantagem e economicidade, o que apenas um universo amplo de competição traz para a Administração.

O Superior Tribunal de Justiça consagrou no tocante à ampla competitividade inerente às licitações públicas:

² TCU: Acórdão 241/2005, Plenário. Relator Ministro Marcos Vinícios Vilaça. DOU 24/03/05.

É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações. (Marçal Justen Filho, in *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 8ª ed., Ed. Dialética, São Paulo, 2000, p. 335). Recurso especial não conhecido.³

O próprio legislador estabeleceu que o caráter competitivo constitui um **princípio essencial** da Licitação, sem o qual a seleção da proposta mais vantajosa estará derradeiramente prejudicada. A competitividade, desse modo, é essencial à lógica interna do procedimento licitatório, sendo que onde não há competição, não há licitação, conforme orientação doutrinária:

Cabe ali um dos princípios fundamentais da licitação, que é o da oposição ou da competitividade, tão essencial na matéria que, se num procedimento licitatório, por obra de conluio, faltam a competição (ou oposição) entre os concorrentes, falecerá a própria licitação, inexistirá o instituto mesmo.

Acrescentando-se, cite-se como inarredável a observância ao princípio da impessoalidade, com relação ao qual Celso Antônio Bandeira de Mello esclarece o sentido:

Nele se traduz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimentos. Nem favoritismo nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie.

Toda agressão ao princípio da impessoalidade, ainda que indiretamente, implicará desrespeito às regras de isonomia, já que ao deferir privilégios, mesmo que indiretos, a Administração deixará de tratar a todos segundo os mesmos padrões, nos termos impostos pela Constituição da República.

³ Recurso Especial n. 361736 / SP; DJ de 31/3/03, p. 00196; Min. Franciulli Netto.

De fato, a igualdade de oportunidades nas licitações foi consagrada na própria Constituição e configura conquista democrática essencial ao exercício pleno das garantias constitucionais, como bem destaca José dos Santos Carvalho Filho:

A se permitir a livre escolha de determinados fornecedores pelo administrador, estariam alijados todos os demais, o que seria de se lamentar, tendo em vista que, em numerosas ocasiões, poderiam eles apresentar à Administração melhores condições de contratação.⁴

Diante do exposto, conforme evidenciado, a exigência para habilitação econômico-financeiro inadequada ora impugnada afastará a participação de grande parte dos interessados, sem nenhuma eficiência compensatória relevante aos interesses licitados.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, requer a IMPUGNANTE:

- a) seja recebida e processada a presente impugnação, porquanto tempestiva e adequada.
- b) seja a resposta referente a presente impugnação enviada aos e-mails ajfernandesjr@gmail.com e ana.batista@xcmgbrasil.com.br, bem como toda e qualquer intimação a ser feita à IMPUGNANTE, sob pena de nulidade.
- c) seja dado provimento a presente impugnação para incluir a possibilidade de comprovar a qualificação econômico-financeiro mediante a apresentação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo no limite previsto nos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei 8.666, caso não seja atendido aos índices econômicos mínimos, com vistas a possibilitar às empresas que não apresentarem índice satisfatório em

⁴ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 23ª ed. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2010, p. 262.

qualquer um dos apurados comprovem sua capacidade de solver suas obrigações de outras formas legais, sob pena de violação aos artigos 3º e 31, §§ 1º e 5º, da Lei número 8.666/93 e artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República.

d) Seja encaminhada cópia da presente impugnação ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe para que tome conhecimento das irregularidades ora questionadas.

e) Que seja acatada a presente impugnação, julgando procedentes todos os seus pedidos, sob pena de caracterizar direcionamento do certame.

Nestes Termos.
Pede espera deferimento.

Pouso Alegre/MG, 24 de Outubro de 2019.


ADÃO JOSÉ FERNANDES JÚNIOR
OAB/MG 178.303



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL
Rua Presidente Dutra, 160 – Centro – Petrolina/PE – CEP: 56.304-230
TEL: (87) 3866-7722/ 3866-7742 Email: 3a.sl@codevasf.gov.br

Fls.: _____
Proc.: 59530.001007/2019-11

3ª SL

PREGÃO ELETRÔNICO
(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP)
EDITAL Nº 006/2019

**FORNECIMENTO, CARGA, TRANSPORTE E
DESCARGA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO
PESADAS PARA ATENDIMENTO DE DIVERSAS
LOCALIDADES, NO ÂMBITO DA 3ª
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF,
ATRAVÉS DE SISTEMA DE REGISTRO DE
PREÇOS.**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO
(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP)
EDITAL N.º 006/2019-3ª/SR

A V I S O

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, por intermédio de Pregoeiro devidamente designado, torna público aos interessados que na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA - SRP**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para efetuar **REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

OBJETO: Fornecimento, carga, transporte e descarga de máquinas de construção pesadas para atendimento de diversas localidades, no âmbito da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, através de Sistema de Registro de Preços – SRP.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar deste pregão eletrônico empresas do ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, individuais, que satisfaçam as exigências deste Edital e seus anexos que estejam previamente credenciados no SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), através do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico.

OBS: Na fase de habilitação, o licitante de melhor oferta deverá comprovar que possui capital social mínimo (ou patrimônio líquido) no valor de 10% (dez por cento) do valor de sua proposta, considerando o somatório dos itens que compõem a proposta.

DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: Estarão disponíveis para consulta e retirada nos sítios: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.codevasf.gov.br. A cópia do Edital também poderá ser consultada e retirada, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h, horário local, de segunda a sexta-feira, na sala da Secretaria de Licitações do Edifício Sede da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada na Rua Presidente Dutra, 160 – Centro – Petrolina/PE – CEP: 56.304-230 - TEL: (87) 3866-7742 / 7722, a partir da data de publicação.

INCLUSÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: A partir da disponibilização do Edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br até **às 08h59(oito horas e cinquenta e nove minutos) do dia 10 de outubro de 2019**, respeitado o interregno mínimo de 8(oito) dias úteis entre a última publicação do Aviso do Edital e a efetiva realização da sessão pública do pregão.

DATA E HORÁRIO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS (INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA): Às **09(nove) horas do dia 10/10/2019. (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

LOCAL DA SESSÃO: “[http:// www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)”

OBSERVAÇÃO: O presente Pregão Eletrônico será realizado por meio da Internet e observará as condições estabelecidas no Edital em epígrafe, bem como nos preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, da Lei Complementar nº 123/2006 e dos Decretos nº 5.450/2005, 8.538/2015 e 7.892/2013 e alterações – Registro de Preços, e, subsidiariamente, dos dispositivos do Regulamento de Licitações da Codevasf.

Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.codevasf.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

Petrolina-PE, 25 de setembro de 2019.

AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA
SUPERINTENDENTE REGIONAL
CODEVASF – 3.ª SR

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

Í N D I C E

01. OBJETO E LEGISLAÇÃO
02. DESCRIÇÃO GERAL
03. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
04. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS
05. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
06. CREDENCIAMENTO
07. INCLUSÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS
08. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
09. FASE COMPETITIVA DOS LANCES
10. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
11. HABILITAÇÃO
12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
14. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
15. CONTRATAÇÃO
16. CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS
17. CANCELAMENTO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS
18. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
19. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA
20. PARTICIPAÇÃO E ADESÃO
21. VALOR ORÇADO
22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
23. MULTAS
24. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
25. REVISÃO DOS PREÇOS
26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
27. CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
28. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
29. DISPOSIÇÕES GERAIS

A N E X O S

- ANEXO I - TERMOS DE REFERÊNCIA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
- ANEXO II- TERMO DE PROPOSTA / PLANILHA DE QUANTITATIVO E PREÇOS MÁXIMOS
- ANEXO III-LOGOMARCA DA CODEVASF
- ANEXO IV-MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- ANEXO V - TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DA CODEVASF
- ANEXO VI- CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO
(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP)
EDITAL N.º 006/2019-3ª/SR**

PROCESSO Nº: 59530.001007/2019-11

INCLUSÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: A partir da disponibilização do edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br até as **08h59 (oito horas e cinquenta e nove minutos) do dia 10 de outubro de 2019**, respeitado o interregno mínimo de **08 (oito) dias úteis** entre a última publicação do aviso do edital e a efetiva realização da sessão pública do pregão.

DATA E HORA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS (INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA): Às **09 (nove) horas do dia 10/10/2019. (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

LOCAL DA SESSÃO: “[http:// www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)”

1. OBJETO E LEGISLAÇÃO

- 1.1. Fornecimento, carga, transporte e descarga de máquinas de construção pesadas para atendimento de diversas localidades, no âmbito da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, através de Sistema de Registro de Preços – SRP.
- 1.2. **Órgão Gerenciador: Codevasf – UASG nº 195002.**
- 1.3. Esta licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO (Sistema de Registro de Preços)** e do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, será realizada por meio da internet e observará as condições estabelecidas no presente edital e seus anexos, bem como nos preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, da Lei Complementar nº 123/2006 e dos Decretos nº 5.450/2005, 8.538/2015 e 7.892/2013 e alterações – Registro de Preços, e, subsidiariamente, as condições previstas no Regulamento de Licitações da Codevasf.
- 1.4. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados, para consulta na 3ª Secretaria Regional de Licitações da CODEVASF, localizada na Rua Presidente Dutra, 160. Centro, Petrolina/PE. CEP: 56.304-230. Telefones: (87) 3866-7742 / 7722, no horário de 8h às 12h e de 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, horário local, e nos sítios www.codevasf.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br onde poderão ser retirados gratuitamente.

2. DESCRIÇÃO GERAL

- 2.1. A descrição dos fornecimentos consta das Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Escopo de Fornecimento, e nas Especificações Técnicas – Anexo I e no **item 1.1 dos Termos de Referência, parte integrante deste Edital.**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

| ITEM | CATMAT | DESCRIÇÃO | UNID. | QTD. |
|------|--------|---|-------|------|
| 1 | 225468 | Pá carregadeira sobre rodas, nova, equipada com motor diesel, potência mínima 125 HP ou unidade equivalente, tração 4x4, caçamba capacidade mínima 1,7 m³, cabine fechada com ar-condicionado, peso operacional mínimo 10.000 kg. Garantia mínima 12 meses. | un | 8 |
| 2 | 225486 | Motoniveladora com cabine fechada com ar-condicionado, motor diesel, potência mínima 140 HP ou unidade equivalente, transmissão mínima 6 velocidades a frente e 3 a ré, peso operacional mínimo 14.500 kg, lâmina largura mínimo de 3.500 mm. Ripper traseiro com três dentes. Garantia mínima 12 meses. | un | 8 |
| 3 | 130419 | Escavadeira Hidráulica sobre esteiras, nova, com cabine fechada e ar-condicionado, motor diesel, potência mínima 140 HP ou unidade equivalente, capacidade volumétrica da caçamba mínima 1,00 m³, peso operacional mínimo 20.000 kg. Garantia mínima 12 meses. | un | 8 |
| 4 | 130427 | Trator de esteiras, novo, equipado com motor diesel, potência mínima de 120 HP ou unidade equivalente, peso operacional mínimo 14.000 kg, lâmina mínimo 3000 mm x 1000 mm, RIPPER com 3 dentes. Garantia mínima 12 meses. | un | 8 |
| 5 | 73768 | Retroescavadeira sobre rodas, tração 4x4, motor diesel, potência bruta mínima 88 HP ou unidade equivalente, capacidade mínima da caçamba carregadeira 0,70 m³, peso operacional mínimo 6500 kg. Garantia mínima 12 meses. | un | 12 |
| 6 | 4294 | Caminhão basculante, potência mínima 160 CV, carga útil com equipamento mínima 8500 kg. Com caçamba de capacidade volumétrica mínima 6,00 m³, protetor de cabine, tampa traseira basculante padrão com fechamento automático, assoalho em aço espessura mínima 4,50 mm, laterais em aço, pinos de cordas nas laterais, frente e traseira. Cilindro hidráulico central, com mangueiras para conexões, escada lateral, faixas reflexivas, sistema elétrico e lanternas conforme normas CNT. Emplacado e licenciado em nome da CODEVASF 3ª SR. Garantia mínima 12 meses. | un | 8 |
| 7 | 214905 | Caminhão toco, potência mínima 160 CV, capacidade de carga útil com equipamento mínima 8.250 kg. Com carroceria pipa capacidade mínimo 6.000 litros, tanque construído em aço, tratamento externo com tinta epóxi, suporte para fixar mangotes e válvulas de sucção, fixação através de vigas em aço carbono, bomba acionada por tomada força através de cardan para autocarregamento. Emplacado e licenciado em nome da CODEVASF 3ª SR. Garantia mínima 12 meses. | un | 8 |

- 2.2. As licitantes deverão obter junto à CODEVASF – 3ª Superintendência Regional, Secretaria de Licitações, qualquer informação complementar à documentação constante deste Edital e que venha ser necessária para melhor caracterização dos equipamentos e para a apresentação de sua proposta financeira.
- 2.3. Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 2.4. Os bens ofertados deverão ser originais de fábrica, não se admitindo, em hipótese alguma, produtos recondicionados, remanufaturados ou reciclados, sob pena de afastamento do certame e/ou de não recebimento dos mesmos quando de sua entrega;
- 2.5. Os bens ora licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei n.º 4.150 de 21/11/62), no que couber e, principalmente, no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança;
- 2.6. Os equipamentos, objeto dessa licitação, deverão ser entregues com a logomarca da Codevasf pintada/adeseivada em local visível, com dimensão proporcional às dimensões do bem identificado, de forma a garantir a visualização rápida e clara dos termos da impressão, conforme modelo especificado no Anexo III, do Edital, nas máquinas de grande porte deverão ter a identificação em pelo menos dois locais distintos.
- 2.7. A licitante que não atender às especificações técnicas estabelecidas terá sua proposta desclassificada mesmo tendo sido habilitada no que diz respeito à documentação;
- 2.8. Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra "b", da Constituição Federal/88;
- 2.9. O ano de fabricação dos bens ofertados devem ser o da emissão da Ordem de Fornecimento ou da abertura das propostas.
- 2.10. Havendo divergência entre os valores publicados dos materiais no sistema do pregão no sítio do Comprasnet e os valores contidos nas planilhas do edital, valerão sempre os valores contidos nas planilhas constantes no edital.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste pregão eletrônico empresas do ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, individuais, que satisfaçam as exigências deste Edital e seus anexos e que estejam previamente credenciados no SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), através do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico.
- 3.1.1. Na fase de habilitação, o licitante de melhor oferta deverá comprovar que possui capital social mínimo (ou patrimônio líquido) no valor de 10% (dez por cento) do valor de sua proposta, considerando o somatório dos itens que compõem a proposta.
- 3.2. Não poderão participar empresas sob a forma de consórcio, nem será permitida a subcontratação de parte ou todo o fornecimento dos materiais, objeto desta licitação.
- 3.2.1. Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.
- 3.2.2. Será permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.
- 3.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, em conformidade com o prescrito na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538, de 06 de outubro de 2015, devendo, para tanto, declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, de acordo com a alínea “a” do subitem 11.1.3 deste edital.

- 3.4. Para participação no Pregão Eletrônico a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório. (§ 2º do art. 21 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 3.5. As licitantes deverão efetuar, em campo próprio do sistema eletrônico, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de acordo com o determinado na IN 02/2009, da SLTI/MPOG.
- 3.6. As licitantes deverão se inteirar do fornecimento, incluindo local e condições de entrega, e avaliar os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser invocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.
- 3.7. A participação na licitação implica aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como a observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 3.8. Caberá ao licitante interessado em participar do Pregão Eletrônico:
 - a) Credenciar-se no SICAF;
 - b) Remeter, até a data e hora marcadas para a abertura de sessão, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta de preços.
 - c) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CODEVASF responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 13, inciso III, do Decreto 5.450/05);
 - d) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005);
 - e) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a viabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
 - f) Utilizar-se de chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
 - g) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 3.9. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:
 - a) Empresas em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, exceto se o plano de recuperação tenha sido homologado pelo juiz competente, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- b) Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com a Codevasf e que tenham sido declaradas inidôneas pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - b1) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - b2) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - b3) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - b4) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - b5) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- c) Empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Codevasf;
- d) Empresas estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País;
- e) Pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;
- f) Pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;
- g) Pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.
- h) Pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
 - h.1) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade hierarquicamente superior no âmbito da Codevasf;
- i) Empresa cujo o proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Codevasf há menos de 6 (seis) meses;
- j) Empresas que estejam enquadradas como cooperativas;
- k) Sob a forma de consórcio.

4. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

- 4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail 3a.sl@codevasf.gov.br. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 4.2. A licitante deverá, além das informações específicas requeridas pela CODEVASF, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas normas conhecidas que assegurem qualidade igual ou superior à indicada nas especificações.
- 4.3. A licitante deverá estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam, de algum modo, afetar o fornecimento ou prestação do serviço, seus custos e prazos.
- 4.4. Analisando as consultas, a CODEVASF deverá esclarecê-las, e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus Anexos, comunicando sua decisão, também por meio eletrônico, via Internet, nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.codevasf.gov.br, divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 4.5. A apresentação da proposta tornará evidente que a licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus Anexos, que a comprovou e a encontrou correta. Evidenciará, também, que a licitante obteve da CODEVASF, satisfatoriamente, as eventuais informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta apresentada, implicando na aceitação plena de suas condições.
- 4.6. A proposta, toda a correspondência e os documentos trocados entre o licitante e a CODEVASF serão escritos em português, e os preços deverão ser cotados em reais.

5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 5.1. Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma eletrônica.
- 5.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contado da data do pedido da impugnação.
- 5.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6. CREDENCIAMENTO

- 6.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005), devendo ser providenciado no sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br
- 6.2. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- 6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (art. 3º, § 6º, do Decreto 5.450/2005).
- 6.4. A perda da senha ou quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 6.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CODEVSF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).
- 6.6. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas distintas por meio de um único representante.

7. INCLUSÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 7.1. Após a divulgação do Edital no sítio do COMPRASNET: www.comprasnet.gov.br, a licitante deverá apresentar, no campo correspondente dentro do sistema eletrônico denominado **“Descrição detalhada do objeto ofertado”**, a sua Proposta de Preços, contendo obrigatoriamente as características dos bens a serem ofertados, detalhadamente, em língua portuguesa, **indicando as especificações técnicas e marca/fabricante, a garantia contra defeitos de fabricação e quaisquer outras informações afins que julgar necessárias ou convenientes**, não sendo aceitas adaptações, modificações e alterações não previstas nos seus manuais, atentando-se para as especificações dispostas no subitem 2.1, contemplando os preços unitário e total do item, estando incluídos todos os impostos, taxas e despesas tais como transporte, carga, descarga, seguro e quaisquer outros tributos legais incidentes sobre o objeto deste Pregão, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**. (art. 21, caput, Decreto nº 5.450/2005).
- 7.1.1. **As microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar no ato do envio de suas propostas, em campo próprio do sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que atendem aos requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.**
- 7.1.2. O prazo de validade da proposta será de 60(sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura deste Pregão, sujeita a revalidação por idêntico período. Quando da revalidação da proposta, haverá expressa comunicação da CODEVASF.
- 7.1.3. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente incluída no sistema.
- 7.1.4. **Incluída a proposta, ainda que omissa em sua descrição no sistema no campo correspondente denominado “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, a licitante compromete-se a executar os fornecimentos, objeto deste Edital, sem preterição do que consta nas Especificações e nas Planilhas de Quantitativos e Preços Estimados (Anexo II).**
- 7.1.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos e que apresentarem irregularidade ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento.

8. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 8.1. No horário e data estabelecidos no preâmbulo do edital, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico n.º 006/2019 - 3ªSR** com a divulgação das Propostas de Preços aceitas pelo sistema.
- 8.2. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, analisarão as propostas de preços divulgadas pelo sistema, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

requisitos estabelecidos no Edital (§ 2º do art. 22 do Decreto nº 5.459/2005), bem como aquelas que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento, dando assim início à etapa de lances, conforme previsto neste Edital e de acordo com o Decreto nº 5.450/2005.

- 8.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9. FASE COMPETITIVA DOS LANCES

- 9.1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances (art. 13, inciso III, do Decreto 5.450/2005).
- 9.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005)
- 9.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 9.5. **A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, podendo disputar os 2.º, 3.º, 4.º lugares e assim sucessivamente, se houver.**
- 9.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.7. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.
- 9.8. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
 - 9.8.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
 - 9.8.2. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 9.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 9.9.1. Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o Pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento aos licitantes, informando que após

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

transcorridos 30 (trinta) minutos, a contar do aviso do Pregoeiro, a qualquer momento a etapa de lances será encerrada.

- 9.10. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta, pelo sistema eletrônico, diretamente à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.10.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 9.11. **Será assegurada, como critério de desempate**, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006 e Lei nº 11.488, de 15/06/2007).
- 9.11.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam em até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 9.11.1.1. A microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada, e àquelas que se seguirem na ordem de classificação, serão convocadas para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 9.11.2. Para efeito do disposto no subitem 9.11.1. deste Edital (Art. 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006), ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 supra mencionada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 retro mencionada, os lances serão ofertados de acordo com a ordem de classificação definida pelo próprio sistema.
- 9.11.2.1. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 9.11 acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 9.11.2.2. A condição prevista no subitem 9.11.2.1 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por micro empresa e empresa de pequeno porte.
- 9.12. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros suas propostas e lances (art. 13, inciso III, do Decreto 5.450/2005).
- 9.13. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005).
- 9.14. O Pregoeiro poderá anunciar a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da sessão pública, ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 9.15. **Será assegurado aos licitantes, após aceitação e habilitação, da melhor proposta, que os demais licitantes possam manifestar se aceitam fornecer os produtos/serviços, licitados pelo mesmo preço da melhor proposta aceita/habilitadas. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado, conforme disposto no art. 10 do Decreto 7.892/13.**
- 9.16. **Será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, art. 11, inciso I do Decreto 7.892/13.**

10. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 10.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, respeitado o preço máximo por item, conforme divulgado neste Edital e seus anexos.
- 10.2. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a viabilidade de sua aceitação, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos. (art. 25 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 10.3. Não se admitirá proposta que apresentar preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, salvo por justificativa fundamentada.
- 10.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 10.4.1. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem acima, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 10.4.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 10.4.3. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez aceitas as propostas de preços.
- 10.4.4. No julgamento das propostas o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das mesmas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e aceitação. (§ 3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005).
- 10.4.5. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso
- 10.5. A Proposta de Preços, incluída no sistema nos termos determinados pelo subitem 7.1 deste edital, que compreende a descrição do objeto e todas as demais informações afins julgadas necessárias ou convenientes, deverá ser reformulada pela licitante vencedora, conforme modelo constante do ANEXO II, parte integrante deste Edital, após a fase de lances, com a composição dos itens, com os valores unitário e total, devidamente atualizados, **enviada eletronicamente como ANEXO, via sistema**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

Compras Governamentais, no prazo de 03 (três) horas, a partir da comunicação da CODEVASF por meio do seu Pregoeiro.

- 10.6. A Proposta de Preços reformulada, de que trata o subitem 10.5 acima, **deverá ser encaminhada em original no prazo de até 03 (três) dias úteis**, para o endereço contido neste Edital, contado da data da comunicação da CODEVASF por meio do seu Pregoeiro, sob pena de desclassificação da proposta.
- 10.7. É facultado à comissão de licitação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, conforme art. 57 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.
- 10.8. Serão desclassificadas as propostas que:
- a) Não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos;
 - b) Contemplarem preços manifestamente inexequíveis;
 - c) Apresentar preço superior ao orçado pela CODEVASF;
 - d) Apresentar preços unitários superiores aos valores unitários orçados pela CODEVASF, ainda que o valor global da proposta seja inferior ao valor global orçado pela CODEVASF.
 - e) Também será desclassificada a proposta que, após a diligência, não justificar eventuais irregularidades apontadas pelo Pregoeiro.

11. HABILITAÇÃO

- 11.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta, desde que aceita pelo Pregoeiro, deverá comprovar a situação de regularidade de acordo com o que segue:

11.1.1. Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Exigências Técnicas:

- a) **Verificação, "online", junto do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, conforme a IN nº 02/2010 - SLTI/MPOG, da documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DIVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS, SEGURIDADE SOCIAL – INSS e REGULARIDADE TRABALHISTA - CNDT).**
- a1) Na hipótese de haver documentos com prazo de validade vencido junto ao SICAF, as licitantes classificadas deverão apresentar a documentação correspondente com prazo de validade em vigor;
- a2) Se porventura, quando da verificação "online" no SICAF constatar-se que o cadastramento da licitante vencedora encontra-se vencido, a mesma deverá encaminhar a CODEVASF, além dos documentos citados na alínea "a" acima, e "b" e "c" abaixo, a cópia dos seguintes documentos:
- Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- a3) Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sítios correspondentes, e se apresentados de outra forma, poderão ser em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria de Licitações – CODEVASF, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial;
- b) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física. Em caso de positiva, salvo se o plano de recuperação tenha sido homologado pelo juiz competente, nos termos da jurisprudência atual consolidada. Com validade em vigor ou com prazo máximo de 120 (cento e vinte dias) anteriores à data da licitação;
- c) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 11.1.2. Na hipótese de ocorrência de “Voltar Fase/Ata Complementar”, o prazo para averiguação da situação regular das empresas visando à habilitação das mesmas obedecerá às exigências contidas no subitem 11.1 acima, ou seja, a partir da decisão acerca do último item em disputa, registrado no sistema eletronicamente.
- 11.1.3. **Declarações a serem enviadas através do sistema no portal www.comprasgovernamentais.gov.br:**
- a) No caso de ME ou EPP, a mesma deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, com base no que preceitua o § 2º, do artigo 13 do Decreto n.º 8.538/2015;
- b) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- c) Declaração da inexistência de fato superveniente até a data do início da sessão que impeça a sua habilitação no presente processo licitatório, e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posteriores;
- d) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de acordo com o determinado na IN 02/2009, de 16/09/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- e) Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;
- f) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.
- g) O licitante de melhor oferta deverá comprovar que possui capital social mínimo (ou patrimônio líquido) no valor de 10% (dez por cento) do valor de sua proposta, considerando o somatório dos itens que compõem a proposta, conforme exigências do subitem 3.1.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 11.1.4. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS: A licitante de melhor oferta deverá apresentar a documentação de Qualificação Técnica exigida no **item 8 do Termo de Referência, Anexo I**, integra o presente Edital, sob pena de inabilitação no certame.
- 11.1.5. **A não apresentação ou a não comprovação de regularidade de qualquer dos documentos indicados no subitem 11.1.1 e 11.1.4 deste Edital implicará a inabilitação da licitante.**
- 11.1.6. A validade das certidões referidas no subitem **11.1.1** corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a CODEVASF convencionou o prazo como sendo o de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante em comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante a juntada de norma legal pertinente.
- 11.1.6.1. Caso a(s) certidão(ões) expedidas pela(s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja(m) POSITIVA(S), deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou deverão ser juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens.
- 11.1.6.2. Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer à empresa que efetivamente executará o fornecimento, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, com exceção da CND junto ao INSS e do CRF junto ao FGTS, sendo que neste último caso deverá comprovar que os recolhimentos de FGTS são centralizados.
- 11.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos no subitem 11.1.1 deste Edital, no que couber.
- 11.3. Para a eficácia dos atos quanto ao atendimento a que se referem às alíneas "a", "b", e "c", acima, as licitantes classificadas deverão apresentar a documentação solicitada no prazo de até 4 (quatro) horas através do sistema do www.comprasgovernamentais.gov.br, após a solicitação no sistema eletrônico pelo Pregoeiro. Em caso de problemas da operacionalização no sistema é facultado ao Pregoeiro, dentro do prazo já mencionado, utilizar-se de e-mail para receber a documentação (email 3a.sl@codevasf.gov.br) a fim de sanar quaisquer eventualidades e, após isso, tornar público aos demais licitantes.
- 11.3.1. Os documentos enviados via sistema ou e-mail quando não for possível ao pregoeiro autenticá-los na página do órgão ou entidade que os emitiu, deverão ser apresentados na sede da 3ª/SR da CODEVASF, no endereço disposto no subitem 1.3, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 3ª/SL ou pelo Pregoeiro, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da apresentação via sistema ou email, sob pena de inabilitação.
- 11.4. Nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, em se tratando das microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal de que trata a alínea "a" do subitem 11.1.1 somente será exigida na assinatura da Ata de Registro de Preços com a CODEVASF. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (art. 43, caput da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 11.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da CODEVASF, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 11.4.2. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem 11.4.1 acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 41 da Lei n.º 13.303/2016, sendo facultado à CODEVASF convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação do objeto de que trata este Edital, ou revogar a licitação. (art. 43, § 2º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006)
- 11.5. No julgamento dos documentos de habilitação o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação. (§ 3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005).
- 11.6. O desatendimento do licitante de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.
- 11.7. Se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 11.8. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada classificada para integrar o Sistema de Registro de Preços que vigorará em razão da presente licitação.

12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 12.1. Declarada a ordem de classificação, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. (Art. 26, caput, Decreto 5.450/2005).
- 12.2. Caso seja concedido o benefício estipulado no subitem 10.4.2 deste Edital, a abertura do prazo recursal em relação ao resultado do certame somente ocorrerá após a finalização do prazo determinado no referido subitem.
- 12.3. O acolhimento do recurso implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 12.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 12.5. Qualquer recurso administrativo contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 12.6. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL, à Rua Presidente Dutra, 160 – Centro – Petrolina/PE – CEP: 56.304-230 - Telefone: (87) 3866-7722 e 3866-7742, nos dias úteis, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h, horário local.
- 12.7. As razões dos recursos deverão ser apresentadas por escrito, tempestivamente, via sistema através do portal Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br) ou, caso haja algum problema de envio via sistema, no endereço acima, ou ainda por email: 3a.sl@codevasf.gov.br (adequar para o email da respectiva Secretaria Regional de Licitação), dirigidas ao Pregoeiro, que os analisará e quando mantiver sua decisão, encaminhará os autos à autoridade competente que, neste caso, deverá decidir sobre o recurso.
- 12.8. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem acima.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.
- 13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação dos itens aos proponentes vencedores pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
- 13.2.1. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório;
- 13.2.2. A autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição com vistas à verificação da aceitabilidade dos itens cotados, antes da homologação do certame.

14. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 14.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente da Codevasf será formalizada a Ata de Registro de Preços nos termos do Anexo IV deste edital, com a licitante classificada em primeiro lugar na disputa havida dos ITENS constante da Planilha Orçamentária, Anexo do Termo de Referência, Anexo I, parte integrante deste edital.
- 14.2. A Codevasf procederá ao encaminhamento da Ata de Registro de Preços, devidamente preenchida com os ITENS nos quais a licitante foi classificada em primeiro lugar, ao endereço eletrônico informado na proposta da mesma, que procederá a sua impressão e assinatura no prazo de 5 (cinco) dias úteis, remetendo-a a Codevasf para o endereço citado no subitem 1.3 deste edital.
- 14.3. O prazo previsto no subitem 14.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante a quem a mesma foi endereçada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Codevasf.
- 14.4. No caso da licitante se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital, o pregoeiro poderá obedecida a ordem de classificação, negociar com as licitantes seguintes, objetivando registrar preço dos ITENS para o(s) qual (is) houve a recusa de que trata este subitem.
- 14.5. Publicado o extrato da ata de registro de preços no Diário Oficial da União - DOU, a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 7.892/2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 14.6. A efetivação da Ata de Registro de Preços não obriga a Codevasf a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para qualquer aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro de preços preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 14.7. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços será exigida da licitante a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital.
- 14.8. O fornecedor beneficiário que não fizer a comprovação referida no subitem 14.5 acima terá sua proposta desclassificada, podendo a Codevasf convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os documentos habilitatórios e feita a negociação, assumir a colocação de primeira classificada na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

15. CONTRATAÇÃO

- 15.1. A contratação prescindirá da assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato, na forma do disposto no art. 73 da Lei nº 13.303/16, sendo substituída pela respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento - OF quando o objeto a ser contratado não exigir obrigações secundárias.
- 15.2. Em razão da natureza do produto a ser adquirido, será celebrado o contrato, conforme minuta que integra o presente Edital.
- 15.3. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a CODEVASF poderá convocar o Fornecedor Beneficiário, durante a validade da ata, para retirada da Nota de Empenho ou Contrato, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, ou a entregará diretamente, sujeito à aceitação do fornecedor beneficiário, em igual prazo, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 82 da Lei n.º 13.303/2016.
- 15.4. O prazo para a retirada na Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo Fornecedor Beneficiário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CODEVASF.
- 15.5. É facultado ao Pregoeiro, quando o fornecedor beneficiário não retirar ou aceitar a Nota de Empenho ou Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outro licitante, obedecida a ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.

16. CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 16.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas nos termos do art. 17 do Decreto 7.982/2013, ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 16.2. A Ata de Registro de preços poderá ser cancelada e iniciar outro processo licitatório, licitatório quando ocorrer as situações previstas no art. 20 do Decreto 7.982/2013.
- 16.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela CODEVASF, o fornecedor beneficiário será convocado pela CODEVASF para negociação do valor registrado em Ata.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 16.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 16.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 16.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- I. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - II. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 16.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17. CANCELAMENTO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1. O Fornecedor Beneficiário terá seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

17.1.1. A pedido, quando:

- I. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- II. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

17.1.2. Por iniciativa da CODEVASF, quando:

- I. O Fornecedor Beneficiário não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado;
- II. O Fornecedor Beneficiário perder qualquer condição de habilitação técnica exigida no processo licitatório;
- III. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- IV. O Fornecedor Beneficiário não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- V. O Fornecedor Beneficiário não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- VI. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.
- VII. Sofrer sanção prevista nos incisos III do caput do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

- 17.2. Em qualquer das hipóteses descritas na condição anterior, concluído o processo, a CODEVASF fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará ao Fornecedor Beneficiário a nova ordem de registro.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

17.3. A Ata de Registro de Preço, decorrente deste Pregão, será cancelada automaticamente:

17.3.1. Por decurso do prazo de vigência;

17.3.2. Quando não restarem fornecedores registrados.

18. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O prazo de validade dos preços apresentados é de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação da Ata de Registro de Preços, no Diário Oficial da União.

19. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

19.1. O prazo **máximo** para a entrega dos materiais será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da contratação ou Ordem de Fornecimento.

19.2. Os bens objeto desta licitação deverão ser entregues no depósito do CS-03, localizado no perímetro de irrigação Senador Nilo Coelho, distante 21 km do centro da cidade, conforme mapa no **item 4.1** dos Termos de Referência.

19.3. A Licitante vencedora deverá contatar a Superintendência Regional da CODEVASF – 3ª/SR, através da Gerência Regional de Infraestrutura – 3ª/GRD, fone (87) 3866-7737, em dias úteis, no horário das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, horário local, para informar ao Gerente, com antecedência mínima de 72 horas (setenta e duas) a respeito do dia e da hora previstas para entrega.

19.4. O meio de transporte e o acondicionamento dos bens devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

19.5. O transporte, a carga e a descarga dos bens serão de exclusiva responsabilidade da Licitante vencedora beneficiário da Ata de Registro de Preços, nem de equipamentos de movimentação para estas funções.

20. PARTICIPAÇÃO E ADESAO

20.1. A 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada no endereço disposto no subitem 1.4, é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preço e gerenciamento da Ata de Registro de Preço dele decorrente.

20.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta à 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decretos n.º 7.892/2013.

20.3. Caberá ao Fornecedor Beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, no caso da hipótese prevista na condição anterior, sem prejuízo dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

20.4. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes (art. 22, § 3º do Dec. 9.488/18).

- 20.5. O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 22, § 4º do Dec. 9.488/18).
- 20.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 20.7. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA:
- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
 - b) Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - c) Comunicar à Licitante, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos objetos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Licitante, por meio de comissão/serviços especialmente designado;
 - e) Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da Licitante;
 - f) Efetuar o pagamento à Licitante no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.
 - g) Permitir ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;
 - h) Notificar o fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
 - i) Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com aqueles praticados no mercado.
- 20.7.1. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Licitante com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Licitante, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 20.8. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO NA ATA:
- a) A Licitante deverá cumprir todas as obrigações constantes do edital, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:
 - b) Informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar o presente registro de preço;
 - c) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, procedência, prazo

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

de validade, número do contrato e dados bancários para pagamento (banco, nome e código da agência e conta corrente);

- d) O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, no caso de equipamentos;
- e) O fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços será responsável, na forma da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos decorrentes do fornecimento contratado.
- f) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Edital, objeto com avarias ou defeitos;
- g) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) Assinar a Ata de Registro de Preços e aceitar a respectiva nota de empenho ou contrato, no prazo estabelecido no edital;
- j) Manter as condições exigidas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- k) Pagar todos os tributos devidos em decorrência do fornecimento, bem como apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste Edital.

21. VALOR ORÇADO

- 21.1. O valor para aquisição é de **R\$ 20.533.913,44 (Vinte milhões, quinhentos e trinta e três mil, novecentos e treze reais e quarenta e quatro centavos)**, detalhado e especificado no Anexo I - Planilha de Especificações, Quantitativos e Preços, construída a partir das medianas obtidas nas consultas ao painel de preços do ministério do planejamento (<http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>), conforme orientação da instrução normativa 05 de 27/06/2014, bem como de cotações de mercado.
- 21.2. A indicação da dotação orçamentária somente é exigida para a formalização do Contrato ou instrumento equivalente, conforme estabelecido no art. 7º, § 2º do Decreto n.º 7.892, de 23/01/13.

22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 22.1. O pagamento será efetuado após a entrega e aceitação dos materiais/serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Fiscalização da CODEVASF, observados os subitens seguintes, em conformidade com os **itens 12 e 13** dos Termos de Referência, quanto a pagamento e fiscalização dos recebimentos.
- 22.2. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, nos termos do art. 69 inciso III da Lei 13.303/16.
- 22.3. A fatura só será liberada para pagamento depois de aprovada pela área gestora da 3ªSR da CODEVASF, e deverá estar isenta de erros ou omissões, sem o que será, de forma imediata, devolvida à licitante vencedora para correções.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 22.4. O documento de cobrança indicará obrigatoriamente o número e a data de emissão da(s) Nota(s) de Empenho, emitida(s) pela CODEVASF e que cubra(m) a aquisição dos materiais deste Pregão Eletrônico.
- 22.5. O pagamento será creditado em nome da licitante vencedora, mediante Ordem Bancária em Conta Corrente por ela indicada ou meio de Ordem Bancária para pagamento de fatura com Código de Barras, um vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital.
- 22.6. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF n.º 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem.
- 22.7. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 22.7.1. Ficam excluídos da hipótese referida no subitem anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 22.8. Atendido ao disposto nos itens anteriores a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento a do dia útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento do fornecimento, a partir da qual será observado o prazo estabelecido no subitem 22.2.
- 22.9. É de inteira responsabilidade da licitante vencedora a entrega a CODEVASF dos documentos de cobrança, acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada, que se não for atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.
- 22.10. A licitante vencedora, optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 22.11. Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.
- 22.12. Será considerado em atraso o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 22.2, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

I = (1+IM1/100)dx1/30x(1+im2/100) dx1/30x(1+imn/100) dx1/30x – 1, onde:

i= Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 22.12.1. Não sendo conhecido o índice para o período será utilizado, no cálculo, o último índice conhecido.
- 22.12.2. Quando utilizado o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.
- 22.12.3. Nos cálculos deverão ser utilizadas 5 (cinco) casas decimais.

23. MULTAS

- 23.1. A Licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 24.1 deste edital ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes penalidades:
- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - b) Multa moratória de 0,2% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 6%, no período de até 30 (trinta) dias;
 - c) Multa moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, no período superior a 30 (trinta) dias;
 - d) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, sendo que em caso de inexecução parcial, o mesmo percentual será aplicado de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - e) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
 - f) Declaração de inidoneidade, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 23.2. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 41, da Lei 13.303/16, a Licitante que:
- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
 - c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 23.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei 13.303/16 e subsidiariamente a Lei 9.784/1999.
- 23.3.1. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, observando-se o seguinte:
- a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 05 (cinco) dias;

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela licitante vencedora, esta será convocada a recolher ao Serviço de Finanças da Codevasf o valor total da multa, no prazo de 05 (cinco) dias contado a partir da data da comunicação.
- 23.3.2. A licitante vencedora terá um prazo inicialmente de 5 (cinco) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação da multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 23.3.3. Após o procedimento estabelecido no subitem anterior, o recurso será apreciado pelo Comitê de Gestão Executiva que poderá rejeitar ou não a multa.
- 23.3.4. Em caso de relevamento da multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 23.3.5. Caso a Diretoria Executiva da Codevasf mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

24. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 24.1. A(s) licitante(s) vencedora(s) responsabiliza-se (m), por si e por seus sucessores, pela garantia de que todos os bens fornecidos são novos, sem uso e livres de defeitos de projetos, de fabricação ou de material, obrigando-se a garanti-los integralmente nas condições estabelecidas nas especificações técnicas respectivas, no prazo mínimo de 12 (doze) meses, ou prazo superior fixado pelo fabricante, o qual deverá estar expresso na proposta, contado a partir da data da sua entrega à CODEVASF, no local de que trata o subitem 19.2 deste Edital;
- 24.2. Caso a garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido no subitem 25.1, a licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo tempo restante;
- 24.3. No caso dos bens motorizados, a licitante vencedora deverá garantir a disponibilização de assistência técnica própria ou credenciada pelo fabricante, conforme carta de solidariedade (Anexo II), referente ao fornecimento do bem a que concorrer, no estado de Pernambuco, por um período mínimo de 2 (dois) anos, contado a partir da data de entrega do mesmo à Codevasf.
- 24.4. A licitante vencedora deverá garantir a disponibilidade de componentes e peças de reposição para os bens fornecidos por um período mínimo de 2 (dois) anos, contado a partir da data de entrega dos mesmos à Codevasf.
- 24.5. A garantia abrange a manutenção corretiva dos bens, por intermédio de empresa credenciada pelo fabricante e de acordo com as normas técnicas específicas, a fim de manter os bens em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a CODEVASF.
- 24.6. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis (dois dias úteis), contadas da solicitação efetuada;
- 24.7. O término do atendimento, considerando a colocação dos bens em perfeito estado de uso, não poderá ultrapassar 05 (cinco) dias úteis do início do atendimento;
- 24.8. Decorridos os prazos estabelecidos nas alíneas acima, sem o atendimento devido, fica a CODEVASF autorizado a contratar esses serviços de outra empresa e a cobrar da(s)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

licitante(s) vencedora(s) os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos bens ofertados.

25. REVISÃO DE PREÇOS

- 25.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 81 da Lei 13.303/16 e conforme – Art. 17 do Decreto nº 7.892 de 23.01.13.

26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 26.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das cominações legais, o licitante que:
- a. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
 - b. Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documento falso;
 - c. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega de seu objeto da licitação sem motivo justificado;
 - d. Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
 - e. Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
 - f. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
 - g. Der causa à inexecução total ou parcial do contrato; ou
 - h. Não cumprir quaisquer das obrigações da Licitante.
- 26.2. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 41 da Lei 13.303/16.
- 26.3. Aplicar-se-á à presente licitação as sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no art. 41 da Lei 13.303/2016.
- 26.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 26.5. Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data de intimação ou da lavratura da ata da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração pública e declaração de inidoneidade.
- 26.6. Será aplicável sobre o valor total da contratação, cumulativamente ou não com outras sanções, multa na forma deste item, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 26.7. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar podem ser cumuladas com a de multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias corridos.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

27. CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

- 27.1. A Licitante deverá apresentar quando da assinatura do contrato o Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, devidamente assinado, conforme modelo constante do Anexo V deste Edital, sendo condição essencial para a referida assinatura.
- 27.2. O descumprimento do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, constante do Anexo VI deste Edital, por empregado da empresa Licitante, deverá ser comunicado formalmente ao representante legal da referida empresa.

28. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 28.1. O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:
- i. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2
 - ii. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - iii. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
 - iv. Não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

29. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 29.1. As licitantes poderão receber notificações deste Edital e seus Anexos, passando tais notificações a integrar os referidos documentos.
- 29.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 29.3. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 29.4. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 29.5. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com o objeto do pregão, observada a legislação.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

- 29.6. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços referentes aos fornecimentos extras. Fornecimentos extras não contemplados na planilha de preços do fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela autoridade competente.
- 29.7. O não atendimento às exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que, a critério do Pregoeiro, sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 29.8. Obrigações da Contratada e do CODEVASF conforme itens 15 e 16 dos Termos de Referência.
- 29.9. A CODEVASF poderá revogar a licitação quando nenhuma das propostas satisfizer o objetivo da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição, ou quando caracterizado o indício de colusão.
- 29.10. A CODEVASF poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente, e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
- 29.11. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura Ata de Registro de Preços ou do possível contrato.
- 29.12. Responsabiliza-se a licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier causar à CODEVASF e a terceiros, em decorrência do fornecimento do objeto.
- 29.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CODEVASF.
- 29.14. Para efeito da contagem dos prazos, o expediente na CODEVASF é das de 8 (oito) às 12 (doze) horas e das 13h30 (treze e trinta) às 17h30(dezessete e trinta) horas, de segunda a sexta-feira, sendo considerado intempestivo o recurso ou representação quando não recebido pelo Pregoeiro, via sistema do www.comprasgovernamentais.gov.br, ou pelo Protocolo da CODEVASF até às 17 (dezessete) horas do último dia do prazo recursal.
- 29.15. A inexecução total ou parcial do Contrato acarretará a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais, consoante prescrição nos artigos 82 a 84 da Lei n.º 13.303/2016.
- 29.16. A homologação do resultado deste Pregão não implicará direito à contratação.
- 29.17. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial as disposições da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, da Lei Complementar nº 123/2006 e dos Decretos nº 5.450/2005, 8.538/2015 e 7.892/2013 e alterações – Registro de Preços, e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei nº 13.303/16 e suas alterações posteriores.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES**

- 29.18. Este Edital e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a licitante vencedora, independente de transcrições.
- 29.19. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, em quaisquer das Varas Federais instaladas na cidade de Petrolina, será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Petrolina-PE, 25 de setembro de 2019.

**AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA
SUPERINTENDENTE REGIONAL
CODEVASF – 3.ª SR**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO
(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP)
EDITAL N.º 006/2019-3ª/SR**

ANEXO I

**TERMOS DE REFERÊNCIA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
(Gravado em arquivo separado)**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO
(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP)
EDITAL N.º 006/2019-3ª/SR**

ANEXO II

TERMO DE PROPOSTA E PLANILHA DE QUANTITATIVO E PREÇOS MÁXIMOS

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES**

ANEXO II

TERMO DE PROPOSTA

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE:

À

3a. Superintendência Regional da CODEVASF

Rua Presidente Dutra, 160 – Centro – Petrolina/PECEP: 56.304-230

Prezados Senhores,

Tendo examinado os documentos da presente licitação, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para o Edital - Pregão Eletrônico SRP nº ____/2019, que tem como objeto a constituição de Sistema de Registro de Preços – SRP para o fornecimento, carga, transporte e descarga de máquinas de construção pesadas para atendimento de diversas localidades, no âmbito da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, através de Sistema de Registro de Preços – SRP, através de Sistema de Registro de Preços – SRP, de conformidade com as especificações técnicas do referido Edital, para o ITEM ____, pelo valor total de R\$ _____ (VALOR TOTAL VENCEDOR, EM NUMEROS E POR EXTENSO, EM REAIS), de acordo com as Planilhas de Preços, que fazem parte integrante desta proposta:

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o fornecimento no prazo de ____ (.....) dias corridos, a contar da data de totalização do fornecimento.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas (____/____/2019), representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em pauta, e ainda, que concordamos plenamente com as condições constantes no presente Edital e seus anexos, e que nos preços propostos estão incluídos todos os tributos e despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o fornecimento.

Atenciosamente,

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
 3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES**

**ANEXO II
 PLANILHA DE QUANTITATIVO E PREÇOS MÁXIMOS**

| ITEM | CATMAT | DESCRIÇÃO | UNID | QTD | PREÇOS (R\$) | |
|------|--------|--|------|-----|--------------|--------------|
| | | | | | Valor Unit. | Subtotal |
| 1 | 225468 | Pá carregadeira sobre rodas, nova, equipada com motor diesel, potência mínima 125 HP ou unidade equivalente, tração 4x4, caçamba capacidade mínima 1,7 m³, cabine fechada com ar-condicionado, peso operacional mínimo 10.000 kg. Garantia mínima 12 meses. | un | 8 | 275.000,00 | 2.200.000,00 |
| 2 | 225486 | Motoniveladora com cabine fechada com ar-condicionado, motor diesel, potência mínima 140 HP ou unidade equivalente, transmissão mínima 6 velocidades a frente e 3 a ré, peso operacional mínimo 14.500 kg, lâmina largura mínimo de 3.500 mm. Ripper traseiro com três dentes. Garantia mínima 12 meses. | un | 8 | 459.838,95 | 3.678.711,60 |
| 3 | 130419 | Escavadeira Hidráulica sobre esteiras, nova, com cabine fechada e ar-condicionado, motor diesel, potência mínima 140 HP ou unidade equivalente, capacidade volumétrica da caçamba mínima 1,00 m³, peso operacional mínimo 20.000 kg. Garantia mínima 12 meses. | un | 8 | 447.000,00 | 3.576.000,00 |
| 4 | 130427 | Trator de esteiras, novo, equipado com motor diesel, potência mínima de 120 HP ou unidade equivalente, peso operacional mínimo 14.000 kg, lâmina mínimo 3000 mm x 1000 mm, RIPPER com 3 dentes. Garantia mínima 12 meses. | un | 8 | 609.999,99 | 4.879.999,92 |
| 5 | 73768 | Retroescavadeira sobre rodas, tração 4x4, motor diesel, potência bruta mínima 88 HP ou unidade equivalente, capacidade mínima da caçamba carregadeira 0,70 m³, peso operacional mínimo 6500 kg. Garantia mínima 12 meses. | un | 12 | 206.000,00 | 2.472.000,00 |
| 6 | 4294 | Caminhão basculante, potência mínima 160 CV, carga útil com equipamento mínimo 8500 kg. Com caçamba de capacidade volumétrica mínima 6,00 m³, protetor de cabine, tampa traseira basculante padrão com fechamento automático, assoalho em aço espessura mínima 4,50 mm, laterais em aço, pinos de cordas nas laterais, frente e traseira. Cilindro hidráulico central, com mangueiras para conexões, escada lateral, faixas reflexivas, sistema elétrico e lanternas conforme normas CNT. Emplacado e licenciado em nome da CODEVASF 3ª SR. Garantia mínima 12 | un | 8 | 232.884,99 | 1.863.079,92 |

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
 3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES**

| ITEM | CATMAT | DESCRIÇÃO | UNID | QTD | PREÇOS (R\$) | |
|------------------|--------|--|------|-----|--------------|----------------------|
| | | | | | Valor Unit. | Subtotal |
| | | meses. | | | | |
| 7 | 214905 | Caminhão toco, potência mínima 160 CV, capacidade de carga útil com equipamento mínima 8.250 kg. Com carroceria pipa capacidade mínimo 6.000 litros, tanque construído em aço, tratamento externo com tinta epóxi, suporte para fixar mangotes e válvulas de sucção, fixação através de vigas em aço carbono, bomba acionada por tomada força através de cardan para autocarregamento. Emplacado e licenciado em nome da CODEVASF 3ª SR. Garantia mínima 12 meses. | un | 8 | 233.015,25 | 1.864.122,00 |
| TOTAL R\$ | | | | | | 20.533.913,44 |

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
 3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO
 (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP)
 EDITAL N.º 006/2019-3ª/SR**

ANEXO II

PLANILHA DE PREÇOS – ANEXO DA PROPOSTA

(Modelo que deverá ser enviado como anexo da proposta de preço (subitem 7.1) e como modelo da Planilha atualizada (subitem 10.10, e no caso desse subitem deverá ser Enviado também o Termo de Proposta).

| ITEM | CATMAT | DESCRIÇÃO | UNID. | QTD | PREÇOS (R\$) | |
|----------|--------|--|-------|-----|--------------|----------|
| | | | | | Valor Unit. | Subtotal |
| 1 | 225468 | Pá carregadeira sobre rodas, nova, equipada com motor diesel, potênciamínima 125 HP ou unidade equivalente, tração 4x4, caçamba capacidade mínima 1,7 m³, cabine fechada com ar-condicionado, peso operacional mínimo 10.000 kg. Garantia mínima 12 meses. | un | 8 | | |
| 2 | 225486 | Motoniveladora com cabine fechada com ar-condicionado, motor diesel, potência mínima 140 HP ou unidade equivalente, transmissão mínima 6 velocidades a frente e 3 a ré, peso operacional mínimo 14.500 kg, lâmina largura mínimo de 3.500 mm. Ripper traseiro com três dentes. Garantia mínima 12 meses. | un | 8 | | |
| 3 | 130419 | Escavadeira Hidráulica sobre esteiras, nova, com cabine fechada e ar-condicionado, motor diesel, potência mínima 140 HP ou unidade equivalente, capacidade volumétrica da caçamba mínima 1,00 m³, peso operacional mínimo 20.000 kg. Garantia mínima 12 meses. | un | 8 | | |
| 4 | 130427 | Trator de esteiras, novo, equipado com motor diesel, potência mínima de 120 HP ou unidade equivalente, peso operacional mínimo 14.000 kg, lâmina mínimo 3000 mm x 1000 mm, RIPPER com 3 dentes. Garantia mínima 12 meses. | un | 8 | | |
| 5 | 73768 | Retroescavadeira sobre rodas, tração 4x4, motor diesel, potência bruta mínima 88 HP ou unidade equivalente, capacidade mínima da caçamba carregadeira 0,70 m³, peso operacional mínimo 6500 kg. Garantia mínima 12 meses. | un | 12 | | |
| 6 | 4294 | Caminhão basculante, potência mínima 160 CV, carga útil com equipamento mínima 8500 kg. Com caçamba de capacidade volumétrica mínima 6,00 m³, | un | 8 | | |

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
 3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES**

| ITEM | CATMAT | DESCRIÇÃO | UNID. | QTD | PREÇOS (R\$) | |
|------------------|--------|--|-------|-----|--------------|----------|
| | | | | | Valor Unit. | Subtotal |
| | | protetor de cabine, tampa traseira basculante padrão com fechamento automático, assoalho em aço espessura mínima 4,50 mm, laterais em aço, pinos de cordas nas laterais, frente e traseira. Cilindro hidráulico central, com mangueiras para conexões, escada lateral, faixas reflexivas, sistema elétrico e lanternas conforme normas CNT. Emplacado e licenciado em nome da CODEVASF 3ª SR. Garantia mínima 12 meses. | | | | |
| 7 | 214905 | Caminhão toco, potência mínima 160 CV, capacidade de carga útil com equipamento mínima 8.250 kg. Com carroceria pipa capacidade mínimo 6.000 litros, tanque construído em aço, tratamento externo com tinta epóxi, suporte para fixar mangotes e válvulas de sucção, fixação através de vigas em aço carbono, bomba acionada por tomada força através de cardan para autocarregamento. Emplacado e licenciado em nome da CODEVASF 3ª SR. Garantia mínima 12 meses. | un | 8 | | |
| TOTAL R\$ | | | | | | |

OBSERVAÇÃO: ESTA PLANILHA É MODELO. OS DADOS DA EMPRESA LICITANTE SÓ DEVERÃO SER PREENCHIDOS EM SUA PROPOSTA DEFINITIVA. O TERMO DE PROPOSTA ENVIADO NA PROPOSTA INICIAL CADASTRADA NO SISTEMA NÃO DEVERÁ CONTER DADOS QUE POSSAM IDENTIFICA-LA, PARA MANUTENÇÃO DO SIGILO DA LICITAÇÃO.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO
(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP)
EDITAL N.º 006/2019-3ª/SR**

ANEXO III

LOGOMARCA DA CODEVASF

A impressão da logomarca da Codevasf nos equipamentos que serão objetos de doação deverá obedecer o modelo a seguir:

1. Na confecção da logomarca serão utilizadas combinações das cores Pantone Verde(348) e Azul(286).
2. A fonte utilizada na palavra CODEVASF será Futura Bold.
3. Para a impressão usar os seguintes percentuais, conforme descrição abaixo:

A logomarca da codevasf pode ser encontrada no sítio eletrônico abaixo:

<https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/promocao-e-divulgacao/resolveid/b6015146201e4d259d962b800e3d6c0c>



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2019
PROCESSO Nº 59530.001007/2019-11

Aos ____ dias de _____ do ano de _____, a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF**, empresa pública federal criada pela Lei nº 6.088, de 16/07/1974, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, neste ato representada pelo Sr. AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA, Superintendente Regional da CODEVASF – 3ª SR, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 686097 - SSP/PE, CPF nº 104.654.134-04, residente e domiciliado em Petrolina-PE, nomeado pela Decisão nº _____, de ____ de _____ de 20____, nos termos e de acordo com a Lei nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 8.538/2015, Lei nº 13.303/16, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico nº ____/2019**, referente à constituição de **Sistema de Registro de Preços – SRP** Fornecimento, carga, transporte e descarga de máquinas de construção pesadas para atendimento de diversas localidades, no âmbito da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União e homologado pela Diretoria Executiva da CODEVASF, constante às fls. _____ do Processo nº _____, **RESOLVE** registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: _____, CNPJ nº _____, com sede no _____, telefone nº _____, fax nº _____, representada por seu _____, Sr. _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, residente e domiciliado em _____, RG nº _____, CPF nº _____, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com os itens a seguir elencados, com suas características e respectivas quantidades, mediante as condições seguintes:

| ITEM | DESCRIÇÃO | MARCA | UNID | QTD | PREÇOS MÁXIMOS (R\$) | |
|-------------|-----------|-------|------|-----|----------------------|-------|
| | | | | | UNITÁRIO | TOTAL |
| 01 | | | | | | |
| 02 | | | | | | |
| VALOR TOTAL | | | | | | |

1 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de validade dos preços apresentados é de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação da Ata de Registro de Preços, no Diário Oficial da União.

A existência de preços registrados não obriga a CODEVASF a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos materiais ou equipamentos em igualdade de condições.

2 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Admitir-se-á aos órgãos não participantes adesão ao Sistema de Registro de Preços – SRP, resultante desta licitação, **até 50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens que compõem as Planilhas I Anexo I, integrante deste Edital, não excedendo, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador (CODEVASF) e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, observadas as demais condições previstas no art. 22 do Decreto nº 7.892/2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento dos materiais e equipamentos desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3 – DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no Edital de Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº _00_/2019 e seus anexos.

4 – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador (CODEVASF) promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no inciso V do caput do art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador (CODEVASF) convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador (CODEVASF) poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e,
- b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador (CODEVASF) procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, e adotará as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a Nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) Sofrer sanção prevista no incisos III do caput do art. 83 da Lei nº 13.303, de 2016, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” do item 4 acima será formalizado por processo administrativo específico da CODEVASF, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou,
- b) A pedido do fornecedor.

A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência.
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

Em quaisquer das hipóteses acima, a CODEVASF fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores a nova ordem de registro.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES**

5 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela CODEVASF em conformidade com o disposto no item 20 do Edital.

6 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no item 24 do Edital, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.

10 – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Sr. Presidente da CODEVASF, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº ____/2019, seus anexos, e a proposta da empresa: _____ classificada em 1º lugar no certame supramencionado.

O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Petrolina, Estado de Pernambuco será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei nº 13.303/2016 e demais normas aplicáveis.

Petrolina-PE, ____ de ____ de 2019.

AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA
SUPERINTENDENTE REGIONAL
CODEVASF – 3.ª SR

REPRESENTANTE:
EMPRESA:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO
(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP)
EDITAL N.º 006/2019-3ª/SR

ANEXO V

TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA
CODEVASF

Nº do Instrumento (contrato, convênio ou instrumento congênere):

Período de Vigência do Instrumento:

Finalidade do Instrumento:

A pessoa física/jurídica _____, CPF/CNPJ nº _____, por meio de seu representante legal abaixo subscrito, vem afirmar aderência, ciência e concordância com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las integralmente, bem como fazer com que seus empregados o façam quando no exercício de suas atividades nas dependências da Codevasf ou para a Empresa.

Compreendo que o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o serviço público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção e conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf sobre qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

- Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>

- Comissão de Ética da Codevasf: etica@codevasf.gov.br.

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

Brasília, ____ de _____ de _____.

Assinatura do responsável/representante legal

Nome completo: XXXXXXXXXXXXX

CPF: XX.XXX.XXX-XX

Cargo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SL – SECRETARIA REGIONAL DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO ELETRÔNICO
(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP)
EDITAL N.º 006/2019-3ª/SR**

ANEXO VI

CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

(Gravado em arquivo separado)



Fls.: _____
Proc.: 59510.001105/2018-14

1ª/SL

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

Vinculada ao Ministério da Integração Nacional - MI
Av. Geraldo Athayde, n.º 483, Alto São João – Montes Claros/MG – CEP 39400-292
TEL: (38) 2104-7823 - FAX: (38) 2104-7824 - e-mail: 1a.sl@codevasf.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO
(Sistema de Registro de Preços – SRP)
EDITAL n.º 042/2018

**CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
– SRP PARA O FORNECIMENTO DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS PESADOS DESTINADOS AO
ATENDIMENTO A DIVERSOS MUNICÍPIOS E
COMUNIDADES RURAIS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 1ª
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF –
ESTADO DE MINAS GERAIS.**

1ª/SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

PREGÃO ELETRÔNICO – PROCESSO Nº 59510.001105/2018-14
EDITAL N.º 042/2018
A V I S O

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, por intermédio de Pregoeiro devidamente designado, torna público aos interessados que na data, horário e local abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, para efetuar Registro de Preços, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

OBJETO: Constituição de Sistema de Registro de Preços – SRP para o fornecimento de máquinas e equipamentos pesados destinados ao atendimento a diversos municípios e comunidades rurais da área de atuação da 1ª Superintendência Regional da CODEVASF – Estado de Minas Gerais.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar deste Pregão os interessados que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e que estejam obrigatoriamente cadastrados no SICAF e credenciados no www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: Estarão disponíveis nos sítios www.codevasf.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br onde poderão ser retirados gratuitamente. Caso as licitantes não consigam fazer o download pelos sítios, poderão obtê-los junto à Secretaria Regional de Licitações - 1ª/SL da **Codevasf**, no horário de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira, localizada na Av. Geraldo Athayde, n.º 483, Alto São João, em Montes Claros/MG, contra apresentação de uma mídia CD/ROM para gravação.

INCLUSÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: A partir da disponibilização do Edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br até às **10h00 (dez horas) do dia 27 (vinte e sete) de novembro de 2018**, respeitado o interregno mínimo de 08 (oito) dias úteis entre a última publicação do Aviso do Edital e a efetiva realização da sessão pública do pregão.

DATA E HORÁRIO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS (INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA): ÀS **10h00 (DEZ HORAS) DO DIA 27 (VINTE E SETE) DE NOVEMBRO DE 2018 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).**

LOCAL DA SESSÃO: www.comprasgovernamentais.gov.br

ÓRGÃO GERENCIADOR: Codevasf/1ªSR – UASG n.º 195005

OBSERVAÇÃO: As empresas que retirarem o Edital através da Internet deverão proceder ao preenchimento da Guia de Retirada de Edital (ANEXO VIII) que se encontra na última página deste documento, remetendo-a através do FAX (38) 2104-7824 ou e-mail: 1a.sl@codevasf.gov.br.

Montes Claros(MG), 13 de novembro de 2018.

ALDIMAR RODRIGUES FILHO
Superintendente Regional – **Codevasf/1ª SR**

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

ÍNDICE

1. OBJETO/LEGISLAÇÃO
2. DESCRIÇÃO GERAL
3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS
5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
6. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO
7. PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL - INCLUSÃO
8. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS INICIAL
9. FASE COMPETITIVA DOS LANCES
10. ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS
11. HABILITAÇÃO
12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
14. CADASTRO DE RESERVA
15. FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
16. CONTRATAÇÃO
17. CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO
18. CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS
19. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
20. PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
21. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA
22. LOCAL DE ENTREGA, CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE
23. OBRIGAÇÕES
24. ADESÕES PRÉVIAS E SUBSEQUENTES
25. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
26. MULTAS
27. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
28. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
29. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS BENS
30. VALOR ORÇADO
31. CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
32. DISPOSIÇÕES GERAIS

A N E X O S

- ANEXO I** – TERMOS DE REFERÊNCIA
ANEXO II – PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS
ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO IV – TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
ANEXO V – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
ANEXO VI – CARACTERÍSTICAS DA LOGOMARCA DA CODEVASF
ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO
ANEXO VIII – GUIA DE RETIRADA DE EDITAL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

- CODEVASF -

**PREGÃO ELETRÔNICO
(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP)**

EDITAL N.º 042/2018

PROCESSO N.º 59510.001105/2018-14

INCLUSÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: A partir da disponibilização do Edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br até às **10h00 (dez horas) do dia 27 (vinte e sete) de novembro de 2018**, respeitado o interregno mínimo de 08 (oito) dias úteis entre a última publicação do Aviso do Edital e a efetiva realização da sessão pública do pregão.

DATA E HORA DE DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS (INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA): a partir das **10H00 (DEZ HORAS) DO DIA 27 (VINTE E SETE) DE NOVEMBRO DE 2018 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**.

LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br

ÓRGÃO GERENCIADOR: Codevasf/1ªSR – UASG n.º 195005

1. OBJETO/LEGISLAÇÃO

- 1.1. A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – **Codevasf**, por intermédio de sua 1ª Superintendência Regional, com sede na cidade de Montes Claros, estado de Minas Gerais, torna público aos interessados que na data, horário e local estabelecidos no presente Edital, fará realizar licitação para a constituição de Sistema de Registro de Preços – SRP para o fornecimento de máquinas e equipamentos pesados destinados ao atendimento a diversos municípios e comunidades rurais da área de atuação da 1ª Superintendência Regional da CODEVASF – Estado de Minas Gerais.
- 1.2. Esta licitação, na modalidade de “**PREGÃO ELETRÔNICO**”, do tipo “**MENOR PREÇO POR ITEM**” e pelo “**Sistema de Registro de Preços**”, será realizada por meio da Internet e observará as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como nos preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores, da Lei n.º 11.488/2007, dos Decretos n.ºs 5.450/2005, 8.538/2015 e, especialmente, pelos Decretos n.º 7.892/2013, n.º 8.250/2014 e n.º 9.488/2018, regulamentadores do Sistema de Registro de Preços, aplicando-se, subsidiariamente, os dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

1ª/SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

- 1.3. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados nos sítios www.codevasf.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br onde poderão ser retirados gratuitamente. Caso as licitantes não consigam fazer o download pelos sítios, poderão obtê-los junto à Secretaria Regional de Licitações - 1ª/SL da **Codevasf**, no horário de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira, localizada na Av. Geraldo Athayde, n.º 483, Alto São João, em Montes Claros/MG, contra apresentação de uma mídia CD/ROM ou PEN DRIVE para gravação.
- 1.4. As empresas que retirarem o Edital através da Internet deverão proceder ao preenchimento da Guia de Retirada de Edital (ANEXO VIII) que se encontra na última página deste documento, remetendo-a através do FAX (38) 2104-7824 ou e-mail: 1a.sl@codevasf.gov.br. **As licitantes interessadas ficam, desde já, NOTIFICADAS da necessidade de acessar o sítio da Codevasf (www.codevasf.gov.br) para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos relativos a este Edital.**

2. DESCRIÇÃO GERAL

- 2.1. Os bens ora licitados são aqueles cujas especificações técnicas e quantitativos estão descritos nos TERMOS DE REFERÊNCIA (ANEXO I) e na PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS (ANEXO II) integrantes deste Edital, a serem observados criteriosamente pelas licitantes, e estão distribuídos em **8 (OITO) itens**.
- 2.1.1. Os bens ofertados deverão ser originais de fábrica, não se admitindo, em hipótese alguma, produtos reconicionados, remanufaturados, reciclados ou pirateados, sob pena de desclassificação da proposta e/ou do não recebimento dos mesmos quando de suas entregas.
- 2.1.2. Os bens ora licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (Lei nº 4.150, de 21.11.62), no que couber, e, principalmente, no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e que estejam **obrigatoriamente** cadastradas no SICAF e credenciadas no www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico, devendo, para tanto, declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, obedecidas, inclusive, as especificações técnicas e quantitativos previstos na Planilha de Preços Máximos (ANEXO II) deste Edital.
- 3.1.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, Decreto n.º 8.538/2015 e Lei n.º 11.488/2007, devendo declarar, em campo próprio no sistema eletrônico, sob as penas Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu art. 3º e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar, a saber:

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

- a) De forma **EXCLUSIVA (COTA DE ATÉ 25%)** para os itens: **2, 4, 6 e 8;**
 - b) De forma **PREFERENCIAL** nas cotas principais representadas pelos itens: **1, 3, 5 e 7.**
- 3.1.2. Admitir-se-á ainda a participação de empresas estrangeiras autorizadas a operar no país, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.
- 3.1.3. Não será permitida a participação de empresas:
- a) Em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
 - b) Que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com a **Codevasf e União** e que tenham sido declaradas inidôneas, por órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
 - c) Cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários ou ocupantes de função gratificada na **Codevasf**;
 - d) Sob a forma de consórcio.
- 3.1.4. A participação na licitação implica na aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e seus Anexos e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 3.2. Caberá à licitante interessada em participar deste Pregão Eletrônico:
- a) credenciar-se no SICAF;
 - b) remeter, no prazo estabelecido no subitem 7.1 deste Edital, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta de preços;
 - c) responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à **Codevasf** responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 13, inciso III, do Decreto 5.450/05);
 - d) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005);
 - e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a viabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1ª/SL

- f) utilizar-se de chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
 - g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 3.3. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos objeto desta licitação.

4. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

- 4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a quaisquer elementos deverão ser enviados ao Pregoeiro até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico via Internet no e-mail 1a.sl@codevasf.gov.br, ou através do Fax n.º (38) 2104-7824. Consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.
- 4.2. Analisando as consultas, a **Codevasf** deverá esclarecê-las e, acatando-as, **no prazo máximo de 3 (três) dias úteis**, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus anexos, comunicando sua decisão, também por meio eletrônico, via Internet, nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e www.codevasf.gov.br, divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 4.2.1. As eventuais alterações e esclarecimentos também estarão disponíveis nos sítios www.codevasf.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br, para consulta dos interessados.
- 4.3. As licitantes deverão, além das informações específicas requeridas pela **Codevasf**, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas normas conhecidas que assegurem qualidade igual ou superior às indicadas na descrição geral do fornecimento contida na Planilha (ANEXO II), parte integrante deste Edital.
- 4.4. As licitantes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam, de algum modo, afetar o fornecimento dos bens, seus custos e prazos.
- 4.5. A apresentação da proposta tornará evidente que a licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus Anexos, que a comprovou e a encontrou correta. Evidenciará, também, que a licitante obteve da **Codevasf**, satisfatoriamente, as eventuais informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta apresentada, implicando na aceitação plena de suas condições.

5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 5.1. Até **2 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão na forma eletrônica.

1º/SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

5.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contado da data do pedido da impugnação.

5.3. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto n.º 5.450/2005), devendo ser providenciado no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.2. O credenciamento das licitantes dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (art. 3º, § 6º, do Decreto n.º 5.450/2005).

6.4. A perda da senha ou quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a **Codevasf** responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto n.º 5.450/2005).

6.6. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas distintas por meio de um único representante.

7. PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL

7.1. Após a divulgação do Edital no portal www.comprasgovernamentais.gov.br, a licitante deverá incluir sua Proposta de Preços, e no campo correspondente dentro do sistema eletrônico denominado “**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado**” deverá descrever as especificações técnicas dos bens a serem ofertados, em língua portuguesa, **indicando, obrigatoriamente, a marca, fabricante, modelo/versão** e quaisquer outras informações afins que julgar necessárias ou convenientes, não sendo aceitas adaptações, modificações e alterações não previstas nos seus manuais, estando de acordo com as exigências técnicas deste edital, contemplando os preços unitário e total, estando incluídos todos os impostos, taxas e despesas tais como transporte, carga, descarga, seguro e quaisquer outros incidentes sobre o objeto deste Pregão a que a licitante estará concorrendo, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico** (art. 21, caput, Decreto n.º 5.450/2005).

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

- 7.1.1. Havendo divergência entre a descrição dos bens constantes na “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” no sistema no portal www.comprasgovernamentais.gov e a descrição contida na Planilha de Preços Máximos (ANEXO II), prevalecerá sempre a descrição contida na Planilha.
- 7.1.2. Os preços deverão ser cotados por item e em reais (R\$), em valores unitários, em conformidade com as especificações contidas na Planilha de Preços Máximos (ANEXO II), observado o preço máximo que a **Codevasf** se dispõe a pagar por cada item, sendo aceitas propostas para um, mais de um ou todos os itens do escopo de fornecimento relacionados na mencionada Planilha.
- 7.1.3. Os bens, onde couber, deverão ser identificados, por impressão direta (pintura), em locais visíveis, com dimensão proporcional às dimensões do bem identificado, de forma a garantir a visualização rápida e clara dos termos da impressão, com a expressão “DOAÇÃO” acrescido da logomarca da **Codevasf** (ANEXO VI) deste Edital, sendo que nos bens de maior porte a identificação ocorrerá em pelo menos dois locais distintos.
- 7.1.4. O transporte, carga e descarga dos bens ora licitados, assim como a montagem (quando necessária), serão de exclusiva responsabilidade da licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços.
- 7.1.5. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os bens serem entregues à **Codevasf** sem ônus adicional.
- 7.1.5.1. Por não ser a **Codevasf** contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.
- 7.1.6. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura deste Pregão, sujeita a revalidação por idêntico período.
- 7.1.7. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente incluída no sistema.
- 7.1.8. Incluída a proposta, ainda que omissa em sua descrição no sistema no campo correspondente denominado “**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado**”, a licitante compromete-se a realizar os fornecimentos, objeto deste Edital, sem preterição do que consta no Anexo I – PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS, integrante deste Edital.
- 7.1.9. As propostas inseridas no sistema eletronicamente no campo denominado “**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado**”, não deverão contemplar informações do tipo “**Conforme Edital**”, “**Conforme Especificações Técnicas**”, “**De acordo com as exigências do Órgão**”, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, tendo em vista que tais descrições dificultam a identificação, pelo Pregoeiro, do real objeto proposto pela licitante.

1º/SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

7.2. As propostas deverão contemplar os itens objeto deste Edital que a licitante se propõe fornecer, observando todas as descrições, características técnicas e demais recomendações constantes das especificações contidas na Planilha de Preços Máximos (ANEXO II), integrante deste Edital.

7.3. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS INICIAL

8.1. **A PARTIR DAS 10H00 (DEZ HORAS) DO DIA 27 (VINTE E SETE) DE NOVEMBRO DE 2018 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**, e em conformidade com o subitem 7.1 deste Edital, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico n.º 042/2018 - 1º/SR**, com a divulgação das Propostas de Preços incluídas e aceitas pelo sistema.

8.1.1. O Pregoeiro, com assessoria de sua Equipe de Apoio, designados pelo Superintendente Regional da 1ªSR/**Codevasf**, analisará as Propostas de Preços Iniciais divulgadas pelo sistema, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital (§ 2º do art. 22 do Decreto nº 5.450/2005), bem como aquelas que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento, dando assim início à etapa de lances, conforme previsto neste Edital e de acordo com o Decreto n.º 5.450/2005.

8.1.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.1.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9. FASE COMPETITIVA DOS LANCES

9.1. Classificadas as Propostas de Preços Iniciais, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances (art. 13, inciso III, do Decreto 5.450/2005).

9.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005).

9.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos observados o horário fixado para seu início e as regras de aceitação dos mesmos.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

- 9.5. **A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, podendo disputar os 2.º, 3.º, 4.º lugares e assim sucessivamente, se houver.**
- 9.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.7. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.
- 9.8. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.8.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.8.2. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 9.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.9.1. Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o Pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento aos licitantes, informando que após transcorridos 30 (trinta) minutos, a contar do aviso do Pregoeiro, a qualquer momento a etapa de lances será encerrada.
- 9.10. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta, pelo sistema eletrônico, diretamente à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.10.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 9.11. **Desempate – Benefícios às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:**
- 9.11.1. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Art. 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006) nas cotas principais representadas pelos itens **1, 3, 5 e 7**.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

- 9.11.1.1. EXCETUAM-SE da preferência de que trata o subitem 9.11.1 acima os demais itens, por estarem destinados à disputa exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- 9.11.1.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam em até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 9.11.1.3. Para efeito do disposto no subitem 9.11.1 deste Edital (Art. 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006), ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada pelo próprio sistema no portal www.comprasgovernamentais.gov.br, no prazo máximo de **5 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, para apresentar nova proposta, inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
 - b) Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 supra mencionada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 retro mencionada, os lances serão ofertados de acordo com a ordem de classificação definida pelo próprio sistema.
- 9.11.2. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 9.11.1 acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 9.11.3. A condição prevista no subitem 9.11.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- 9.12. **Cota de até 25% (vinte e cinco por cento):**
- 9.12.1. Fica estabelecida a disputa para a cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento), prevista nos **itens 2, 4, 6 e 8 da Planilha de Preços Máximos (ANEXO II)**, exclusivamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, observadas as seguintes condições:
- a) O estabelecimento da cota não impede a contratação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na totalidade do objeto;
 - b) Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas ocorrerá pelo menor preço.
- 9.12.2. Face à momentânea inadequação do sistema SIASG no portal www.comprasgovenamentais.gov.br à previsão do § 2º, art. 8º do Decreto n.º 8.538/2015, esta não será aplicada, observando-se tão somente a condição prevista na alínea “b” do subitem 9.12.1 deste Edital.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1ª/SL

- 9.13. O Pregoeiro poderá anunciar a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 9.14. Não havendo vencedor, o(s) item(ns) será(ão) considerado(s) deserto(s) ou frustrado(s) e será(ão) cancelado(s).

10. ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 10.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, ordenada pelo sistema, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a viabilidade de sua aceitação, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos. (art. 25 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 10.2. A Proposta de Preços, incluída no sistema nos termos determinados pelo subitem 7.1 deste Edital, deverá ser **REFORMULADA, após encerrada a fase de disputa dos lances, e enviada eletronicamente via sistema do portal www.comprasgovernamentais.gov.br**, concedendo-se, para esta providência, **o prazo de 2 (duas) horas úteis, contado a partir da convocação realizada pelo Pregoeiro**, com a composição do(s) item(ns), compreendendo a descrição do objeto, bem como todas as demais informações afins julgadas necessárias ou convenientes pela licitante declarada vencedora, e contemplando os valores unitário e total, devidamente atualizados, na qual deverá ainda constar explicitamente as seguintes informações:
- a) Razão Social e endereço completo da licitante, número de telefone e fax, CNPJ e e-mail para o qual deverá ser encaminhada a Ata de Registro de Preços;
 - b) Nome e qualificação do representante legal que assinará a Ata de Registro de Preços e o possível Contrato a ser firmado com a **Codevasf**;
- 10.2.1. No julgamento das propostas o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das mesmas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e aceitação. (§ 3º do art. 26 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 10.2.2. Não se admitirá proposta que apresentar unitário ou global simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, salvo por justificativa fundamentada.
- 10.2.3. Se a Proposta de Preços Reformulada da licitante classificada em primeiro lugar na disputa não for aceita, deverá ser desclassificada, e assim sucessivamente, dando ensejo para que o Pregoeiro, ainda na fase de aceitação, promova consulta às demais propostas, obedecida a ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 10.2.3.1. **Sempre que uma Proposta de Preços Reformulada for desclassificada, caberá ao Pregoeiro, ao consultar as demais licitantes classificadas, promover gestões no sentido de negociar os preços ofertados objetivando alcançar oferta que equivalha ao valor ofertado pela licitante classificada em primeiro lugar na disputa dos respectivos itens.**

1º/SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

- 10.2.3.2. Na negociação a que se refere o subitem 10.2.3.1, caso o Pregoeiro não logre êxito quanto à consecução do menor valor ofertado para cada item da disputa, a aceitação de proposta só poderá ocorrer se o valor ofertado pela licitante for igual ou menor que o valor de referência da **Codevasf**, em conformidade com a Planilha de Preços Máximos (ANEXO II), integrante deste Edital.
- 10.2.4. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez aceitas as propostas de preços.
- 10.2.5. A Proposta de Preços Reformulada, de que trata o subitem 10.2 acima, **deverá ser encaminhada em original no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, para o endereço contido no subitem 1.3 deste Edital, contado da data da ADJUDICAÇÃO pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação da proposta.

11. HABILITAÇÃO

- 11.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, as licitantes classificadas em primeiro lugar em cada um dos itens disputados, desde que aceita pelo Pregoeiro, deverá comprovar a situação de regularidade de acordo com o que segue:

11.1.1. Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, e Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Verificação, "on line", junto do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, conforme a IN n.º 02/2010 – SLTI/MPOG, da documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS, SEGURIDADE SOCIAL – INSS e REGULARIDADE TRABALHISTA), e da habilitação parcial (RECEITA ESTADUAL e RECEITA MUNICIPAL).

a-1) Ao se constatar no SICAF que algum ou todos os documentos citados na alínea “a” acima estão com prazo de validade vencido, as licitantes deverão apresentá-los com prazo de validade em vigor, sob pena de inabilitação;

a-2) Se porventura, quando da verificação “on line” no SICAF, constatar-se que o cadastramento da licitante vencedora encontra-se vencido, a mesma deverá encaminhar a **Codevasf**, além dos documentos citados na alínea “a” acima, e “b” abaixo, a cópia dos seguintes documentos:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1ª/SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

- a-3) Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta formulada nos sítios correspondentes.
- b) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física.
- b1) Em se tratando de filial, deverá ser apresentada certidão do foro da matriz, considerado o teor do art. 3º da Lei n.º 11.101/2005.
- b2) Para facilitar a verificação da autenticidade do documento apresentado, pede-se que seja apresentada, também, como contribuição para o processo, certidão da Corregedoria local indicando quais são os cartórios existentes na região para o fim especificado.
- 11.1.2. A apresentação dos documentos de que tratam as alíneas “a-1”, “a-2” e “b” acima, se fará **por meio eletrônico, via sistema do portal www.comprasgovernamentais.gov.br**, ou, poderá ser **enviada para o e-mail: 1a.sl@codevasf.gov.br**, ou ainda ser entregue diretamente na Secretaria Regional de Licitações – 1ª/SL, localizada na Av. Geraldo Athayde, n.º 483, Alto São João, em Montes Claros/MG, concedendo-se, para esta providência, **o prazo de 2 (duas) horas úteis, contado a partir da convocação realizada pelo Pregoeiro**, e, no que couber, deverá ser em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou então por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 1ª/SL ou pelo Pregoeiro formalmente designado para conduzir esta licitação, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial, sendo que os documentos emitidos via Internet terão sua veracidade confirmada através de consulta realizada nos sítios correspondentes.
- 11.2. **Habilitação: Benefícios às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:**
- 11.2.1. Nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto n.º 8.538/2015, em se tratando das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista de que trata a alínea “a” do subitem 11.1.1 deste Edital obedecerá ao seguinte:
- 11.2.1.1. Será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação. **Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.** (art. 43, caput da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, e alterações posteriores).
- 11.2.1.2. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem 11.2.1 acima, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, observando-se o procedimento definido no Decreto 8.538/2015. (art. 4º, § 1.º, do Decreto n.º 8.538/2015)

1º/SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

- 11.2.1.3. Para aplicação do disposto no subitem 11.2.1.2 acima, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação, mediante convocação do Pregoeiro.
- 11.2.1.4. A prorrogação do prazo previsto no subitem 11.2.1.2 poderá ser concedida, a critério da **Codevasf**, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 11.2.1.5. A não regularização da documentação no prazo previsto, considerada a possível prorrogação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, sendo facultado a **Codevasf** convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, ou revogar o certame. (art. 4º, § 5º, do Decreto n.º 8.538/2015)
- 11.2.1.6. **Declarações a serem enviadas através do sistema no portal www.comprasgovernamentais.gov.br:**
- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, sendo que a **Codevasf** procederá verificação junto ao sítio www.portaltransparencia.gov.br no intuito de verificar a inexistência de impedimento da empresa participante em licitar e contratar com a Administração Pública;
 - b) Declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, conforme o inciso VI do art. 14 do Decreto nº 5.450/2005, ou seja, que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores;
 - c) Declaração de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, com base no que preceitua o art. 11º do Decreto n.º 6.204/2007;
 - d) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de acordo com o determinado na IN 02/2009, de 16/09/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU do dia 17/09/2009;
 - e) Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referentes ao **Pregão nº ____/2018** da UASG 195005 - CIA DE DESENV. DO V. DO SAO FRANCISCO-M.CLAROS-MG;
 - f) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.
- 11.2.1.7. A não apresentação ou a não comprovação de regularidade de qualquer dos documentos indicados no subitem 11.1.1 deste Edital implicará a inabilitação da licitante.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

- 11.2.1.8. A validade das certidões referidas no subitem 11.1.1 corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a **Codevasf** convenciona o prazo como sendo o de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante em comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante a juntada de norma legal pertinente.
- 11.2.1.9. Caso a(s) certidão(ões) expedidas pela(s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja(m) POSITIVA(S), deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou sejam juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens, com data de emissão não superior a **90 (noventa) dias** da data de recebimento das propostas.
- 11.2.1.10. Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer à empresa que efetivamente executará os fornecimentos, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, com exceção de Atestados de Capacidade Técnica, da Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial citada na alínea “b” do subitem 11.1.1 deste Edital, bem como da CND junto ao INSS e do CRF junto ao FGTS, sendo que, neste último caso, deverá comprovar que os recolhimentos de FGTS são centralizados.
- 11.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos no subitem 11.1.1 deste Edital, no que couber.
- 11.4. No julgamento dos documentos de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação. (§ 3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005).
- 11.5. Se no julgamento da “Documentação de Habilitação” a licitante classificada em primeiro lugar for INABILITADA, o Pregoeiro voltará no sistema à fase de “ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS” e desclassificará a sua Proposta de Preços.
- 11.5.1. Em seguida, obedecida a ordem de classificação e identificada a nova proposta que atenda ao Edital, consideradas as condições estabelecidas no item 10 (dez) deste Edital, aplicar-se-á à mesma os procedimentos previstos no subitem 11.1.1 e seguintes deste instrumento convocatório, até a apuração da licitante que seja HABILITADA no julgamento da “Documentação de Habilitação”.
- 11.6. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital relativas à “Proposta de Preços” e “Documentação de Habilitação”, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) da disputa do(s) item(ns) correspondente(s) e passará a integrar o Sistema de Registro de Preços que vigorará em razão da presente licitação, assinando a(s) subsequente(s) e respectiva(s) Ata(s) de Registro de Preços.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1ª/SL

- 11.7. A “Documentação de Habilitação” em original ou cópia autenticada das empresas declaradas vencedoras, que se refere àquela não emitida pelo sistema ou pelos sítios da Internet, deverão ser remetidas a Secretaria Regional de Licitações – 1ª/SL, localizada no endereço citado no subitem 1.3 deste Edital, **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, contado da data da ADJUDICAÇÃO pelo Pregoeiro, sob pena de inabilitação.
- 11.8. Não havendo licitante habilitada, o(s) item(ns) será(ão) cancelado(s), por ser(em) considerado(s) deserto(s) ou frustrado(s).
- 12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**
- 12.1. DA INTENÇÃO DE RECURSO: Após a habilitação da empresa vencedora, durante a sessão pública e em campo próprio do sistema, as demais licitantes poderão se manifestar, de forma imediata e **motivada**, quanto à intenção de recorrer da decisão do Pregoeiro, que a analisará visando sua aceitação ou recusa, manifestação essa que poderá ocorrer até o fechamento do prazo para intenção de recurso, definido pelo Pregoeiro no próprio sistema.
- 12.2. DAS RAZÕES DE RECURSO: Encerrado o prazo de fechamento para intenção de recurso no sistema, as licitantes, cujas intenções tenham sido aceitas pelo Pregoeiro, deverão enviar, em campo próprio do sistema do portal www.comprasgovernamentais.gov.br, **no prazo de até 3 (três) dias úteis**, as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. (art. 26 do Decreto n.º 5.450/2005)
- 12.2.1. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na Secretaria Regional de Licitações – 1ª/SL, no endereço citado no subitem 1.3, nos dias úteis, no horário de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 18h00 horas.
- 12.2.2. A Intenção de Recurso citada no subitem 2.1 acima, bem como as Razões de Recurso de que trata o subitem 12.2 só serão realizadas a partir do cumprimento do que está previsto nos subitens 11.2.1.2 e 11.2.1.4 deste Edital.
- 12.3. **As licitantes interessadas ficam, desde já, NOTIFICADAS da necessidade de acompanhar os recursos no portal www.comprasgovernamentais.gov.br, para ciência das decisões do Pregoeiro, e, quando for o caso, do Superintendente Regional da 1ªSR/Codevasf.**
- 12.4. Em caso de se constatar a não funcionabilidade do sistema, a **Codevasf/1ªSR**, por meio do Pregoeiro designado para condução do certame licitatório, promoverá a reabertura dos prazos inicialmente previstos, concedendo novamente às licitantes a oportunidade de se manifestarem, quer seja com a apresentação da Intenção de Recurso, quer seja pela apresentação das Razões de Recurso.
- 12.5. O acolhimento do recurso implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 12.6. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora do certame.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1ª/SL

- 12.7. Qualquer recurso administrativo contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 12.8. Não serão considerados os recursos interpostos ou entregues após os respectivos prazos legais estabelecidos neste instrumento convocatório.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. A adjudicação dos itens do presente Edital, pelo Pregoeiro, será inviabilizada sempre que houver a aceitabilidade das Razões de Recurso, sendo que, neste caso, a adjudicação será realizada pelo Superintendente Regional da 1ªSR/Codevasf.
- 13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da Diretoria Executiva da Codevasf e só poderá ser realizada depois da adjudicação dos itens às licitantes vencedoras pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pelo Superintendente Regional da 1ªSR/Codevasf.
- 13.2.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Diretoria Executiva da Codevasf homologará o procedimento licitatório.
- 13.2.2. A Diretoria Executiva da Codevasf poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição com vistas à verificação da aceitabilidade dos itens cotados, antes da homologação do certame.

14. CADASTRO DE RESERVA

- 14.1. Após a homologação da licitação pela Diretoria Executiva da **Codevasf**, as licitantes serão convocadas a se manifestar, via sistema, acerca do interesse em cotar os bens em disputa com preço igual ao da licitante classificada em primeiro lugar na disputa, por item, e tem por objetivo a formação de CADASTRO DE RESERVA, no caso de exclusão de item(ns) da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto n.º 7.892/2013.
- 14.1.1. O dia e horário de convocação das licitantes para a formação do CADASTRO DE RESERVA será estabelecido pelo Superintendente Regional da 1ªSR/Codevasf no momento em que ocorrer o registro da homologação no sistema, sendo de inteira responsabilidade das licitantes acompanhar a data e horário da mencionada convocação.
- 14.1.2. As licitantes que se manifestarem favoráveis à formação do CADASTRO DE RESERVA assinarão a respectiva Ata de Registro de Preços nessa condição, cujos fornecimentos serão realizados se caracterizada a condição prevista no subitem 14.1 deste Edital, obedecida a ordem de classificação.

15. FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 15.1. Homologado o resultado da licitação pela Diretoria Executiva da **Codevasf**, as licitantes classificadas em primeiro lugar na disputa, bem como aquelas que formarão o Cadastro de Reserva, serão convocadas para assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo e das condições estabelecidas neste Edital.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

- 15.1.1. A **Codevasf** procederá ao encaminhamento da Ata de Registro de Preços, devidamente preenchida com os itens nos quais a licitante foi classificada, ao endereço eletrônico informado na proposta da mesma, objetivando a sua impressão e assinatura no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, remetendo-a a **Codevasf**, em cópia escaneada, para o email: **1a.sl@codevasf.gov.br**, cujo original deverá ser obrigatoriamente remetido, via correios, para o endereço citado no subitem 1.3 deste Edital, sob pena de desclassificação da proposta.
- 15.1.2. O prazo previsto no subitem 15.1.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **Codevasf**.
- 15.1.3. É facultado a **Codevasf**, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, não integrantes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 15.1.4. A recusa injustificada das licitantes beneficiárias da Ata de Registro de Preços, inclusive aqueles que integram o Cadastro de Reserva, em assiná-las dentro do prazo estabelecido neste Edital, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
- 15.1.5. Publicado o resultado da licitação no Diário Oficial da União - DOU, a Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento, conforme preceitua o art. 14 do Decreto n.º 7.892/2013.
- 15.1.6. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços será exigida das licitantes a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital.
- 15.1.6.1. Em caso da verificação de descumprimento da obrigação constante do subitem imediatamente anterior, a licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços será notificada a proceder a regularização da situação em um prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da referida notificação, sob pena de rescisão da mencionada Ata por descumprimento à obrigação contratual.
- 15.1.7. O prazo assinalado no subitem 15.1.6.1 acima poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o transcurso do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **Codevasf**.
- 15.1.8. Havendo rescisão da Ata de Registro de Preços, a **Codevasf/1ªSR**, por meio do Pregoeiro designado para condução do certame licitatório, convocará, inicialmente, obedecida a ordem de classificação, as licitantes integrantes do Cadastro de Reserva, e, num segundo momento, as demais licitantes que participaram da disputa, sempre obedecendo a ordem de classificação, para, após a comprovação dos documentos habilitatórios e/ou negociação, assumir a colocação da beneficiária cuja Ata foi rescindida, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1ª/SL

- 15.1.8.1. Na hipótese de não haver licitantes que integrem o Cadastro de Reserva, todas as licitantes participantes da disputa do(s) respectivo(s) item(ns), obedecida a ordem de classificação, serão consultadas, via sistema e pelo Pregoeiro designado para conduzir o certame licitatório, acerca do interesse em fornecer o(s) bem(ns) pelo valor da licitante classificada em primeiro lugar.
- 15.1.8.2. Não havendo licitante interessada, a **Codevasf** poderá assinar a Ata de Registro de Preços com a licitante detentora do preço imediatamente maior do que o ofertado pela primeira colocada na disputa, respeitado o valor de referência constante da Planilha de Preços Máximos (ANEXO II) deste Edital.
- 15.1.8.3. Caso se configure a desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante após os procedimentos adotados nos subitens 15.1.8.1 e 15.1.8.2, as demais participantes serão consultadas até que se alcance aquela que atenda às exigências deste Edital, respeitado o valor de referência constante da Planilha de Preços Máximos (ANEXO II).
- 15.2. A assinatura da Ata de Registro de Preços não obriga a **Codevasf** a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para qualquer aquisição pretendida, sendo assegurado à licitante beneficiária da Ata de Registro de preços preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 16. CONTRATAÇÃO**
- 16.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a **Codevasf/1ªSR**, de acordo com a demanda dos bens constantes do Sistema de Registro de Preços – SRP, procederá a emissão da Nota de Empenho em favor da licitante beneficiária, bem como da Ordem de Fornecimento correspondente, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, remetendo-as através de e-mail, visando a aquisição dos mesmos.
- 16.1.1. A licitante beneficiária que não aceitar as condições estabelecidas na Ordem de Fornecimento, não cumprindo assim as obrigações prescritas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.
- 16.1.2. A licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços deverá proceder a entrega dos bens em conformidade com as exigências prescritas no item 22 (vinte e dois) deste Edital.
- 16.1.3. A ordem de classificação das licitantes registradas na Ata de Registro de Preços, nos termos previstos no § 2º, incisos I e II, e § 3º do Decreto nº 7.892/2013, deverá ser respeitada nas contratações.
- 16.1.4. Será prioritária a aquisição dos bens das cotas reservadas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.
- 16.1.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

- 16.1.6. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão se formalizar com a assinatura do Termo de Contrato, sendo que, nesse caso, a licitante beneficiária será convocado nos termos do item 17 (dezessete) deste Edital, e deverá ser assinado dentro do prazo de validade da respectiva Ata.

17. CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

- 17.1. A licitante vencedora será convocada por escrito para assinar o contrato na Assessoria Jurídica da 1ª Superintendência Regional da **Codevasf**, em Montes Claros/MG, devendo comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da convocação.
- 17.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, no decorrer do prazo especificado no subitem 17.1, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da **Codevasf**.
- 17.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do contrato.
- 17.4. A recusa injustificada da licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços em assinar o contrato no prazo estabelecido, bem como não apresentar as mesmas condições exigidas para sua participação e habilitação neste certame, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.
- 17.4.1. Na hipótese do não comparecimento da licitante beneficiária para a assinatura do Contrato no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, é facultado a **Codevasf**, por intermédio do Pregoeiro, convocar as licitantes remanescentes, inclusive as que integram o Cadastro de Reserva, por ordem de classificação, para fazê-lo, observadas as condições previstas nos subitens 15.1.8 a 15.1.8.3 deste Edital.
- 17.5. A **Codevasf** providenciará a publicação do extrato do instrumento de Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.
- 17.5.1. O contrato a ser firmado terá eficácia legal a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente na **Codevasf**, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93.
- 17.6. O instrumento de contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis nos moldes previstos no art. 62, caput e § 4.º da Lei n.º 8.666/93, seguindo as diretrizes do item 16 (dezesseis) deste Edital.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

18. CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

- 18.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador (**Codevasf**) promover negociações junto às licitantes participantes, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do **caput** do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.1.1. Mesmo que comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do Inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a **Codevasf**, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata de Registro de Preços e iniciar outro processo licitatório.
- 18.2. Quando o preço REGISTRADO tornar-se SUPERIOR ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador (**Codevasf**) convocará as licitantes participantes da disputa para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 18.2.1. Se, quando consultadas, as licitantes participantes não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberadas do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 18.2.2. A ordem de classificação das licitantes participantes que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 18.3. Quando o preço de MERCADO tornar-se SUPERIOR aos preços registrados e a licitante beneficiária não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador (**Codevasf**) poderá:
- a) Liberá-la do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e,
 - b) Convocar, por intermédio do Pregoeiro, as licitantes remanescentes, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 18.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador (**Codevasf**) procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, e adotará as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 19.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada nos seguintes casos:
- 19.1.1. A pedido, quando:
- Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências previstas na Ata de Registro de Preços, ou por ocorrência de caso fortuito ou força maior;
 - O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições ou serviços, e se a comunicação ocorrer antes do pedido do fornecimento.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1ª/SL

- 19.1.2. Por iniciativa da **Codevasf**, quando:
- a) A licitante beneficiária não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste, comprovadamente, se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - b) A licitante beneficiária perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;
 - c) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
 - d) A licitante beneficiária não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
 - e) A licitante beneficiária não comparecer ou se recusar a retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela **Codevasf** e de acordo com as previsões deste Edital, sem justificativa aceitável;
 - f) Por inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
 - g) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
- 19.1.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas “d”, “e” e “g” do subitem 19.1.2 acima será formalizado por processo administrativo específico da **Codevasf**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 19.1.4. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:
- a) Por decurso de prazo de vigência;
 - b) Quando não restarem fornecedores registrados.
- 19.1.5. Em quaisquer das hipóteses acima, a **Codevasf** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores a nova ordem de registro.
- 20. PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 20.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura.
- 21. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**
- 21.1. A licitante deverá indicar em sua proposta que os bens constantes da Planilha de Preços Máximos (ANEXO II), integrante deste Edital, serão entregues no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, contado a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento – OF, expedida e entregue pela **Codevasf**.

1ª/SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

- 21.1.1. Na hipótese de se firmar o Termo de Contrato com as licitantes beneficiárias, o prazo de execução estabelecido no subitem 21.1 acima também será contado a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento – OF, expedida e entregue pela **Codevasf**, com eficácia legal a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente na **Codevasf**, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93.
- 21.2. O prazo de vigência da Ordem de Fornecimento ou do Termo de Contrato será de **135 (cento e trinta e cinco) dias**, contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento (OF), e compreende:
- a) **90 (noventa)** dias para execução do fornecimento;
 - b) **15 (quinze)** dias para o recebimento provisório e definitivo;
 - c) **30 (trinta)** dias para pagamento.

22. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE

- 22.1. Os materiais e equipamentos pesados objeto deste Sistema de Registro de Preços deverão ser entregues no pátio do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Gorutuba, situado na Av. Tancredo Neves, s/nº 483, em Nova Porteirinha-MG, Telefone (38) 3821-1133, Fax (38) 3834-1182, cujo acesso se dá pelas rodovias BR-251 e MG-122 partindo-se da cidade de Montes Claros/MG, distando aproximadamente 130km, com um trecho final de 2km em estrada vicinal não pavimentada, que só permite tráfego de veículos com 2 eixos (caminhão trucado), e devido à disponibilização dos recursos e a logística de armazenamento, os fornecimentos serão realizados de forma parcelada, devendo acontecer em dias úteis, no horário de 07:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00 horas.
- 22.1.1. Objetivando a entrega dos bens, a licitante vencedora deverá contatar a Gerência Regional de Infraestrutura – 1ª/GRD, através do telefone (38) 2104-7838, no horário de 08:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 horas, em dias úteis, para informar com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas o dia e a hora previstos para entrega.
- 22.2. O meio de transporte e o acondicionamento dos bens devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.
- 22.3. Os bens oriundos deste Sistema de Registro de Preços deverão ser acondicionados em embalagens originais lacradas apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, modelo, data de fabricação e validade, de acordo com as características individuais de cada produto.

23. OBRIGAÇÕES

- 23.1. **CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA:**

1º/SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

- a) A prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;
- b) Registrar sua **Intenção de Registro de Preços - IRP** no Portal de Compras do Governo federal (www.comprasgovernamentais.gov.br);
- c) Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
- d) Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
- e) Realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;
- f) Confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;
- g) Realizar o procedimento licitatório;
- h) Gerenciar a ata de registro de preços;
- i) Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- j) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e,
- k) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- l) Receber o objeto licitado no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- m) Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelos beneficiários das Atas de Registro de Preços;
- n) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento executado, no prazo e forma estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

23.2. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA LICITANTE BENEFICIÁRIA DA ATA:

- a) Assinar a Ata de Registro de Preços e o(s) Contrato(s) dela(s) decorrente(s), bem como aceitar a(s) respectiva(s) Nota(s) de Empenho ou Ordem(ns) de Fornecedor, assumindo assim todas as obrigações constantes deste Edital e seus Anexos, bem como de sua “Proposta de Preços”, além dos riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto licitado;
- b) Informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar o presente registro de preços;

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

- c) Fornecer os bens objeto desta licitação conforme condições, especificações e preços registrados, efetuando sua entrega em perfeitas condições, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações de marca, fabricante, procedência, prazo de validade, número do contrato e dados bancários para pagamento (banco, nome e código da agência, e conta corrente);
- d) Respeitar e seguir as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- e) Manter as condições exigidas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- f) Pagar todos os tributos devidos em decorrência do fornecimento, bem como apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste Edital;
- g) Comunicar a **Codevasf**, através de e-mail ou fax, toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados.

24. ADESÕES PRÉVIAS E SUBSEQUENTES

- 24.1. A **Codevasf**, por intermédio de sua 1ª Superintendência Regional, localizada na Av. Geraldo Athayde, n.º 483, Alto São João, em Montes Claros/MG, UASG n.º 195005, órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos deste certame licitatório, a quem cabe o gerenciamento das Atas de Registro de Preços a serem assinadas com as licitantes beneficiárias, procedeu à divulgação no portal www.comprasgovernamentais.gov.br da **IRP – Intenção de Registro de Preços n.º 009/2018**, na forma prevista no art. 4º do Decreto n.º 7.892/2013, pelo prazo de **5 (cinco) dias úteis**, compreendendo o **período de 19 a 26 de julho de 2018**, sem que nenhum órgão ou entidade da administração tenha feito adesão prévia à mesma como **ÓRGÃO PARTICIPANTE**.
- 24.2. Admitir-se-á aos **ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES** adesão subsequente às Atas de Registro de Preços, resultante desta licitação, até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens que compõem a Planilha de Preços Máximos (ANEXO II) deste Edital, não excedendo, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado nas respectivas Atas de Registro de Preços para o órgão gerenciador (**Codevasf/1ªSR**), independente do número de órgãos não participantes que aderirem, observadas as demais condições previstas no art. 22 do Decreto n.º 7.892/2013, alterado pelo Decreto n.º 9.488/2018.
- 24.3. Para adesão subsequente à Ata de Registro de Preços, o **ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE** promoverá consulta prévia à 1ª Superintendência Regional da **Codevasf** para esse fim, desde que tenha comprovado a vantagem, respeitando, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 13.303/2016 e Decreto n.º 7.892/2013.
- 24.4. O **ÓRGÃO GERENCIADOR (Codevasf/1ªSR)**, promoverá consulta ao beneficiário da Ata de Registro de Preços acerca da adesão solicitada, que poderá optar pela aceitação ou não do fornecimento, sem prejuízo dos quantitativos registrados na Ata em favor do órgão gerenciador, observadas as condições do Capítulo IX do Decreto n.º 7.892/2013.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

- 24.5. Diante da manifestação favorável do beneficiário da Ata de Registro de Preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá autorizar o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE a aderir à(s) respectiva(s) Ata(s) de Registro de Preço(s), que deverá promover a aquisição solicitada no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contado da data de concordância do órgão não participante, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

25. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 25.1. O pagamento será efetuado contra entrega e aceitação dos bens, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Fiscalização da **Codevasf**, observados os subitens seguintes.
- 25.2. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento, conforme estabelece o Art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n.º 8.666/93.
- 25.3. A fatura só será liberada para pagamento depois de aprovada pela área gestora da 1ª Superintendência Regional, com sede em Montes Claros/MG. Deverá estar isenta de erros ou omissões, sem o que será, de forma imediata, devolvida à licitante vencedora para correções.
- 25.4. O documento de cobrança indicará obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Ordem de Fornecimento – OF, emitida pela **Codevasf** e que cubra a aquisição dos bens objeto deste Pregão Eletrônico.
- 25.5. O pagamento será creditado em nome da licitante vencedora, mediante Ordem Bancária em Conta Corrente por ela indicada ou meio de Ordem Bancária para pagamento de fatura com Código de Barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital.
- 25.6. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o artigo 2º da IN/SRF N° 1.234/2012, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem.
- 25.7. Atendido ao disposto nos itens anteriores a **Codevasf** considera como data final do período de adimplemento a do dia útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento do fornecimento, a partir da qual será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, conforme estabelecido no Artigo 9º, do Decreto n° 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.
- 25.8. É de inteira responsabilidade da licitante vencedora a entrega à **Codevasf** dos documentos de cobrança, acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada, que se não for atendido, implica desconsideração pela **Codevasf** dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.

1ª/SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

25.9. Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

25.10. Será considerado em atraso o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 25.2, caso em que a **Codevasf** pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1+IM1/100)^{dx1/30x}(1+im2/100)^{dx1/30x}(1+imn/100)^{dx1/30x} - 1$, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

25.10.1. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.

25.10.2. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

26. MULTAS

26.1. Em caso de inadimplemento, por parte da licitante beneficiária, de quaisquer dos itens ou condições da Ata de Registro de Preço ou do possível contrato subsequente, à mesma será aplicada multa nas seguintes condições, sem prejuízo da responsabilidade civil por eventuais perdas e danos decorrentes da não execução.

a) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega dos bens, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 6% (seis por cento), no período de até 30 (trinta) dias;

b) Multa moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado na entrega dos bens, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, no período superior a 30 (trinta) dias;

c) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, sendo que em caso de inexecução parcial, o mesmo percentual será aplicado de forma proporcional à obrigação inadimplida.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1ª/SL

- 26.1.1. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela **Codevasf**, observando-se o seguinte:
- a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.
 - b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela licitante vencedora, esta será convocada a recolher a Unidade Regional de Finanças – 1ª/UFN da 1ª Superintendência Regional da **Codevasf** o valor total da multa, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado a partir da data da comunicação.
- 26.1.2. A licitante vencedora terá um prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado a partir da data de cientificação da aplicação da multa, para apresentar recurso a **Codevasf**. Ouvida a fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços, o recurso será encaminhado a Assessoria Jurídica da 1ª/SR, que procederá ao seu exame.
- 26.1.3. Após o procedimento estabelecido no subitem anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva que poderá rejeitar ou não a multa.
- 26.1.4. Em caso de relevação da multa, a **Codevasf** se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 26.1.5. Caso a Diretoria Executiva da **Codevasf** mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

27. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 27.1. A licitante que, quando convocada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, garantido o direito de defesa, ficar impedida de licitar e contratar com a **União** pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e demais cominações legais, nos seguintes casos:
- a) Não assinar o contrato, quando for o caso, deixar de entregar documentação exigida neste Edital;
 - b) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
 - d) Não manter a proposta;
 - e) Falhar ou fraudar na sua entrega;
 - f) Comportar-se de modo inidôneo; ou
 - g) Cometer fraude fiscal.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

27.1.1. As multas constantes das alíneas “a” e “b” do subitem 26.1 são meramente moratórias, não isentando a licitante do ressarcimento por perdas e danos pelos prejuízos a que der causa, podendo ser aplicadas cumulativamente com as sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União.

27.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, a licitante penalizada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

28. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

28.1. As licitantes responsabilizam-se, por si e por seus sucessores, pela garantia de que todos os bens fornecidos são novos, sem uso e livres de defeitos de projetos, de fabricação ou de material, obrigando-se a garanti-los integralmente nas condições estabelecidas nas especificações técnicas respectivas, no prazo mínimo de **12 (doze) meses**, ou prazo superior fixado pelo fabricante, o qual deverá estar expresso na proposta, contado a partir da data da sua entrega à **Codevasf**, no local de que trata o subitem 22.1.

28.1.1. Caso a garantia contra defeitos de fabricação oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido no subitem 28.1 acima, a licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo tempo restante.

28.1.2. Durante o período da garantia mencionado no subitem 26.1, o fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços se obriga a efetuar, sem ônus para a **Codevasf**, a substituição do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de notificação, sendo que, caso a assistência técnica ultrapasse o prazo estabelecido, procederá a substituição das partes, componentes ou de todo o equipamento, com iguais características e especificações técnicas, sem nenhum ônus para a **Codevasf**, sob pena de aplicação das penalidades.

28.1.3. A licitante vencedora deverá garantir a disponibilização de assistência técnica própria ou credenciada pelo fabricante, referente ao fornecimento do bem a que concorrer, no estado de Minas Gerais, pelo período mínimo de 2 (dois) anos, contado a partir da data de entrega dos mesmos a **Codevasf**.

28.1.4. A licitante vencedora deverá garantir a disponibilidade de componentes e peças de reposição para os bens fornecidos por um período mínimo de 2 (dois) anos, contado a partir da entrega dos mesmos a **Codevasf**.

29. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS BENS

29.1. A fiscalização do fornecimento dos bens, objeto desta licitação, será feita diretamente pela **Codevasf**, através de servidor formalmente designado na forma do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a licitante está executando o fornecimento conforme o especificado, observando o Edital, a Ata de Registro de Preços e os documentos que o integram.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

- 29.2. O recebimento dos bens dar-se-á na forma do item 22 (vinte e dois) deste Edital, com a entrega dos mesmos no local e prazo mencionados, e de acordo com as seguintes condições:
- a) **Provisório:** mediante recibo, imediatamente após a entrega, para efeito e posterior verificação da conformidade com as especificações técnicas contidas na Planilha do Anexo II deste Edital;
 - b) **Definitivo:** mediante recibo, em até cinco dias úteis após o recebimento provisório, verificada a qualidade e quantidade dos bens, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.
- 29.2.1. Os bem entregue em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta será rejeitado parcial ou totalmente, a critério da fiscalização, e a licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços será obrigado a substituí-lo no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, às suas expensas, contado da data do recebimento de notificação escrita, necessariamente acompanhada do Termo de Recusa de Material, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de entrega estabelecido no subitem 21.1 deste Edital.
- 29.2.1.1. Essa notificação interrompe os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.
- 29.2.2. Serão recusados apenas os itens da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento que estiverem em desacordo.
- 29.2.3. Quando a recusa for parcial, será estabelecido o prazo de 1 (um) a 3 (três) dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados pela **Codevasf**.
- 29.2.4. A licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços procederá a retirada do(s) bem(ns) recusado(s) quando da entrega do material correto, não se responsabilizando a **Codevasf** por qualquer dano ou prejuízo que porventura venha ocorrer ao produto recusado após esse prazo.
- 29.2.5. A **Codevasf** poderá dar a destinação que julgar conveniente ao material recusado que não for retirado pela licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços no momento estabelecido no subitem 29.2.4.
- 29.2.6. Independentemente de aceitação, a licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços garantirá a qualidade do bem pelo prazo estabelecido no subitem 28.1 deste Edital, e estará obrigada a substituir aquele que não estiver de acordo com o especificado.
- 29.2.7. As aquisições obedecerão a conveniência e às necessidades da **Codevasf**, a qual não está obrigada a firmar as contratações advindas deste Registro de Preços, e fica facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida e assegurada ao beneficiário da Ata de Registro de Preços a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1º/SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

29.2.8. Quando necessário, serão efetuados testes por amostragem para avaliação dos bens objeto desta licitação, utilizando uma quantidade entre um e dez por cento de cada item do empenho, escolhidos aleatoriamente.

29.2.9. Caso seja necessário, um representante da licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços poderá ser convocado para acompanhar o recebimento dos materiais, sendo a conferência efetuada na presença de testemunhas em caso de não comparecimento.

30. VALOR DO ORÇAMENTO DA CODEVASF

30.1. A **Codevasf** se propõe a pagar pelos fornecimentos objeto desta licitação o valor máximo global de **R\$ 6.221.000,00** (SEIS MILHÕES, DUZENTOS E VINTE E UM MIL REAIS), a preços de **Novembro/2018**, distribuído em conformidade com a Planilha de Preços Máximos (ANEXO II), integrante deste Edital.

30.2. Considerando tratar-se de licitação no formato de Sistema de Registro de Preços – SRP, a dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do Contrato ou instrumento equivalente, conforme estabelecido no art. 7º, § 2º do Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

31. CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

31.1. A licitante beneficiária deverá apresentar, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, o Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, devidamente assinado, conforme modelo constante do ANEXO IV deste Edital, sendo condição essencial para a referida assinatura.

31.2. O descumprimento do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, constante do ANEXO V deste Edital, por empregado da licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços, deverá ser comunicado formalmente ao representante legal da referida empresa.

32. DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1. As licitantes poderão receber notificações deste Edital e seus Anexos, passando tais notificações a integrar os referidos documentos.

32.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

32.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

32.4. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com o objeto do pregão e observada a legislação.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

- 32.5. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução da Ata de Registro de Preços referentes aos fornecimentos extras. Fornecimentos extras não contemplados na planilha de preços da licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela autoridade competente.
- 32.6. O não atendimento às exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que, a critério do Pregoeiro, sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 32.7. A licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços será responsável, na forma da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos decorrentes do fornecimento contratado.
- 32.8. Correrão por conta da licitante beneficiária da Ata de Registro de Preços as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela **Codevasf**, para reparação desses danos ou prejuízos.
- 32.9. A **Codevasf** poderá revogar a licitação quando nenhuma das propostas satisfizer o objetivo da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição, ou quando caracterizado o indício de colusão.
- 32.10. A **Codevasf** poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente, e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
- 32.11. A **Codevasf** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela beneficiária da Ata de Registro de Preços com terceiros, ainda que vinculados ao presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 32.12. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura Ata de Registro de Preços ou do possível contrato.
- 32.13. Responsabilizam-se as licitantes por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier causar a **Codevasf** e a terceiros, em decorrência dos fornecimentos objeto deste Edital.
- 32.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **Codevasf**.
- 32.15. Para efeito da contagem dos prazos, o expediente na **Codevasf** é das 8:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, sendo considerado intempestivo o recurso ou representação quando não recebido pelo Pregoeiro via sistema no portal www.comprasgovernamentais.gov.br, ou pelo Protocolo da **Codevasf** até às 18:00 horas do último dia do prazo recursal.

1º/SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

- 32.16. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, o Decreto 3.555 de 08/08/2000, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013, Decreto 5.450 de 31/05/2005 e o Decreto n.º 8.538/2015.
- 32.17. Este Edital e seus Anexos farão parte integrante da Ata de Registro de Preços firmada pela **Codevasf** e as licitantes classificadas, independentemente de transcrições.
- 32.18. O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Montes Claros(MG), 13 de novembro de 2018.

ALDIMAR RODRIGUES FILHO
Superintendente Regional
Codevasf – 1ªSR

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

ANEXO I

TERMOS DE REFERÊNCIA
(DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO SEPARADO)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1ª/SL

ANEXO II

PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS
(DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO SEPARADO)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1ª/SL

ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

PROCESSO Nº 59510.001105/2018-14

Aos ____ dias de _____ do ano de _____, a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - **Codevasf**, empresa pública federal criada pela Lei n.º 6.088, de 16/07/1974, e alterada pelas Leis 9.954, de 06 de janeiro de 2001, 12.040, de 01 de outubro de 2009, 12.196, de 14 de janeiro de 2010 e 13.481, de 18 de setembro de 2017, com Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 8.258, de 29/05/2014, alterado pelas atas das assembleias gerais extraordinárias de 13 de abril de 2017, de 08 de agosto de 2017, de 23 de março de 2018 e de 19 de abril de 2018, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, neste ato representada pelo Sr. ALDIMAR RODRIGUES FILHO, Superintendente Regional da 1ªSR, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada em Montes Claros/MG, nomeado pela Decisão nº _____, de ____ de _____ de 2016, nos termos e de acordo com a Lei nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 8.538/15, Lei nº 8.666/93, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico por Registro de Preços - **Edital nº 042/2018**, referente à constituição de Sistema de Registro de Preços – SRP para o fornecimento de máquinas e equipamentos pesados destinados ao atendimento a diversos municípios e comunidades rurais da área de atuação da 1ª Superintendência Regional da CODEVASF – Estado de Minas Gerais, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União e homologado pela _____ da **Codevasf**, constante às fls. _____ do Processo nº _____-____, RESOLVE registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: _____, CNPJ nº _____, com sede no _____, telefone nº _____, fax nº _____, representada por seu _____, Sr. _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, residente e domiciliado em _____, RG nº _____, CPF nº _____, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com os itens a seguir elencados, com suas características e respectivas quantidades, mediante as condições seguintes:

1º/SL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

| Itens | Descrição dos bens | Marca | Quant. | Unid. | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
|--------------------------|--------------------|-------|--------|-------|----------------------|-------------------|
| 1 | | | | | | |
| 2 | | | | | | |
| 3 | | | | | | |
| 4 | | | | | | |
| 5 | | | | | | |
| 6 | | | | | | |
| 7 | | | | | | |
| 8 | | | | | | |
| TOTAL GERAL (R\$) | | | | | | |

1 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

A existência de preços registrados não obriga a **Codevasf** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos materiais em igualdade de condições.

2 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Admitir-se-á aos órgãos não participantes adesão ao Sistema de Registro de Preços – SRP, resultante desta licitação, até 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens que compõem a Planilha de Preços Máximos (ANEXO II), integrante deste Edital, não excedendo, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador (**Codevasf**) e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, observadas as demais condições previstas no art. 22 do Decreto nº 7.892/2013.

Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento dos bens desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3 – DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no Edital de Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº ____/2018 e seus anexos.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

4 – CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador (**Codevasf**) promover negociações junto às licitantes participantes, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do **caput** do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Mesmo que comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do Inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a **Codevasf**, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata de Registro de Preços e iniciar outro processo licitatório.

Quando o preço REGISTRADO tornar-se SUPERIOR ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador (**Codevasf**) convocará as licitantes participantes da disputa para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Se, quando consultadas, as licitantes participantes não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberadas do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação das licitantes participantes que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de MERCADO tornar-se SUPERIOR aos preços registrados e a licitante beneficiária não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador (**Codevasf**) poderá:

- a) Liberá-la do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e,
- b) Convocar, por intermédio do Pregoeiro, as licitantes remanescentes, para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador (**Codevasf**) procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, e adotará as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços será cancelada nos seguintes casos:

A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências previstas na Ata de Registro de Preços, ou por ocorrência de caso fortuito ou força maior;
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições ou serviços, e se a comunicação ocorrer antes do pedido do fornecimento.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

Por iniciativa da **Codevasf**, quando:

- a) A licitante beneficiária não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste, comprovadamente, se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) A licitante beneficiária perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;
- c) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- d) A licitante beneficiária não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) A licitante beneficiária não comparecer ou se recusar a retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela **Codevasf** e de acordo com as previsões deste Edital, sem justificativa aceitável;
- f) Por inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- g) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas “d”, “e” e “g” acima será formalizado por processo administrativo específico da **Codevasf**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência;
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

Em quaisquer das hipóteses acima, a **Codevasf** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores a nova ordem de registro.

6 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela **Codevasf** em conformidade com o disposto no item 19 do Edital.

7 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no item 27 do Edital, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

8 – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Superintendente Regional da 1ªSR/Codevasf, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

9 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº ____/2018, seus anexos, e a proposta da empresa: _____ classificada em 1º lugar no certame supra mencionado.

O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas aplicáveis.

Montes Claros(MG), ____ de _____ de 2018.

ALDIMAR RODRIGUES FILHO
Superintendente Regional
Codevasf/1ªSR

REPRESENTANTE:
EMPRESA:

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

ANEXO IV

**TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E
INTEGRIDADE DA CODEVASF**

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

ANEXO IV – Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf

Número do Instrumento (contrato, convênio ou instrumento congênere):

Período de Vigência do Instrumento:

Finalidade do Instrumento:

A pessoa física/jurídica _____, CPF/CNPJ nº _____, por meio de seu representante legal abaixo subscrito, vem afirmar aderência, ciência e concordância com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e compromete-se a respeitá-lo e cumpri-las integralmente, bem como fazer com que seus empregados o façam quando no exercício de suas atividades nas dependências da Codevasf ou para a Empresa.

Compreendo que o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o serviço público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção e conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”), regulamentada pelo Decreto n.º 8.420/2015.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf sobre qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições do Código de Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

- Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidoria.gov.br>
- Comissão de Ética da Codevasf: etica@codevasf.gov.br

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do responsável/representante legal

Nome completo: XXXXXXXXXXXXXXXX

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

Cargo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1ª/SL

ANEXO V
CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
(DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO SEPARADO)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

ANEXO VI
CARACTERÍSTICAS DA LOGOMARCA DA CODEVASF

CARACTERÍSTICAS

1. Na confecção da logomarca serão utilizadas combinações das cores Pantone verde (348) e azul (286).
2. A fonte utilizada na palavra CODEVASF será Futura Bold.
3. Para a impressão usar os seguintes percentuais, conforme descrição abaixo:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG


1ª/SL

ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO
(DISPONIBILIZADO EM ARQUIVO SEPARADO)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG

1º/SL

ANEXO VIII
GUIA DE RETIRADA DE EDITAL

| | | | |
|--|---------------------------------------|---|------|
|  | GUIA DE RETIRADA DE EDITAL | EDITAL N.º ____/2018 PREGÃO ELETRÔNICO (Sistema de Registro de Preços - SRP) | |
| Documentos Constitutivos | | | |
| ANEXOS: I – TERMOS DE REFERÊNCIA, II – PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS, III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, IV – TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF e V – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF, VI – CARACTERÍSTICAS DA LOGOMARCA DA CODEVASF e VII – MINUTA DE CONTRATO e VIII – GUIA DE RETIRADA DE EDITAL | | | |
| OBJETO: CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP PARA O FORNECIMENTO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO A DIVERSOS MUNICÍPIOS E COMUNIDADES RURAIS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF – ESTADO DE MINAS GERAIS. | | | |
| Dados para correspondência informados pela licitante | | | |
| EMPRESA: | | | |
| ENDEREÇO: | | | |
| CIDADE: | | ESTADO: | CEP: |
| TELEFONE: | | FAX: | |
| CNPJ: | | E-mail: | |
| (O Edital e Anexos poderão ser retirados nos sites www.codevasf.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br gratuitamente) | | | |
| <p>Confirmo as informações constantes desta Guia e declaro ter recebido o Edital e seus Anexos.</p> <p>Pela licitante:</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"><div style="width: 40%;"><p>Assinatura _____</p></div><div style="width: 60%; text-align: right;"><p>D A T A: ____/____/ 2018</p></div></div> | | | |





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

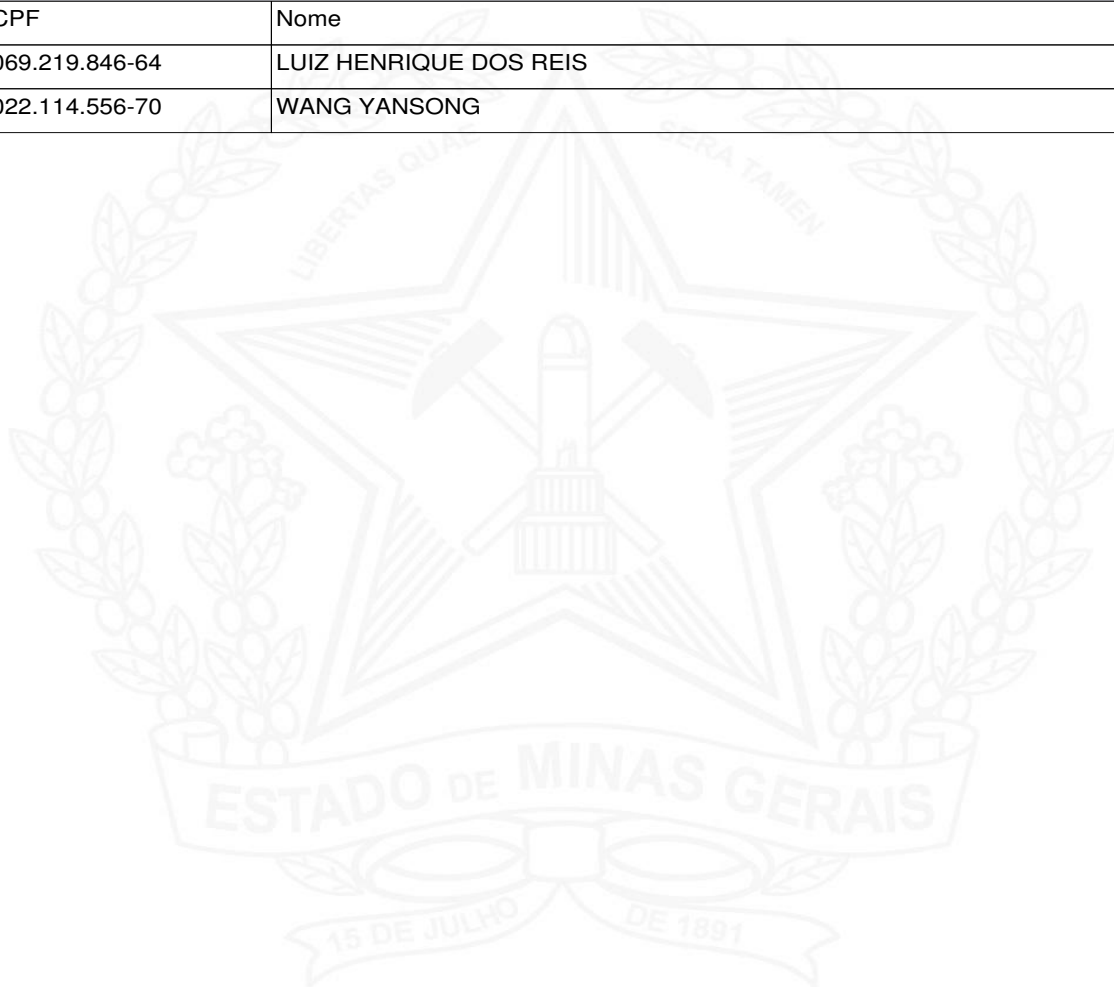
Registro Digital

Capa de Processo

| Identificação do Processo | | |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 19/304.450-1 | MGE1900427892 | 15/07/2019 |

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|----------------------------------|------------------------|
| CPF | Nome |
| 069.219.846-64 | LUIZ HENRIQUE DOS REIS |
| 022.114.556-70 | WANG YANSONG |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA
CNPJ: 14.707.364/0001-10
NIRE 3120937797-1

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº. 19

1. **XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED**, sociedade constituída de acordo com as leis de Hong Kong, com sede na SS2026, Shop 162A, 1/F, Smilling Plaza, 162-188 Un Shan Street, Sham Shui Po, Hong Kong, regularmente inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda do Brasil (CNPJ/MF) sob o nº. 13.894.196.0001/57, representada nesse ato por seu bastante procurador no Brasil, **LUIZ HENRIQUE DOS REIS**, brasileiro, solteiro, advogado, nascido em 23/10/1985, inscrito no CPF/MF sob o nº. 069.219.846-64 e no RG 13.532.445, com residência na Rua Dona Rosinha de Almeida Coutinho nº 50, apto 302, bairro Santa Rita II, na cidade de Pouso Alegre-MG, CEP: 37559-521;
2. **XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED**, sociedade constituída de acordo com as leis de Hong Kong, com sede na SS2045, Shop 162A, 1/F, Smilling Plaza, 162-188 Un Shan Street, Sham Shui Po, Hong Kong, regularmente inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda do Brasil (CNPJ/MF) sob o nº. 13.894.195/0001-02, representada nesse ato por seu bastante procurador no Brasil **LUIZ HENRIQUE DOS REIS**, brasileiro, solteiro, advogado, nascido em 23/10/1985, inscrito no CPF/MF sob o nº. 069.219.846-64 e no RG 13.532.445, com residência na Rua Dona Rosinha de Almeida Coutinho nº 50, apto 302, bairro Santa Rita II, na cidade de Pouso Alegre-MG, CEP: 37559-521;

Únicas quotistas da sociedade empresária limitada **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA**, registrada perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG sob o NIRE 3120937797-1, em 01.12.2011 inscrita no CNPJ/MF sob o n. 14.707.364/0001-10, com matriz na Rodovia Fernão Dias BR 381, KM 854/855, S/N no Distrito Industrial do Município de Pouso Alegre – MG, CEP: 37556-830 e filiais localizadas no Estado do Maranhão CNPJ 14.707.364/0002-00 e NIRE 21900301543 na Rua Nova Betel, rua 11, número 109, bairro jardim São Cristóvão, São Luís CEP 65055-370, filial no Estado de Goiás CNPJ 14.707.364/0003-82 e NIRE 90096461-1, localizada na Avenida Perimetral Norte – Qd. E – Lts. 07/08 – Faz. Serra – Santa Genoveva – Goiânia – GO, CEP 65055-370, e filial no estado do Mato Grosso CNPJ 14.707.364/0004-63 e NIRE 31209377971 localizada na Avenida Júlio Domingos de Campos - Loteamento Estrela Dalva - Número 4439, sala 02 - Marajoara, Várzea Grande – MT, CEP: 78138-198, resolvem, por mútuo e comum acordo, proceder **à décima nona alteração** ao Contrato Social da Sociedade, nos termos do abaixo exposto, sendo dispensada a realização de reunião de quotistas, por força do disposto no § 3º do Art. 1.072 da Lei 10.406, de 10.01.02.

DA ALTERAÇÃO DA CLAÚSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO.

O Parágrafo Quinto da Cláusula Quinta, que antes estabelecia uma limitação monetária para as transações da empresa, **com esta alteração contratual passará a vigor da seguinte forma:**

Assinam digitalmente o presente ato (i) XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA por seu administrador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70 (ii) XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64 e (iii) XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED, por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7387764 em 16/07/2019 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 193044501 - 15/07/2019. Autenticação: 28A0D7516E903365715F4E4AF9ACC098D56FBAE8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/304.450-1 e o código de segurança X3VQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 3/16

Parágrafo Quinto - Sem prejuízo do disposto no *Caput* e os parágrafos desta cláusula, a prática dos atos de representação da Sociedade abaixo estipulados, tanto pelo Administrador, quanto por procuradores devidamente apontados, deve ser prévia e expressamente autorizada por escrito por quotistas que representem a maioria do capital social da Sociedade:

- a) A assinatura de contratos, escrituras públicas, instrumentos de crédito, garantias, ou qualquer tipo de documento que estabeleça a terceiros o direito à aquisição de novas quotas emitidas pela Sociedade. Excetua-se desta regra a compra e venda de equipamentos fabricados e/ou importados pela empresa vendidos a consumidores através de contratação particular ou através de licitação pública;
- b) O exercício do direito de voto em nome da Sociedade no que concerne às decisões de sociedades nas quais a Sociedade detenha participação societária;
- c) A compra, venda, transferência ou concessão de licença acerca de patentes, direitos autorais, segredos de comércio, tecnologia, “know-how”, marcas registradas, nomes comerciais, logotipos ou qualquer tipo de propriedade intelectual que seja de propriedade da Sociedade;
- d) A celebração de contratos que determinem a participação da Sociedade em *joint ventures*, sociedades, grupos, consórcios ou qualquer outro tipo de parceria com terceiros.
- e) A instituição de empréstimos a terceiros e/ou aos Administradores, exceto nos casos de instituição de créditos a clientes que estejam relacionados às atividades regulares da Sociedade;
- f) A tomada de qualquer decisão referente à distribuição de lucros e/ou investimento ou reinvestimento dos lucros da Sociedade, exceto no caso do parágrafo 3º do Art. 19.
- g) A criação de qualquer tipo de reserva que possa reduzir o montante dos lucros a ser distribuído aos quotistas, exceto no caso do parágrafo 3º do Art. 19.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA.

Clausula primeira: DO NOME E ENDEREÇO

A sociedade gira sob a denominação social de **XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA** e tem sua sede e domicílio na Rodovia Fernão Dias BR 381, KM 854/855 S/N no Distrito Industrial do Município de Pouso Alegre – MG, CEP: 37556-830 e filiais localizadas no Estado do Maranhão na Rua Nova Betel, rua 11, número 109, bairro jardim São Cristóvão, São Luís CEP 65055-370, no Estado de Goiás localizada na Avenida Perimetral Norte – Qd. E – Lts. 07/08 – Faz. Serra – Santa Genoveva – Goiânia – GO, CEP 65055-370, e no estado do Mato Grosso localizada na Avenida Júlio Domingos de Campos - Loteamento Estrela Dalva - Número 4439, sala 02 - Marajoara, Várzea Grande – MT, CEP: 78138-198.

Assinam digitalmente o presente ato (i) XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA por seu administrador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70 (ii) XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64 e (iii) XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED, por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7387764 em 16/07/2019 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 193044501 - 15/07/2019. Autenticação: 28A0D7516E903365715F4E4AF9ACC098D56FBAE8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/304.450-1 e o código de segurança X3VQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 4/16

Clausula Segunda: DO OBJETIVO SOCIAL

A matriz da sociedade tem como objeto social: 1)importação, exportação, montagem e fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores, 2) comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção, partes e peças, 3) comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, 4) manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas, 5) manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, 6) manutenção e reparação de tratores agrícolas, 7) aluguel de imóveis próprios, 8) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes, 9) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador, 10) comércio por atacado de caminhões novos e usados, 11) aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 12) administração de obras de terceiros, 13) depósitos de Mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda moveis, 14) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional,15) Fabricação de veículos militares de combate, 16) importação, exportação e comércio de implementos opacos e transparentes blindados, blindados sobre rodas de emprego militar e civil e suas partes, materiais de segurança a prova de balas, vidros especiais de segurança a prova de balas, aços e materiais opacos a prova de balas e manutenção de blindados e suas partes;

A filial localizada no Estado do Maranhão tem como objetivo social: 1) comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; 2) comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças; 3) manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas; 4) manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas; 5) manutenção e reparação de tratores agrícolas; 6) aluguel de imóveis próprios; 7) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; 8) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; 9) comércio por atacado de caminhões novos e usados; 10) aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 11) administração de obras de terceiros; 12) depósitos de Mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda moveis; 13) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional.

A filial localizada no Estado de Goiás tem como objeto: comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças

Cláusula Terceira: DO INICIO DE ATIVIDADES E DURAÇÃO.

A sociedade iniciou suas atividades em 28/11/2011 e seu prazo de duração é indeterminado, podendo, contudo, extinguir-se por vontade unânime dos sócios.

Cláusula Quarta: DO CAPITAL SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS.

O capital social é **R\$ 765.421.081,76 (setecentos e sessenta e cinco milhões quatrocentos e vinte e um mil oitenta e um reais e setenta e seis centavos)** divididas em **76.542.108.176 (setenta e seis bilhões quinhentos e quarenta e dois milhões cento e oito mil cento e setenta e seis)** quotas no valor de R\$ 0,01 (um centavo) cada, já totalmente integralizados em moeda corrente nacional, e distribuídos entre os sócios da seguinte forma:

Assinam digitalmente o presente ato **(i) XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA** por seu administrador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70 **(ii) XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED** por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64 e **(iii) XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED**, por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7387764 em 16/07/2019 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 193044501 - 15/07/2019. Autenticação: 28A0D7516E903365715F4E4AF9ACC098D56FBAE8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/304.450-1 e o código de segurança X3VQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 5/16

| | | | |
|---|-----------------------|---------------------------|-----------------|
| XCMG INTERNACIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED | 76.459.608.176 | 764.596.081,76 | 99,892% |
| XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED | 82.500.000 | R\$ 825.000,00 | 0,108% |
| | | | |
| Total | 76.542.108.176 | R\$ 765.421.081,76 | 100,000% |

Cláusula Quinta: DA ADMINISTRAÇÃO.

A administração da sociedade será exercida pelo administrador **WANG YANSONG**, adrede qualificado, que isoladamente, assinará todos os documentos por ela emitidos, podendo, por fim, praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração da sociedade. Entre os poderes conferidos aos administradores, encontram-se os seguintes:

- a) Representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, podendo, para tanto, contratar profissionais do direito para defesa dos interesses da desta, podendo para tanto receber citação.
- b) A representação ativa ou passiva perante qualquer repartição federal, estadual ou municipal e autarquias;
- c) A gerência, orientação e direção dos negócios / objetos sociais.
- d) Gestão de pessoal, englobando poderes para contratação e demissão de funcionários.
- e) Representação perante Instituições Financeiras podendo abrir ou fechar contas de titularidade da sociedade, contratar empréstimos ou investimentos, bem como gerir aquelas já existentes, assinando cheque e fazendo retiradas em nome desta, constituindo cartão de autógrafo para conferência de assinaturas, obtendo senhas e autorizando movimentação eletrônica, utilizando serviços bancários próprios às operações de comércio exterior ou quaisquer outros que lhe forem disponibilizados.
- f) Representar a sociedade em transações comerciais, podendo para tanto celebrar contratos ou acordos judiciais ou extrajudiciais em nome desta.
- g) Gerir as atividades da sociedade.
- h) Firmar patrocínio a eventos para promoção da sociedade.
- i) Poderes para entrar em todas as dependências da sociedade de forma irrestrita, bem como restringir a entrada de pessoas **ESTRANHAS AO CONTRATO SOCIAL** nas dependências da Administração desta.
- j) Praticar qualquer ato, ainda que não expresso nesta cláusula, para gerir e bem desenvolver as atividades da sociedade.

Parágrafo Primeiro - A renúncia ou destituição de qualquer Administrador deverá ser comunicada por escrito à Sociedade, tornando-se eficaz perante terceiros após a averbação no Registro de Empresas nos 10 (dez) dias subsequente e a publicação do ato de renúncia ou destituição nos termos da lei;

Assinam digitalmente o presente ato (i) XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA por seu administrador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70 (ii) XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64 e (iii) XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED, por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7387764 em 16/07/2019 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 193044501 - 15/07/2019. Autenticação: 28A0D7516E903365715F4E4AF9ACC098D56FBAE8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/304.450-1 e o código de segurança X3VQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

Parágrafo Segundo - O administrador fica dispensado de prestar caução e poderá receber remuneração, a título de pró-labore pelos seus serviços, a ser determinada por deliberação dos quotistas representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, de acordo com as condições econômicas e financeiras da sociedade e com a experiência, dedicação e qualificação profissional do administrador.

Parágrafo Terceiro - De acordo com o disposto neste capítulo, o administrador têm todos os poderes necessários para administrar e representar a empresa isoladamente, praticando todos os atos necessários à consecução de seu objeto social, observando o disposto nos Parágrafos quinto e sexto desta cláusula.

Parágrafo Quarto - Em casos especiais, a Sociedade poderá ser representada por procurador (es) com poderes específicos, sendo que, o mandato deverá conter obrigatoriamente os atos e operações que o (s) mandatário (s) poderá (ao) praticar e o prazo de validade do mandato, com exceção dos mandatos outorgados a advogado (s) para representação em juízo ou em processos administrativos, que poderão ser outorgados por prazo indeterminado.

Parágrafo Quinto - Sem prejuízo do disposto no *Caput* e os parágrafos desta cláusula, a prática dos atos de representação da Sociedade abaixo estipulados, tanto pelo Administrador, quanto por procuradores devidamente apontados, deve ser prévia e expressamente autorizada por escrito por quotistas que representem a maioria do capital social da Sociedade:

- a) A assinatura de contratos, escrituras públicas, instrumentos de crédito, garantias, ou qualquer tipo de documento que estabeleça a terceiros o direito à aquisição de novas quotas emitidas pela Sociedade. Excetua-se desta regra a compra e venda de equipamentos fabricados e/ou importados pela empresa vendidos a consumidores através de contratação particular ou através de licitação pública;
- b) O exercício do direito de voto em nome da Sociedade no que concerne às decisões de sociedades nas quais a Sociedade detenha participação societária;
- c) A compra, venda, transferência ou concessão de licença acerca de patentes, direitos autorais, segredos de comércio, tecnologia, “know-how”, marcas registradas, nomes comerciais, logotipos ou qualquer tipo de propriedade intelectual que seja de propriedade da Sociedade;
- d) A celebração de contratos que determinem a participação da Sociedade em *joint ventures*, sociedades, grupos, consórcios ou qualquer outro tipo de parceria com terceiros.
- e) A instituição de empréstimos a terceiros e/ou aos Administradores, exceto nos casos de instituição de créditos a clientes que estejam relacionados às atividades regulares da Sociedade;
- f) A tomada de qualquer decisão referente à distribuição de lucros e/ou investimento ou reinvestimento dos lucros da Sociedade, exceto no caso do parágrafo 3º do Art. 19.
- g) A criação de qualquer tipo de reserva que possa reduzir o montante dos lucros a ser distribuído aos quotistas, exceto no caso do parágrafo 3º do Art. 19

Parágrafo Sexto – Reforçando as exceções condidas às limitações impostas ao administrador e/ou procuradores descritas no Parágrafo Quinto da Cláusula Quinta, reafirmamos que elas não se aplicam à celebração de contratos de compra e venda de equipamentos seja em operações particulares seja através de licitações públicas, podendo o Administrador e/ou procurador celebrar livremente os contratos sem qualquer restrição de valor ficando dispensada também a prévia autorização dos quotistas.

Assinam digitalmente o presente ato (i) XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA por seu administrador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70 (ii) XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64 e (iii) XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED, por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7387764 em 16/07/2019 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 193044501 - 15/07/2019. Autenticação: 28A0D7516E903365715F4E4AF9ACC098D56FBAE8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/304.450-1 e o código de segurança X3VQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 7/16

Parágrafo Sétimo - O Administrador não está autorizado a contratar qualquer obrigação estranha ao objeto social da Sociedade, nem a prestar aval, fiança ou qualquer outro tipo de garantia em nome da Sociedade, como mero favor a terceiros, sendo tais atos considerados nulos de pleno direito, não produzindo nenhum efeito para a Sociedade ou obrigando esta.

Parágrafo Oitavo - Qualquer autorização emitida para fins do Parágrafo Quinto deste artigo deve ser enviada por escrito (incluindo, mas sem se limitar, via fac-símile ou e-mail), devidamente assinada, ainda que eletronicamente, pelos quotistas ou seus representantes legais, devendo ser arquivada na sede da Sociedade.

Parágrafo Nono - Em cumprimento ao que estabelece nossa legislação, indica-se desde já a qualificação completa do ADMINISTRADOR:

WANG YANSONG, chinês, nascido em 24/03/1962, executivo, portador do CPF nº. 022.114.556-70 e do documento de identidade RNE: V912349-1 “PERMANENTE”, com endereço na Rua Dona Rosinha de Almeida Coutinho, nº. 50, apto 302, bairro Santa Rita II, na cidade de Pouso Alegre-MG, CEP: 37559-521.

Parágrafo Décimo- Admite-se a nomeação e administradores por ato em separado, por decisão dos quotistas que representem 75% do capital social.

Cláusula Sexta – DA CESSÃO, ALIENAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS.

O sócio que pretender vender, ceder ou transferir total ou parcialmente as quotas possuídas deverá inicialmente, oferecê-las aos demais sócios, informando, nome, qualificação e endereço do ofertante, além do preço e condições oferecidas.

Parágrafo Primeiro - Os quotistas terão direito de preferência para aquisição das quotas, em igualdade de condições com a proposta recebida, na proporção de suas respectivas participações no capital social, excluída a participação do quotista alienante. Os quotistas interessados poderão adquirir eventuais quotas recusadas por outros quotistas, hipótese em que o respectivo direito de preferência relativo a tais sobras deverá ser exercido de forma proporcional à respectiva participação no capital social da Sociedade, excluídas as participações do quotista alienante e dos demais quotistas que não manifestem interesse em exercer o direito de preferência ora ajustado.

Parágrafo Segundo - Se decorridos 30 (trinta) dias após a notificação, as quotas ofertadas não vierem a ser adquiridas pelos quotistas ofertados, o quotista alienante ficará livre para, nos 30 (trinta) dias seguintes ao término desse prazo, promover a transferência das quotas ofertadas ao proponente indicado na notificação pelo mesmo preço, prazo, condições de pagamento e demais elementos constantes da oferta.

Parágrafo Terceiro - Caso a venda das quotas ofertadas não se conclua no prazo acima estabelecido, o quotista retirante sujeitar-se-á novamente ao mesmo procedimento convencionado.

Parágrafo Quarto - Toda e qualquer transferência de quotas efetuada sem a observância das disposições deste contrato serão consideradas nulas de pleno direito.

Parágrafo Quinto - Na interpretação deste contrato social, o termo transferência deve ser entendido de forma abrangente, incluindo qualquer cessão voluntária ou involuntária, venda, caução ou gravame sobre as quotas sociais ou seus direitos, ou promessa de cessão, venda, caução, penhora ou gravame sobre as mesmas quotas ou seus direitos

Assinam digitalmente o presente ato (i) XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA por seu administrador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70 (ii) XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64 e (iii) XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED, por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7387764 em 16/07/2019 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 193044501 - 15/07/2019. Autenticação: 28A0D7516E903365715F4E4AF9ACC098D56FBAE8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/304.450-1 e o código de segurança X3VQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 8/16

Parágrafo Sexto - Sem prejuízo do que foi estipulado acima, os quotistas poderão deliberar sobre a entrada de novo sócio na Sociedade, por decisão dos quotistas representando a maioria do capital social restante, excluídas nesta situação as quotas detidas pelo quotista alienante.

Parágrafo Sétimo - Respeitado o direito de preferência previsto neste os quotistas podem ceder as quotas da Sociedade que detêm a qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira quotista ou não.

Cláusula Sétima – DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS.

Além das matérias indicadas em outras cláusulas deste Contrato Social, dependem de deliberações dos sócios, que serão tomadas em reunião, por quotistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, inclusive para os casos de alteração parcial ou total deste instrumento:

- a) a modificação deste Contrato Social, parcial ou integral, incluindo sem se limitar à redução ou aumento do capital social;
- b) a incorporação, fusão, cisão ou dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação; a designação e/ou alteração de sócio-administrador;
- c) a designação e/ou destituição de administradores não sócio nomeado no contrato social;
- d) o modo de remuneração dos administradores;
- e) o pedido de recuperação judicial ou acordo de recuperação extrajudicial
- f) a aprovação das contas da administração;
- g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) a abertura e encerramento de filiais no Brasil ou Exterior;
- i) a distribuição de lucros;
- j) a outorga de fiança, aval ou garantia em negócios ou operações de terceiros, exceção feita aos negócios ou operações de suas subsidiárias ou coligadas;
- k) constituição de subsidiárias, sua dissolução e liquidação.
- l) a aquisição, alienação ou oneração de qualquer participação societária.
- m) a votação das participações societárias debatidas pela sociedade.
- n) a celebração de qualquer acordo referente às participações societárias debatidas pela sociedade.
- o) Definição da verba e do pagamento de qualquer outro benefício destinados aos Administradores;
- p) Aprovação do orçamento anual;
- q) Admissão de novos quotistas e ingresso de herdeiros e/ou sucessores de antigos quotistas;

Assinam digitalmente o presente ato (i) XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA por seu administrador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70 (ii) XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64 e (iii) XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED, por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7387764 em 16/07/2019 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 193044501 - 15/07/2019. Autenticação: 28A0D7516E903365715F4E4AF9ACC098D56FBAE8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/304.450-1 e o código de segurança X3VQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 9/16

Parágrafo primeiro - O sócio dissidente de qualquer deliberação majoritária poderá retirar-se da sociedade, notificando deste seu propósito aos demais sócios, por escrito e contra recibo.

Parágrafo segundo - Os quotistas reunir-se-ão, ordinariamente, 1 (uma) vez por ano, nos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social, com o objetivo de tomar as contas dos Administradores, deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico e designar Administradores, quando for o caso, e, extraordinariamente, sempre que necessário para deliberar sobre assuntos de interesse da Sociedade.

Parágrafo Terceiro - Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a realização da Reunião Anual de Quotistas, as Demonstrações Financeiras da Sociedade deverão ser postas à disposição dos quotistas, por escrito, com prova de recebimento;

Parágrafo Quarto - A Reunião de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador da Sociedade ou por qualquer quotista, mediante notificação via carta registrada, fax ou e-mail com 8 (oito) dias de antecedência, com indicação das matérias a serem tratadas.

Parágrafo Quinto - Dispensam-se as formalidades de convocação previstas neste Capítulo quando todos os quotistas comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Sexto - A assembléia geral ou a reunião de quotistas tornam-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que será objeto delas.

Parágrafo Sétimo - As Reuniões de Quotistas serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de quotistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, e, em segunda convocação, com qualquer número de quotistas.

Parágrafo Oitavo - Qualquer quotista poderá votar por carta, fax ou e-mail ou poderá ser representado por outro quotista ou procurador mediante mandato com especificação dos atos autorizados a praticar, devendo o instrumento ser levado a registro juntamente com a ata.

Parágrafo Nono - As deliberações tomadas de conformidade com a lei e este Contrato Social vinculam todos os quotistas, ainda que ausentes ou dissidentes.

Cláusula Oitava – DA RESOLUÇÃO DA SOCIEADE.

A dissolução, falência, extinção, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência, morte, a declaração judicial de incapacidade, a interdição, o divórcio, a exclusão ou a retirada de um quotista não causará a dissolução da Sociedade.

Parágrafo Primeiro - A dissolução, extinção, declaração de recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência, retirada, exclusão, falecimento ou a declaração judicial de incapacidade, insolvência ou interdição de um quotista implicará, necessariamente, a oferta irrevogável das quotas deste quotista (o “Quotista Retirante”) aos quotistas remanescentes, que terão o direito, a critério exclusivo, de adquirir tais quotas pelo valor patrimonial, apurado pelo balanço especial efetuado na data da dissolução, falência, extinção, insolvência, exclusão, falecimento ou declaração de incapacidade, sem consideração de intangíveis de qualquer natureza, sendo tal direito oponível a terceiros.

Parágrafo Segundo - A opção de compra prevista neste capítulo deverá ser exercida pelos quotistas remanescentes em relação às quotas detidas pelo Quotista Retirante, mediante notificação expressa com 30 (trinta) dias de antecedência da ocorrência do evento que tiver dado ensejo ao exercício da mencionada opção.

Assinam digitalmente o presente ato (i) XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA por seu administrador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70 (ii) XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64 e (iii) XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED, por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7387764 em 16/07/2019 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 193044501 - 15/07/2019. Autenticação: 28A0D7516E903365715F4E4AF9ACC098D56FBAE8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/304.450-1 e o código de segurança X3VQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 10/16

Parágrafo Terceiro - A conclusão da transferência das quotas objeto da opção acima citada deverá ser concluída pelas partes envolvidas no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da ocorrência do evento que tiver dado ensejo ao exercício da mencionada opção.

Parágrafo Quarto - O pagamento ao Quotista Retirante ou a seus herdeiros, beneficiários, sucessores e/ou credores será feito em moeda corrente nacional, em 3 (três) parcelas mensais, iguais e consecutivas, no prazo total de 90 (noventa) dias, a contar da data do balanço especial e em moeda corrente nacional.

Parágrafo Quinto - As opções decorrentes deste capítulo obrigam as partes e seus sucessores a qualquer título.

Parágrafo Sexto - No caso de falecimento ou declaração judicial de incapacidade, insolvência ou interdição de algum quotista, seus herdeiros, beneficiários, sucessores e/ou credores não serão admitidos à Sociedade, salvo mediante aprovação prévia e por escrito de quotistas representando a maioria do capital social restante, conforme aqui previsto.

Cláusula Nona – APURAÇÃO E PAGAMENTO DE HAVERES.

Nas hipóteses de dissolução parcial ou resolução da Sociedade com relação a um sócio, exclusão ou exercício do direito de retirada, com a impossibilidade de admissão de novo sócio, a quota a ser liquidada será calculada com base no valor contábil a data do respectivo evento, apurado em balanço especialmente para esse fim. O valor encontrado será pago em dinheiro ou bens em até doze meses, em até 90 dias, devidamente corrigido monetariamente pelo INPC e acrescido de juros mensais sobre o saldo devedor à base de 1% (um por cento) ao mês.

Cláusula Décima - DA EXCLUSÃO DO SÓCIO.

Os quotistas poderão ser excluídos da Sociedade nas hipóteses seguintes:

- a) Sócio Remisso. O sócio remisso, considerado como aquele que não efetuar as contribuições para o capital social na forma e prazo previstos, após o prazo de 30 (trinta) dias da notificação da Sociedade, poderá ser excluído da Sociedade, de pleno direito, ou ter a sua participação societária reduzida mediante deliberação de quotistas representando a maioria do capital social restante. A reunião que deliberar sobre a exclusão de quotista deverá ser convocada nos termos do 0 acima e nela será assegurado direito de defesa ao quotista cuja exclusão está sendo deliberada.
- b) Falência ou Liquidação da Quota. Será excluído da Sociedade, de pleno direito, o sócio declarado falido ou cuja quota tenha sido liquidada a pedido de credor habilitado.
- c) Prática de Atos Contrários à Continuação da Sociedade. Sócios representantes da maioria do capital social, mediante deliberação em reunião de quotistas especialmente convocada para esse fim, poderão excluir sócio minoritário que esteja pondo em risco a continuidade da Sociedade em virtude de atos de inegável gravidade.
- d) Inadimplemento ou Incapacidade. Sem prejuízo do acima exposto, o sócio pode ser excluído judicialmente, mediante iniciativa de quotistas representando a maioria do capital social, por falta grave no cumprimento das suas obrigações ou por incapacidade superveniente.
- e) Quotista Dissidente. O quotista dissidente de deliberação em Reunião de Quotistas, que verse sobre a modificação do Contrato Social, fusão, incorporação, cisão e transformação da Sociedade em outro tipo societário, poderá retirar-se da Sociedade, nos 30 (trinta) dias subsequentes à reunião.

Assinam digitalmente o presente ato (i) XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA por seu administrador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70 (ii) XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64 e (iii) XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED, por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7387764 em 16/07/2019 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 193044501 - 15/07/2019. Autenticação: 28A0D7516E903365715F4E4AF9ACC098D56FBAE8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/304.450-1 e o código de segurança X3VQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 11/16

Parágrafo único - No caso de exclusão ou retirada de quotistas, o quotista retirante ou excluído será reembolsado pelas quotas que detiver na Sociedade com base no critério fixado neste Contrato Social.

Cláusula Décima Primeira - DO BALANÇO, RESULTADOS E SUA APLICAÇÃO.

O exercício social coincidirá com o calendário civil, começando no dia 1º de Janeiro e terminando em 31 de Dezembro de cada ano, data em que serão levantadas as demonstrações financeiras do exercício.

Parágrafo primeiro - Ao término de cada exercício social, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Parágrafo segundo - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas.

Parágrafo terceiro - Os lucros ou prejuízos líquidos apurados conforme a legislação pertinente, anualmente, será dividida ou suportada pelos quotistas na proporção sua participação societária, podendo ainda, no caso de lucros e por decisão dos quotistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, serem retidos em conta de lucros em suspenso ou capitalizados.

Parágrafo quarto - A sociedade por deliberação dos sócios poderá levantar balanços e destituir lucros em períodos menores.

Cláusula Décima Segunda – DA CISÃO, DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA SOCIEDADE.

Por deliberação dos quotistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por centos) do capital social realizado, a sociedade poderá:

- a) Cindir-se, incorporar-se, fundir-se a outra sociedade, ou transformar-se em outra forma societária.
- b) Dissolver-se em caso de impasse nas deliberações sociais que impossibilitem a continuação dos negócios, bem como quando ocorrer:
 - I – O consenso unânime dos negócios.
 - II – A deliberação dos sócios, por maioria absoluta.
 - III – A falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias.
- c) Extinguir-se nos demais casos previstos em lei.

Parágrafo primeiro - Em caso de liquidação da sociedade, os sócios nomearão um liquidante, a fim de que este proceda em conformidade com as leis vigentes à época.

Parágrafo segundo - Dissolvida a Sociedade, sua liquidação será procedida de conformidade com a disposição contida nos artigos 1.102 a 1.112, da Lei no 10.406, de janeiro de 2002.

Cláusula Décima Terceira - TIPO SOCIETÁRIO.

Assinam digitalmente o presente ato (i) XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA por seu administrador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70 (ii) XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64 e (iii) XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED, por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7387764 em 16/07/2019 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 193044501 - 15/07/2019. Autenticação: 28A0D7516E903365715F4E4AF9ACC098D56FBAE8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/304.450-1 e o código de segurança X3VQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 12/16

A sociedade poderá adotar qualquer outro tipo societário por deliberação dos sócios, sendo que estes desde já, renunciaram expressamente ao direito de retirada em caso de mudança do tipo societário.

Cláusula Décima Quarta – DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO ADMINISTRADORES.

O Administrador nomeado **WANG YANSONG**, chinês, nascido em 24/03/1962, executivo, portador do CPF nº. 022.114.556-70 e do documento de identidade RNE: V912349-1 “PERMANENTE”, com endereço na Rua Dona Rosinha de Almeida Coutinho, nº. 50, apto 302, bairro Santa Rita II, na cidade de Pouso Alegre-MG, CEP: 37559-521, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002);

Cláusula Décima Quinta - FORO DE ELEIÇÃO.

Fica eleito o foro da Comarca de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, por uma de suas Varas a que couber distribuição, como o único competente para conhecer e julgar qualquer procedimento judicial fundado neste contrato seja nas relações entre os sócios ou entre eles e a Sociedade, com renúncia expressa a qualquer outro que futuramente venha a ter por muito privilégio e especial que seja.

Cláusula Décima Sexta - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Parágrafo Primeiro - Para a consecução de seu objeto, a Sociedade poderá constituir subsidiária e participar do capital de outras empresas, na qualidade de sócio quotista ou acionista.

Parágrafo Segundo – Será ineficaz em relação à sociedade e nula de pleno direito, a cessão ou transferência de quotas, bem como, quaisquer outros atos praticados pelo(s) Administrador(es), sócio(s) quotista(s) ou procurador(es) que violem as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, respondendo o infrator, civil e criminalmente pela falta cometida.

E por estarem assim justos e contratados assina digitalmente o presente instrumento: **(i) a sociedade** XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA por seu administrador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70; **(ii)** XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64 e **(iii)** XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED, por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64.

Pouso Alegre-MG, 12 de julho de 2019

Assinam digitalmente o presente ato **(i)** XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA por seu administrador WANG YANSONG inscrito no CPF sob o nº. 022.114.556-70 **(ii)** XCMG INTERNATIONAL TRADING CORPORATION (HK) LIMITED por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64 e **(iii)** XCMG (HK) INTERNATIONAL CORPORATION DEVELOPMENT COMPANY LIMITED, por seu procurador LUIZ HENRIQUE DOS REIS inscrito no CPF nº. 069.219.846-64.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7387764 em 16/07/2019 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 193044501 - 15/07/2019. Autenticação: 28A0D7516E903365715F4E4AF9ACC098D56FBAE8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/304.450-1 e o código de segurança X3VQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 13/16



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

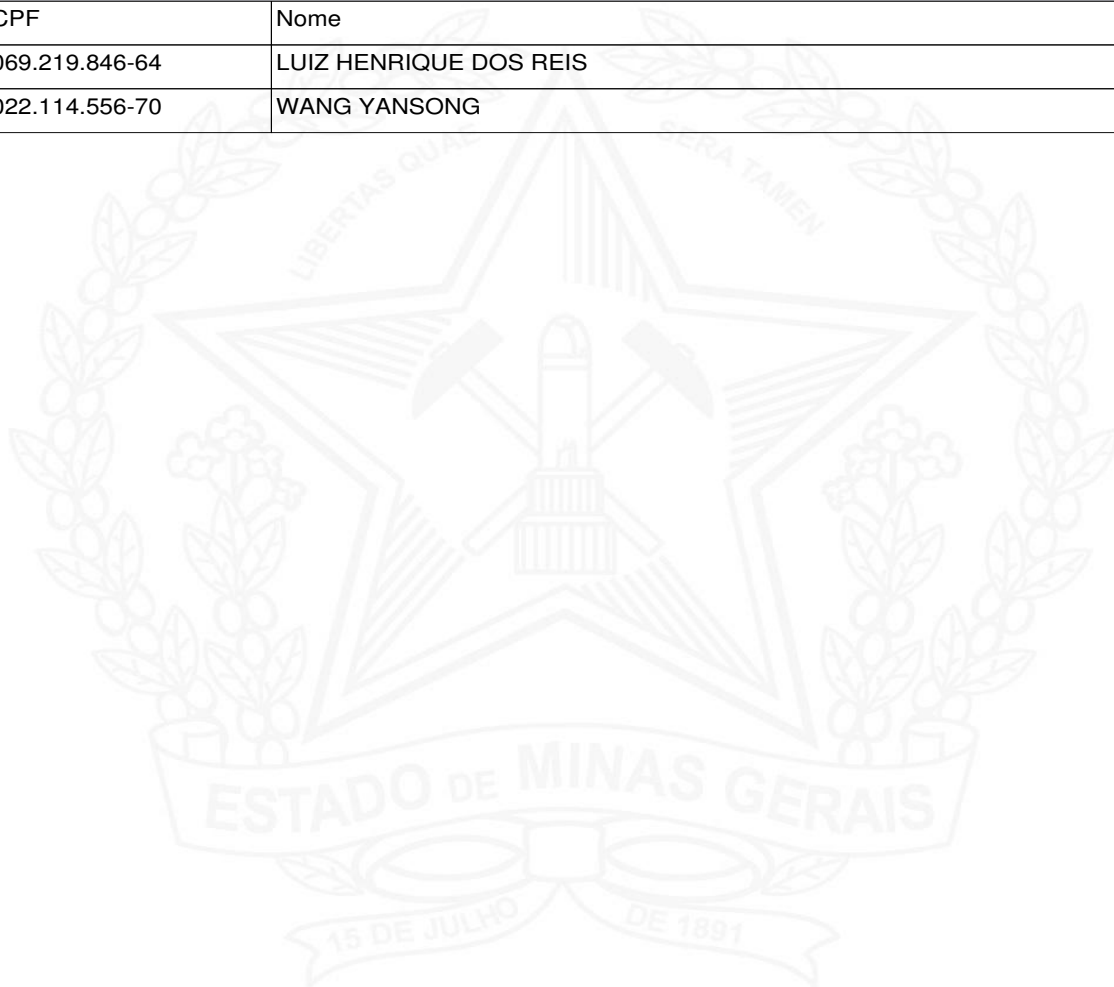
Registro Digital

Documento Principal

| Identificação do Processo | | |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 19/304.450-1 | MGE1900427892 | 15/07/2019 |

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|----------------------------------|------------------------|
| CPF | Nome |
| 069.219.846-64 | LUIZ HENRIQUE DOS REIS |
| 022.114.556-70 | WANG YANSONG |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7387764 em 16/07/2019 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 193044501 - 15/07/2019. Autenticação: 28A0D7516E903365715F4E4AF9ACC098D56FBAE8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/304.450-1 e o código de segurança X3VQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 14/16



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governador do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, de nire 3120937797-1 e protocolado sob o número 19/304.450-1 em 15/07/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7387764, em 16/07/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Ana Carolina Dias Mauler Bento.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

| Assinante(s) | |
|----------------|------------------------|
| CPF | Nome |
| 069.219.846-64 | LUIZ HENRIQUE DOS REIS |
| 022.114.556-70 | WANG YANSONG |

Documento Principal

| Assinante(s) | |
|----------------|------------------------|
| CPF | Nome |
| 022.114.556-70 | WANG YANSONG |
| 069.219.846-64 | LUIZ HENRIQUE DOS REIS |

Belo Horizonte. Terça-feira, 16 de Julho de 2019

Marinely de Paula Bomfim: 87363895600

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7387764 em 16/07/2019 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 193044501 - 15/07/2019. Autenticação: 28A0D7516E903365715F4E4AF9ACC098D56FBAE8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/304.450-1 e o código de segurança X3VQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 15/16



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|----------------------------------|--------------------------------|
| CPF | Nome |
| 039.216.506-66 | ANA CAROLINA DIAS MAULER BENTO |
| 873.638.956-00 | MARINELY DE PAULA BOMFIM |



Belo Horizonte. Terça-feira, 16 de Julho de 2019



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7387764 em 16/07/2019 da Empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, Nire 31209377971 e protocolo 193044501 - 15/07/2019. Autenticação: 28A0D7516E903365715F4E4AF9ACC098D56FBAE8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/304.450-1 e o código de segurança X3VQ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro (BA)

ANÁLISE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DA EMPRESA XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA

Em relação ao pedido de impugnação e esclarecimento feito pela empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, fls. 697/733, referente ao Edital nº 12/2019 – SRP, que tem por objeto o fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, veículos e equipamentos destinados a utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de desenvolvimento social, econômico e outras demandas nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizados no Estado da Bahia, esclarecemos:

Questionamento da XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA: Requer seja dado provimento a impugnação para incluir a possibilidade de comprovar a qualificação econômico-financeiro mediante a apresentação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo no limite previsto nos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei 8.666, caso não seja atendido aos índices econômicos mínimos, com vistas a possibilitar às empresas que não apresentarem índice satisfatório em qualquer um dos apurados comprovem sua capacidade de solver suas obrigações de outras formas legais, sob pena de violação aos artigos 3º e 31, §§ 1º e 5º, da Lei número 8.666/93 e artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República.

Resposta da CODEVASF: Desde o dia 30 de junho de 2018 as contratações e aquisições de bens de serviços da CODEVASF são regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – **Lei da Estatais**, não sendo mais obrigatório obedecermos ao dispositivo legal da Lei nº 8666/93. Vale lembrar que a IN 02, de 11 de outubro de 2010, citada na página 11 do pedido de impugnação foi revogada pela IN 03, de 26 de abril de 2018 e ainda assim não temos a obrigatoriedade de segui-la, tendo em vista que esta em seu Art. 1º; § 1º **diz que Integram o Sisg os órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional**, não aplicado a esta Companhia.

Conclusão: Ante o exposto julgamos improcedente o pedido de impugnação e manteremos os requisitos de habilitação conforme já descrito em edital.

Atenciosamente,

Fábio Alves Torres
Pregoeiro – DEI nº 080/2019



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro (BA)

ANÁLISE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DA EMPRESA XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA

Em relação ao pedido de impugnação e esclarecimento feito pela empresa XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA, fls. 697/733, referente ao Edital nº 12/2019 – SRP, que tem por objeto o fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, veículos e equipamentos destinados a utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de desenvolvimento social, econômico e outras demandas nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizados no Estado da Bahia, esclarecemos:

Questionamento da XCMG BRASIL INDÚSTRIA LTDA: Requer seja dado provimento a impugnação para incluir a possibilidade de comprovar a qualificação econômico-financeiro mediante a apresentação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo no limite previsto nos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei 8.666, caso não seja atendido aos índices econômicos mínimos, com vistas a possibilitar às empresas que não apresentarem índice satisfatório em qualquer um dos apurados comprovem sua capacidade de solver suas obrigações de outras formas legais, sob pena de violação aos artigos 3º e 31, §§ 1º e 5º, da Lei número 8.666/93 e artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República.

Resposta da CODEVASF: Desde o dia 30 de junho de 2018 as contratações e aquisições de bens de serviços da CODEVASF são regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 – **Lei da Estatais**, não sendo mais obrigatório obedecermos ao dispositivo legal da Lei nº 8666/93. Vale lembrar que a IN 02, de 11 de outubro de 2010, citada na página 11 do pedido de impugnação foi revogada pela IN 03, de 26 de abril de 2018 e ainda assim não temos a obrigatoriedade de segui-la, tendo em vista que esta em seu Art. 1º; § 1º **diz que Integram o Sisg os órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional**, não aplicado a esta Companhia.

Conclusão: Ante o exposto julgamos improcedente o pedido de impugnação e manteremos os requisitos de habilitação conforme já descrito em edital.

Atenciosamente,

Fábio Alves Torres
Pregoeiro – DEI nº 080/2019

Montes Claros, 24 de outubro de 2019.

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGROEIRO

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – 6ª
SECRETARIA DE LICITAÇÕES

ASSUNTO: EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2019 – SRP

Senhor Pregoeiro, Senhor Presidente,

TRIAMA NORTE TRATORES IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E MÁQUINAS LTDA., empresa inscrita no CNPJ sob o nº 01.563.351/0001-73, com sede na Avenida Deputado Plínio Ribeiro nº 937, Bairro Esplanada, na cidade de Montes Claros-MG, CEP 39.401-474, vem **IMPUGNAR** as descrições contidas no **ITENS 7 e 8** da **CLÁUSULA “1.1. OBJETO”** do Edital, que dispõem o seguinte:

| | | | | |
|---|-----------|---|-------|------|
| 7 | BR 225488 | Motoniveladora (A) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, motor diesel 6 cilindros, potência mínima 170 HP , tração 6x4, transmissão mínima 8 velocidades a frente e 4 a ré, força de corte da lâmina mínima 7.500 kg, peso operacional mínimo 15.000 kg a 18.535 kg, lâmina largura mínimo de 3.500 mm com Cabine Fechada com Ar condicionado e Alarme de ré e rádio Multimídia. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 2,00 |
| 8 | BR 455683 | Motoniveladora (B) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, motor diesel com potência mínima de 140 HP, peso operacional Mín. 13000 kgs, cambio com 08 marchas à frente e 04 marchas à ré, comprimento da lamina mínima de 3,60 m, ripper traseiro de 05 pontas, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado e Alarme de ré e rádio Multimídia. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Unid. | 2,00 |

Ocorre que, ao impor que as motoniveladoras devam ter, respectivamente, “transmissão mínima 8 velocidades a frente e 4 a ré” (sic) e “cambio com 08 marchas à frente e 04 marchas à ré” (sic), a LICITANTE está elidindo de participar do certame, além da **XCMG**, marca que a ora IMPUGNANTE representa, também as marcas **CASE**, **NEW HOLLAND**, **SDLG**, e **LIUGONG**, em prol de apenas duas marcas que atendem às descrições, quais sejam, **CATERPILLAR** e **KOMATSU**.

Está a Licitante, pois, ferindo injustificadamente os princípios mais basilares de qualquer processo licitatório. Em especial e de forma mais assertiva, o *Princípio da Igualdade*, o *Princípio da Competitividade*, o *Princípio da Economicidade*, o *Princípio da Impessoalidade* e o *Princípio do Julgamento Objetivo*.

Além disso, o **TERMO DE REFERÊNCIA** não apresenta qualquer respaldo técnico, mecânico e/ou jurídico, para a adoção, pela LICITANTE, da exigência do "câmbio 8x4" em detrimento do câmbio "6x3" ou outro, razão pela qual tal exigência deve ser sumariamente desconsiderada no contexto licitatório, permitindo-se, então, a participação no certame de outros licitantes que não sejam apenas a **CATERPILLAR** e a **KOMATSU**. Apenas reforçando o argumento utilizado antes, com a supressão da exigência inadequada e exacerbada, automaticamente os licitantes poderiam passar de no máximo 2 (Dois) para, em tese, no mínimo **7 (Sete)**.

Tendo em vista tudo quando foi dito aqui, requer a IMPUGNANTE que sejam **SUPRIMIDAS** as exigências de "transmissão mínima 8 velocidades a frente e 4 a ré" (sic) e "cambio com 08 marchas à frente e 04 marchas à ré" (sic) contidas nos **ITENS 7 e 8 da CLÁUSULA "1.1. OBJETO"** do Edital, de forma a permitir a participação de fornecedores que possuam de outras configurações de câmbio, contanto que atendam a todas as demais exigências feitas pelo Edital, sob pena de atentado ao *Princípio da Igualdade*, ao *Princípio da Competitividade*, ao *Princípio da Economicidade*, ao *Princípio da Impessoalidade* e ao *Princípio do Julgamento Objetivo*, passível de recurso às necessárias vias judiciais, se necessário.

Certos de sua compreensão e à disposição para prestar-lhes qualquer esclarecimento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,



Gustavo Carvalho dos Santos
OAB/RS 49.176
JURÍDICO

TRIAMA NORTE TRATORES IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E MÁQUINAS LTDA.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro (BA)

ANÁLISE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DA EMPRESA TRIAMA NORTE

Em relação ao pedido de impugnação e esclarecimento feito pela empresa TRIAMA NORTE, fls. 691/692, referente ao Edital nº 12/2019 – SRP, que tem por objeto o fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, veículos e equipamentos destinados a utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de desenvolvimento social, econômico e outras demandas nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizados no Estado da Bahia, esclarecemos:

Questionamento da TRIAMA: PEDE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL ALEGANDO QUE APENAS DUAS MARCAS ATENDEM ÀS DESCRIÇÕES TÉCNICAS PARA OS ITENS 7 E 8.

Resposta da CODEVASF:

Julgamos improcedente o pedido, considerando que várias marcas/modelos fornecem os equipamentos em conformidades com as especificações técnicas dos referidos itens.

Atenciosamente,

Fábio Alves Torres

Pregoeiro – DET nº 080/2019



Mercedes-Benz

Mardisa Veículos S/A.

Concessionário de Veículos Comerciais
Mercedes-Benz

Brasília, 24 de outubro de 2019.

A

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO
PARNAÍBA - CODEVASF
6ª SECRETARIA DE LICITAÇÕES
EDITAL PE 012/2019**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 012/2019

Senhor(a) Pregoeiro(a),

A Mardisa Veículos S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 63.411.623/0021-10, com sede no QS 09, Rua 100, Lotes 19/21, Águas Claras, Brasília- DF, por seu representante legal que subscreve, vem à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no Art. 3º da Lei 8.666/93, solicitar esclarecimentos e propor a alteração no Termo de Referência, do Edital em epigrafe.

Relatamos que no Termo de Referência, nas PÁGINAS 3 a 7 do SUBITEM 1.1, no que tange os itens 18, 20 e 21, os veículos em questão são caminhões pipa 10, 12 e 15 mil litros, respectivamente. Entretanto, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, os referidos veículos são caminhões de carroceria aberta – carga seca.

Dito isto, solicitamos esclarecimentos sobre qual informação é a correta.

Ademais, o presente Edital, na PÁGINA 41, SUBITEM 20.1, menciona que o prazo máximo será de até 60 (sessenta) dias corridos na forma do SUBITEM 20.2.

Entretanto, o prazo estipulado torna-se inviável para a realização do pedido/fabricação dos veículos na fábrica, bem como a implementação, tendo em vista que, tratam-se de veículos

Mardisa Veículos S/A..
QS 09 Rua 100 Lotes 19 e 21
Tel: (61) 3120-3000/(61)3120-3003
Fax: (61) 3120-3001
CEP 71.976-370
Águas Claras/DF.
www.mardisa.com.br



Mercedes-Benz – Marca do Grupo Daimler



Mercedes-Benz

Mardisa Veículos S/A.

Concessionário de Veículos Comerciais
Mercedes-Benz

implementados (com caçamba basculante 6m³, pipa de 10, 12 e 15 mil litros, carroceria baú frigorífico e coletor compactador de lixo 6m³).

Portanto, solicitamos que seja concedido um prazo mínimo de 90 (noventa) dias para a entrega dos veículos.

Dessa forma, para tornar a competição mais ampla, sem ferir o princípio da isonomia, o §1º, Inciso I, da Lei 8.666/93, aduz:

I- Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometem, restrinjam ou frustem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

Visando ainda garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objeto e dos que lhes são correlatos, solicitamos que seja estendido o prazo de entrega do objeto de 60 (sessenta) dias para no mínimo 90 (noventa) dias.

No aguardo por um pronunciamento de V.S.^a,

Atenciosamente,

Mardisa Veículos S/A..
QS 09 Rua 100 Lotes 19 e 21
Tel: (61) 3120-3000/(61)3120-3003
Fax: (61) 3120-3001
CEP 71.976-370
Águas Claras/DF.
www.mardisa.com.br



Mercedes-Benz – Marca do Grupo Daimler



Mercedes-Benz

Mardisa Veículos S/A.

Concessionário de Veículos Comerciais
Mercedes-Benz

José Manuel Cabral Duarte
Diretor

Mardisa Veículos S/A..
QS 09 Rua 100 Lotes 19 e 21
Tel: (61) 3120-3000/(61)3120-3003
Fax: (61) 3120-3001
CEP 71.976-370
Águas Claras/DF.
www.mardisa.com.br



Mercedes-Benz – Marca do Grupo Daimler



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro (BA)

ANÁLISE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DA EMPRESA MARDISA VEÍCULOS S/A - MERCEDES BENZ

Conforme solicitado, segue resposta técnica referente a solicitação de esclarecimentos impetrada pela Mercedes-Benz (Fl. 688 a 690).

Questionamento 01

Pag. 688 “...Relatamos que no termo de referência, nas páginas 3 a 7 do Subitem 1.1, no que tange os itens 18,20 e 21, os veículos em questão são caminhões pipa 10,12 e 15 mil litros, respectivamente. Entretanto, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br os referidos veículos são caminhões carroceria-carga seca.”

Dito isto, solicitamos esclarecimentos sobre qual informação é correta.

Resposta: Prezado licitante, esta havendo readequação do sistema CATMAT da comprasnet, com isso, muitos itens foram extintos. Por conseqüente há itens do nosso edital que não foi encontrado no sistema CATMAT/COMPRASNET sendo necessário cadastrarmos o mais semelhante possível, por isso possivelmente há divergências nas especificações de alguns itens do sistema CATMAT/COMPRASNET com o edital e termo de referência. Pedimos que Atentem para a descrição detalhada, completa e fidedigna na planilha de especificações e termo de referência.

Questionamento 02

Pág.688 e 689 “...Na pág 41, SUBITEM 20.1, menciona que o prazo máximo será de até 60 dias corridos. Entretanto, o prazo estipulado torna-se inviável para realização do pedido/fabricação dos veículos na fábrica, bem como a implementação, tendo em vista que, tratam-se de veículos implementados (com caçamba basculante 6m³, pipa 10,12 e 15 mil litros, carroceria baú frigorífico e coletor compactador de lixo.”

Portanto, solicitamos que seja concebido um prazo mínimo de 90 dias para entrega dos veículos.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro (BA)

Resposta: Levando em consideração que os veículos requeridos com acoplamento de implementos e que geralmente são adquiridos de um terceiro, a área técnica concede prazo de entrega de até 90 dias após a emissão da OF (ordem de fornecimento) para os seguintes itens: Caminhões Carrocerias (Itens 15 a 17); Caminhões Pipa (Itens 18 a 21); Caminhões com Implementos Especiais (Itens 22,23 e 26 a 29).

Atenciosamente,


Fábio Alves Torres

Pregoeiro - DET nº 080/2019

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR, ELMO ALUÍZIO VIEIRA NASCIMENTO, DD. SUPERINTENDENTE REGIONAL DA CODEVASF 6ª SR. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR.

Ref.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 012/2019.

BRE - EMPRESA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº **29.218.631/0001-63**, com sede no Setor Polo de Desenvolvimento Juscelino KUBITSCHEK Trecho 01, conjunto 10, Lote 06/07, bloco C, na cidade de Brasília - DF, por seu representante legal infra assinado, vem, com fulcro no Art. 87 da Lei 13.303/2016, em seu parágrafo primeiro C/C § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de

IMPUGNAR

os termos do Edital em referência, que adiante especifica-se, o que faz na conformidade seguinte:

I – DA ADMISSIBILIDADE E TEMPESTIVIDADE

O Artigo 87 da lei das estatais – lei 13.303/2016 prevê em seu § 1º o prazo legal e os legitimados para interposição de impugnação ao edital:

Art. 87 [...]

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na

*aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 2º.
(Grifo nosso)*

O Decreto 5.450/2005 que regulamenta o pregão eletrônico dispõe que:

*Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.
(Grifo nosso)*

E de outra forma não determinou o item 5, subitem 5.1 do edital de convocação:

5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

*Até 2 (dois) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão na forma eletrônica.
(Grifo nosso)*

Isto posto, a presente peça deverá ser tempestivamente recebida e colocada para a apreciação do pregoeiro e sua equipe de apoio para que, dentro dos limites legais, seja admitida, reconhecida e atendida ao que se pede, julgando procedente esta impugnação, para escoimar os vícios do edital.

II – DOS FATOS

Constata-se, a partir de criteriosa análise do edital impugnado, uma série de irregularidades, tanto no instrumento convocatório, quanto em seus anexos, fazendo-se necessárias correções e complementações de modo a sanar as antijuridicidades que maculam o certame.

Para melhor didática, os vícios constatados serão divididos em **tópicos**, sendo que a matéria apontada, seja conjunta ou isoladamente, é

categoricamente suficiente para o acolhimento da presente impugnação, com suas consequências editalícias e legais, conforme expressas abaixo:

- **Primeiro ponto;**

TERMO DE REFERÊNCIA

[...]

5.11 O (s) FABRICANTE (s) dos bens fornecidos, na data da abertura das propostas (início da sessão pública) do pregão, deverá(ão) ter empresa autorizada para prestar assistência técnica da seguinte forma:

I - Máquinas – Em um raio de 600km, onde serão entregues os itens, sob pena de desclassificação da proposta.

A exigência acima mencionada, trata-se de uma restrição geográfica que configura restrição do caráter competitivo do certame.

A realização do procedimento licitatório tem por objetivo a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, o que pressupõe a **competitividade entre os licitantes**. Em vista disso, a Administração deve buscar o equilíbrio entre as exigências previstas no Edital, para garantir a qualidade e a certeza de que os serviços serão prestados, e a ampliação do rol de potenciais licitantes.

Ressalta-se que exigir que o “***O (s) FABRICANTE (s) dos bens fornecidos, na data da abertura das propostas (início da sessão pública) do pregão, deverá(ão) ter empresa autorizada para prestar assistência técnica da seguinte forma: I - Máquinas – Em um raio de 600km...***” como critério de habilitação no certame, fica patente a ilegalidade e acintoso ao princípio da Isonomia.

Absurdo é, obrigar apenas empresas autorizada pela **FABRICANTE** e com assistência técnica num raio de 600km a participarem da licitação.

A exigência em foco fere, e fere de afoites a Lei Federal nº 8.666/93, pois ultrapassa os parâmetros do regramento legal previsto no artigo 30, em que obriga a Administração a se limitar em exigir somente o que está previsto em lei, que seria apenas a comprovação de aptidão para desempenho de atividade

pertinente e compatível com o objeto da licitação, ou seja, fornecimento de bens.

A Lei de Defesa do Consumidor estabelece responsabilidade solidária ao fornecedor ou fabricante para a garantia e “Assistência Técnica” do produto ou serviço, conforme Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990, in verbis:

*“Art. 25. É vedada a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenue a obrigação de indenizar prevista nesta e nas seções anteriores. § 1º Havendo mais de um responsável pela causação do dano, todos responderão solidariamente pela reparação prevista nesta e nas seções anteriores.
(grifo nosso)”*

E ainda, o artigo 24 vincula o fornecedor a prestar a garantia, independentemente da relação existente com territorialidade:

“Art. 24. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.”

Portanto, não há razão para exigir, das empresas interessadas em participar do certame, que apresentem **“O (s) FABRICANTE (s) dos bens fornecidos, na data da abertura das propostas (início da sessão pública) do pregão, deverá(ão) ter empresa autorizada para prestar assistência técnica da seguinte forma: I - Máquinas – Em um raio de 600km,”** tão precocemente para a habilitação como forma de pré-requisito segregativo para participação no certame público.

Persistindo a obrigatoriedade da apresentação da exigência aqui mencionada, poderá ser propiciada a formação de um “grupo” exclusivo de empresas autorizadas dentro da localidade geográfica a participar de licitações, podendo inclusive, controlar o aumento abusivo de preços e insumos. É o chamado “cartel”, severamente vedado pela Constituição Federal, no artigo 173, § 4º, in literis:

“§ 4º – A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos

mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros”. (grifo nosso)

O Tribunal de Contas da União - TCU tem se posicionado constantemente contra a exigência de qualquer documentação se não a prevista no art. 14 do Decreto n.º 5.450/2005 e nos arts. 27 a 31 da Lei n.º 8.666/93, o que exclui o direito à exigência em tela.

De acordo com o § 1º, inciso I, do art. 3, da Lei nº 8666/93, é vedado aos agentes públicos:

*I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, **restringam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade**, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;*

Ora, na medida que o indigitado item do Edital está exigindo tais ilegalidades, não resta dúvida que o ato de convocação de que se cogita, consigna cláusula manifestamente comprometedora ou restritiva do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação.

Conduzindo o assunto em questão para receber o tratamento constitucional que, em regra, impõe a necessidade do procedimento licitatório salvo as exceções taxativas previstas em lei específica.

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante

processo de licitação pública **que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. ”

Este é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

*“Enunciado: Nas licitações de serviços de manutenção preventiva e corretiva, **é ilegal a exigência, como critério de habilitação, de que as empresas participantes possuam representação ou equipe técnica em local previamente definido no edital. Tal exigência pode ser feita a partir da assinatura do contrato**, desde que respaldada em análise técnica fundamentada.”*

Acórdão:

9.1. conhecer da presente representação, [...] para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

[...]

9.3. dar ciência ao Instituto Nacional do Câncer - INCA das seguintes irregularidades:

[...]

9.3.3. exigência de que os licitantes comprovem possuir representação e equipe técnica para atendimentos emergenciais na cidade do Rio de Janeiro, identificada no itens 9.8.4 do edital do pregão eletrônico 232/2013, o que afronta o princípio da busca da proposta mais vantajosa para a

administração, nos termos do art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993; -conforme entendimento do TCU no **Acórdão 273/2014 – Plenário.**”

“Qualquer restrição em relação ao objeto da licitação deve ter como fundamento razões aptas a justificarem que a finalidade e o interesse público reclamam por tal exigência de forma irremediável. Sem tal justificativa a **restrição deve ser tomada por ilegal** (art. 3º, § 1º, inc. I)..” **“Direcionar o edital de uma compra com as características de determinado conjunto de fornecedores não tem nenhuma convergência com o trabalho de especificar corretamente o objeto pretendido para um determinado processo de licitação.”** -conforme entendimento do TCU no **Acórdão 641/2004 – Plenário.**”

Atua ainda, este egrégio Tribunal de Contas, sobre o assunto:

Ata 18/2011 - Segunda Câmara

“... no subitem “Garantia” dos equipamentos, de apresentação pelo fornecedor de declaração do fabricante, indicando **possuir rede de assistência técnica autorizada em Brasília/DF** para os equipamentos ofertados, o que pode, em primeira análise, **restringir a competição do certame, em desacordo ao art. 3º, §1º, inciso I, da Lei 8.666/1993;**”

Adiante iremos tratar da segunda, e não menos impotante, exigência a ser impugnada:

◦ **Segundo Ponto**

9.1.3. [...]

C). No caso de revendedor ou distribuidor, o licitante deverá apresentar **Carta de**

Solidariedade, conforme modelo Anexo VII) de que está devidamente autorizado pelo fabricante dos bens a fornecê-los nesta licitação, e declara também ser responsável solidário com o fornecimento de peças para manutenção, além do suporte técnico, durante todo o período contratual, de acordo com as condições exigidas pelo edital de licitação e seus respectivos anexos, das quais tem perfeito conhecimento, sem qualquer ônus adicional para a Codevasf, de forma que assegure a execução do contrato.

Tal exigência restritiva é assunto de diversas decisões de órgãos fiscalizadores que vem rechaçando veementemente tais ilegalidades.

Sobre a descabida exigência acima exposta, o Tribunal de Contas da União entende que, em regra, a Administração Pública não pode demandar a declaração de fabricante, carta de solidariedade ou credenciamento como condição de habilitação do licitante. (Tribunal de Contas da União. [Processo](#) TC nº 008.137/2015-3. Acórdão nº 1.805/2015 — Plenário. Relator: ministro-substituto Weder de Oliveira. Brasília, 22 de julho de 2015).

A Corte de Contas pondera, ainda, que a declaração do fabricante apresentada pelo licitante não impede que a contratada utilize produtos remanufaturados ou não licenciados no curso da execução contratual.

O TCU ainda pondera que esse tipo de exigência transfere ao fabricante do produto ofertado o poder de decidir quem dos fornecedores pode participar do certame, tornando ainda mais tangível a restrição à ampla competitividade e a ofensa ao princípio da isonomia, em consequente redução à possibilidade de seleção da proposta mais vantajosa.

Pedimos vênia, para citar um trecho da decisão do Tribunal de Contas da União sobre o assunto aqui tratado:

TCU Acórdão 1805/2015, Plenário
[...]

“10. A exigência de apresentação da declaração do fabricante, como requisito de qualificação técnica do pregão, não prevista nos arts. 27 a 31, da Lei 8.666/1993, e 13 do Decreto 3.555/2000, está em desacordo com a jurisprudência deste Tribunal.

11. Conforme a jurisprudência desta Corte de Contas, a exigência de declaração do fabricante, carta de solidariedade ou credenciamento, como condição para habilitação de licitante em pregão carece de amparo legal.

Por outro lado, torna-se redundante tal exigência em edital, uma vez que se trata de relação comercial e a **Lei de Defesa do Consumidor** estabelece responsabilidade solidária ao fornecedor ou fabricante para a garantia e “Assistência Técnica” do produto ou serviço, conforme a já citada Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990, in verbis:

*“Art. 25. É vedada a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenue a obrigação de indenizar prevista nesta e nas seções anteriores. § 1º Havendo mais de um responsável pela causação do dano, todos responderão solidariamente pela reparação prevista nesta e nas seções anteriores.
(grifo nosso)*

É pertinente reescrever também, o artigo 24 que como já visto vincula o fornecedor a prestar a garantia, independentemente da relação existente com territorialidade:

“Art. 24. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.”

Outrossim, o Supremo Tribunal Federal – STF, em ação direta de inconstitucionalidade, deferiu medida cautelar para suspender a eficácia de dispositivo de portaria ministerial que ordenava o credenciamento dos licitantes em determinados certames. Veja-se excerto do Informativo do STF:

*O Tribunal deferiu medida cautelar em ação direta de **inconstitucionalidade** para suspender a eficácia do § 3º do art. 5º da Portaria 2.814/98, do Ministério da Saúde, que exige que, nas compras e licitações públicas de medicamentos, realizadas pelos serviços próprios, e conveniados pelo SUS, **as empresas distribuidoras apresentem declaração do seu credenciamento como distribuidora junto à empresa detentora do registro dos produtos, bem como termo de responsabilidade emitido pela distribuidora**, garantindo a entrega dos mesmos em prazo e quantidade estabelecidos na licitação. [...] Em seguida, entendeu-se que as exigências constantes do dispositivo analisado, em princípio, limitariam a concorrência no certame, configurando verdadeiro aditamento da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), em dissonância com o previsto no art. 37, XXI, da CF.[8]*

O Tribunal de Contas da União, no **Acórdão 423/2007, de 21/03/2007**, analisando representação de empresa contra a Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça, decidiu por determinar que o órgão:

“abstenha-se de exigir, no ato convocatório, que as empresas licitantes e/ou contratadas apresentem declaração, emitida pelo fabricante do bem ou serviço licitado, de que possuem plenas condições técnicas para executar os serviços, são representantes legais e estão autorizadas a comercializar ou produtos e serviços objeto do termo de referência, uma vez que essa exigência

restringe o caráter competitivo do certame e contraria os arts. 3º, §1º, inciso I, e 30 da Lei nº 8.666/1993.

(Original sem grifos)

A esse respeito, Marçal Justen Filho assevera que:

“Em face da Constituição, o mínimo necessário à presunção de idoneidade é o máximo juridicamente admissível para exigir-se no ato convocatório. (...) respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter ‘competitivo’ da licitação.” (Comentários à Lei das Licitações e Contratos Administrativos. 9ª edição. Págs. 299 e 36.)

(Original sem grifo)

Na Decisão TCU Nº 486/2000 – Plenário, determinou que os órgãos licitantes:

*“Não incluam a exigência, como condição de habilitação, de declaração de **co-responsabilidade do fabricante do produto ofertado**, por falta de amparo legal, além de constituir uma cláusula restritiva do caráter competitivo das licitações, por não ser, em princípio, uma condição indispensável à garantia do cumprimento das obrigações advindas dos contratos a serem celebrados (cf. art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, e art. 37, inciso XXI, parte final, da Constituição Federal)”.*

Acórdão 216/2007 – Plenário (...)

*“9.3.4.4 abstenha-se de fixar exigência de **DECLARAÇÃO DE SOLIDARIEDADE DO FABRICANTE DO PRODUTO OFERTADO**, como condição de habilitação **OU DESCLASSIFICAÇÃO**, por falta de amparo legal e por constituir restrição ao caráter competitivo, consoante entendimento desta Corte de Contas, consubstanciado na Decisão 486/2000-Plenário, podendo prever tal documento como critério de pontuação em licitações do tipo técnica e preço; (...)” (Ata 07/2007 – Plenário, sessão 28/02/2007, aprovação 01/03/2007, DOU 02/03/2007, Ministro Relator Guilherme Palmeira).”*

Dada a meridiana clareza com que se apresenta as ilegalidades do Edital em tela, pelo mero cotejo com a letra fria da lei, requeremos especial consideração diante das razões aqui apresentadas.

III – DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para:

- Retirar do instrumento convocatório as exigências aqui explicitadas como requisito para habilitação;
- Declarar nulo os itens atacados
- determinar-se a republicação do Edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto.
- Caso seja indeferido o que aqui se pede, responder com linguagem clara e objetiva os motivos para que façamos valer o previsto no § 2º do Art. 87 da lei 13.303/2016

Nestes Termos
P. Deferimento

Brasília-DF, 25 de Outubro de 2019.



1

Elizeu Gonçalves Pereira
Responsável Legal

BRE - EMPRESA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional – Juazeiro (BA)

ANÁLISE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DA EMPRESA BRE EQUIPAMENTOS

Quanto o pedido de impugnação feito pela empresa BRE EQUIPAMENTOS, fls. 734/739, sobre restrição a competitividade alegando a exigência do raio de 600 km para assistência técnica dos equipamentos, **julgamos improcedente o pedido, considerando que várias marcas/modelos fornecem os equipamentos em conformidades com o especificado no edital.**

Atenciosamente,


Fábio Alves Torres
Pregoeiro – DET nº 080/2019

Superintendência Regional da CODEVASF. Total de itens licitados: 5. Edital: 18/12/2019 às 12h00 e das 13h30 às 17h30. Endereço: Rua Presidente Dutra, 160, Centro, Aracaju/PE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/195002-5-00025-2019. das Propostas: a partir de 18/12/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. a das Propostas: 31/12/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Condições Gerais: Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessar os sites www.codevasf.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br para as eventuais alterações e esclarecimentos..

AURIVALTER CORDEIRO PEREIRA DA SILVA
Superintendente Regional

Aracaju - 17/12/2019) 195002-11201-2019NE530591

4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 13/2019

A Codevasf comunica que Artha Empreendimentos, Comércio e Locações - Eireli, inscrita no CNPJ nº 16.549.740/0001-81, foi declarada vencedora do item 4 de licitação para a constituição de Sistema de Registro de Preços, objetivando a aquisição de 7 veículos novos, zero quilômetro, sendo 2 tipo SUV, 2 hatch e 3 camionetes diesel, ano e modelo 2019/2020, para atender à logística dos trabalhos realizados pelo corpo técnico/administrativo nos Perímetros Irrigados e toda a atuação da Codevasf - 4ª SR, no estado de Sergipe, no valor global de R\$ 1.168.000,00; os demais itens foram cancelados.

CESAR FONSECA MANDARINO
Superintendente Regional

Aracaju - 17/12/2019) 195003-11201-2019NE540063

EXTRATO DE APOSTILAMENTO DE CONTRATO

Processo nº 59540.000527/2013-01. 1º Termo de Apostilamento ao Termo de Referência nº 4.017.00/2013, Celebrado entre o Estado de Sergipe, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade -SERDUBS. OBJETO: Alteração do Contrato nº 13.128.798/00026-51 para o nº 13.128.798/00026-51, em função do Decreto nº 40.385, de 05 de junho de 2019.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO DE CONTRATO

Processo nº 59540.000822/2011-97. 1º Termo de Apostilamento ao Termo de Referência nº 4.009.00/2011, Celebrado entre o Estado de Sergipe, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade -SERDUBS. OBJETO: Alteração do Contrato nº 13.128.798/00026-51 para o nº 13.128.798/00026-51, em função do Decreto Estadual nº 40.385/2019, de 05 de junho de 2019.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO DE CONTRATO

Processo nº 59540.000825/2011-21. 1º Termo de Apostilamento ao Termo de Referência nº 4.010.00/2011, Celebrado entre o Estado de Sergipe, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade -SERDUBS. OBJETO: Alteração do Contrato nº 13.128.798/00026-51 para o nº 13.128.798/00026-51, em função do Decreto nº 40.385, de 05 de junho de 2019.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO DE CONTRATO

Processo nº 59540.000817/2011-84. 1º Termo de Apostilamento ao Termo de Referência nº 4.008.00/2011, celebrado entre o Estado de Sergipe, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade -SERDUBS. OBJETO: Alteração do Contrato nº 13.128.798/00026-51 para o nº 13.128.798/00026-51, em função do Decreto Estadual nº 40.385/2019, de 05 de junho de 2019.

5ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

RETIFICAÇÃO

No D.O.U nº 237, SEÇÃO 3, pág. 38, de 9/12/2019.
Onde se lê: "DATA DA ASSINATURA: 04/12/2019;
Leia-se: ..." DATA DA ASSINATURA: 27/11/2019".

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

2º Termo Aditivo ao contrato nº 5.151.00/2018, firmado entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, e a empresa Realização de Projetos Públicos de Irrigação e Manutenção de Obras - RPPMI LTDA. OBJETO: A prestação dos serviços de operação e manutenção da infraestrutura de uso comum dos projetos públicos de irrigação da Boacica e do Itiúba, bem como dos Municípios, de Igreja Nova e Porto Real do Colégio, no Estado de Alagoas. FUNDAMENTAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL: Visa Prorrogar o prazo contratual por mais 150 dias, a partir de 14/12/2019. RECURSOS: Os recursos correrão à conta do orçamento da Administração de Trabalho nº 20.607.2027.20EY.0020- Administração de Projetos Públicos de Irrigação e Manutenção de Obras - RPPMI. Na região nordeste, Plano orçamentário 0001- Projetos Públicos de Irrigação e Manutenção de Obras - RPPMI, fonte 100, categoria econômica 3, sob gestão da 5ª Superintendência Regional da Codevasf, saldo 2019. Previsto empenhos 2019NE550263 e 2019NE550265; R\$ 805.00,00. Necessidade de empenho de fevereiro a maio de 2020: R\$ 805.00,00. AÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original e dos aditivos que não colidam com as deste instrumento. DATA DA ASSINATURA: 15/12/2019 ASSINAM: Pela CODEVASF, James Marlan Ferreira Barbosa - Superintendente Regional da 5ª SR e pela Contratada, Alberto Cardoso Correia Rego Filho, Processo nº 19500484/2018-41.

6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 59560.000611/2019-73. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços - 6ª Superintendência Regional da CODEVASF - 6ª/SR - UASG 195011, Processo nº 19500611/2019-73. OBJETO: Constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP para o Fornecimento, transporte, carga e descarga de caixas d'água e tanques para as áreas de irrigação e/ou abastecimento de água para áreas urbanas e rurais nos municípios sob área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado da Bahia. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 15/2019. DATA DE ASSINATURA: 15/12/2019.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 11/2019

A CODEVASF 6ª Superintendência Regional comunica aos interessados que o Resultado de Julgamento do Edital nº 11/2019 Pregão Eletrônico SRP para o Fornecimento, transporte, carga e descarga de Kits de Irrigação localizados por gotejamento com capacidade para irrigar área de 500 m², destinados às ações de agricultura familiar nos municípios da área de atuação da Codevasf no Estado da Bahia, através da Resolução nº 822 de 05 de dezembro de 2019, Adjudicando as seguintes empresas: NETAFIM BRASIL SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE IRRIGAÇÃO LTDA CNPJ nº 00.549.740/0001-81 no valor global de R\$ 548.032,50 para o item 01; GYN COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI CNPJ nº 27.429.627/0001-19 no valor global de R\$ 221.250,00 para o item 02; BAKOF PLÁSTICOS LTDA CNPJ nº 91.967.067/0001-55 no valor global de R\$ 119.565,00 para o item 03; SERTÃO FIBRAS INDÚSTRIA LTDA CNPJ nº 26.227.604/0001-69 no valor global de R\$ 48.326,25 para o item 04; BC AGRO COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI CNPJ nº 29.220.447/0001-58 no valor global de R\$ 110.919,42 para o item 05, 08 e 09; JELSON CARDOSO CNPJ nº 10.907.486/0001-08 no valor global de R\$ 168.000,00 para os itens 06 e 07.

ELMO ALUIZIO VIEIRA NASCIMENTO
Superintendente Regional

(SIDECA - 17/12/2019) 195011-11201-2019NE560273

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 14/2019

A CODEVASF 6ª Superintendência Regional comunica aos interessados que o Resultado de Julgamento do Edital nº 014/2019 Pregão Eletrônico SRP para o Fornecimento, transporte, carga e descarga de Tubos PVC Defeito JET DN 100, 150 e 200 mm; Tubos PVC PBA CL 15 JE DN 50, 75 E 100 mm; Tubos PVC PN 40, 60 e 80 DN 50,75, 100, 150, 200 e 250 mm; Conexões PBA JE de DN 50, 75, 100, 150, 200 e 250 mm; Tubos PVC PBS PN 60 DN 32 mm; Tubos PVC PBS PN 80 DN 50 mm; Tubos PVC JEI CL 12 DN 50 mm; Moto Bombas submersas, para atender aos municípios da área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado da Bahia, Adjudicando as seguintes empresas: EMPRESA VILAS BOAS & RIOS LTDA CNPJ nº 00.389.412/0001-00 no valor global de R\$ 45.020,00 para os itens 10,11,12 e 16; EMPRESA ASPERBRAS TUBOS E CONEXÕES LTDA CNPJ nº 02.271.201/0008-25 no valor global de R\$ 860.300,00 para os itens 09,15,17,18,21,22,23,24,25 e 44; EMPRESA BAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ nº 11.317.774/0001-67 no valor global de R\$ 1.031.710,00 para os itens 02,06,27,31,33,35,37,39,41,49 e 51; EMPRESA ITA INSTITUTO TECNOLÓGICO AVANÇADO DE METEOROLOGIA CNPJ nº 18.545.585/0001-90 no valor global de R\$ 678.240,00 para os itens 36 e 50; EMPRESA ITACA EIRELI CNPJ nº 24.845.457/0001-65 no valor global de R\$ 1.801.004,00 para os itens 04,08,13,14,19,20,42,43,45,46 e 47; EMPRESA GYN COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI CNPJ nº 27.429.627/0001-19 no valor global de R\$ 101.080,00 para o item 29; EMPRESA POLYVIN PLÁSTICOS E DERIVADOS LTDA CNPJ nº 41.664.871/0001-97 no valor global de R\$ 7.897.140,00 para os itens 01,03,05,07,26,28,30,32,34,38,40 e 48.

ELMO ALUIZIO VIEIRA NASCIMENTO
Superintendente Regional

(SIDECA - 17/12/2019) 195011-11201-2019NE560273

EXTRATO DE DOAÇÃO

PROCESSO: 59560.000971/2019-75. ESPÉCIE: Termo de Doação nº 6.124.0001-75. DOADORA: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, CNPJ/MF: 00.399.857/0001-26. DONATÁRIA: Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Povoado Cabeça da Vaca, CNPJ: 07.920.955/0001-06, com sede no município de Ajustina-BA. OBJETO: Doação de 04 (quatro) implementos agrícolas, conforme descrição na Cláusula Primeira do instrumento, avaliados pelo valor total de R\$ 40.627,99. DESTINAÇÃO DOS BENS: Os bens doados serão destinados a apoiar o desenvolvimento das atividades agrícolas, exercidas por pequenos produtores rurais do município de Ajustina/BA, apoiados pela DONATÁRIA, beneficiando dezenas de famílias produtoras. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 29, Inciso XVII, da Lei nº 13.303. DATA DE ASSINATURA: 12/12/2019.

EXTRATO DE DOAÇÃO

PROCESSO: 59560.000972/2019-10. ESPÉCIE: Termo de Doação nº 6.125.0001-10. DOADORA: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, CNPJ/MF: 00.399.857/0001-26. DONATÁRIA: Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Barroca, CNPJ: 22.290.495/0001-73, com sede no município de Cícero Dantas-BA. OBJETO: Doação de 04 (quatro) implementos agrícolas, conforme descrição na Cláusula Primeira do instrumento, avaliados pelo valor total de R\$ 40.627,99. DESTINAÇÃO DOS BENS: Os bens doados serão destinados a apoiar o desenvolvimento das atividades agrícolas, exercidas por pequenos produtores rurais do município de Cícero Dantas/BA, apoiados pela DONATÁRIA, beneficiando dezenas de famílias produtoras. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 29, Inciso XVII, da Lei nº 13.303. DATA DE ASSINATURA: 12/12/2019.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 59560.000152/2019-28. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços - 6ª Superintendência Regional da CODEVASF - 6ª/SR - UASG 195011, Processo nº 19500152/2019-28. OBJETO: Constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP para o fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, equipamentos e veículos destinados a diversos usos na construção civil, na pecuária e agricultura familiar nos municípios sob a área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado da Bahia. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 15/2019. FUNDAMENTO: Leis nº 10.520/02 e nº 13.303/16, Decretos: nº 8.538/15 e nº 7.912/16. O Resultado foi publicado no Diário Oficial da União do dia 09 de dezembro de 2019, seção 3, página(s) 38 e homologado pela RESOLUÇÃO Nº 760 da Diretoria Executiva da Codevasf, constante a(s) fl(s) 1614/1615. ASSINATURA: 11/12/2019. VIGÊNCIA: (doze) meses, tendo como vencedor a empresa: VENEZA EQUIPAMENTOS PESADOS CNPJ 15.652.882/0006-51, com valor global de R\$ 1.870.000,00 para o(s) item(ns) 02, e 04; REVEMAR COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ 17.449.881/0001-25, com o valor global de R\$ 9.032.000,00 para o(s) item(ns) 01, 03, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 00.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019****PROCESSO Nº 59560.000152/2019**

Aos 11 (onze) dias do mês dezembro do ano de 2019, a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, empresa pública federal criada pela Lei nº 6.088, de 16/07/1974, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 6 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, neste ato representada pelo Superintendente Regional da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, **ELMO ALUÍZIO VIEIRA NASCIMENTO**, brasileiro, casado, Contador, portador da Carteira de Identidade nº 07128991-70 – SSP/BA e do CPF nº 885.435.015-04, nomeado pela Decisão nº 185, de 31 de janeiro de 2018, nos termos e de acordo com a Lei nº 10.520/02, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 8.538/15, Lei nº 13.303/2016, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019**, referente à constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP, objetivando a contratação de empresa **para fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, veículos e equipamentos destinados a utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de desenvolvimento social, econômico e outras demandas nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizados no Estado da Bahia**, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União no dia 09/12/2019 (fl.1.616) e homologado pela Diretoria Executiva da Codevasf – 6ª SR, por meio da **Resolução nº. 760 de 29/11/2019**, constante às fls.1.614/1.615 do **Processo nº 59560.000152/2019-28**, RESOLVE registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: **ELYSIUM INC. NEGOCIOS - EIRELI**, CNPJ: **06.951.656/0001-76**, com sede na Rua Lázaro Vieira, nº. 221, Qd. 87, TLt. 84, Bairro: Centro. Iporá/GO – Cep: 76.200-000, **telefone(s): 62 3926 1271**, e-mail: **elysiumnc.negocios@gmail.com**, representada pelo(a) Sr.(a) **EVERTHON BARBOSA RIBEIRO**, brasileiro(a), empresário RG nº: **221620-SSP/GO**, CPF nº: **814.291.0001-25**, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com os itens a seguir elencados, com suas características e respectivas quantidades, mediante as condições seguintes:

| Item | Descrição/ Especificações técnicas | Und. | Qtd. | Valor Unitário R\$ | Valor Total R\$ |
|---|---|------|------|-----------------------|----------------------|
| 5 | Pá carregadeira sobre rodas (B), Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência líquida mínima de 120 hp, capacidade de caçamba de 1,9 m³, peso operacional mínimo de 10000 kg com Cabine Fechada e provido de Ar condicionado. . Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Un | 1 | 324.000,00 | 324.000,00 |
| TOTAL GERAL (trezentos e vinte e quatro mil reais) | | | | | R\$ 324.00,00 |

1 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.


EVERTHON B. RIBEIRO
CPF: 814.291.001-25

A existência de preços registrados não obriga a **Codevasf** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos materiais ou equipamentos em igualdade de condições.

2 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 7.892/2013.

Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução dos fornecimentos desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3 – DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no Edital de **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019** e seus anexos.

4 – DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas as situações previstas no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/2016 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16, a CODEVASF, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o detentor da Ata será convocado pela CODEVASF para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

5 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS


O detentor da Ata terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado.

Por iniciativa da **Codevasf**:

- a) quando o detentor da ata não aceitar garantir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;


EVERTHON B. RIBEIRO
CPF: 814.291.001-25



- b) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Não manter as condições de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- d) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- e) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Se recusar a realizar os fornecimentos nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos;
- g) Na ocorrência de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

Em quaisquer das hipóteses acima, a **Codevasf** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos concorrentes a nova ordem de registro.

6 – DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência.
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

7 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela **Codevasf** em conformidade com o disposto no item 21 do Edital.

8 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no item 23 do Edital, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.


9 – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Sr. Superintendente da 6ª Superintendência Regional da **Codevasf**, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019**, seus anexos, e a proposta da empresa: **ELYSIUM INC. NEGOCIOS - EIRELI**, CNPJ: **06.951.656/0001-76**, classificada em 1º lugar no certame supra mencionado.

O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária do Estado da Bahia, com sede em Juazeiro, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


EVERTHON B. RIBEIRO
CPF: 814.291.001-25



CODEVASF



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da Codevasf

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n° 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto n° 7.892/2013, da Lei n° 13.303 de 30 de junho de 2016 e demais normas aplicáveis.

Juazeiro-BA, 11 de dezembro de 2019.

ELMO ALUÍZIO VIEIRA NASCIMENTO
Superintendente Regional-6ª SR
CODEVASF

EVERTHON B. RIBEIRO

CPF: 814.291.001-28

REPRESENTANTE:
EMPRESA: **ELYSIUM INC. NEGOCIOS – EIRELI**
CNPJ: **06.951.656/0001-76**



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da Codevasf

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019**

PROCESSO Nº 59560.000152/2019

Aos 11 (onze) dias do mês dezembro do ano de 2019, a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, empresa pública federal criada pela Lei n.º 6.088, de 16/07/1974, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 6 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, neste ato representada pelo Superintendente Regional da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, **ELMO ALUÍZIO VIEIRA NASCIMENTO**, brasileiro, casado, Contador, portador da Carteira de Identidade nº 07128991-70 – SSP/BA e do CPF nº 885.435.015-04, nomeado pela Decisão nº 185, de 31 de janeiro de 2018, nos termos e de acordo com a Lei nº 10.520/02, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 8.538/15, Lei nº 13.303/2016, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019**, referente à constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP, objetivando a contratação de empresa **para fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, veículos e equipamentos destinados a utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de desenvolvimento social, econômico e outras demandas nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizados no Estado da Bahia**, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União no dia 09/12/2019 (fl.1.616) e homologado pela Diretoria Executiva da Codevasf – 6ª SR, por meio da **Resolução nº. 760 de 29/11/2019**, constante às fls.1.614/1.615 do **Processo nº 59560.000152/2019-28**, RESOLVE registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: **RODA BRASIL - REPRESENTACOES COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP**, CNPJ: **15.332.890/0001-06**, com sede na Rua Juscelimno Kubitschek, nº. 184, Bairro: Vila Rica. Cruzeiro/SP – Cep: 12.712-680, **telefone(s): 12 3145 2226 / 9 9155 2813**, e-mail: **claudioteixeirapinto@hotmail.com**, representada pelo(a) Sr.(a) **CLAUDIO TEIXEIRA PINTO JÚNIOR**, brasileiro(a), solteiro, empresário, RG nº: **30.668.073-7-SSP/SP**, CPF nº: **290.559.008-42**, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com os itens a seguir elencados, com suas características e respectivas quantidades, mediante as condições seguintes:

| Item | Descrição/ Especificações técnicas | Und. | Qtd. | Valor Unitário R\$ | Valor Total R\$ |
|------|--|------|------|-----------------------|--------------------|
| 15 | Caminhão basculante , Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência mínima 180 CV, cinto de segurança de 03 (três pontos, distância entre-eixos mínimo 4900 mm (ou superior) , carga útil com equipamento mínima 8500 kg. Com caçamba de capacidade volumétrica mínima 6,00 m³, protetor de cabine, tampa traseira basculante padrão com fechamento automático, assoalho em aço espessura mínima 4,50 mm, laterais em aço espessura mínima 4,50 mm, pinos de cordas nas laterais, frente e traseira. Cilindro hidráulico central com duas unidade , com mangueiras para conexões, caixa metálica para ferramenta, escada lateral, barras de proteção lateral dos eixos, faixas reflexivas e | Un | 3 | 257.400,00 | 772.200,00 |

CODEVASF

Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da Codevasf

| | | | | |
|--|--|--|--|-----------------------|
| suporte para pá, sistema elétrico e lanternas conforme normas CNT, caixa de ferramentas, faixas reflexivas com Cabine Fechada com Ar condicionado.. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | | | | |
| TOTAL GERAL (setecentos e setenta e dois mil e duzentos reais) | | | | R\$ 772.200,00 |

1 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

A existência de preços registrados não obriga a **Codevasf** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos materiais ou equipamentos em igualdade de condições.

2 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 7.892/2013.

Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução dos fornecimentos desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3 – DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no Edital de **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019** e seus anexos.

4 – DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas as situações previstas no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/2016 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16, a CODEVASF, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o detentor da Ata será convocado pela CODEVASF para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

5 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O detentor da Ata terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da Codevasf

A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado.

Por iniciativa da **Codevasf**:

- a) quando o detentor da ata não aceitar garantir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Não manter as condições de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- d) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- e) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Se recusar a realizar os fornecimentos nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos;
- g) Na ocorrência de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

Em quaisquer das hipóteses acima, a **Codevasf** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos concorrentes a nova ordem de registro.

6 – DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência.
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

7 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela **Codevasf** em conformidade com o disposto no item 21 do Edital.

8 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no item 23 do Edital, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da Codevasf

9 – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Sr. Superintendente da 6ª Superintendência Regional da **Codevasf**, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019**, seus anexos, e a proposta da empresa: **RODA BRASIL - REPRESENTACOES COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP**, CNPJ: **15.332.890/0001-06**, classificada em 1º lugar no certame supra mencionado.

O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária do Estado da Bahia, com sede em Juazeiro, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892/2013, da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e demais normas aplicáveis.

Juazeiro-BA, 11 de dezembro de 2019.



ELMO ALUIZIO VIEIRA NASCIMENTO
Superintendente Regional-6ª SR
CODEVASF

REPRESENTANTE:
EMPRESA: **RODA BRASIL - REPRESENTACOES COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP**
CNPJ: **15.332.890/0001-06**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019****PROCESSO Nº 59560.000152/2019**

Aos 11 (onze) dias do mês dezembro do ano de 2019, a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, empresa pública federal criada pela Lei n.º 6.088, de 16/07/1974, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 6 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, neste ato representada pelo Superintendente Regional da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, **ELMO ALÚZIO VIEIRA NASCIMENTO**, brasileiro, casado, Contador, portador da Carteira de Identidade nº 07128991-70 – SSP/BA e do CPF nº 885.435.015-04, nomeado pela Decisão nº 185, de 31 de janeiro de 2018, nos termos e de acordo com a Lei nº 10.520/02, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 8.538/15, Lei nº 13.303/2016, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019**, referente à constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP, objetivando a contratação de empresa **para fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, veículos e equipamentos destinados a utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de desenvolvimento social, econômico e outras demandas nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizados no Estado da Bahia**, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União no dia 09/12/2019 (fl.1.616) e homologado pela Diretoria Executiva da Codevasf – 6ª SR, por meio da **Resolução nº. 760 de 29/11/2019**, constante às fls.1.614/1.615 do **Processo nº 59560.000152/2019-28**, RESOLVE registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: **GRAMPAR COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI**, CNPJ: **30.524.715/0001-04**, com sede na Av. T-1, nº. 398, sala 03 - Bairro: Setor Bueno. Goiânia/GO – Cep: 74.210-045, **telefone(s): 62 3998 1158**, e-mail: **maquinas.grampar@gmail.com**, representada pelo(a) Sr.(a) **VANDERSON BATISTA DE SOUZA**, brasileiro(a), solteiro, RG nº: **5125561**, CPF nº: **022.084.871-74**, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com os itens a seguir elencados, com suas características e respectivas quantidades, mediante as condições seguintes:

| Item | Descrição/ Especificações técnicas | Und. | Qtd. | Valor Unitário R\$ | Valor Total R\$ |
|------|---|------|------|--------------------|-----------------|
| 07 | Motoniveladora (A) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, motor diesel 6 cilindros, potência mínima 170 HP , tração 6x4, transmissão mínima 8 velocidades a frente e 4 a ré, força de corte da lâmina mínima 7.500 kg, peso operacional mínimo 15.000 kg a 18.535 kg, lâmina largura mínimo de 3.500 mm com Cabine Fechada com Ar condicionado e Alarme de ré e rádio Multimidia. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Und. | 02 | 695.000,00 | 1.390.000,00 |
| 08 | Motoniveladora (B) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, motor diesel com potência mínima de 140 HP, peso operacional Mín. 13000 kgs, cambio com 08 marchas à frente e 04 marchas à ré, comprimento da lamina mínima de 3,60 m, riper traseiro de 05 pontas, sistema de monitoramento via satélite com Cabine | Und | 02 | 634.250,00 | 1.268.500,00 |

| | | | | | |
|---|--|------|----|------------|-------------------------|
| | Fechada com Ar condicionado e Alarme de ré e rádio Multimídia. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | | | | |
| 10 | Retroescavadeira , Zero km, Ano 2019 ou Superior, com tração 4x4, cabine com ar condicionado, motor diesel turbo com potência líquida mínima de 85 HP, peso operacional mín. 6000kg, transmissão com no mínimo 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré, sistema hidráulico com fluxo de no mínimo 130 l/min e pressão mínima de 22.000 kpa, caçamba de carregamento de no mínimo 0,90 m3 (ou superior) e concha de escavação de no mínimo 0,20m3 (ou superior), sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado.. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Und. | 05 | 223.900,00 | 1.119.500,00 |
| 11 | TRATOR 130HP - USO AQUÁTICO , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Barco marca e modelo Hidrotractor HT021/2019 ou Similar, específico para remoção de lixo e plantas aquáticas de ambientes hídricos. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Und. | 1 | 795.000,00 | 795.000,00 |
| TOTAL GERAL (quatro milhões e quinhentos e setenta e três mil reais) | | | | | R\$ 4.573.000,00 |

1 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

A existência de preços registrados não obriga a **Codevasf** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos materiais ou equipamentos em igualdade de condições.

2 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 7.892/2013.

Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução dos fornecimentos desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3 – DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no Edital de **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019** e seus anexos.

4 – DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas as situações previstas no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/2016 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16, a CODEVASF, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o detentor da Ata será convocado pela CODEVASF para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

5 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O detentor da Ata terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado.

Por iniciativa da **Codevasf**:

- a) quando o detentor da ata não aceitar garantir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Não manter as condições de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- d) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- e) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Se recusar a realizar os fornecimentos nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos;
- g) Na ocorrência de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

Em quaisquer das hipóteses acima, a **Codevasf** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos concorrentes a nova ordem de registro.

6 – DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da Codevasf

- a) Por decurso de prazo de vigência.
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

7 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela **Codevasf** em conformidade com o disposto no item 21 do Edital.

8 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no item 23 do Edital, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.

9 – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Sr. Superintendente da 6ª Superintendência Regional da **Codevasf**, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019**, seus anexos, e a proposta da empresa: **GRAMPAR COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI**, CNPJ: **30.524.715/0001-04**, classificada em 1º lugar no certame supra mencionado.

O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária do Estado da Bahia, com sede em Juazeiro, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892/2013, da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e demais normas aplicáveis.

Juazeiro-BA, 11 de dezembro de 2019.

ELMO ALUÍZIO VIEIRA NASCIMENTO
Superintendente Regional-6ª SR
CODEVASF

GRAMPAR COMERCIO DE
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
EIREL:30524715000104

Assinado de forma digital por GRAMPAR
COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
EIREL:30524715000104
Dados: 2019.12.11 09:17:06 -03'00'

REPRESENTANTE:

EMPRESA: **GRAMPAR COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI**
CNPJ: **30.524.715/0001-04**



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da Codevasf

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019**

PROCESSO Nº 59560.000152/2019

Aos 11 (onze) dias do mês dezembro do ano de 2019, a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, empresa pública federal criada pela Lei n.º 6.088, de 16/07/1974, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 6 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, neste ato representada pelo Superintendente Regional da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, **ELMO ALUÍZIO VIEIRA NASCIMENTO**, brasileiro, casado, Contador, portador da Carteira de Identidade nº 185, de 31 de janeiro de 2018, nos termos e de acordo com a Lei nº 10.520/02, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 8.538/15, Lei nº 13.303/2016, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019**, referente à constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP, objetivando a contratação de empresa **para fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, veículos e equipamentos destinados a utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de desenvolvimento social, econômico e outras demandas nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizados no Estado da Bahia**, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União no dia 09/12/2019 (fl.1.616) e homologado pela Diretoria Executiva da Codevasf – 6ª SR, por meio da **Resolução nº. 760 de 29/11/2019**, constante às fls.1.614/1.615 do **Processo nº 59560.000152/2019-28**, RESOLVE registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: **REVEMAR COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA**, CNPJ: **17.449.881/0001-25**, com sede na Rodovia PA 150, km 07 Folha CSI, quadra 01, lote 12, S/N, sala "b" - Bairro: Nova Marabá. Marabá/PA – Cep: 68.504-034, **telefone(s): 94 2103 8706 / 91 3205 5367**, e-mail: **juaracy.costa@revemar.com.br**, representada pelo(a) Sr.(a) **JUARACY MARTINS COSTA**, brasileiro(a), casado, administrador, RG nº: **7.174.651** – SSP/SP, CPF nº: **231.841.852-91**, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com os itens a seguir elencados, com suas características e respectivas quantidades, mediante as condições seguintes:

| Item | Descrição/ Especificações técnicas | Und. | Qtd. | Valor Unitário R\$ | Valor Total R\$ |
|------|--|------|------|-----------------------|--------------------|
| 03 | Escavadeira de Esteira Hidráulico, Zero km, Ano 2019 ou Superior, Motor diesel 150HP, Cabine fechada com ar condicionado, sistema de refrigeração de ar Mín. 04 cilindros, refrigerado à água, com injeção eletrônica, Motor diesel com potência mínima 150 Hp at 2000 rpm (116 kW at 2000 rpm) a 2000±50 rpm, Peso operacional mínimo de 21000kg, sistema elétrico mínimo de 24 volts, montada sobre esteiras.com disponibilidade para kit 3a no comando, Hidráulico via para instalação de implementos, caçamba de no mínimo 1m³. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Und. | 1 | 432.000,00 | 432.000,00 |

| | | | | | |
|--|--|------|----|------------|-------------------------|
| 09 | Retroescavadeira, Zero km, Ano 2019 ou Superior, com tração 4x4, cabine com ar condicionado, motor diesel turbo com potência líquida mínima de 85 HP, peso operacional mín. 6000kg, transmissão com no mínimo 4 velocidades a frente e 4 velocidades a ré, sistema hidráulico com fluxo de no mínimo 130 l/min e pressão mínima de 22.000 kpa, caçamba de carregamento de no mínimo 0,90 m3 (ou superior) e concha de escavação de no mínimo 0,20m3 (ou superior), sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado.. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Und. | 40 | 215.000,00 | 8.600.000,00 |
| TOTAL GERAL nove milhões e trinta e dois mil reais) | | | | | R\$ 9.032.000,00 |

1 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

A existência de preços registrados não obriga a **Codevasf** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos materiais ou equipamentos em igualdade de condições.

2 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 7.892/2013.

Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução dos fornecimentos desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3 – DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no Edital de **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019** e seus anexos.

4 – DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas as situações previstas no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/2016 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16, a CODEVASF, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da Codevasf

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o detentor da Ata será convocado pela CODEVASF para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

5 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O detentor da Ata terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado.

Por iniciativa da **Codevasf**:

- a) quando o detentor da ata não aceitar garantir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Não manter as condições de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- d) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- e) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Se recusar a realizar os fornecimentos nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos;
- g) Na ocorrência de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

Em quaisquer das hipóteses acima, a **Codevasf** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos concorrentes a nova ordem de registro.

6 – DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência.
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

7 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela **Codevasf** em conformidade com o disposto no item 21 do Edital.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da Codevasf

8 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no item 23 do Edital, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.

9 – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Sr. Superintendente da 6ª Superintendência Regional da **Codevasf**, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019**, seus anexos, e a proposta da empresa: **VENEZA EQUIPAMENTOS PESADOS S/A**, CNPJ: **15.652.882/0006-51**, classificada em 1º lugar no certame supra mencionado.

O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária do Estado da Bahia, com sede em Juazeiro, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892/2013, da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e demais normas aplicáveis.

Juazeiro-BA, 11 de dezembro de 2019.

ELMO ALUÍZIO VIEIRA NASCIMENTO
Superintendente Regional-6ª SR
CODEVASF

REVEMAR COMERCIO DE MAQUINAS
INDUSTRIAS LTDA:17449881000125

Assinado de forma digital por REVEMAR COMERCIO DE
MAQUINAS INDUSTRIAS LTDA:17449881000125
Dados: 2019.12.12 14:11:47-03302

REPRESENTANTE:

EMPRESA: **REVEMAR COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAS LTDA**
CNPJ: **17.449.881/0001-25**

Juracy Martins Costa
RG: 7174651 SPPIPA
CPF: 213.841.852-91

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019****PROCESSO Nº 59560.000152/2019**

Aos 11 (onze) dias do mês dezembro do ano de 2019, a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, empresa pública federal criada pela Lei n.º 6.088, de 16/07/1974, com atual denominação social por força da Lei n.º 9.954, de 6 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto n.º 3.604, de 20 de setembro de 2000, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.399.857/0001-26, neste ato representada pelo Superintendente Regional da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, **ELMO ALUÍZIO VIEIRA NASCIMENTO**, brasileiro, casado, Contador, portador da Carteira de Identidade n.º 07128991-70 – SSP/BA e do CPF n.º 885.435.015-04, nomeado pela Decisão n.º 185, de 31 de janeiro de 2018, nos termos e de acordo com a Lei n.º 10.520/02, Decreto n.º 10.024/2019, Decreto n.º 7.892/2013, Lei Complementar n.º 123/06, Decreto n.º 8.538/15, Lei n.º 13.303/2016, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019**, referente à constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP, objetivando a contratação de empresa **para fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, veículos e equipamentos destinados a utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de desenvolvimento social, econômico e outras demandas nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizados no Estado da Bahia**, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União no dia 09/12/2019 (fl.1.616) e homologado pela Diretoria Executiva da Codevasf – 6ª SR, por meio da **Resolução nº. 760 de 29/11/2019**, constante às fls.1.614/1.615 do **Processo nº 59560.000152/2019-28**, RESOLVE registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: **VENEZA EQUIPAMENTOS PESADOS S/A**, CNPJ: **15.652.882/0006-51**, com sede na Rua Dr. Altino Teixeira, n.º. 777, Bairro: Porto Seco Pirajá. Salvador/BA – Cep: 41.233-010, **telefone(s): 71 3248 3011 / 3025 7200**, e-mail: **almir.junior@venezanet.com**, representada pelo(a) Sr.(a) **ALMIR NOGUEIRA DA COSTA JÚNIOR**, brasileiro(a), representante de vendas, CPF nº: **021.000.404-56**, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com os itens a seguir elencados, com suas características e respectivas quantidades, mediante as condições seguintes:

| Item | Descrição/ Especificações técnicas | Und. | Qtd. | Valor Unitário R\$ | Valor Total R\$ |
|------|--|------|------|-----------------------|--------------------|
| 01 | Trator de esteiras (A) , Zero km, Ano 2019 ou Superior, Cabine fechada com ar condicionado, motor diesel min. 6 cilindros, potência mín. de 135 HP ou unidade equivalente, P.Operacional mínimo 15 toneladas, injeção eletrônica, 4 válvulas, diesel, sistema elétrico de 24 volts, transm. Hidrostática, freios hidrostáticos, RIPPER tipo paralelogramo, profundidade máxima de penetração de 480 mm, com as seguintes dimensões mínimas: largura da escavação de 1600 mm, RIPPER com no mínimo 3 dentes de 420 mm de altura e largura de 1700mm com Cabine Fechada com Ar condicionado. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Und. | 1 | 725.000,00 | 725.000,00 |



| | | | | | |
|---|---|------|---|------------|-------------------------|
| 02 | Trator de Esteira (B), Zero km, Ano 2019 ou Superior, Cabine fechada com ar condicionado, motor diesel min.6 cilindros, potência mín. de 120 HP, transmissão hidrostática, P.Operacional 13.000 kgs, lâmina com capacidade de 3m3, ripper traseiro com 03 dentes, tanque de combustível com capacidade mínima de 290 litros, sistema de monitoramento via satélite com Cabine Fechada com Ar condicionado. Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Und. | 1 | 595.000,00 | 595.000,00 |
| 04 | Pá carregadeira sobre rodas (A), Zero km, Ano 2019 ou Superior, potência líquida mínima de 180 hp, 06 cilindros, 4 veloc., capacidade da cacamba de 2,3 m3, peso operacional mínimo de 15000 a 18000 kg, ou superior com Cabine Fechada com Ar condicionado. . Observar Especificações detalhadas e complementares no caderno de especificações. Garantia mínimo 12 meses (Sem Limites de quilometragem). | Und | 1 | 550.000,00 | |
| TOTAL GERAL (um milhão e oitocentos mil reais) | | | | | R\$ 1.870.000,00 |

1 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

A existência de preços registrados não obriga a **Codevasf** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos materiais ou equipamentos em igualdade de condições.

2 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 7.892/2013.

Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução dos fornecimentos desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3 – DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no Edital de Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019 e seus anexos.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da Codevasf

4 – DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas as situações previstas no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/2016 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16, a CODEVASF, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o detentor da Ata será convocado pela CODEVASF para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

5 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O detentor da Ata terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado.

Por iniciativa da **Codevasf**:

- a) quando o detentor da ata não aceitar garantir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Não manter as condições de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- d) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- e) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Se recusar a realizar os fornecimentos nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos;
- g) Na ocorrência de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

Em quaisquer das hipóteses acima, a **Codevasf** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos concorrentes a nova ordem de registro.

6 – DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da Codevasf

b) Quando não restarem fornecedores registrados.

7 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela **Codevasf** em conformidade com o disposto no item 21 do Edital.

8 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no item 23 do Edital, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.

9 – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Sr. Superintendente da 6ª Superintendência Regional da **Codevasf**, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019**, seus anexos, e a proposta da empresa: **VENEZA EQUIPAMENTOS PESADOS S/A**, CNPJ: **15.652.882/0006-51**, classificada em 1º lugar no certame supra mencionado.

O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária do Estado da Bahia, com sede em Juazeiro, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892/2013, da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e demais normas aplicáveis.

Juazeiro-BA, 11 de dezembro de 2019.

ELMO ALUÍZIO VIEIRA NASCIMENTO
Superintendente Regional-6ª SR
CODEVASF


REPRESENTANTE:

EMPRESA: **VENEZA EQUIPAMENTOS PESADOS S/A**
CNPJ: **15.652.882/0006-51**

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019****PROCESSO Nº 59560.000152/2019-28**

Aos **08 (oito) dias do mês abril do ano de 2020**, a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, empresa pública federal criada pela Lei n.º 6.088, de 16/07/1974, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 6 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, neste ato representada pelo Superintendente Regional da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, **ANDRÉA MOREIRA DUARTE ARRAES**, brasileira, casada, Administradora de Empresa, portadora da Carteira de Identidade nº 4430882-50 – SSP/BA e do CPF nº 482.406.305-10, nomeado pela Decisão nº 324, de 26 de fevereiro de 2018, nos termos e de acordo com a Lei nº 10.520/02, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 8.538/15, Lei nº 13.303/2016, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019**, referente à constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP, objetivando a contratação de empresa **para fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, veículos e equipamentos destinados a utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de desenvolvimento social, econômico e outras demandas nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizados no Estado da Bahia**, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União no dia 09/12/2019 (fl.1.616) e homologado pela Diretoria Executiva da Codevasf – 6ª SR, por meio da **Resolução nº. 760 de 29/11/2019**, constante às fls.1.614/1.615 do **Processo nº 59560.000152/2019-28**, **RESOLVE CANCELAR** a ata assinada no dia 11/12/2019 em favor da empresa **ELYSIUM INC. NEGOCIOS - EIRELI**, CNPJ: **06.951.656/0001-76**, com sede na Rua Lázaro Vieira, nº. 221, Qd. 87, LT. 84, Bairro: Centro. Iporá/GO – Cep: 76.200-000.

A decisão do cancelamento desta ata está alicerçada sobre o Acórdão nº 576/20202 – TCU – Plenário proferido pelo **Tribunal de Contas da União** que determinou em seu subitem 1.6.1.1 o cancelamento dos subitens 4 e 5 do referido pregão, solicitado pela empresa XCMG Brasil Indústria Ltda, CNPJ 14.707.364/0001-10. Assim, fica cancelada a Ata de Registro de Preços **a partir do dia 18/03/2020**.

O presente termo de cancelamento deverá ser publicado no Diário Oficial da União, sítio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf bem como encaminhado para empresa detentora da ata.

Juazeiro-BA, 08 de abril de 2020.


ANDREA MOREIRA DUARTE ARRAES
Superintendente Regional Substituta - 6ª SR
CODEVASF

TERMO DE CANCELAMENTO PARCIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019****PROCESSO Nº 59560.000152/2019**

Aos **08 (oito) dias do mês abril do ano de 2020**, a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, empresa pública federal criada pela Lei n.º 6.088, de 16/07/1974, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 6 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, neste ato representada pela Superintendente Regional Substitua da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, **ANDRÉA MOREIRA DUARTE ARRAES**, brasileira, casada, Administradora de Empresa, portadora da Carteira de Identidade nº 4430882-50 – SSP/BA e do CPF nº 482.406.305-10, nomeado pela Decisão nº 324, de 26 de fevereiro de 2018, nos termos e de acordo com a Lei nº 10.520/02, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 8.538/15, Lei nº 13.303/2016, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 12/2019**, referente à constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP, objetivando a contratação de empresa **para fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, veículos e equipamentos destinados a utilização diversa nas áreas da construção civil, pecuária, agricultura familiar e ações de desenvolvimento social, econômico e outras demandas nos municípios de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizados no Estado da Bahia**, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União no dia 09/12/2019 (fl.1.616) e homologado pela Diretoria Executiva da Codevasf – 6ª SR, por meio da **Resolução nº. 760 de 29/11/2019**, constante às fls.1.614/1.615 do **Processo nº 59560.000152/2019-28**, RESOLVE CANCELAR o **Item 04** da ata assinada no dia 11/12/2019 em favor da empresa **VENEZA EQUIPAMENTOS PESADOS S/A**, CNPJ: **15.652.882/0006-51**, com sede na Rua Dr. Altino Teixeira, nº. 777, Bairro: Porto Seco Pirajá. Salvador/BA – Cep: 41.233-010.

A decisão do cancelamento do referido item está alicerçada sobre o Acórdão nº 576/20202 – TCU – Plenário proferido pelo **Tribunal de Contas da União** que determinou em seu subitem 1.6.1.1 o cancelamento dos subitens 4 e 5 do referido pregão, solicitado pela empresa XCMG Brasil Indústria Ltda, CNPJ 14.707.364/0001-10. Assim, fica cancelada parcialmente a Ata de Registro de Preços a **partir do dia 18/03/2020**.

O presente termo de cancelamento deverá ser publicado no Diário Oficial da União, sítio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf bem como encaminhado para empresa detentora da ata.

Juazeiro-BA, 08 de abril de 2020.


ANDRÉA MOREIRA DUARTE ARRAES
Superintendente Regional Substituta - 6ª SR
CODEVASF

for fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, equipamentos e destinados a diversos usos na construção civil, na pecuária e agricultura familiar municípios sob a área de atuação da 6ª Superintendência Regional no Estado da Bahia. DATA DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 12/2019. FUNDAMENTO: Acórdão nº 2020 - TCU - Plenário proferido pelo Tribunal de Contas da União, datado de 2020: Determinou cancelar o item 04 cuja detentora da ata é a empresa VENEZAMENTOS PESADOS S/A, CNPJ 15.652.882/0006-51. Assim, fica cancelada a Ata de Registro de Preços a partir do dia 18/03/2020. O termo de cancelamento Parcial encontra-se disponível na íntegra no site www.codevasf.gov.br/ e na CODEVASF/6ªSR.

ANDREA MOREIRA DUARTE ARRAES
Superintendente
Substituta

AVISO DE CANCELAMENTO

SO: 59560.000152/2019-28. Termo de cancelamento de Ata de Registro de Preços Superintendência Regional da CODEVASF - 6ª/SR - UASG 195011, Processo nº 000152/2019-28. OBJETO: Constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP para o fornecimento, transporte, carga e descarga de máquinas, equipamentos e destinados a diversos usos na construção civil, na pecuária e agricultura familiar municípios sob a área de atuação da 6ª Superintendência Regional no Estado da Bahia. DATA DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 12/2019. FUNDAMENTO: Acórdão nº 2020 - TCU - Plenário proferido pelo Tribunal de Contas da União, datado de 2020: Determinou cancelar o item 05 cuja detentora da ata é a empresa ELYSIUM GOCIOS - EIRELI, CNPJ: 06.951.656/0001-76. Assim, fica cancelada parcialmente a Ata de Registro de Preços a partir do dia 18/03/2020. O termo de Cancelamento Parcial encontra-se disponível na íntegra no site <http://www.codevasf.gov.br/> e na CODEVASF/6ªSR.

ANDREA MOREIRA DUARTE ARRAES
Superintendente
Substituta

EXTRATO DE DOAÇÃO

SO: 59560.000143/2020-71. Espécie: Termo de Doação nº 6.004.00/2020. DOADORA: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, CNPJ: 00.399.857/0001-26. DONATÁRIA: Associação Comunitária dos Produtores Rurais dos Povoados de Estácio e Grotão, CNPJ: 16.251.043/0001-80, com sede no município de Morro do Chapéu/BA. OBJETO: Doação de 01 (um) trator agrícola, zero hora, marca Solis, modelo 4WD TSM MST 12F+12R LH3, Old Design, com 75 cv de potência; e 02 implementos agrícolas, conforme descrição na Cláusula Primeira do instrumento, avaliados pelo valor total de R\$ 89.460,00. DESTINAÇÃO DOS BENS: Os bens doados serão destinados a apoiar o desenvolvimento das atividades agrícolas, apoiadas pela entidade DOADORA, no município de Morro do Chapéu, área de atuação da 6ª Superintendência Regional, beneficiando dezenas de famílias. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 29, Inciso XVII, da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997. DATA DE ASSINATURA: 19/03/2020.

EXTRATO DE DOAÇÃO

SO: 59560.000147/2020-59. Espécie: Termo de Doação nº 6.005.00/2020. DOADORA: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, CNPJ: 00.399.857/0001-26. DONATÁRIA: Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais dos Povoados de Estácio e Grotão, CNPJ: 35.851.636/0001-21, com sede no município de Morro do Chapéu/BA. OBJETO: Doação de 01 (um) trator agrícola, zero hora, marca Solis, modelo 4WD TSM MST 12F+12R LH3, Old Design, com 75 cv de potência; e 02 (dois) implementos agrícolas, conforme descrição na Cláusula Primeira do instrumento, avaliados pelo valor total de R\$ 89.460,00. DESTINAÇÃO DOS BENS: Os bens doados serão destinados a apoiar o desenvolvimento das atividades agrícolas, apoiadas pela entidade DOADORA, no município de Morro do Chapéu, área de atuação da 6ª Superintendência Regional, beneficiando dezenas de famílias. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 29, Inciso XVII, da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997. DATA DE ASSINATURA: 19/03/2020.

7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

AVISO DE SUSPENSÃO

SO: 59570.001651/2019-13. Suspensão temporária do Contrato nº 7.132.00/2019 firmado entre a Codevasf, CNPJ: 00.399.857/0001-26 e a AR Serviços e Consultoria em Engenharia Agropecuária, CNPJ: 19.019.254/0001-80, a partir de 23/03/2020, em razão da impossibilidade de execução contratual, decorrente da pandemia ocasionada pelo COVID-19. FUNDAMENTO LEGAL: Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020 e Decreto nº 33.510/2020 (CE), de 16/03/2020. DATA DE SUSPENSÃO: 23/03/2020. ASSINATURA: Inaldo Pereira Guerra Neto, Superintendente Regional.

INALDO PEREIRA GUERRA NETO
Superintendente Regional

AVISO DE SUSPENSÃO

SO: 59570.001474/2019-75. Suspensão temporária do Contrato nº 7.131.00/2019 firmado entre a Codevasf, CNPJ: 00.399.857/0001-26 e a A R PROJETOS E CONSULTORIA EM PRODUÇÃO EM AGROPECUÁRIA., CNPJ: 19.019.254/0001-80, a partir de 20/03/2020, em razão da impossibilidade de execução contratual, decorrente da pandemia ocasionada pelo COVID-19. FUNDAMENTO LEGAL: Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020 e Decreto nº 33.510/2020 (CE), de 16/03/2020. DATA DE SUSPENSÃO: 23/03/2020. ASSINATURA: Inaldo Pereira Guerra Neto, Superintendente Regional.

INALDO PEREIRA GUERRA NETO
Superintendente Regional

AVISO DE SUSPENSÃO

SO: 59570.001651/2019-33. Suspensão temporária do Contrato nº 7.131.00/2019 firmado entre a Codevasf, CNPJ: 00.399.857/0001-26 e a A R PROJETOS E CONSULTORIA EM PRODUÇÃO EM AGROPECUÁRIA., CNPJ: 19.019.254/0001-80, a partir de 20/03/2020, em razão da impossibilidade de execução contratual, decorrente da pandemia ocasionada pelo COVID-19. FUNDAMENTO LEGAL: Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020 e Decreto nº 33.510/2020 (CE), de 16/03/2020. DATA DE SUSPENSÃO: 23/03/2020. ASSINATURA: Inaldo Pereira Guerra Neto, Superintendente Regional.

Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020. DATA DE SUSPENSÃO: 23/03/2020. ASSINATURA: Inaldo Pereira Guerra Neto, Superintendente Regional.

INALDO PEREIRA GUERRA NETO
Superintendente Regional

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL II - MACEIÓ

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0003-20-CBTU/STU-MAC - PROCESSO: Dispensa de licitação nº 003/2020. CONTRATANTE: CBTU/STU-MAC, CNPJ 42.357.483/0011-06 - CONTRATADA: NUBIA COMERCIAL LTDA, CNPJ: 11.625.595/0001-97 - OBJETO: Fornecimento água mineral em garrafas de 20 litros. VALOR GLOBAL de R\$ 14.908,00 (quatorze mil e novecentos e oito reais); PRAZO: 12 (doze) meses. - PLANO INTERNO: M1P2020. Assinam pela CONTRATANTE: Carlos Jorge Ferreira Cavalcante e Orleanes de Lima Angelo e pela CONTRATADA: João Anselmo Santana Júnior. ASSINATURA: 09 de Março de 2020.

Ministério da Economia

SECRETARIA EXECUTIVA SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 8/2020 - UASG 380918

Número do Contrato: 00022/2015, subrogado pelaUASG: 380918 - COORDENADORIA DE LOGIST. E ADMINISTRAÇÃO/MTE.

Nº Processo: 46130000936201389.

PREGÃO SISPP Nº 64/2014. Contratante: MINISTERIO DO TRABALHO -CNPJ 00.399.857/0001-26. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação excepcional da vigência do contrato de 21 de março de 2020, de junho de 2020. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 21/03/2020 a 08/03/2021. Valor Total: R\$1.278.852,13. Fonte: 100000000 - 2020NE800449. Data de Assinatura: 20/03/2020.

(SICON - 08/04/2020) 170607-00001-2020NE000001

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NA PARAÍBA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2020 - UASG 380045

Número do Contrato: 00001/2017, subrogado pelaUASG: 380045 - DELEGACIA REGIONAL DE TRABALHO/PB.

Nº Processo: 462245754/2016-06.

PREGÃO SISPP Nº 1/2017. Contratante: MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO -MTE. Contratado: 10342345000187. Contratado : IDT COMERCIO E SERVICO DE TELEINFORMATICA LTDA. Objeto: Alteração da clausula Segunda do Contrato nº 001/2017, prorrogando-se o prazo da vigencia ali previsto por mais doze meses, de 27/03/2020 a 27/03/2021. Fundamento Legal: Lei n 8.666/93. Vigência: 27/03/2020 a 27/03/2021. Data de Assinatura: 27/03/2020.

(SICON - 08/04/2020)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2020 - UASG 380045

Número do Contrato: 00002/2017, subrogado pelaUASG: 380045 - DELEGACIA REGIONAL DE TRABALHO/PB.

Nº Processo: 462245754/2016-06.

PREGÃO SISPP Nº 1/2017. Contratante: MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO -MTE. Contratado: 09391706000104. Contratado : TELNET - SERVICOS EM -TELECOMUNICAÇÕES EIRELI. Objeto: Alteração da clausula Segunda do Contrato SRTB n 02/2017, prorrogando-se o prazo de vigencia por mais doze meses, de 15/03/2020 a 15/03/2021. Fundamento Legal: Lei n 8.666/93. Vigência: 15/03/2020 a 15/03/2021. Data de Assinatura: 13/03/2020.

(SICON - 08/04/2020)

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO ALAGOAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 170064

Número do Contrato: 10/2018.

Nº Processo: 10465100023201847.

PREGÃO SISPP Nº 7/2018. Contratante: MINISTERIO DA ECONOMIA -CNPJ 00.399.857/0001-26. Contratado : SEGURPRO VIGILANCIA PATRIMONIAL -S.A.. Objeto: Prorrogação da vigência contratual de 28/06/2020 a 27/06/2021. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 28/06/2020 a 27/06/2021. Valor Total: R\$342.878,64. Fonte: 100000000 - 2019NE800031. Fonte: 133000000 - 2020NE800018. Data de Assinatura: 18/02/2020.

(SICON - 08/04/2020) 170064-00001-2020NE000001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NA BAHIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2020 - UASG 380933

Número do Contrato: 00001/2014, subrogado pelaUASG: 380933 - DELEGACIA REGIONAL DE TRABALHO/BAHIA.

Nº Processo: 19964107646201975.

DISPENSA Nº 50/2014. Contratante: MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO -MTE. CPF Contratado: 19071884520. Contratado : MARLI OLIVEIRA RODRIGUES